



UNIVERSIDADE DE CABO VEDE

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

MESTRADO EM PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO

LEGISLAÇÃO SOBRE A DEFESA DO PATRIMÓNIO
EM CABO VERDE (1975-2005)

ANTÓNIO FERNANDES MARTINS

Orientador: Prof. Doutor João Lopes Filho

Praia, 2011



UNIVERSIDADE DE CABO VEDE

ANTÓNIO FERNANDES MARTINS

LEGISLAÇÃO SOBRE A DEFESA DO PATRIMÓNIO
EM CABO VERDE (1975-2005)

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR
DOUTOR JOÃO LOPES FILHHO

JANEIRO DE 2011



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

TRABALHO CIENTÍFICO APRESENTADO À UNICV PARA A OBTENÇÃO
PARCIAL DO GRAU DE MESTRE EM PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO

**ELABORADO POR *ANTÓNIO FERNANDES MARTINS*, APROVADO PELOS
MEMBROS DO JÚRI, FOI HOMOLOGADO PELO CONCELHO
CIENTÍFICO-PEDAGÓGICO, COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO**

O Júri:

Presidente: _____

Vogais: _____

Praia, _____/_____/2011

Agradecimentos

A pesquisa, análise e finalização de um trabalho desta envergadura, seriam duvidosas sem o apoio de outrem. Por isso, sentimo-nos na obrigação de expressar aqui os nossos mais sinceros agradecimentos a todos quantos, directa ou indirectamente, nos apoiaram na execução deste produto, especialmente o Professor Doutor João Lopes Filho, que se dignou, ao pedido e por ser o orientador, pelo apoio na selecção do tema, correcção e organização, além de outros, destacando o Doutor Luis Pequito Antunes, por ser o co-orientador. Ao Professor Doutor Coutinho Gouveia que, também se disponibilizou o seu apoio incondicional, para que isso seja realidade.

Não queremos, igualmente, ser indiferentes aos nossos entrevistados e os outros colaboradores que, incansavelmente, nos ouviram e nos forneceram dados indispensáveis, destacando o Dr. Martinho Brito, Dr. Carlos Alberto de Carvalho, Dr. Eutrópio Lima da Cruz, Doutor Manuel Veiga e o senhor Benvindo Tavares, por nos terem dado informações pertinentes. Aos professores José Manuel Pereira e Mídana Biossé, pelas correcções feitas neste trabalho.

Resumo

Este trabalho aborda a Legislação sobre a Defesa do Património em Cabo Verde (1975 – 2005), durante 30 anos do seu percurso como país independente.

Dado que o valor do Património requer especial atenção por parte de todos, visto ser constituído por bens que se encontram num ambiente onde a conservação e a degradação se coabitam, neste sentido é necessário que haja uma perspectiva virada para a educação patrimonial, de modo a resgatar os bens mais sensíveis que poderão desaparecer, caso não receberem tratamentos adequados.

Como o conceito do Património teve uma evolução ao longo dos tempos, subdivide-se actualmente em Cultural e Natural.

Desde a Independência Nacional, em Cabo Verde começou-se a dar os primeiros passos para a preservação daquilo que constitui a nossa identidade cultural.

Os sucessivos governos tiveram a consciência da necessidade da sua conservação, como se verifica através dos Programas e Planos Nacionais, nos quais elegeram o Património como um dos eixos principais de desenvolvimento.

Desta feita, saíram muitas Leis, Decretos, Despachos e Regulamentos respeitantes a este tema, embora, muitos sem efeitos práticos, por falta de regulamentação.

É importante referir que as nossas Leis de Bases do Património Cultural e Natural receberam influências das de Portugal, apesar de serem elaboradas com um certo intervalo de tempo.

Palavras-chaves: Património, legislação, defesa e salvaguarda.

Abstract

This paper addresses the Legislation on the Protection of Heritage in Cape Verde (1975 - 2005), during 30 years of its course as an independent country.

Since the value of heritage requires a special attention by all, since it consists of goods that are in an environment where conservation and degradation are cohabiting, in this sense it is necessary to have a view facing the heritage education, in order to rescue the most sensitive goods that can disappear if they do not receive adequate treatment.

As the concept of heritage has evolved over time, currently it subdivides in Cultural and Natural Heritage.

Since the Independence of Cape Verde, they have begun to take the first steps for the preservation of what constitutes our cultural identity.

The successive governments have had an awareness of the need for conservation, as seen through the Programs and Plans, in which elected Heritage as one of the main axes of development.

This time, left many Laws, Decrees, Orders and Regulations relating to this theme, though without many practical purposes, for the lack of regulation.

It should be noted that our laws Basis of Cultural and Natural Heritage received influences from Portugal, although they are written in a certain time interval.

Keywords: Heritage, legislation, advocacy and protection

Lista das Abreviaturas

ADAD- Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento
ALUPEC – Alfabeto Unificado Para a Escrita do Cabo-verdiano
ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
INAC- Instituto Nacional de Cultura
INIPC – Instituto Nacional de Investigação e Promoção Cultural
IIPC – Instituto de Investigação e Património Culturais
IPPC - Instituto Português do Património Cultural
MC – Ministério da Cultura
MPD- Movimento Para a Democracia
ONGs – Organizações Não Governamentais
PAICV - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAM - Planos Ambientais Municipais
PANA – Plano Nacional Ambiental
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

Índice

1. Breve Introdução.....	17
1.1. Problemática	20
1.2. Objectivos	24
1.3. Metodologia.....	25
2. Conceito de Património - as várias abordagens	26
3. A defesa do Património em Cabo Verde - Estado da arte.....	32
4. Análise dos Programas dos Governos, dos Partidos Políticos e Planos Nacionais de Desenvolvimento	35
4.1. Património Natural	35
4.2.1. Primeira República.....	35
4.2.2. Segunda República.....	37
4.2. Património Cultural	44
4.2.1. Primeira República.....	44
4.2.2. Segunda República.....	49
5. Legislação sobre a defesa do Património (1975- 2005).....	52
5.1. Património Natural	52
5.1.2. Primeira República.....	53
5.1.2. Segunda República.....	55
5.2. Património Cultural	69
5.2.1. Primeira República.....	69
5.2.2. Segunda República.....	73

6. Património Cabo-verdiano (Concretização dos Programas e Planos Nacionais de Desenvolvimento).....	86
6.1. Património Natural	86
6.2. Património Cultural	89
7. Ministérios de Tutela da Cultura, Institutos e Direcção- Gerais da Cultura ..	97
Análise do Quadro – resumo	100
8. Breve análise comparativa com a Legislação estrangeira – O modelo português	104
8.1. Património Cultural	104
8.2. Património Natural	110
8.3. Museus.....	113
9. Considerações finais	117
Referência Bibliográfica.....	123
Livros.....	123
Jornais.....	125
Revistas.....	127
Programas dos Partidos Políticos e dos sucessivos Governos.....	128
Planos Nacionais de Desenvolvimento.....	129
Cartas Internacionais	129
Legislação.....	130
Cabo Verde	130
Portugal.....	132
Web grafia	134
Anexos	137
Anexo 1.....	137
Anexo 2.....	157
Anexo 3.....	181
Anexo 4.....	183
Anexo 5.....	201

1. Breve Introdução

A sociedade cabo-verdiana, como resultante da miscigenação, está em permanente mudança e com uma tendência nítida para a alteração de alguns traços culturais. Daí ser urgente e necessário, trabalhar no sentido de preservar e defender aquilo que faz parte da nossa memória colectiva, face às influências exercidas pelo efeito da globalização.

A melhor maneira de combater esse fenómeno passa, necessariamente, pela valorização dos bens culturais que devem permanecer como, por exemplo, um sítio de interesse histórico e cultural, uma paisagem, a língua e as tradições que constituem bens comuns de todas as pessoas pertencentes a um determinado país.

Como a questão da defesa do Património é uma tarefa de todos, e muitos países adoptaram uma política em relação ao mesmo, consideramos que a **Legislação sobre a Defesa do Património em Cabo Verde (1975-2005)** deva ser objecto de uma análise aprofundada.

A nossa preocupação começa-se por saber se tinha sido feito algo para a preservação do bem acima referido antes da Independência Nacional. No entanto, encontrámos poucas informações sobre o assunto durante a época colonial, o que indicia que estavam mais interessados em explorar outras potencialidades, deixando de lado os bens culturais mais sensíveis que poderão desaparecer, se não forem tratados de forma adequada.

De facto, sendo o Património um elo de ligação entre o passado e o presente, torna-se indispensável a sua preservação, na medida em que, a sua ausência impossibilita em ter a noção daquilo que foi o passado e saber até que ponto se

evoluiu. Neste sentido, o Estado deve, não só legislar sobre a preservação e defesa deste como forma de garantir a continuidade cultural e natural, mas também controlar, na prática o seu funcionamento, com o apoio das populações.

Na verdade, a salvaguarda do Património, como qualquer outro bem comporta elevados custos para ser recuperado. Não obstante, é necessário disponibilizar verbas como forma de garantir uma política patrimonial bem estruturada, uma vez que, para além de transmitir as vivências de um determinado grupo, pode gerar lucros se for coerentemente explorado. Acontece que os países pobres enfrentam graves problemas na questão da recuperação do seu património. Por isso aconselha-se, como forma de superar tais obstáculos, fazer protocolos de cooperação com os governos dos estados mais desenvolvidos ou com aqueles que também estão interessados na sua defesa.

Nos países insulares e com fracos recursos, o problema é ainda maior. Contudo, em Cabo verde, graças à capacidade dos nossos dirigentes em lidar com os poucos recursos e baseando-se na sua credibilidade a nível mundial, consegue-se angariar algumas ajudas para a recuperação de tudo aquilo que tem interesse para as comunidades.

Todavia, qualquer país envolvido nesse processo confronta-se com várias questões que dizem respeito aos interesses pessoais, pois muitos desrespeitam as leis relacionadas com a defesa do património.

Com o presente trabalho pretende-se abordar a Legislação cabo-verdiana sobre o Património, ao longo dos 30 anos da independência.

Esta questão exige uma investigação de vários documentos originais, de forma a recolher elementos para elaborar um trabalho, com base nas pesquisas realizadas, a ponto de proporcionar documentos válidos.

Assim sendo, começa-se, no **primeiro ponto**, a tratar da Problemática do Património, dos Objectivos, bem como da Metodologia utilizada na realização deste trabalho;

- No **segundo** trata-se do Conceito de Património e a sua evolução;
- No **terceiro** corresponde à defesa do Património em Cabo Verde - Estado da Arte;
- No **quarto ponto** debruça-se sobre a Análise dos Programas dos sucessivos Governos e dos Partidos Políticos e Planos de Desenvolvimento;

- No **quinto ponto** refere-se à Legislação sobre a defesa do Património em Cabo Verde (1975- 2005);

- No **sexto ponto** trata-se do Património Cabo-verdiano (Concretização dos Programas dos Governos e Planos Nacionais de Desenvolvimento);

- No **sétimo ponto** apresenta-se um Quadro-resumo sobre o Governo de Cabo Verde/Ministérios de Tutela da Cultura;

- No **oitavo ponto** corresponde a uma Breve Comparação com a Legislação estrangeira – O modelo português;

- No **nono ponto** apresenta-se as Considerações finais.

Nas pesquisas realizadas constamos que antes da Independência Nacional, (5 de Julho de 1975), já se existia legislação sobre a defesa do Património em Cabo Verde, bem como nos sucessivos Governos, embora com ideologias diferentes.

Saliente-se que não pretendemos esgotar a totalidade dessas questões e, ciente de que não é possível transmitir certezas absolutas, pelo que aceitamos sugestões construtivas de forma a melhorar um eventual trabalho sobre o mesmo tema e estamos abertos a qualquer discussão que este vier a suscitar.

1.1. Problemática

A problemática do Património constitui uma preocupação a nível mundial que exige um tratamento adequado, de modo a incentivar os jovens e a sociedade em geral, as realidades e desenvolver atitudes de cidadania que se traduzam na valorização daquilo que constitui parte integrante e significativa da história do percurso temporal no contexto em que se insere.

Em Cabo Verde é uma questão pouco debatida nos discursos políticos, educativo e mediáticos, embora seja uma questão de importância universal e no nosso país se faz sentir a necessidade de compreender as circunstâncias que impulsionam os governos a legislarem sobre a defesa desse Bem colectivo.

O seu problema resulta-se do progresso das sociedades. Assim sendo, a “universalidade das preocupações relativas ao Património traduziu-se, em 1972, em adopção, pela UNESCO, da Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural”¹.

A degradação do ambiente, o envelhecimento, a urbanização, as especulações imobiliárias e turísticas e o vandalismo, entre outros, constituem ameaças para os bens culturais, naturais que são mais ameaçados, principalmente os mais sensíveis e mais raros. Nesse sentido, cabe a todos a responsabilidade de defender aquilo que lhes pertence, sobretudo com o processo de globalização que impõe a todos os povos o processo de modernização e nenhum país foge à regra.

Na verdade, em Cabo Verde, urge pensar na preservação daquilo que traduz a vivência e a garantia da existência desse grupo humano, “com vista a sua

¹ MANIQUE, António Pedro; PROENÇA, Maria Cândida, *Didáctica da História Local*, Lisboa, Texto Editora, 1994, p. 55.

sensibilização e colaboração, no sentido de preservar e valorizar os marcos e raízes histórico-culturais de Cabo Verde”².

Realmente, tal deve acontecer continuamente, tendo em conta que, se este bem for preservado, jamais se desaparecerá. Deve-se pois apostar fortemente na formação nas escolas, sobretudo a camada jovem, pelo que se torna necessária uma articulação entre os conteúdos programados para o ensino nas escolas com a Lei de Bases do Património. Caso contrário, tanto um monumento histórico como um sítio arqueológico e paisagístico poderão desaparecer devido à falta de cuidados por parte da sociedade envolvente que, de uma forma consciente ou inconsciente poderão pôr em perigo a própria identidade.

Naturalmente, se conseguirmos motivar os jovens para reconhecerem o valor dos bens ameaçados e que estão em vias de extinção, em especial os mais degradados, muitos poderão ser salvos a favor de toda a comunidade.

O Património, para além de representar a “memória” colectiva de um povo, poderá ser, também, uma fonte de receita económica, com maior destaque por atrair muitos turistas. Sendo assim, deve-se apostar, por um lado, fortemente no turismo cultural e no de natureza, como forma de superar alguns problemas económicos, por outro, confrontar as realidades passadas e encontrar pistas para a compreensão do presente e a construção de um futuro sustentável, visto que “ a racional defesa de todo um Património Nacional não se alcança apenas com a concretização de objectivos de ordem material”³.

Obviamente, esta sugestão deve ser acolhida da melhor forma possível. Entretanto, para que isso aconteça, há que ter uma política de protecção dos bens patrimoniais de uma forma concertada, com vista a estimular a sociedade para a valorização do que nos identifica e nos diferencia de outros povos.

Tendo em conta que o Património em estudo representa a ligação entre o passado e o presente, torna-se indispensável a sua valorização e conservação, uma vez que, na ausência deste é impossível ter a noção daquilo que constitui a história de um país durante o seu percurso e saber acerca da sua evolução.

² LOPES FILHO, João, *Introdução à Cultura Cabo-Verdiana*, Praia, Instituto Superior de Educação, 2003, p. 34.

³ LOPES FILHO, João, *Contribuição para o estudo da Cultura Cabo-verdiana*, Lisboa, Ulmeiro, 1983, p. 54.

Na luta pela sobrevivência, o homem começou a intervir na natureza desde o seu aparecimento, por razões económicas e outras, sem causar grandes perigos. Contudo, na actualidade, as alterações resultantes da Revolução Industrial acelerou o crescimento demográfico, os progressos científicos e técnicos, a mecanização e motorização da produção, a urbanização, a mobilidade espacial com a revolução dos transportes, a devastação das áreas naturais com a consequência na destruição dos habitats das espécies, etc. Todas essas consequências constituem um dos processos básicos da degradação do ambiente. Deste modo, houve enormes alterações da paisagem natural, ao ponto de se perder as suas marcas em detrimento dos artificiais.

Ciente do mal causado à natureza, com o tempo houve um novo relacionamento, em especial com a consciencialização mundial, ainda que em certos casos de uma forma utópica.

Hoje em dia, para o financiamento dos grandes projectos, a nível mundial, “passou-se a levar em consideração os efeitos sobre o ambiente na avaliação de algumas actividades económicas”⁴. Tudo isso, numa perspectiva de um melhor relacionamento com o nosso meio envolvente.

Uma das importantes políticas relacionadas com a natureza começou com a preparação e realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente em Junho de 1972, em Estocolmo (Conferência de Estocolmo). Efectivamente, a partir desta, começou-se a apreciar “um conjunto de estrutura normativa composta por normas e princípios; os instrumentos da política do ambiente; o Plano de Acção para o Ambiente”⁵.

Seguiram várias outras Conferências e a criação de várias convenções e protocolos sobre temas relacionados com o ambiente, tendo em conta que há cada vez mais vulnerabilidade das espécies ameaçadas.

Cabo Verde não ficou indiferente com a extinção acelerado dos territórios e das espécies, uma vez que não está excluído que os desequilíbrios assim provocados possam pôr em causa a sobrevivência dos seres vivos do seu território.

Não obstante, a ideia da preservação do ambiente veio desde a criação do primeiro Parque Nacional, nos Estados Unidos. Todavia, esta Conferência foi marcante para muitos países, porque a partir dela se iniciou a “proliferação” das áreas protegidas.

⁴ BEAUD, Calliope, et al, *O Estado do Ambiente no Mundo*, Lisboa, Instituto Piaget, 1993,p.21.

⁵ ROCHA, Mário de Melo, *A Avaliação do Impacto Ambiental como Princípio do Direito do Ambiente nos Quadros Internacional e Europeu*, (s l), (s ed.), 2002, p.28.

Se por um lado há uma preocupação com a conservação e preservação do património natural, por outro, o mesmo acontece com o património cultural, fruto daquilo que o homem acrescentou à natureza, em função das suas necessidades, que constitui a memória colectiva de todos, e deve ser conservado.

Existe uma preocupação com esse património, em especial, o construído, assegurada na Carta de Atenas que nos seus princípios gerais “recomenda o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem proscrever o estilo de nenhuma época”⁶.

Saliente-se que nesse Congresso levou-se em considerações as legislações relacionadas com o Património, que têm por finalidades a protecção dos monumentos de interesse histórico, artístico ou científico. Tendo como base a Carta anteriormente referida, apareceram a Carta de Veneza (1964), sobre a conservação e restauro dos Monumentos e dos Sítios que defende, no seu artigo 2º, a interdisciplinaridade na conservação e restauro dos monumentos; a Declaração de Amsterdam (1975) que se debruça sobre o Ordenamento do Território e a Carta de Cracóvia (2000) que trata da conservação e restauro do Património Construído, para além de outras Declarações; Documentos; Convenções; Orientações e Princípios relacionados com este assunto.

Existe contudo, uma complexidade inerente à preservação do património que prende-se com “a necessidade de adaptação das ferramentas e dos métodos a cada realidade, mediante a preparação de um plano de conservação e a tomada de decisões”⁷.

Realmente, isso é fundamental, visto que se trata de algo que, para a sua durabilidade implica uma certa sensibilidade e tratamento específico. Daí a necessidade de recorrer a um trabalho multidisciplinar, como forma de dar respostas específicas a cada problema

Neste sentido, este tema constitui um grande desafio, uma vez que, na prática, em Cabo Verde não há muita preocupação com a defesa do Património que, segundo João Lopes Filho, é um suporte fundamentado na diversidade dos valores culturais e naturais, e entendido como uma problemática actual, na medida em que está integrado na vivência quotidiana das populações.

⁶ *Carta de Atenas, adaptado no 1º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos*, Atenas, 1931, (s p).

⁷ ALARCÃO, Catarina; ALMEIDA, Anabela, “A preservação da Pedra no Património Móvel e Imóvel”, in *Revista Museal* Nº 3, Museu Municipal de Faro, 2007, (s p).

Portanto, são as diversas razões mencionadas que justificam a escolha do tema **Legislação Sobre o Património em Cabo Verde (1975- 2005)**, atendendo que se trata de um percurso de 30 anos após a Independência Nacional, embora ciente de que esta pesquisa não esgote o tema.

Pretendemos que este seja apenas uma contribuição para a compreensão das relações entre o ser humano e o seu Património, numa perspectiva evolutiva.

1.2. Objectivos

A elaboração de um trabalho desta natureza requer a indicação dos objectivos concretos a serem atingidos. Neste sentido, com base na interdisciplinaridade, estruturam-se os objectivos gerais e específicos como forma de obter um trabalho coerente.

Assim sendo, em termos gerais pretende-se com este trabalho:

- Apresentar os Programas dos Governos e dos Partidos Políticos, Leis, Decretos e Regulamentos, relacionados com a defesa do Património em Cabo Verde (1975 – 2005);
- Tentar perceber os aspectos teóricos sobre a defesa do Património em Cabo Verde;

A nível específico, procurou-se:

- Identificar os tipos de Património existentes em Cabo Verde;
- Comparar a nossa Legislação com a Legislação Internacional (o modelo português);
- Tentar interpretar a Legislação Cabo-verdiana sobre a defesa do Património;
- Reconhecer a importância da valorização do Património;
- Perceber se realmente há um esforço com vista à preservação e valorização do Património em Cabo Verde;
- Destacar o papel do Património na estratégia do desenvolvimento.

- Propor algumas medidas com vista a despertar melhor interesse para a preservação do Património;

1.3. Metodologia

A escolha do tema centrou na área de especialização Património e Desenvolvimento.

A base metodológica utilizada na primeira fase foi a pesquisa de gabinete (revisão bibliográfica específica, Boletins Oficiais de Cabo Verde, Programas de governos e dos Partidos Políticos e Planos Nacionais de Desenvolvimento) durante o período em estudo, ou seja, uma leitura exploratória com a construção de fichas de leitura.

Posteriormente a esta fase, iniciou-se uma série de consultas às instituições e departamentos governamentais cabo-verdianos (IPC, Direcção Geral do Ambiente e Sedes dos Partidos Políticos) que, directa ou indirectamente, têm a relação com o tema em análise, bem como a sociedade civil.

A fase seguinte destinou-se ao trabalho de campo em que foram feitas entrevistas a alguns técnicos do IIPC, para saber das suas perspectivas em relação ao Património. Estendeu-se a mesma a algumas personalidades para compreender até que ponto se têm o conhecimento da legislação sobre o Património e como lidam com este bem.

A última fase, depois de ter todos os dados recolhidos, procedeu-se à organização, análise e tratamento dos dados através de técnicas e selecção das principais informações para redacção parcial e sua correcção mediante as sugestões dos Orientadores.

Neste sentido, como suporte, elaborou-se algumas perguntas de partida como sejam:

- Há alguma perspectiva estatal na intervenção do Património?

- Que modelo tem a produção legislativa cabo-verdiana, sobre a defesa do Património?

- A produção legislativa cabo-verdiana sobre o Património tem produzido algum efeito?

É de salientar que todas essas perguntas mereceram uma atenção adequada, apesar de nem todas forem respondidas cabalmente, visto que a defesa do Património depende do envolvimento de todos.

2. Conceito de Património - as várias abordagens

A palavra património sofreu muitas alterações ao longo dos tempos, dependendo das ideologias e interesses de cada época.

Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra património vem do latim e significa herança paterna; riqueza., na acepção figurativa; ou ainda, complexo de bens (...) susceptíveis de apreciação económica, no sentido jurídico.

A partir do séc. XIX houve um especial interesse na definição do património, “ligada aos conceitos de monumentos históricos, de qualidade artística e de memória colectiva”⁸.

Entretanto, a UNESCO deu uma noção de património muito mais abrangente, tendo em conta que integra tudo aquilo que tem um valor excepcional, tanto cultural, como natural, pertencente a uma determinada colectividade.

Gonçalves é de opinião que “uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu património”⁹.

Isso é incontestável, porque é através deste que se pode conhecer o percurso histórico de qualquer país, “uma vez que as políticas de preservação se propõem a actuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objectivo reforçar uma identidade colectiva”¹⁰.

⁸ LOPES FILHO, op. cit., p. 220.

⁹ GONÇALVES, J. R. S., *A retórica da perda: os discursos do património cultural no Brasil*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1996, p. 24.

¹⁰ FONSECA, M., *O património em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, Rio de Janeiro, UFRJ/ IPHAN, 1997, p. 11.

Seleccionar e proteger sítios históricos e naturais, eleger e preservar objectos culturais representativos, são actividades que os Estados executam no plano nacional, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX.

Todo o tipo de degradação e violações surgidas durante este período fez com que o sentido da expressão que compreendia os bens essenciais inalienáveis da comunidade se estendesse às obras de arte pelos valores tradicionais que estas acarretam.

Tendo em conta que o Património é um elo de ligação entre o passado e o presente, torna-se indispensável a sua preservação, na medida em que na ausência deste é impossível ter uma noção daquilo que foi um país no passado e saber até que ponto houve evolução. Neste sentido, o Estado deve, não só legislar sobre a preservação e defesa do Património como forma de garantir a continuidade cultural e natural, mas também controlar, na prática, o seu funcionamento, através de organismo competente para tal.

Choay entende que “o termo património sofreu uma transformação semântica que originou significados diversos, cujas ambiguidades e contradições articulam e desarticulam dois mundos e duas visões do mundo”¹¹.

Indo mais longe, opina que a noção de património histórico constituiu-se, assim, em sentido contrário, ao processo de urbanização dominante, isto é, à medida que o espaço urbano se vai modificando e vai destruindo as cidades antigas, mais identidade conceptual ganham estes espaços e aumenta a vontade de os proteger e conservar.

Naturalmente, isso é incontestável, tendo em conta que a intervenção do homem na natureza veio dos tempos ancestrais por razões económicas e outras. No passado fê-la muitas vezes sem dar conta dos efeitos nefastos que têm causado, ao ponto de provocar algumas perturbações nos seus ciclos naturais, embora pela dinâmica natural, a mesma tenha alguns desequilíbrios. Isso porque as alterações provocadas pelas acções antrópicas se equilibravam com a capacidade do reequilíbrio natural.

Obviamente, os bens não foram criados para serem património, porém para outros fins, só quando começam a ser escassos, singular, exóticos ou representativos de algo, é que serão considerados como tal e neste caso, pode mudar historicamente, dependendo dos novos critérios ou interesses.

¹¹ CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, São Paulo, Ed. Unesp, 2001, p. 22.

O conceito de património cultural abarca a “abordagem de aspectos privatistas fundamentais como o conceito de propriedade e exige, também, uma verificação da forma de actuação do Estado na preservação da memória colectiva”¹².

O património cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis.

Actualmente, esse conceito é composto pelos chamados patrimónios material e imaterial. A importância da preservação do mesmo reside na própria manutenção da memória colectiva, do legado de um povo, ligado directamente à constituição da identidade nacional e cultural do mesmo.

Os bens imóveis, por exemplo, ilustram bem a questão da reconstrução do passado através da interpretação do património cultural. Neste caso, “o programa de um edifício sempre varia com o decorrer do tempo”¹³.

Conforme a convenção do património imaterial, essa nova categoria consiste em práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objectos, artefactos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante do seu património cultural.

Com efeito, Villac assegura que “a transformação do entendimento do património, nas práticas actuais, como produto de consumo e espectáculo, banaliza a dimensão fundamental que o inaugura”¹⁴.

Sendo assim, dado à importância desse bem, os Estados devem não só legislar sobre a preservação e defesa dos seus bens patrimoniais como forma de garantir a continuidade cultural e natural, mas também controlar, na prática, o seu funcionamento, através de organismo competente para tal.

O culto que se rende hoje ao património histórico deve merecer de nós mais que a simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento

¹² RODRIGUES, Francisco Luciano Lima, *O direito ao património cultural preservado - um direito e uma garantia fundamental*, Fortaleza, (s ed), 2007, p.54.

¹³ LEMOS, C., *Aspectos da antropologia cultural nos processos de preservação de bens arquitectónicos*, III Simpósio Garantindo a Permanência da Memória: encontro de centros de memória e universidades brasileiras, São Carlos, (s ed), 2006, p.25.

¹⁴ VILLAC, Maria Isabel, *Por que o património histórico, arquitectónico e urbano conquistou actualmente um público mundial?* Londrina, Faculdade de Arquitectura da Universidade Federal de Londrina, (s d), (s. p).

revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.

Neste universo de preocupações, o património cultural funciona como a própria exteriorização, marco ou ponto de apoio da memória social, tendo em conta que este é uma reconstrução ou manifestação continuamente actualizada do passado, formada através de contribuições de diversas gerações ao longo do tempo. A interpretação do património cultural por cada uma dessas gerações converte-se, também, numa das maneiras de reconstrução ou actualização do passado.

As preocupações adversas sobre a salvaguarda do património fazem com que apareçam algumas Cartas Internacionais como é o caso da de Veneza, em 1964, que no seu Art. 1º considera “os monumentos não como elementos isolados mas como integrantes de um ambiente urbano que vale pelo seu conjunto”¹⁵. Foi uma tomada de posição importante, no sentido de garantir a preservação da memória colectiva. O monumento histórico inclui não só a obra arquitectural separada, como também o meio urbano ou paisagem.

Entretanto, “esta noção aplica-se não só às grandes obras como também às obras modestas que, com o tempo, adquiriram um significado cultural”¹⁶.

Dessa mesma preocupação surgiu a de Cracóvia, considerando que a conservação do património cultural deve ser parte integrante do processo de planeamento e gestão da comunidade, defendendo o seu contributo como fulcral para o desenvolvimento sustentado, qualitativo e económico da sociedade.

É ainda importante referir o seu contributo Princípios para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico, ratificada em 2003 pelo ICOMOS, no sentido de racionalizar e garantir a adequação dos métodos de análise e das metodologias de intervenção ao contexto cultural em que se insere. Com efeito, a conservação do património arquitectónico deve partir “da recolha de informação significativa e do conhecimento aprofundado do imóvel e da sua envolvente”¹⁷.

Na verdade, as alterações resultantes das actividades humanas atingiram uma dimensão global, ameaçando aquilo que se demorou milhões de anos para se construir.

¹⁵ *Carta de Veneza, IIº Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos*, Veneza, ICOMOS, 1964, p. 170.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ ALARCÃO Catarina; ALMEIDA, Anabela, “A Preservação da Pedra no Património Móvel e Imóvel: Um mesmo material - uma abordagem,” *Revista Museal* nº 3, Museu Municipal de Faro, 2007, p.4.

Nesta sequência, algumas medidas estão sendo tomadas como forma de preservar tudo aquilo que constitui a parte integrante do nosso quotidiano, de modo a garantir um equilíbrio contínuo e harmonioso.

Segundo Lopes Filho, “por motivos de vária ordem, o conceito de Património andou, durante muito tempo (e por incidência dos historiadores), apenas ligado à preservação de documentos e monumentos”¹⁸.

A medida em que se começou a consciencializar da necessidade de preservação do património, este conceito “alargou-se depois e paralelamente a grupos de conservacionistas do tipo “ecologistas” e por biólogos que se preocuparam em preservar espécies vegetais e, mais tarde animais”¹⁹.

Curiosamente, é que, preocupado com a perda de muitos bens com valores excepcionais, o conceito do património tornou-se muito mais abrangente, preocupando não só com “a conservação das espécies, mas sim na preservação de todas as formas representativas que determinado grupo humano acrescentou à natureza, bem como as transformações por ele introduzidas numa dada região”²⁰.

Devido ao conceito do Património que se tinha, não é de estranhar que este influenciou muitos Estados em legislar, embora com algumas insuficiências, tanto na regulamentação, como na sua aplicabilidade.

Durante muito tempo as sociedades ocidentais preocupavam mais em conservar os bens considerados históricos, deixando de fora os naturais que são o garante de todos os outros.

Dessa preocupação, o conceito do património ganhou uma nova dimensão, envolvendo, tanto as realizações do homem, como também o meio em que vive e os recursos apresentados pela natureza e que são por ele transformados.

Este alargamento, em que a natureza é também considerada como parte de um património comum da humanidade é um sinal da modernidade que, a par de outros fenómenos, tem sido obrigado a repensar o conceito de património, isso na opinião de Alcantud.

As consequências da Revolução Industrial têm como o espaço de depósito dos resíduos, o planeta terra (litosfera, hidrosfera, biosfera e atmosfera) pois, durante

¹⁸ LOPES FILHO, João, *Contribuição para o estudo da Cultura Cabo-verdiana*, Lisboa, Ulmeiro, 1983, p. 38.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*.

muito tempo se resultou num consumir e deitar fora, constituindo processos básicos da degradação do ambiente. Deste modo, houve enormes alterações da paisagem natural, ao ponto de se perder as suas marcas em detrimento dos artificiais.

Com o passar do tempo houve uma viragem de atitude em relação ao ambiente, pois se assistiu uma progressiva consciencialização mundial a favor deste, ainda que, de uma forma utópica. Passou-se a dar grande atenção, dos “efeitos sobre o ambiente, na avaliação de algumas actividades económicas; a qualidade ecológica passou a ser um argumento da promoção comercial”²¹. Tudo numa perspectiva de uma melhor relacionamento com o nosso meio envolvente.

²¹ BEAUD, Calliope, et al, *O Estado do Ambiente no Mundo*, Lisboa, Instituto Piaget, 1993, p.21.

3. A defesa do Património em Cabo Verde - Estado da arte

Qualquer investigação desta natureza requer, sempre, um suporte que serve como ponto de partida e fundamentos, de modo a elaborar um trabalho coerente e válido.

Das pesquisas realizadas, não encontramos algum feito, em Cabo Verde, sobre esta temática, pelo que recorremos a alguns feitos no estrangeiro, que serviram de base para a nossa investigação.

Actualmente, há um interesse a nível mundial para a salvaguarda dos bens, tanto de propriedade pública, como privada, que despertem interesse em ser preservado, por representar importância para uma determinada sociedade, seja possível detectar a existência de um bem imaterial, traduzido pelo valor cultural, e um outro, de natureza material, tangível, sobre o qual incide o valor e que tem a qualidade de ser público, no sentido de ser usufruído por todos.

Não obstante, a preservação do património constitui uma obrigação de todos e é um imperativo legal adoptado por todos os países respeitadores da sua identidade.

Obviamente, à autoridade e estabelecimentos que gerem o património compete a “obrigação legal de serem os primeiros a defender, a preservar, a salvaguardar e a valorizar aquilo que é colectivamente nosso, que é a nossa memória colectiva”²².

Nesta óptica, todos os países querem recuperar alguns dos seus bens considerados escassos, com valor nacional e universal que devem ser salvaguardados, através de medidas legais.

²² TAVARES, António, *Património Cultural: só direitos ou também obrigações?* Disponível em <http://www.laranjasnoespeto.blogspot.com>, acedido em 26/06/2010.

Face a esta situação, em Cabo Verde, antes da independência nacional (5 de Julho de 1975) já se tinha legislado sobre a defesa do Património através do:

Diploma Legislativo nº10-72 de 26 de Junho, que *fixa, a título experimental, os meses de Julho, Agosto e Setembro como período de defeso da pesca de lagostas em Cabo Verde*. (Art. 1)

Isto é uma medida que merece especial atenção, uma vez que mostra uma certa preocupação com a apanha, de modo irracional, das espécies que poderá provocar o esgotamento das mesmas. Contudo, pretendemos tratar da questão acima referida, a partir de 5 de Julho de 1975.

Porém, apesar das limitações é de referir que encontramos, também, algumas leis relacionadas com o Património Cultural antes da data em estudo, nomeadamente a **Lei nº 13/74 de 17 de Dezembro** que *cria o Ministério da Educação e Cultura, que serviu de base para que o Governo de Transição possa criar algumas Leis relacionadas com a cultura. Posto isso, considerando que a cultura é um dos principais elementos da personalidade de um povo, no caso específico de Cabo Verde, ela foi reprimida e desvirtuada pelas autoridades coloniais através da marginalização cultural das massas populares*. Com isso, o Governo de Transição, através do **Decreto-Lei nº. 45/75 de 24 de Maio**, cria uma Comissão de Investigação e Divulgação Cultural. (Art.1º)

Esta Comissão tem as seguintes competências: *Inventariar o Património Cultural de Cabo Verde; orientar toda a actividade cultural e artística do Estado de modo a enquadrá-la na situação histórica actual, libertando-a de todas as taras alienantes e inserindo-a como parte actuante, na cultura universal; lançar as bases para um intercâmbio cultural com todos os Povos do Mundo, em especial da Guiné-Bissau, das antigas colónias portuguesas, Portugal, e países africanos de uma maneira geral*. (Art.2º)

Com efeito, “preservar a herança é negar fazer-se apagar como povo fazedor de História e parceiro na construção de um mundo melhor”²³. Essa ideia justifica-se pelo facto de agora vivemos numa cultura ameaçada, como consequência da globalização. Convém referir que a sua defesa passa pelo espírito da colectividade, sem levar em conta a questão dos grupos partidários ou de interesses económicos, que implicam a

²³ RODRIGUES, Moacyr, “Em Defesa do Património Cultural”, in *Voz Di Povo*, 11 de Março de 1989, p.5.

morosidade na defesa e preservação do património por parte do Organismo responsável.

A Portaria nº.45/75 de 7 de Junho do Ministério da Educação e Cultura, define a atribuição de Comissão de Investigação e Divulgação Cultural, criando Delegações da mesma e indica a sua composição. (Art.1º)

Tem por atribuição a investigação e Divulgação nos domínios da Literatura oral e escrita, costumes e tradições, estudo do Crioulo, Música, Arte e Arquitectura regionais, História de Cabo Verde, Cinema e Teatro.

Os organismos com intervenção na área da cultura devem mobilizar e coordenar os seus esforços com vista ao início imediato da implementação progressiva de uma rede nacional de centros de acção de dinamização cultural. No quadro das medidas para o aprofundamento da democracia participativa, “ eles devem promover a dinamização cultural a partir dos lares, das escolas, dos locais e frentes de trabalho, bem como das sedes do Partido e das organizações e de massas”²⁴.

Salienta-se, pois, que nessa altura, as questões relacionadas com o tema em estudo não despertavam muita atenção aos meios de comunicação social e, conseqüentemente esse assunto passou um pouco despercebido durante algum tempo.

A realização deste trabalho não constitui uma tarefa fácil, tendo em conta a carência de produções teóricas sobre o assunto em epígrafe.

Não obstante, esperamos que, com base nas produções internacionais e nas medidas legislativas tomadas em Cabo Verde, consigamos trazer informações pertinentes que servirão de base para futuras investigações.

²⁴ II Congresso do PAIGC, “Cultura define a Identidade de um Povo”, in *Voz Di Povo*, 2 de Agosto de 1983, P. 4.

4. Análise dos Programas dos Governos, dos Partidos Políticos e Planos Nacionais de Desenvolvimento

Para a abordagem deste capítulo recorreremos aos Programas dos Governos e dos Partidos Políticos, os Planos de Desenvolvimento e os Relatórios das Actividades desenvolvidas durante as Legislaturas dos sucessivos Governos, visto que estes são propostos pelos Partidos Políticos e Governos e, muitas vezes não são cumpridos, tendo em conta que, só o vencedor terá a oportunidade de os concretizar, por um lado, por outro, mesmo sendo eleito poderá não os realizar durante o período proposto e, por vezes, nem se quer vão ser materializados.

Desta feita, optamos em apresentar alguns pontos dos mesmos, considerados pertinentes, para a efectivação deste assunto.

4.1. Património Natural

4.2.1. Primeira República

Actualmente existe uma grande preocupação com o ambiente a nível mundial, visto que, os recursos naturais (a água, a biodiversidade, o solo, as rochas e os recursos marinhos) têm vindo a escassear de forma acelerada. Todos os países estão a redobrar

esforços no sentido de criar mecanismos de conservação da Natureza, embora haja negligência por parte dos que mais contribuem para a degradação ambiental.

Efectivamente, as características ambientais de Cabo Verde fazem com que tenhamos um número reduzido das espécies. Isso requer uma preocupação ainda maior para que possamos garantir a continuidade das poucas existentes.

Após a independência, houve uma nova viragem na administração do território, já que foram os próprios cabo-verdianos a gerirem os seus recursos. Entretanto, encontrámos poucas informações que datam o período em epígrafe.

Para melhor tratar este assunto, baseamos nos Programas dos Partidos Políticos, dos Governos e Planos Nacionais de Desenvolvimento, dos Governos da primeira e segunda república, respectivamente.

Saliente-se que estes são propostas apresentadas pelos Partidos Políticos e Governos e podem não ser cumpridos, visto que, quando se trata de Programas dos Partidos Políticos, só o vencedor tem a oportunidade de levar avante as suas propostas e quando se trata dos Planos Nacionais de Desenvolvimento poderão não ser cumpridos durante a legislatura.

Relativamente à primeira república não encontramos programas, nem planos referentes aos primeiros dez anos da governação. Porém, o então governo, no que diz respeito aos recursos naturais defende, no seu II Plano de Desenvolvimento 1986-1990, “a conservação de solos e água, correcção torrencial e reflorestação”²⁵.

Esta medida merece uma especial atenção, tendo em conta que as características da nossa orografia requerem uma intervenção específica do homem, com vista a torná-la num espaço gerador de rendimentos de que necessitamos. Portanto, nada melhor que a sua protecção.

No entanto, com a nova conjuntura política vivida a partir de 1990, os Partidos Políticos apresentam a sua plataforma eleitoral e, quando for governo, tenta materializá-la.

Assim sendo, o programa político do Movimento para a Democracia (MPD), no domínio do Meio Ambiente, propôs que *“assegura a todos os cidadãos condições para uma permanente melhoramento na qualidade de vida, com base num ambiente*

²⁵ II Plano Nacional de Desenvolvimento 1986-1990, Praia, Ministério do Plano e da Cooperação -- Direcção Geral, 1986, p.182.

físico ordenado e humanizado, para qual deverão contribuir uma política de ordenamento espacial e protecção do meio ambiente e uma política de habitação”²⁶.

Interessa referir que para se ter uma vida saudável é necessário que haja um meio propício. Nada melhor que um espaço bem organizado, tendo em conta que à nossa volta a natureza nos oferece milhares de formas de realizações pessoais e colectivas.

Importa saber que a qualidade de vida das populações depende de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Se este for demasiadamente afectado, comprometerá a sobrevivência dos seres vivos que, directa ou indirectamente, dependem do mesmo.

Neste sentido, urge a necessidade de defesa imediata da natureza, de modo a garantir, em primeiro lugar, o equilíbrio ambiental que passa, necessariamente, pela conservação dos seus recursos.

No mesmo programa assegura, “preconizar a inventariação, o estudo, a gestão integrada e a preservação de todos os recursos naturais de que Cabo Verde dispõe”²⁷.

Saliente-se que existe uma preocupação a nível mundial quanto à protecção dos recursos naturais e ambientais e isto faz com que venham sendo desenvolvidas pesquisas como forma de “identificar as principais causas, os causadores e as principais consequências da degradação do meio ambiente”²⁸.

A defesa do meio ambiente é sinónima da garantia de vida na terra, tendo em conta que a preservação das espécies e o equilíbrio ecológico são factores importantes para o desenvolvimento saudável do Homem que tira tudo o que necessita da natureza. Efectivamente, se isso acontecer de forma desequilibrada, comprometerá o bem-estar das gerações futuras, tendo em conta que a maioria dos recursos que o homem explora são os não renováveis.

4.2.2. Segunda República

A abertura política em Cabo Verde, nos anos 90, trouxe mudanças em relação à política do ambiente e, conseqüentemente, melhorias em relação à tomada de muitas

²⁶ *Programa Político do Movimento para a Democracia*, Praia, edição do MPD, 1990, p.64.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ MEDINA, António Delgado, “Relação entre pobreza e Meio Ambiente”, in *Expressodasilhas*, 24 de Agosto de 2005, p.8.

medidas normativas, com vista a melhorar o relacionamento do homem com o meio ambiente, embora existam algumas insuficiências no cumprimento destas, pelo facto de existirem carências de estruturas eficazes, capazes de fazer valer as iniciativas tomadas em relação às ameaças contra o património natural.

Com a vitória do Movimento para a Democracia (MPD), saída das primeiras eleições legislativas, no domínio do Meio Ambiente, o novo Governo elegeu como objectivos: *Proteger os recursos naturais terrestres, em especial os solos, a água e a biodiversidade e garantir a sua exploração sustentável; inventariar a flora e a fauna terrestre e marinha, bem como políticas e medidas tendentes a protecção das espécies endémicas ou em risco de extinção, e a salvaguarda dos recursos genéticos representados pelas espécies endémicas e pelas espécies adaptadas; criar zonas protegidas e reservas marítimas, designadamente com o propósito de criar habitats que assegurem a renovação dos stocks; actualizar e divulgar a legislação relativa às espécies protegidas.*

Obviamente, já era altura de repensar a melhor maneira de conviver com o ambiente, tendo em conta que, apesar de existirem leis relacionadas com a defesa da natureza, existe pouco conhecimento destas por parte daqueles que diariamente procuram satisfazer as suas necessidades imediatas no meio onde estiverem. Como solução, seria importante fazer estudos aprofundados sobre as relações existentes entre a pobreza e a degradação ambiental, como forma de se conseguir uma melhor formulação e implementação de políticas capazes de surtirem efeitos a curto, médio e longo prazo.

Já na elaboração do III Plano Nacional de Desenvolvimento 1991-1995, “*atendendo que a tensão populacional sobre o meio ambiente é cada vez maior, com tendência para um maior agravamento, viu-se que as acções de restauração/valorização do ecossistema, através de sistemas agro-florestais, silvopastoris e agrossilvopastoris devem ser intensificadas e complementarizadas com outras estruturas de conservação do solo e da água*”²⁹.

Convém referir que a protecção do meio ambiente exige o envolvimento de todos. Naturalmente, deverão ser tomadas medidas diversificadas que ultrapassem um mero quadro normativo. Assim sendo, impõe-se uma acção concertada das diferentes instituições que visem a sensibilização dos cidadãos, através de programas de

²⁹ III Plano de Desenvolvimento, 1991-1995, I vol, Praia, Ministério das Pescas Agricultura e Animação Rural, 1992, p. 17.

formação/informação para uma educação ambiental, capaz de gerar mudanças comportamentais eficazes de modo a garantir a continuidade das espécies naturais que possam manter o equilíbrio do ecossistema na terra.

No domínio da protecção do meio ambiente, foi a pretensão do então Governo em criar um organismo que proteja o património natural e construído, sensibilizando as populações para a conservação, protecção e salvaguarda deste património.

Uma das medidas fundamentais para a garantia da preservação desse património é, sem dúvida, o engajamento das populações nas questões relacionadas com a natureza, por um lado, por outro, a elaboração de programas curriculares que englobam a educação ambiental em todos os níveis de ensino, de modo a preparar as crianças, futuros responsáveis para o equilíbrio ambiental.

Relativamente ao turismo rural, defendeu-se “*o embelezamento da paisagem, nomeadamente, pela reflorestação e infraestruturação de parques botânicos, jardins zoológicos, parques e reservas naturais*”³⁰.

É de salientar que organizações de carácter não governamental, também estiveram envolvidos nessa acção, como é o caso da Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento (ADAD), com intervenções no domínio do meio ambiente e no da melhoria das condições de vida das populações.

Com efeito, esta Associação vem realizando várias acções, em especial “a sensibilização e divulgação das convenções internacionais sobre a seca e desertificação, a biodiversidade e as mudanças climáticas, e entre outros”³¹.

Realça-se que isto tem a sua importância, na medida em que engaja as populações locais na conservação do seu meio que, de uma forma ou de outra, contribui para a melhoria do ambiente e, consequentemente, o equilíbrio e a sustentabilidade dos recursos naturais. Para isso, realizam-se palestras em muitas escolas do país, com temas alusivos ao meio ambiente.

No que concerne à criação de jardins, é uma medida extremamente importante, uma vez que esta área protegida é incorpora colecções de plantas vivas, documentadas e identificadas para a “pesquisa e documentação do património florístico do País,

³⁰ *Ibidem*

³¹ ADAD, *Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento*, disponível em <http://www.fao.org>, acedido em 21/03/2010.

acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura e à conservação do meio ambiente”³².

Realmente, há uma necessidade de lembrar que um meio ambiente com diversidade biológica em grande quantidade é muito mais atractivo e permite a sua manutenção e o equilíbrio ambiental.

Cabo Verde conta com algumas zonas que oferecem condições para a criação dessas áreas “para se conservar e preservar os endemismos, principalmente os que se encontram em vias de extinção, como é o caso do *Echium vulcanoreum*”³³.

O nosso arquipélago tem um número bastante reduzido de espécies animais e vegetais, visto que as condições climáticas não são favoráveis à multiplicação destas, por um lado, por outro, a descontinuidade territorial aliada à apanha desajustada destas, constituem factores importantes para a diminuição dos ecossistemas.

Segundo a Associação Mineira da Defesa do Ambiente, “os jardins botânicos podem ser considerados arcas-de-Noé, por guardar espécies importantes da flora, muitas, ameaçadas de extinção”³⁴.

Todavia, é necessário saber que há um problema ecológico quando se explora o meio ambiente de uma forma exagerada, onde muitas vezes se resulta em consequências negativas que põem em causa a qualidade de vida das populações. Neste sentido, urge ter a consciência de que o homem constitui o principal agente ameaçador da natureza, porém, o mesmo consegue fazer com que haja um equilíbrio, intervindo nela de uma forma inteligente.

A nosso ver, tratando-se de área protegida, a sua melhor exploração/utilização passa, necessariamente, pela implementação do ecoturismo, de modo a integrar o turismo com a protecção e conservação dos recursos naturais e construídos, privilegiando o envolvimento da população local.

O conhecimento do real valor dos nossos recursos naturais implica a responsabilização dos que exploram directamente o meio ambiente, pois não é fácil adoptar uma boa política de gestão daqueles sem se ter a noção do seu estado actual.

Tendo em conta que os lugares protegidos oferecem recursos naturais, é necessário que estes sejam trabalhados de modo a se tornarem produtos atractivos,

³² DALCIN, Eduardo, *Rede Brasileiro dos Jardins Botânicos*, disponível em <http://www.rbjb.org.br/>, acedido em 25/11/2010.

³³ CRUZ, José Henrique Vera, “Jornadas ecológicas no Fogo, Jardim Botânico no Paúl”, in *Ekhos do Paúl*, Revista de Informação e Cultura, n°7/10, 1996, p.81.

³⁴ AMDA, *II Arca de Noé*, disponível em <http://www.amda.org.br/>, acedido em 30/05/2010.

criando aí algumas infra-estruturas básicas que vão servir de apoio às actividades que se desenvolvem.

O importante é, em primeiro lugar, fazer um estudo do impacto ambiental e criar as vias de acesso, de comunicação, instalações de centros de saúde, de modo a garantir o bem-estar dos visitantes e das populações do seu entorno.

O ecoturismo pode ser uma das estratégias eficaz na conservação da natureza, “por ser capaz de aliar a conservação da natureza em desenvolvimento, e verificar se esse potencial está sendo adequadamente explorado pelos administradores dessas áreas”³⁵.

Isso garante, por um lado, a continuidade de exploração do ambiente sem que haja o esgotamento e, por outro, sensibiliza os turistas e as populações locais na conservação da natureza, tendo em conta que há fraca participação das populações na preservação do meio ambiente, embora esta tenha sido importante nas actividades de florestação devido a uma maior sensibilização neste domínio. “A maioria dos projectos tem visualizado as populações, nomeadamente as rurais, unicamente como potenciais fornecedores de trabalho”³⁶.

Não se deu a devida atenção à necessidade das populações em assumirem a manutenção e adequada exploração das infraestruturas e recursos introduzidos, e esta constitui uma das principais motivações pela falta da participação na protecção da fauna, da flora selvagem e do solo.

No relatório geral do III Plano Nacional de Desenvolvimento 1992-1995, no que se refere às políticas, programas e práticas, o Governo defende: *Continuar a preservar a cobertura vegetal existente; aumentar a superfície arborizada, com ênfase na diversificação dos extractos arbóreos, arbustivos e herbáceos, na perspectiva da conservação da diversidade biológica; desenvolver quantitativa e qualitativamente os recursos biológicos, de que dispomos, nomeadamente as espécies vegetais endémicas (medicinais e aromáticas); inclusão nos curricula escolares de temas sobre o ambiente e fornecer aos professores formação e materiais adequados para que o ensino desta temática tenha o desejado sucesso; criação de uma instituição nacional responsável pela política ecológica e ambiental, com a capacidade, competência e*

³⁵ KINKER, Sónia, *Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques nacionais*, São Paulo, Papirus Editora, 2002, p.11.

³⁶ *III Plano Nacional de Desenvolvimento 1992-1995: Relatório Geral*, I vol, Praia, Chefia do Governo, (s d), p.116.

autoridade para congregar os esforços, sugerir normas e regulamentos e fiscalizar a actividade dos agentes públicos e privados intervenientes, directa ou indirectamente, no espaço nacional, apoiando-se em sistemas adequados de informação; sensibilização e responsabilização das vontades colectivas e individuais na valorização e salvaguarda do património natural e do ambiente construído, através do reforço do papel das comunidades locais, da elevação da consciência e educação ambientais do público, do aumento da participação da mulher na gestão dos recursos naturais; criação de parques e reservas naturais e de museus de recursos naturais.

A tomada dessa decisão justifica-se porque o uso desses espaços é regulado com a finalidade de “salvaguarda de valores patrimoniais, isto é, que existe um suporte legal que limita o uso das terras nelas inscritas a certas regras de compatibilidade e de incompatibilidade”³⁷. Saliente-se que a conservação da natureza não é uma tarefa fácil, tendo em conta que as populações locais já estão acostumadas em tirar os recursos sem nenhuma restrição, já monitorizando o acesso a esses bens, podem entrar em conflito com os administradores dos Parques.

Para minimizar esse problema, é necessário, em primeiro lugar, apostar fortemente na educação e campanha de sensibilização das populações e integrá-las na elaboração do plano de gestão e definir as responsabilidades para com os envolventes.

É indispensável que as populações locais saibam que quanto mais qualidade ambiental tiver a área natural, ou seja, quanto mais conservada, maior será seu diferencial no mercado; não se deve degradar os recursos existentes; deve-se utilizar arquitectura ambiental e culturalmente adequada.

Actualmente, a degradação do ambiente ocorre não só nos países desenvolvidos, como também nos pobres, devido à pressão, tanto da produção como da população, para poderem usufruir dos recursos gerados pela natureza. Daí para garantir a sustentabilidade da exploração implica, necessariamente, o conhecimento das leis que regem o meio ambiente.

Relativamente a este assunto é necessário contemplar a inventariação de flora e fauna terrestre e marinha, bem como adoptar algumas medidas capazes de “proteger as espécies endémicas ou em risco de extinção, e salvaguardar os recursos genéticos representados pelas espécies endémicas e pelas espécies adaptadas”³⁸.

³⁷ PANAPRESS, “Dois novos parques naturais em Cabo Verde”, disponível em <http://www.panapress.com/>, acedido em 15/03/ 2010.

³⁸ Programa do II Governo Constitucional da II República, Paria, Chefia do Governo, 1996, p.142.

Esta tomada de decisão é necessária porque permite multiplicar as espécies mais ameaçadas e facilita a sua divulgação, de modo que possa despertar mais interesse na sua conservação.

No programa de 2001 a 2005, na perspectiva do Governo sustentado pelo Partido PAICV, almeja uma política ambiental, “especialmente empenhada na utilização prudente e racional dos recursos naturais e no cumprimento das responsabilidades para com as gerações vindouras”³⁹.

A conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas constituem assim, uma preocupação central que deverá ser traduzida numa orientação política de carácter horizontal, e tomada em devida conta em todas as outras políticas sectoriais.

Nas grandes Opções do Plano, o mesmo Governo propõe fazer de Cabo Verde “um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida”⁴⁰.

Para isso, é necessário que haja uma articulação dos programas ambientais com outros programas e projectos destinados à criação de emprego e rendimento no meio rural como forma de garantirem o desenvolvimento ambiental saudável.

Os Governantes têm um papel determinante na promoção de políticas específicas que valorizem o seu património, no sentido de projectar um futuro menos comprometedor às novas gerações que, por sua vez, são convocadas a fazerem a manutenção de tudo o que lhes for transmitido.

No Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005, o Governo supracitado elegeu como prioridade, “a actualização e implementação de Plano de Acção Nacional para o Ambiente como instrumento de toda a intervenção no domínio da protecção dos valores ambientais”⁴¹. Entretanto, mais do que isso, atribui aos Municípios responsabilidades em traçar algumas directrizes, descentralizadas, de modo a motivar as populações para assumirem as suas verdadeiras responsabilidades. “Este princípio constitui a base para a elaboração e implementação descentralizadas dos Planos Ambientais Municipais (PAM)”⁴².

³⁹ *Programa do Governo para a VI Legislatura 2001-2005*, Praia, Chefia do Governo, (s d), p.42.

⁴⁰ *As Grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica*, Praia, Conselho de Ministros, 2001, p.2.

⁴¹ *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005*, I vol., Praia, Direcção-Geral do Planeamento, 2002, p.91.

⁴² *Ibidem*.

Uma atitude que merece uma atenção especial tem a ver com eleição da definição e implementação de um sistema de informação nacional para o ambiente.

4.2. Património Cultural

4.2.1. Primeira República

O património cultural como um conjunto de bens materiais e imateriais que garantem a identidade dos grupos sociais, por um lado, por outro, interliga as gerações entre si, merece uma especial atenção por parte de todos.

Nesta concepção, a identidade cultural reencontrada e revigorada deverá fazer parte dos propósitos da reconstrução nacional.

Tendo em conta que a história de qualquer comunidade só é conhecida, se realmente forem conservados os seus traços deixados do passado, e isto passa, necessariamente, pela vontade política dos dirigentes e também da sociedade em geral.

Face a esta situação apareceram, na década de 80, alguns interesses na preservação dos monumentos e outros imóveis, incluindo “as peças mais significativas do artesanato, pintura, escultura e artes decorativas, arquivos e bibliotecas, espólios privados, recolha da tradição oral e folclore, análise das técnicas tradicionais, etc.”⁴³.

A política cultural não deve ser concebida como uma simples protecção e preservação do que já existe – seja ele património material ou imaterial, mas sim como meio de promoção e difusão de todas as manifestações da cultura nacional, de acordo com as aspirações das populações. Neste sentido, a partir de 1983, o Governo defende no seu programa que a “acção cultural deverá continuar a desenvolver-se no plano de colecta, análise e difusão das tradições orais e no plano do encorajamento à literatura popular e à promoção artística”⁴⁴.

Nota-se que as recomendações feitas anteriormente surtiram efeitos, tendo em conta que o Governo de então reconheceu a importância da salvaguarda dos bens

⁴³ LOPES FILHO, João, “Por Uma Política Cultural”, in *Ponto e Vírgula*, Revista de intercâmbio cultural, Cabo Verde, Ponto e Vírgula Edições, 1983-1987, p. 6.

⁴⁴ PEREIRA, Aristides, *Reforçar o Partido e a democracia, consolidar a independência, Relatório do Conselho Nacional ao 2º Congresso do PAICV*, Praia, (21 a 27 de Junho de 1983), Edição do DIP do PAICV, p.76.

culturais que, durante o colonialismo foram reprimidos, devido ao desequilíbrio das forças existentes nessa época.

Entretanto, para que consigamos harmonizar o tradicional com o modernismo e não nos conduzamos “ a novas formas de alienação, é necessário que a nossa política cultural seja sabiamente aplicada de modo a levar à integração harmoniosa dessas duas componentes culturais”⁴⁵.

Para isso, o Partido deve procurar ganhar o poio das populações e concretizar os seus ideais, para criar condições de modo que os escritores e artistas cabo-verdianos possam expandir a sua criatividade e incentivando-os a que se ponham resolutamente ao lado do povo na defesa, das suas conquistas e na preservação da nossa identidade cultural.

Esta medida começou com a atribuição dos diversos prémios ligados à produção cultural que, certamente, constituiu um imperativo importante para a criatividade.

No I Plano Nacional de Desenvolvimento foram identificados três tipos de intervenção, nomeadamente, “a recuperação de um edifício para a instalação do Instituto Nacional de Cultura - instalação do Centro Nacional de Artesanato - medida para a preservação do Arquivo Histórico”⁴⁶.

Salienta-se que, embora não se tenha conseguido realizar cabalmente estas acções, conseguiu-se localizar as fontes de financiamento para as duas primeiras preocupações e, para a última, incidiu-se “sobre o levantamento de alguma documentação existente no país, a obtenção de algum equipamento e a remodelação de um pequeno local onde a documentação vem sendo tratado”⁴⁷.

O então Governo elegeu a cultura como a pedra fundamental da política e desenvolvimento, numa perspectiva global.

A nova política de desenvolvimento cultural procura combater a alienação cultural e contribuir para a construção de um futuro melhor, de progresso baseado no conhecimento multifacetado e no equilíbrio entre os valores individuais imprescindíveis à realização da pessoa humana e do bem-estar social.

Prevê-se, na protecção e valorização do Património Cultural: Recuperação da Cidade Velha; recuperação do Seminário e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 79.

⁴⁶ *II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1986-1990*, vol. II, Praia, Ministério do Plano e da Cooperação, Direcção-Geral de Planeamento, Junho de 1986, p. 183.

⁴⁷ *Ibidem*.

São Nicolau; criação do Museu Nacional de Cultura; criação do Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Na implantação da Investigação Cultural: A Criação e instalação do Instituto Nacional de Cultura.

Na acção, dinamização e divulgação das actividades culturais: A Criação de uma biblioteca nacional e de uma outra municipal; criação de centros de animação cultural.

A antiga Cidade da Ribeira Grande (actual Cidade Velha), desempenhou um papel de destaque durante a época dos descobrimentos europeus, na medida em que com o aumento da escravatura transformou-se num dos vértices do triângulo aquando do tráfico escravo, entre a Guiné, Cabo Verde, Américas, visto que este porto servia tanto para o reabastecimento dos navios, como para o baptismo e ladinização de escravos, bem como para os negreiros “adquirirem os conhecimentos dos panos que utilizavam como moeda de troca na aquisição de escravos”⁴⁸.

A este respeito, António Carreira afirmou que “os ladinos provinham, por um lado, de grupos com permanência em Santiago, onde haviam entrado crianças ou adolescentes e aí baptizados e ensinados a trabalhar e falar”⁴⁹.

Isso não resta dúvida, devido à sua posição estratégica que gozava na altura e também pelo facto de não havia concorrência de outros portos que fez com que o porto de Ribeira Grande fosse a melhor alternativa. Serviu como placa giratória da navegação do Atlântico e por aí passaram as naus dos célebres descobridores que tanto viajara para a Índia como também para as Américas. Funcionou também, como “centro experimental onde se ensinava a adaptação de espécies vegetais e animais antes da sua introdução na Europa, ou com vista à expansão noutras regiões do mundo tropical”⁵⁰.

A Cidade acima referida deu um grande contributo para a humanidade, se levarmos em conta todos esses pressupostos que, de uma maneira em geral, contribuiu tanto no fornecimento de pessoas, animais e plantas para os outros continentes.

O papel que a Cidade Velha desempenhou na história da economia mundial é incontestável, uma vez que quase toda a actividade lucrativa na época dos

⁴⁸ LOPES FILHO, João, “Musealização da Ribeira Grande em Cabo Verde”, in *Revista Ilenha*, Nº4, Jan. Jun., 1989, p.37.

⁴⁹ CARREIRA, António, *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata* (1460 – 1878), 3ª Edição, Praia, IPC, 2000, p.264.

⁵⁰ LOPES FILHO, op. cit. p. 38.

descobrimientos europeus passava para o Porto da Ribeira Grande. Neste caso, ela merece uma melhor atenção por parte da Comunidade Europeia pela ajuda que deu na propagação das espécies, durante a época colonial.

Convém referir que, as autoridades de então não estavam preocupadas com o desenvolvimento do arquipélago, mas em satisfazer os seus interesses. Daí não melhoraram as condições do acesso aos navios que aí aportavam. Obviamente, é de esperar que outros portos estivessem interessados em fazer concorrência, o que veio a acontecer a partir dos finais do século XVI, juntamente com os frequentes ataques que levaram à decadência da Ribeira Grande, que não favorecia condições propícias para a prática de outro tipo de actividade rentável.

Actualmente só resta aldeia de pescadores e agricultores pobres e os vestígios “da antiga riqueza da cidade sejam elas paredes esventradas, canhões abandonados ou cantarias em cunhais dos casebres que abranjam os actuais habitantes”⁵¹. Realmente, nessa localidade, existem vestígios importantes que constituem a memória colectiva do povo cabo-verdiano, e estes constituem a preocupação dos governos em valorizá-los e preservá-los.

O Programa Político do MPD (1990) defende que a cultura deve ser vista como “uma componente de toda a vida social, como resultante de uma afirmação efectiva do aprofundamento da ideia democrática que propugna a todos os níveis da vida nacional”⁵².

Tendo em conta que a política cultural impõe que se assegure a todos amplos e *“progressivos direitos culturais e os meios para a sua efectiva realização, preconiza: A completa liberdade de criação e divulgação literárias, artística e científica, a qual não se pode ser sujeita a quaisquer formas de censura e discriminação; deste modo, a política e a intervenção do Estado e dos seus órgãos deverão estar limitados à criação de meios (naturais, financeiros e outros) que estimulem e facilitem a livre circulação, a divulgação e a difusão de obras literárias, artísticas e científicas; a defesa e valorização da língua nacional e dos demais valores do património cultural do país; a concessão de todo o apoio à divulgação, tanto no país como no estrangeiro, dos valores culturais cabo-verdianos, com respeito pelos direitos de autor”*⁵³.

⁵¹ LOPES FILHO, João, in *Revista Islenha*, p.37.

⁵² *Programa Político do Movimento para a Democracia*, Praia, edição do MPD, 1990, p. 67.

⁵³ *Ibidem*.

O Crioulo cabo-verdiano coabitou, durante a época colonial, com o português, e foi alvo da repressão das autoridades de então. “Deste modo, um verdadeiro genocídio cultural foi praticado contra a língua cabo-verdiana e aqueles que não tinham acesso à língua portuguesa”⁵⁴.

Assim sendo, merece uma melhor atenção, já que todos os Governos elegem-na (a língua) como um factor da unidade nacional.

Dulce Almada defende a necessidade da “instrumentalização da língua cabo-verdiana, de molde a ela poder ser utilizada correctamente no ensino, na comunicação social, na administração”⁵⁵. Uma outra preocupação proposta por ela mas de carácter meramente política tem a ver com a sua oficialização.

Este assunto ainda é uma questão polémica que deixa os decisores políticos, e a própria sociedade civil dividida, visto há uma certa resistência e relação à sua oficialização. Porém, há que fazer um trabalho aprofundado de modo que todos sejam capazes de reconhecer o verdadeiro valor que a língua cabo-verdiana (crioulo) tem no dia-a-dia dos cabo-verdianos, para depois proceder com o reconhecimento oficial do seu estatuto.

Existe contudo, um problema, dado que em Cabo Verde, “os habitantes de cada ilha têm a sua forma de pronunciar as palavras é necessário evitar paixões ou bairrismos, ser isento e capaz de unir corações e criar vontades”⁵⁶.

A língua cabo-verdiana é um dos elementos fundamentais da nossa identidade. Daí, existe uma estreita ligação entre elas, tendendo a funcionalidade e o significado sócio-cultural. Deve ser valorizada, pelo facto dela ser a mais utilizada no dia-a-dia dos cabo-verdianos.

De facto o estudo e a investigação à volta da língua crioula, a sua divulgação, e a elaboração de uma gramática, e de normas da sua escrita, assim como a sua crescente utilização na escrita de obras literárias, constituem, sem dúvida alguma, uma grande revolução na literatura cabo-verdiana e uma conquista de primordial importância para o futuro, não só da literatura cabo-verdiana, como também do ensino em Cabo Verde. As obras literárias, em crioulo, publicadas ultimamente, e a sua recepção calorosa no seio do público cabo-verdiano falam por si.

⁵⁴ DUARTE, Dulce Almada, “A Diglossia ao Bilinguismo”, in *Revista Cultura*, Praia, Ministério da Cultura, Setembro, 2001. P.140

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ ANDRADE, André Melo, “Acerca do Crioulo Cabo-verdiano”, in *A Semana*, 9 de Setembro, 2005, p.6.

4.2.2. Segunda República

No III Plano Nacional de Desenvolvimento, o Governo defende: “Inventariação exaustiva de todos os artesãos, técnicos e núcleos de actividades, bem como de matérias-primas locais; modernização e dinamização do artesanato”⁵⁷

A valorização do artesanato tradicional constitui uma mais-valia na preservação da cultura cabo-verdiana, dado que, ao lado deste, estão sempre as outras manifestações culturais características do povo cabo-verdiano.

Com efeito, a existência de variedade do artesanato, em Cabo Verde explica-se pelo facto de o artesão explorar as matérias-primas locais. Neste sentido, é necessário salvaguardá-lo, de modo a preservar algumas técnicas utilizadas, como forma de garantir a continuidade dessa manifestação artística que sempre acompanhou o homem cabo-verdiano, no seu modo de vida.

Actualmente, o nosso artesanato anda “ameaçado pelo crescente processo de industrialização dos artefactos, deve ser encorajado com a formação de técnicos e de artesãos especializados”⁵⁸, para que possa concorrer com os outros que vêm, sobretudo dos nossos países vizinhos.

Nesta óptica, nada melhor que a intervenção dos Governos que são responsáveis para a criação de mecanismos legais na intervenção das manifestações artísticas, visto que, com a nova conjuntura que vivemos hoje, nomeadamente com a entrada de Cabo Verde na OMC e, com a introdução de novas matérias-primas, se não houver uma política de preservação, com um tempo deixaremos de ter um artesanato tradicional típico.

Como essas manifestações não foram exploradas convenientemente durante a época colonial, já pós-independência, com a criação do Centro Nacional do Artesanato em São Vicente, se conseguiu dar um passo significativo no aumento da produção de muitas peças que vão servir de atractivo para o turismo, mas também serviu como espaço de formação de vários artesãos.

⁵⁷ *III Plano Nacional de Desenvolvimento 1992-1995*, Praia, Ministério das Pescas agricultura e Animação Rural, p.25.

⁵⁸ LOPES FILHO, João, *Cabo Verde Subsídios para um levantamento cultural*, Lisboa, Plátano Editora, 1981, p.97.

O Governo propôs, no domínio da indústria da cultura, “constituir uma rede especializada na pesquisa, informação, promoção, comercialização e difusão de bens culturais”⁵⁹.

Esta proposta nunca saiu do papel, aliás, algum elemento das entidades responsáveis pelo Património, no caso concreto do então Ministro de Cultura, tem sido a usufruir de algumas peças em proveito próprio. A este respeito, Moacyr Rodrigues criticou a atitude do Ministro da Cultura de então Governo que espoliou peças no Palácio da Cultura, Museu etnográfico, sem se fazerem acompanhar do seu histórico. “Defensor do património, tem várias intervenções que desfeiteiam a cidade para além de destruírem o museu etnográfico levando peças da Luísa Queiroz e do Manuel Figueira para fora do país”⁶⁰.

Realmente, se isso aconteceu, ou tal ministro desconhece o valor que as peças representam para Cabo Verde, ou fê-lo por abuso de poder, que muitas vezes tem acontecido, pelo facto da ignorância ou pela insensibilidade. Atendendo que o património cultural constitui a herança colectiva recebida dos nossos antepassados, apropriado e transmitido para garantir a sua continuidade, daí todos têm a obrigação de conservá-lo, na medida em que ele não constitui propriedade individual mas colectiva. Para que isso aconteça, primeiramente, há que existir a vontade política e uma educação patrimonial com bases sólidas, capazes de proporcionar o interesse para a preservação de todos os bens patrimoniais, seja cultural ou natural.

No domínio da Língua nacional, o Governo defende desenvolver “estudos científicos e orientados por técnicos competentes na matéria, fixar metas e determinar etapas para a oficialização do crioulo como língua nacional, ao lado do português”⁶¹.

Esta questão é de extrema importância. Todavia, durante tal legislatura não se chegou os resultados dos estudos feitos, o que veio a contribuir para que a tão desejada oficialização não tivesse acontecido, até esta data.

A língua cabo-verdiana merece ser objecto de estudo e de investigação pelos especialistas competentes, de modo a permitir leituras adequadas e oportunas para lhe devolver o seu verdadeiro valor, no contexto linguístico cabo-verdiano. Se isso vier a acontecer, poderá adquirir todas as condições necessárias para que possa ser utilizada,

⁵⁹ *Programa do II Governo Constitucional da II República*, Praia, Chefia do Governo, 1996, p. 34.

⁶⁰ RODRIGUES, Moacyr, “Em Defesa do Património Construído”, in *A Semana*, 27 de Agosto de 2004, p. 5.

⁶¹ *Programa do II Governo Constitucional da II República*, Praia, Chefia do Governo, 1996, p.159.

num futuro próximo, como língua da literatura e de comunicação formal, capaz de orgulhar todos os cabo-verdianos.

“Neste momento, há uma certa resistência, em utilizar o crioulo como língua oficial o que é normal, porque as pessoas não o estudaram e não o aprenderam”⁶².

Difícilmente deixa de haver entraves na oficialização do crioulo, visto que é um pouco complicado chegar a um consenso total nesta matéria. O certo é que deve haver uma certa sensibilidade e boa vontade que são as condições indispensáveis, tendo em conta que não vamos perder, se isso acontecer.

Portanto, é preciso começar a ensinar o crioulo neste momento. “As bases já estão criadas para isso. Já há um trabalho sério e de mérito do linguista Manuel Veiga, com uma gramática bem estruturada e elaborada”⁶³.

Relativamente a este assunto, é necessário estudar e definir as regras de modo a não constituir problemas na sua utilização, como forma de debelar a tal resistência do não reconhecimento do seu estatuto, por parte de alguns utentes. Há que reunir especialistas na matéria para fazerem um estudo aprofundado, como forma de prever, ao máximo, eventuais constrangimentos que poderão surgir, após a sua oficialização e a sua utilização no ensino.

Nas grandes opções do Plano, 2001-2005, o Governo do PAICV, através do Ministério da Educação Cultura e Desportos, propôs como objectivos: “*Reformar os curricula e as práticas pedagógicas no ensino básico e no ensino secundário, com o objectivo de reforço dos valores culturais cabo-verdianos; reforçar e valorizar os diferentes aspectos da cultura, da história e da arte cabo-verdianas nos curricula*”⁶⁴.

No que se refere a essa questão, defende que será especialmente “através da cultura que Cabo Verde poderá dar o seu modesto contributo à “aldeia global”, preservando, enriquecendo e salvaguardando, avisada e adequadamente, a sua identidade”⁶⁵.

Outrossim, é importante lembrar que a não preservação e valorização dos traços culturais positivos põe em causa a identidade e o desenvolvimento de qualquer país. Cabo Verde não fica de fora neste assunto. Com efeito, deve-se atribuir particular

⁶² SPÍNOLA, Dany, *Sobre o Crioulo, a sua oficialização e ensino*, disponível em <http://dspinola.caboindex.com/manifesto/06.php> -, acedido em 12/04/2010.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *As Grandes Opções do Plano 2001-2005*, Praia, Chefia do Governo, 2002, p.6.

⁶⁵ *Ibidem*.

importância à dimensão cultural, integrando-a na planificação, em todos os sectores, o que implica a definição de uma política cultural global, de forma a garantir um desenvolvimento económico sustentado.

5. Legislação sobre a defesa do Património (1975- 2005)

A abordagem desse capítulo assenta-se, sobretudo, na referenciação analítica, inserindo portanto, sinopses dos conteúdos de algumas Leis, Decretos-Lei, Decretos-Regulamentares, Portarias, Resoluções Ministeriais e Despachos, tendo em conta que estes são emanados a partir da Assembleia da República e os Governos limitam apenas a cumprir.

Desta feita, para melhor tratamento optamos por apresentar alguns artigos, considerados mais importantes para essa análise, com o apoio em alguma documentação complementar.

5.1. Património Natural

Existem, actualmente, preocupações a nível mundial, respeitante à defesa do património, a ponto que as Organizações Internacionais assumem uma parte de responsabilidade e delega a outra aos Governos dos Estados onde se encontram os bens que podem ter interesses nacionais, em particular e para a humanidade em geral.

Neste sentido, a Unesco deu várias orientações que serviram de base para que cada país possa elaborar os seus instrumentos legais para a defesa do seu património.

Tendo em conta que Cabo Verde viveu durante alguns séculos sob a dominação colonial portuguesa, com interesses próprios, isso levou-nos a fazer um levantamento

de algumas leis, a ponto de perceberem se houve preocupação com a defesa do nosso património, antes da independência, que serviu de base ao novo governo para continuar com a mesma intenção.

Salienta-se que optamos por começar a nossa pesquisa a partir da segunda metade do século XX, para a efectivação dessa dissertação.

5.1.2. Primeira República

Das pesquisas realizadas, não encontramos leis relacionadas com a defesa do património natural, que datam os primeiros dez anos da independência nacional. Contudo, salienta-se que tem intensificado a concepção da legislação sobre conservação da Natureza desde a independência do país em 1975. “Os diversos instrumentos jurídicos têm incidido essencialmente na gestão e conservação da cobertura florestal existente, na introdução de novas espécies vegetais”⁶⁶. Tem sido envidado esforços no sentido de promover um maior envolvimento da população nas actividades florestais, criação de novas áreas florestais, promoção de agrofloresta e, mais recentemente, na conservação e gestão de espaços protegidos.

Porém, foi a partir dos anos 80 que se começou a dar mais atenção à questão da preservação do património natural, na primeira Constituição da República de Cabo Verde, publicada em 1980, referindo no seu artigo 9º que “o Estado de Cabo Verde exerce competência exclusiva em matéria de conservação e exploração de recursos naturais, vivos e não vivos, na sua zona económica exclusiva, definida por lei”⁶⁷.

Sendo esta a lei magna do país, vai servir para a elaboração e enquadramento das outras em matéria da Património do país.

Entretanto, passados sete anos da sua publicação, começou-se a preocupar com a defesa das espécies da fauna marinha, através do Decreto-Lei N°97/87 de 5 de Setembro, que fixa como período de defeso da pesca das tartarugas marinhas, que decorre de 1 de Julho a fim de Fevereiro. (Art.17º)

⁶⁶ BRILHA, José; GOMES, Alberto da Mota; PEREIRA, José Manuel, *Proposta para a promoção do património geológico e da geoconservação na conservação da natureza de Cabo Verde*, disponível em <http://www.yearofplanetearth.org>, acedido, em 27/01/2010.

⁶⁷ *Constituição da República de Cabo Verde*, Praia, Assembleia Nacional Popular, 1980, p. 30.

Este acto é meritório, porque existem muitas pessoas que apreciam a carne desse animal que, muitas vezes, para satisfazerem os seus interesses, esquecem-se do perigo que estão causando à natureza.

Neste sentido Cabo Verde foi sensibilizado por esse problema ecológico e manifestou a sua intenção de proteger as espécies de tartarugas marinhas que frequentam as nossas águas e desovam nas nossas praias. “Fixa o período decorrente de 1 de Julho a fim de Fevereiro, sendo expressamente proibida a sua captura, posse, detenção ou aquisição e comercialização no referido período”⁶⁸.

Convém referir que essas medidas, entre outras, visam um objectivo universal que é o de preservar o equilíbrio da natureza e conservação da própria vida.

No que diz respeito a essa questão, há o mito de que a carne desse animal tem uma potencialidade ímpar (virilidade), daí a sua apanha de forma desenfreada, ignorando as leis que proíbem a prática de tal acto, bem como a aplicação de coima e outras sanções.

A Lei Nº79/III/90 de 29 de Junho *considera pertencentes ao domínio público do Estado e declara como reservas naturais a ilha de Santa Luzia e todos os ilhéus que integram o arquipélago de Cabo Verde, designadamente os ilhéus Branco, Raso, de Santa Maria, Seco ou Rombo, de Cima, e ilhéu Grande, de Curral Velho e Baluarte.* (Art.1)

O país insular caracteriza-se principalmente pelo seu isolamento geográfico do continente que, segundo Isildo Gomes, “constitui, pensam os evolucionistas, o principal factor para a ocorrência de especiação, ou seja, da origem de novas espécies a partir de outras pré-existentes”⁶⁹.

Cabo Verde não deixa de ser um dos espaços propícios para o tal acontecimento, visto que as suas condições favorecem isso, com toda a normalidade.

Devido aos vários factores poluidores, seja de caris industrial, como doméstico, geradores de outros factores como as chuvas ácidas e os demais, os seres vivos que possam deslocar-se poderão, provavelmente, procurar o refúgio nas localidades, em especial as que ainda não são habitadas. Todavia, os efeitos do aquecimento global contribuem largamente para a redução de muitas espécies de flora e de fauna, a nível

⁶⁸ ALMEIDA, Rosana, “Exploração irracional da captura de tartarugas obrigou a medidas legislativas de protecção”, entrevista de Daniel Spencer, in *Voz Di Povo*, 16 de Setembro de 1987, p. 6.

⁶⁹ GOMES, Isildo, “ Importância das reservas naturais insulares na manutenção da biodiversidade do ecossistema”, in *A Semana*, 1 de Novembro de 1991, p.6.

mundial. Daí há que tomar medidas drásticas sobre o problema ambiental causado pelos homens.

Obviamente, é importante consciencializar que a colectividade vegetal só se “pode prevalecer, se mantiver todas as espécies a ela pertencentes, pois, intervêm na sua formação, ajudam a sua conservação e determinam a sua decomposição”⁷⁰. Certamente, Cabo Verde não deve deixar que isso passe despercebido, visto que a devastação da vegetação conduz ao declínio de muitas populações animais que a utilizam como fonte de alimentação, área de repouso, de habitação e de reprodução, que garante o equilíbrio ambiental.

Realmente, muitas pessoas que estão em contacto permanente com as espécies, acreditam que a natureza é uma fonte inesgotável de recursos, daí exploram-na de forma desajustada, comprometendo a sua própria sobrevivência a longo prazo.

A Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro define Património Natural a flora e a fauna ameaçadas de desaparecimento, ou que constituam espécies raras, as formações geológicas particulares, os sítios naturais cuja conservação apresente, do ponto de vista paisagístico, ambiental, histórico, científico ou lendário. (Art. 45º)

5.1.2. Segunda República

A conjuntura vivida em Cabo Verde, a partir da queda do Muro de Berlim, aliada a outros factores internos, obrigou à abertura política em 1990, e consequentemente a realização das primeiras eleições livres e democráticas em 1991, que culminou com a vitória do Movimento para a Democracia (MPD).

A partir de 1992, houve a revisão constitucional, e esta defende que a protecção da paisagem, da natureza, dos recursos naturais e do meio ambiente constituem tarefas do Estado e estão salvaguardadas na alínea j), do artº.7. No que concerne mais especificamente ao Ambiente, o artigo 72º refere: “ O Estado e os Municípios, com a colaboração das associações de defesa do meio ambiente, adoptarão políticas de defesa e de preservação do meio ambiente”⁷¹.

Com efeito, a própria Constituição garante ao homem um meio ambiente ideal. Para isso, é necessário que haja a consciencialização daqueles que buscam as riquezas

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ *Constituição da República de Cabo Verde*, 2ª Edição, Praia, Assembleia Nacional, 1993, p.31.

imediatas, com a destruição da natureza, por um lado, por outro, urge a necessidade da manutenção da biodiversidade, sem pôr em risco a sua utilização.

A Lei nº 85/IV/93 de 16 de Julho *define as Bases do Ordenamento do Território, visando a melhorar a qualidade de vida individual e colectiva dos cidadãos, a protecção do meio ambiente e o desenvolvimento equilibrado das regiões, mediante a elaboração e execução de planos que disciplinem a organização espacial das actividades, com impacto na ocupação, uso e transformação do solo.* (Art.2º)

Na verdade, para que se tenha um ambiente de qualidade, é necessário ter o espaço bem organizado, com políticas claras, de modo que os seres que aí habitam não entrem em confrontação que, muitas vezes, terão impactos nefastos para os indefesos.

A Lei nº 86/IV/93 de 26 de Julho *define as Bases da Política do Ambiente em cumprimento do disposto no artigo 70º da Constituição da República, com os seus objectivos e medidas.* (Arts. 1º e 4º), respectivamente.

A mesma defende que *o património natural e construído do país, bem como o histórico e cultural, são objectos de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização através, entre outros, de uma adequada gestão dos recursos existentes e planificação das acções a empreenderem numa perspectiva de animação e utilização criativa.* (Art. 20º)

Este governo demonstrou uma certa preocupação com a defesa do ambiente no programa político, defendendo a criação ou reforço de estruturas institucionais e de coordenação executiva, bem como uma dinâmica pedagógica, visando a inventariação, o estudo, a gestão integrada e a preservação de todos os recursos naturais de que Cabo Verde dispõe, em especial a terra e a água, a preservação das espécies biológicas, a formação de investigação científica e técnica nos domínios ligados à defesa do ambiente.

Relativamente às Áreas Protegidas, Lugares, Sítios, Conjuntos e Objectos Classificados, a mesma Lei realça que *será implementada e regulamentada uma rede nacional contínua de áreas protegidas, alargando áreas terrestres, águas interiores e marítimas e outras ocorrências naturais distintas que devam ser submetidas de classificação, preservação e conservação, em virtude dos seus valores estéticos, raridade, importância científica, cultural e social ou da sua contribuição para o equilíbrio biológico e estabilidade ecológica das paisagens.* (Art.29º)

Segundo Isildo Gomes “ como lei de bases do ambiente que é, ela abrange a protecção ambiental no seu todo, e demonstra a boa vontade das nossas autoridades em acolher os pareceres dos técnicos ligados à área”⁷².

Quanto a isso, resta realçar a importância dessa medida, uma vez que o homem preocupado com a satisfação das suas necessidades básicas, muitas vezes, esquecendo-se dos perigos, cria sistemas que poluem a atmosfera e comprometem a sobrevivência dos seres vivos. Com essa medida, já é possível manter uma relação com a natureza de uma forma inteligente e equilibrada.

O Decreto-Lei nº 5/95 de 6 de Fevereiro *estabelece as Competências e Funcionamento do Secretariado Executivo para o Ambiente, incumbindo-o de promover e propor ao Governo programas, projectos, acções e medidas tendentes a: desenvolver, regulamentar e aplicar a lei de bases do ambiente; salvaguardar, regulamentar e aplicar a lei de bases do ambiente; proteger a fauna, com especial atenção para a salvaguarda e conservação das espécies autóctones em risco de extinção, bem como o respectivo habitat; preservar o património natural, histórico e cultural; recuperar os centros históricos das áreas urbanas e rurais, bem como as paisagens primitivas e naturais e as edificações notáveis.* (Art. 20º)

É importante levar em consideração que, para se ter um desenvolvimento equilibrado, há que levar em conta a conservação do ambiente, visto que se continuarmos com esta atitude negativa em relação ao nosso meio ambiente, na esforço de proteger “a vida humana através de sistemas de desenvolvimento desajustados, estamos comprometendo as condições que condicionaram e permitiram o surgimento da vida no planeta Terra”⁷³.

O Decreto-Lei nº137/IV/95 de 3 de Julho *autoriza o Governo a legislar sobre os crimes contra o ambiente e as respectivas penas.*

1. Tipificação, como crimes contra o ambiente, de algumas condutas que afectam negativamente o ambiente e que, pela sua natureza, gravidade, extinção ou perigo de irreparabilidade, devem ser prevenidas e reprimidas através do ilícito penal;

2. Estabelecimento de penas de prisão e multa ou outras penas acessórias, correspondentes às condutas na tipificada e referida alínea antecedente.

⁷² GOMES, Isildo, “ Lei de bases do ambiente, uma análise”, in *A Semana*, 8 de Novembro de 1991, p. 8.

⁷³ MIRANDA, Jorge Patrício; BARROS, Teresa Lopes de, “Secretário Executivo para o Ambiente adverte: Não há desenvolvimento sem protecção ambiental”, entrevista do Secretário Executivo pelo Ambiente, in *A Semana*, 28 de Agosto de 1995, p. II.

Quando Cabo Verde coloca em prática um programa de protecção da biodiversidade, o país pretende, com isso, proteger a sua própria existência como espaço de multiplicação da vida, quer animal, quer vegetal, e a existência da sua população. Aplicar multa sobre crime contra o ambiente não é uma tarefa fácil, já que os custos são altos, e o tempo é curto para salvar aquilo que está ameaçado e evitar futuras ameaças.

O Decreto-Legislativo nº14/97 de 1 de Julho *cria a Lei de Base da Política do Ambiente de Cabo Verde, definindo-o como conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações, dos factores económicos, sociais e culturais, com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem.*

O ambiente é mais do que isso, na medida em que é uma interacção complexa entre os vários factores, nomeadamente político, ecológico, económico, institucional, social e físico, e isso implica um equilíbrio entre eles.

As medidas de política que preconizam a protecção e conservação ambientais são essenciais, devido à fragilidade do ecossistema cabo-verdiano, onde é patente o desequilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e a pressão demográfica. Assim, o enfoque na formação ambiental, a participação activa das populações nestas questões, a promoção de práticas culturais adequadas, a gestão sustentável dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade), um ordenamento do território que salvaguarda o ambiente e uma infra-estruturação básica que tem em conta os impactos ambientais, são medidas que promovem a valorização ambiental, contribuindo para o combate às causas estruturais da pobreza. A sustentabilidade deve estar assente num desenvolvimento económico e social, suportado no equilíbrio sustentável entre o ambiente, a economia e a demografia.

A Resolução nº3/2000 de 20 de Dezembro *aprova a Estratégia Nacional e o Plano da Acção sobre a Biodiversidade. Aprovou-se a convenção sobre a Diversidade Biológica através da Resolução nº73/I/94 de 20 de Outubro, e rectificado em 29 de Março de 1995. (Art. 4º)*

O nosso arquipélago, como um país vulnerável, com pouca variedade da biodiversidade é necessário promover um vasto leque de actividades, nomeadamente acções práticas que merecem destaque particular, pelo seu simbolismo e significado prático, como por exemplo, “a devolução à natureza, no dia 22 de Maio (dia mundial

da Biodiversidade), 34 tartarugas caretta caretta e uma tartaruga verde, endémicas dos nossos mares”⁷⁴.

Esse evento é um bom sinal e confirma que muitas vezes as Legislações feitas surtem efeitos, tanto por parte do Governo, como pela sociedade em geral. Esta campanha de protecção das tartarugas e o lançamento das mesmas ao mar constituem uma das principais acções constantes no Projecto de Conservação Marinha Costeira.

Essas acções devem acontecer sempre que possível, com a participação das entidades municipais, representantes de organismo internacional e outras entidades públicas e privadas. Isso funciona como um incentivo às populações que, com o tempo, irão memorizar e consciencializar que é importante conservar as espécies, sobretudo as que estão em vias de extinção, e confere à Cabo Verde uma importância “no contexto internacional, em matéria de conservação das tartarugas, vantagem que deve ser explorada tanto a nível da investigação como do seu potencial ecoturístico”⁷⁵.

Se repararmos bem, Cabo Verde tem potencialidades ecológicas que permitem garantir o emprego de muitas pessoas. O problema é que não são exploradas da melhor maneira, uma vez que implica uma certa especialização, e as pessoas que retiram directamente os recursos naturais, são na sua maioria, analfabetas ou de baixo nível de escolaridade, o que lhes permite sobrepor as necessidades individuais às colectivas.

O Decreto-Lei n.º 2/2002 de 21 de Janeiro proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial. (Art. 1)

Salienta-se que em Cabo Verde as iniciativas públicas, relativamente à conservação da natureza, são, ainda poucas e carentes de qualidades. Existe contudo, mais “expressividade de serviços e intervenções estrangeiras neste domínio, nomeadamente através do Natura 2000 que vem promovendo, a preservação de tartarugas na Boa Vista”⁷⁶.

Muitas vezes, as pessoas que estão causando mal para o nosso ecossistema queixam-se da falta de emprego, oportunidades e escassez de recursos naturais,

⁷⁴ SLVA, Jaime, “Plano de Acção Nacional para o Ambiente II: Dia Mundial da Biodiversidade”, in *A Semana*, 27 de Maio de 2005, p. 11.

⁷⁵ INDP, “Ajudar a Preservar o Futuro das Tartarugas Marinhas”, in *Arteletra*, 18 de Maio de 2005, p. VII.

⁷⁶ D’OLIVEIRA, Emanuel C., “Afinal também temos Elefantes, Rinocerontes”, in *A semana*, 24 de Fevereiro de 2006, p.19.

esquecem-se que estamos rodeados de praias que oferecem muitas oportunidades, se forem bem conservadas. Estas, para além de serem um pólo de atracção de pessoas que aí banham, atraem, também “as tartarugas marinhas para a desova que, ao invés de as chacinar para satisfazer os apetites imediatos deviam aprender a vender a sua imagem”⁷⁷.

A gestão sustentável das espécies ameaçadas e dos habitats constituídos pelas zonas marinhas e costeiras, bem como dos ecossistemas húmidos, é uma tarefa de todos. Isto passará, necessariamente, pelo fortalecimento da capacidade das instituições governamentais, centrais e locais, além da sociedade civil, de fazer uma gestão durável e efectiva da biodiversidade marinha e costeira. Há, também, que adequar a legislação nacional e harmonizá-la com as convenções internacionais ligadas à problemática em questão, de forma a promover a definição e a aplicação de uma boa planificação ambiental por parte dos ministérios, ONGs e municípios, com o objectivo de monitorizar as espécies marinhas e costeiras ameaçadas e dos habitats mais importantes.

O Decreto-Regulamentar nº 7/2002 de 30 de Dezembro estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção. (Art.1º)

No seu Artigo 2º define:

Biodiversidade - *um conjunto de genes, espécies e ecossistemas do País. Estas constituem espécies muito raras cujas populações estão muito ameaçadas devido às acções directas ou indirectas do homem. Neste caso, para além da inscrição desses bens irreparáveis na lista de protecção, há que criar um mecanismo de segurança forte, capaz de funcionar, fazendo com que essas espécies se multipliquem cada vez mais nos seus habitats normais.*

Para alguns defensores das espécies em extinção, em muitos os casos há negligências na preservação da biodiversidade, visto que, “ apesar de alguns espaços sejam classificados como área protegida, por lei, o executivo nunca protegeu, até hoje, as cagaras, nem impediu a morte de milhares destas aves”⁷⁸.

⁷⁷ *Ibidem.*

⁷⁸ MELO, José, “Milhares de cagaras mortas em Cabo Verde”. Entrevista, in *Jornal Lusa/AOonline*, disponível em <http://blogdosbichos.blogs.sapo.pt/567199.html>-, acedido em 15/01/2011.

Espécies Vulneráveis *as cujos efectivos da população vêm diminuindo progressivamente, ou cujo habitat corre o risco de ser seriamente alterado, correndo o perigo de extinção a curto e médio prazo.*

De entre esse conjunto, Keis Hazervot é de opinião que “as espécies mais carentes de protecção são as marinhas, que vivem nos ilhéus, designadamente a cagarra, o alcatraz, rabil, rabo de junco, e o gongom”⁷⁹. Isto porque estas aves são capturadas, em larga escala, pelos residentes da zona que apreciam os seu ovos e as suas crias. Isto confirma que a sociedade carece ainda de informações e sensibilização, aliás, a não ser que as informações que cheguem às populações não tenham um impacto capaz de convencê-las. Daí, se realmente quisermos manter o equilíbrio ecológico, há que apostar fortemente numa educação ambiental de qualidade.

Há um problema ecológico quando, da interacção do homem com o seu meio ambiente, resulta para este último, a impossibilidade cada vez mais de respostas satisfatórias, seja por esgotamento, seja por incapacidade de renovação em função da obstrução e destruição do equilíbrio natural.

Neste sentido, é urgente ter a consciência de que o homem constitui o principal agente ameaçador da Natureza, mas o mesmo consegue fazer com que haja um equilíbrio, intervindo nela de uma forma consciente.

Relativamente à Flora e Fauna, publicou-se uma lista de espécies vegetais e animais a serem protegidas, segundo os respectivos grupos biológicos. (Art. 8º)

No tocante a esse respeito, para além das espécies já mencionadas, há uma forte preocupação com a lagosta que se fez Legislação relacionada com a sua captura. Mesmo assim, há uma apanha de forma irracional, mesmo durante a época da reprodução e “os meses de verão, por coincidirem com a fase mais intensa de desova, mas é também o período de maior fluxo turístico, em que os preços atingem valores mais altos”⁸⁰. Isso acontece porque ainda não se pensou em oferecer outros produtos turísticos, nomeadamente, turismo cultural, da montanha e ecoturismo. Com isso evita a utilização de certas espécies tendo em conta que a própria população vai sentir obrigada a reconhecer que estas podem ser uma das atracções mais importantes no seu meio natural.

⁷⁹ HAZEVOET, Keis, “Preservação das Aves em Cabo Verde”, in *Voz Di Povo*, 25 de Junho de 1989, p. 5.

⁸⁰ M. J., “Estado defende criação de reservas para reprodução da lagosta: Excesso de captura diminui quantidade da Lagosta”, in *Horizonte*, 20 de Setembro de 2002, p. 10.

Tudo isso veio na sequência do Decreto Regulamentar que estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção. Estamos cientes de que muitos ainda não têm a consciência do mal que estão causando à natureza, porque a pobreza da população e a busca de sobrevivência levam à devastação dos recursos naturais. Também a ganância contribui, fortemente, na exploração da natureza de uma forma irracional.

Porém, acredita-se que, “com um plano e estratégia de acção participativas, vai ser possível fazer com que as pessoas daqui para o futuro se comportem correctamente frente à depredação da diversidade biológica”⁸¹. Para que isso aconteça, é necessário que haja vontade e políticas bem definidas, de modo a incentivar o envolvimento das pessoas que estão directa ou indirectamente ligadas a apanha das espécies acima referidas, bem como na apanha de areia, para a preservação das mesmas.

O Governo estará interessado na “protecção do ambiente e do património histórico e cultural nacional e no ordenamento do território, de modo a garantir um crescimento sustentado do sector da economia”⁸².

Entretanto, actualmente, há uma tomada de consciência de que o meio ambiente está sendo ameaçado, e este reflecte negativamente, em especial, nos que são indefesos. Contudo existe, ainda pouca sensibilidade em colaborar na conservação do ambiente, devido a várias razões, principalmente, as de ordem económica.

Neste sentido, cada país deve tomar medidas de forma a minimizar esta preocupação que acontece a nível mundial, visto que esta situação preocupante implica uma nova atitude, com mais responsabilidade para com o ambiente, de modo a estabelecer a necessária harmonia entre o homem e a natureza.

O Decreto-Lei nº3/2003 de 24 de Fevereiro *desenvolve as Bases da Política do Ambiente, aprovadas pela Lei nº86/97 de 26 de Julho e do Decreto-Legislativo nº14/97 de 1 de Junho.*

Estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que, pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse sócio-económico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma protecção especial e a sua integração na Rede Nacional das Áreas

⁸¹ P. M., “ Biodiversidade: uma questão de sobrevivência”, in *A Semana*, 21 de Agosto de 1998, p. 12.

⁸² *Programa do Governo para a VI Legislatura (2001-2005): Moção de Confiança nº1/VI/2001*, Praia, Junho de 2001, p.86.

Protegidas, contribuindo, assim, para a conservação da natureza e o desenvolvimento auto-sustentado do País. (Art.1º)

Decreta, em função dos bens e valores a proteger e com o objectivo de graduar os níveis de protecção e usos compatíveis no território nacional, e cria as seguintes categorias de áreas protegidas: Reservas Naturais; Parque Nacional; Monumento Natural; Paisagem Protegida; Sítio de Interesse Científico. (Art.3º)

Parques Nacionais *são espaços naturais que apresentam um ou vários ecossistemas, geralmente transformados ou não pela exploração humana, onde as espécies vegetais e animais, as zonas geomorfológicas e os habitats se evidenciam pelo seu interesse especial do ponto de vista científico, sócio-económico, educativo e recreativo, ou onde existe uma paisagem natural de notável valor estético. (Art. 5º)*

A este respeito é de salientar que embora não se tenha criado nenhum Parque Natural em Cabo Verde, contudo é um bom sinal, uma vez que isso servirá de orientação para a efectivação do mesmo.

Parques Naturais *são espaços amplos que contêm, predominantemente, sistemas naturais com habitat, espécies ou amostras representativas de Biodiversidade do país, onde pode haver população local que aproveite os recursos vivos, segundo as práticas tradicionais. (Art. 6º)*

Importa referir que esses locais albergam sistemas naturais de habitat, espécies ou amostras representativas da biodiversidade do país, onde existe população local que aproveite os recursos vivos, segundo práticas tradicionais.

Paisagens Protegidas *-são zonas terrestres ou litorais onde a acção integrada do homem e da natureza tenham configurado uma paisagem de qualidade estética ou valor cultural, que merecem conservação, centrando-se a protecção na manutenção e restauração dos rasgos estéticos e culturais que as definem. (Art. 8º)*

Segundo Osvaldo Cruz e Lynn Meller “caso o Homem continue a ter a mesma abordagem na exploração dos recursos naturais, a destruição nos primeiros 57 anos eleva por um terço ou mais de todas as espécies do nosso planeta”⁸³. Naturalmente, compete à nossa geração procurar uma forma viável de se relacionar com a Natureza como forma de evitar essa perda irreparável de modo que todos possam usufruir de uma ecologia equilibrada.

⁸³ CRUZ, Osvaldo; MILLER, Lynn, (INIDA), “Dia Mundial do Meio Ambiente”, in *Voz Di Povo*, 30 de Maio, de 1989, p. 11.

Na mesma sequência, o Governo cria um corpo de guarda de áreas protegidas para vigiar e controlar o cumprimento das normas estabelecidas no presente diploma, colaborar com técnicos nas actividades de gestão de visitas, estudos, seguimentos ecológicos e assistência à população local. (Art.21º)

Decreto-Lei n.º 5/2003 de 31 de Março *define o sistema nacional de protecção do ar.*

Em relação a isto, convém realçar que vêm ocorrendo no País ensaios nos domínios da transformação da “energia solar em energia luminosa, o que pode contribuir para a iluminação pública como também a transformação da energia eólica em energia eléctrica”⁸⁴.

Muitas são as acções que podem ser feitas a favor da protecção da qualidade do ar, nomeadamente a preservação dos recursos e da biodiversidade, em especial da fauna terrestre, a gestão dos resíduos, o saneamento básico, entre outros, como forma de reduzir o impacto indesejável que ameaça a vida na terra.

Decreto-Lei n.º 6/2003 de 31 de Março *estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras.* (Art. 1º)

A este respeito, há que levar em conta o impacto ambiental, pois, todos nós temos o direito à saúde e ao ambiente que impõem “ restrições a outros direitos constitucionalmente protegidos, como o direito à iniciativa privada e o direito de propriedade”⁸⁵.

Quando se legisla sobre um determinado aspecto é necessário, primeiro, consultar os técnicos da área, de modo a prevenir as consequências que advêm, tendo em conta que, muitas vezes, quando não se tem o conhecimento dos factos, é impossível calcular até que ponto se pode beneficiar ou prejudicar a vida das populações, directa ou indirectamente.

A exploração de inertes traz consequências negativas para as populações do entorno, daí a necessidade de uma política articulada com os interesses das condições de vida dos que estão mais próximos e, sem dúvida, os mais afectados.

O respeito pelo ambiente constitui um dos pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável. Não podemos ignorar o nosso meio ambiente e

⁸⁴ ROSÁRIO, João do, “ *Governo de Cabo Verde engajado na preservação do meio ambiente*”, disponível em <http://www.paicv.cv/-> , acedido em 29/03/2010.

⁸⁵ GARCIA, Manuel, *Em defesa do direito do Ambiente*, disponível em <http://notasdono.blogspot.com/2009/03/em-defesa-do-direito-ao-ambiente.html>, acedido em 16/03/2010.

devemos, sempre, ter em conta o impacto ambiental das construções e da exploração de inertes.

Decreto n.º 31/ 2003 de 1 de Setembro *estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde humana.* (Art. 1º)

A degradação do ambiente é um fenómeno preocupante, pelo que todos devem pensar numa forma mais adequada de tirar os proveitos de que necessitamos, sem comprometer o equilíbrio ecológico.

Efectivamente, é necessário criar medidas à escala mundial, liderada pelas grandes potências, com uma forte pressão sobre as Instituições de defesa do meio ambiente, de modo que possam “contribuir para que todos usufruamos de um espaço saudável e respirar ainda algum ar puro neste Mundo globalizado”⁸⁶.

Para que se tenha boa qualidade de vida, é necessário que haja uma forte sensibilização e acção conjunta dos grandes poluidores à escala mundial, bem como as acções dos Governos, através do cumprimento e respeito das normas internacionais e nacionais estabelecidas, para a defesa e protecção do meio ambiente, com um controle rigoroso, de modo a responsabilizar aos prevaricadores.

Decreto-Lei n.º 40/2003 de 27 de Setembro *estabelece o regime jurídico da Reserva Natural de Santa Luzia.*

Nesta altura que Cabo Verde aposta no turismo como o principal eixo de desenvolvimento, é bom pensar na diversificação de ofertas. Nada melhor que a preservação de espaços confortáveis que agradam os visitantes.

Porém, uma Política de Ambiente nacional “deve ser universal, mas respeitando as diferenças, de modo a ser aplicável a todo o território nacional”⁸⁷.

Para isso, é necessário “consciencializar que a preservação da natureza para além de ser necessária e imprescindível à sobrevivência das gerações humanas”⁸⁸.

⁸⁶ FLORLIRIODOCAMPO, *Protecção e Defesa do Meio Ambiente*, disponível em <http://florliriodocampo.blogs.sapo.pt/1994.html> -, acedido, em 16/03/2010.

⁸⁷ APA, *Política de Ambiente*, disponível em <http://apambiente.pt/Instrumentos/Páginas/default>, acedido em 14/04/2010.

⁸⁸ RODRIGUES, José Avelino, “Breve Reflexão sobre a problemática ambiental cabo-verdiana”, in *Horizonte*, 18 de Maio de 2005, p.13.

A tomada dessa consciência implica o envolvimento de todos os que habitam a terra, principalmente os que mais contribuem para a poluição ambiental. Para minimizar os efeitos negativos, há que repartir as responsabilidades e estabelecer cooperação na área do ambiente, entre os países.

O Decreto nº1/2005 de 21 de Março aprova a adesão de Cabo Verde à Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens ameaçadas de extinção, adaptada em Gaborone, 1983. (Art. 1º)

“A preocupação com a biodiversidade é hoje um fenómeno mundial, ao mesmo tempo em que se verifica que cada vez, mais espécies animais encontram-se ameaçadas de extinção”⁸⁹.

Teoricamente, a preocupação com a preservação da biodiversidade é tanta. O que falta é a sua materialização que parece um tanto quanto lento, comprometendo, certamente, o equilíbrio da vida na terra. Neste caso, “os decisores políticos, os cientistas, as empresas e nós, os cidadãos, num período relativamente curto, teremos de inventar soluções convincentes e eficazes”⁹⁰.

A tomada dessa decisão deve ser feita com mais urgência possível, porque os homens são os principais responsáveis pela extinção de certas espécies na terra, uma vez que há uma constante luta pela sobrevivência em que, consciente ou inconscientemente, pode causar efeitos nefastos para o nosso ecossistema.

A Resolução nº14/2005 de 25 de Abril aprova o Segundo Plano Nacional de Acção para o Ambiente PANA II- 2004 – 2014, em conformidade com o Programa do Governo da VI Legislatura, que indica a conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas de Cabo Verde, a valorização dos seus recursos naturais e a conservação dos ecossistemas, tendo como objectivo um desenvolvimento sustentável. (Art.1º)

Esta resolução é meritória para a conservação da biodiversidade, tendo em conta que uma das modalidades foi a elevação de alguns espaços à categoria de áreas protegidas, surgindo na mira de salvaguardar os sítios naturais, como forma de manter a densidade biológica ao mais alto nível, seja por medidas de conservação, protecção ou melhoramento dos espaços naturais interessantes. Isso constitui também resposta à

⁸⁹ MULLER, Carlos Alberto, *Desafios nas pesquisas em animais silvestres*, disponível em <http://www.ioc.fiocruz.br>, acedido em 22/01/ 2010.

⁹⁰ FORTES, Hélder, “Um Planeta Ameaçado,” disponível em <http://liberal.sapo.cv/noticia->, acedido em 19/03/2010.

pressão sobre os recursos biológicos, que o homem cabo-verdiano tem vindo a exercer desde os primórdios do povoamento das ilhas. Para a implementação dos planos elaborados, é fundamental a participação efectiva das instituições públicas e privadas, as organizações não governamentais e as comunidades locais.

O Decreto nº9/2005 de 26 de Setembro *aprova a adesão de Cabo Verde ao Protocolo de Cartagena sobre a Segurança Biológica à Convenção sobre a Diversidade Biológica. De acordo com a abordagem de preocupação contida no Princípio 15 da Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento, o objectivo do Protocolo é contribuir para assegurar um nível adequado de protecção no domínio da transferência, manipulação e utilização seguras de organismos vivos modificados, resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, tendo, igualmente, em conta os riscos para a saúde humana e centrando-se, especialmente, nos movimentos transfronteiriços.*

Entretanto, embora o país não disponha de nenhuma política que aborde a questão concreta da Bio-segurança, existem prioridades nacionais no contexto de objectivos maiores de desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável, conservação da biodiversidade, desenvolvimento agrícola, segurança alimentar, etc., sob os quais uma política de biotecnologia e Biosegurança no quadro do QNB será desenvolvida. Ela será alicerçada nas políticas existentes para os vários sectores, principalmente, nos domínios do ambiente (conservação da biodiversidade), da saúde pública, da agricultura (protecção fitossanitária e sanidade animal) e da pesca, embora a investigação neste domínio seja ainda incipiente.

O Decreto nº13/2005 de 5 de Dezembro *aprova a adesão à Conservação das Espécies Migratórias pertencentes à fauna selvagem. (Art.1º)*

A perda de muitas espécies é resultado de sistemas económicos e políticos que não valorizam, de forma apropriada, o ambiente natural e que promovem uma exploração não sustentada dos recursos. A acção humana desajustada nos ecossistemas naturais tem vindo a afectar, negativamente, as espécies de fauna, com maior destaque para a selvagem.

No entanto, outros factores têm contribuído de igual modo para a vulnerabilidade dos animais selvagens de todo o mundo, nomeadamente, a desertificação, a poluição da água, do solo e da atmosfera, os derrames de alguns

poluentes nos mares, as catástrofes naturais, o consumo indiscriminado e o tráfico ilegal de animais e a introdução de espécies exóticas, isso, na procura de sobrevivência e ganância insaciável de riquezas.

O Decreto-Lei nº 81/2005 de 5 de Dezembro *define o Sistema de Informação Ambiental e respectivo regime jurídico.* (Art. 1º)

Atendendo que uma grande parte da população cabo-verdiana é pobre, esta encontra, quase sempre, a única saída na exploração dos recursos naturais e, muitas vezes, não leva em conta o mal que causa ao meio ambiente.

Para que haja uma melhor maneira na utilização do ambiente em Cabo Verde, foi criada uma instituição com vocação específica na divulgação de tudo o que estiver relacionado com o meio ambiente. O Sistema de Informação Ambiental (SIA) divulga as informações relativas ao “ambiente de modo a promover a preservação do ambiente, a informação e participação efectiva e adequada aos cidadãos e instituições pública e/ou privada, a avaliação e seguimento da qualidade ambiental”⁹¹.

Entretanto, o crescimento demográfico e económico fomenta um processo de transformação e degradação que se mostra, em muitos casos, irreversível. Especificamente, o crescimento demográfico e económico faz aumentar o consumo dos recursos que, por si só, já são escassos, sendo que as ilhas, na generalidade, são consideradas, particularmente, sensíveis às actividades humanas, ao aumento da densidade populacional ou a qualquer outra intervenção externa.

Neste sentido, as medidas de política que preconizam a protecção e conservação ambientais são essenciais devido à fragilidade do ecossistema cabo-verdiano, onde é patente o desequilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e a pressão demográfica. Assim, o enfoque na formação ambiental, a participação activa das populações nestas questões, a promoção de práticas culturais adequadas, a gestão sustentável dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade), um ordenamento do território que salvaguarda o ambiente, e uma infra-estruturação básica que tem em conta os impactos ambientais, são medidas que promovem a valorização ambiental contribuindo para o combate às causas estruturais da pobreza. “A sustentabilidade deve estar assente num desenvolvimento económico e social, suportado no equilíbrio sustentável entre o ambiente, a economia e a demografia”⁹².

⁹¹ SIA, *Informar para proteger: Descubra o sistema de informação Ambiental*, disponível em <http://www.governo.cv/>-, acedido em 21/04/2010.

⁹² PANA II, *Política ambiental*, disponível em <http://www.porton.gov.cv>, acedido, em 25/03/2010.

Este sistema dispõe de instrumentos de consulta, designadamente as Equipas Temáticas constituídas por especialistas de diferentes sectores, escolhidos para responderem às solicitações, sempre que as necessidades, pontuais ou permanentes, assim o determinarem.

Salienta-se que, para a implementação, estabeleceu-se “um protocolo de cooperação, entre os parceiros, onde se definiu a actuação de cada um e o funcionamento do sistema de informação ambiental”⁹³.

Importa referir que, actualmente, este sistema já tem um portal na Internet e isto facilita na divulgação de tudo o que estiver em conformidade com a preservação da natureza, com vista a melhorar o relacionamento entre as pessoas e o seu meio ambiente. Contudo, é necessário que haja uma outra forma da sua difusão, visto que, em Cabo Verde, muitas pessoas não têm acesso à internet, e isso dificulta muito na aquisição de informações importantes que, de uma maneira em geral, contribuem para que haja mudança de comportamentos e atitudes dos prevaricadores face à degradação do meio ambiente.

5.2. Património Cultural

Como já se tinha referido anteriormente, a nossa preocupação foi de procurar saber se antes da independência de Cabo Verde houve interesses em defender o Património cabo-verdiano. Não obstante, dificultou muito, uma vez que encontramos pouca legislação que data antes de 1975. Isso mostra que as autoridades coloniais não tinham muita preocupação com a defesa do nosso património cultural, o que veio a pôr em causa muitos bens que deveriam ser preservados.

5.2.1. Primeira República

Durante a primeira década, após a independência nacional, deu-se grande atenção à assinatura de acordos de cooperação internacional, no domínio da cultura, como forma eficaz de aproximação dos povos. A dinamização das relações culturais com

⁹³ SIA, “Sistema de Informação Ambiental em Cabo Verde Avança”, disponível em <http://liberal.sapo.cv/>-, acedido em 21/04/2010.

outros países e com os organismos internacionais, na área da cultura, é importante no quadro da busca de meios necessários de desenvolvimento da cultura nacional.

A cultura é o elemento fundamental para a definição da identidade de um povo. É nela que reside a capacidade de elaboração e da fecundação do germen que garante a continuidade da história e, simultaneamente, as perspectivas da evolução e do progresso de uma sociedade.

No entanto, o Ministério criado anteriormente (Ministério da Educação e Cultura) passou para o Ministério da Informação Cultura e Desportos pela **Portaria nº.45/86** de 29 de Novembro, já com o alargamento dos valores culturais e artísticos do Povo cabo-verdiano, comprometendo-se em assegurar o estímulo à criatividade, com vista à promoção de tais iniciativas e acções, dinamizando-as, facilitando-as e encorajando-as com alguns prémios, nomeadamente, Prémio “Claridade, Prémio “Jorge Barbosa”, Prémio “Pedro Cardoso”, Prémio “Eugénio Tavares”, Prémio “B. Leza”, Prémio “Jaime Figueiredo” e Prémio “Fonte Lima”, respectivamente, destinados a galardoar as obras e actividades no domínio da literatura, teatro, música, pintura, escultura e artesanato. (Art.1º)

Relativamente a isso, foi uma boa iniciativa por parte das autoridades de então, visto que, procedendo assim, isto é, promovendo o desenvolvimento apoiado nas raízes culturais, o Governo estaria, por um lado, a encorajar o povo, auto-capacitando-o a descortinar os seus reais valores ou seja, a estimulá-lo no sentido de aumentar e qualificar cada vez mais a sua produção, por outro lado, além desse valor estimulante, estaria projectando o desenvolvimento alicerçado em bases sólidas, ao mesmo tempo que o projectaria, recebe e adapta as culturas importadas e estranhas.

O Decreto nº31/90 de 5 de Maio aprova o Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para a Recuperação de Cidade Velha de Cabo Verde.

Decreitou a consolidação da Sé; a consolidação da Porta da Cidade Velha, do Arco de Forte S.Veríssimo, dos restos da Torre de Misericórdia e a Fachada com restos da janela gótica; o levantamento topográfico da cidade e a execução da maqueta da cidade. (Art.1º.2.a;b;c e d)

Importa referir que para isso surta efeito, é necessário o engajamento da população local. Neste sentido, fez-se um programa cultural na Cidade Velha, com o

objectivo de chamar atenção da sociedade para os projectos em estudo, a favor dessa zona e sensibilizar os moradores em relação à protecção do património cultural.

Na mesma sequência houve a vinda de um cidadão de Gabão, enviado pela UNESCO para fazer o plano com especialistas do país de conhecimentos mais detalhados sobre essa área histórica, “o que facilitará implementar projectos de construção e futuros investimentos integrais que já têm como interessados vários ministérios e instituições”⁹⁴.

Para a intervenção em qualquer área com valor patrimonial, é necessário ter um conhecimento prévio de tudo que aí existe, como forma de procurar a melhor metodologia de intervenção em tudo que aí estiver.

O Decreto-Lei nº 99-A/90 de 27 de Outubro cria o Instituto Nacional da Cultura (INAC), que tem por objectivo promover a defesa e a consolidação da identidade cultural nacional, a preservação, valorização e a divulgação do património histórico e cultural de Cabo Verde, dinamizando e desenvolvendo actividades culturais, fomentando e apoiando todas as manifestações do povo cabo-verdiano. (Art. 1º)

Relativamente a essa instituição, foi alvo de algumas críticas, nomeadamente, em relação aos seus dirigentes e aos seus desempenhos.

Segundo Isabel Lobo “o INAC não teve uma política que incentivasse o trabalho no terreno, a investigação. E não há animação cultural sem primeiro fazer investigação, para se poder compreender os subterfúgios culturais”⁹⁵.

Realmente, para que uma instituição funcione da melhor maneira possível, primeiramente, há que ter uma equipa solidária e com um conhecimento abrangente na área, como forma de prestar um serviço de qualidade. Caso contrário, não terá longa existência como aconteceu com a instituição acima referida que muitos entendem que a sua decadência e o desprestígio deve-se ao facto da “forma como o próprio Secretário de Estado da Cultura tem vindo a passar por cima de alguma das atribuições do INAC, executando projectos que haviam entrado em ponto morto”⁹⁶.

Naturalmente, quando algo de esta natureza acontecer em qualquer instituição, é sempre o preannuncio da sua decadência, visto que se não houver uma boa coordenação

⁹⁴ SANTANA, Doralis Castilho, “Fim-de-semana cultural na Cidade Velha”, in *A Semana*, 4 de Setembro de 1992, p. 11.

⁹⁵ MOSSO, Paula, “INAC, ambiente nada intelectual”, in *A Semana*, 7 de Novembro de 1997, p.II.

⁹⁶ *Ibidem*.

interna, dificilmente conseguirá dar respostas, sobretudo, no que diz respeito às questões relacionadas com o assunto para o qual foi criada.

O Decreto-Lei nº101-C/90 de 23 de Novembro *cria, no Ministério de Informação, Cultura e Desportos, um serviço designado Direcção Geral dos Assuntos Culturais, que tem como objectivo, fornecer ao Ministério elementos necessários à definição das directrizes para a protecção e enriquecimento do património cultural do país.*

Identificando os bens como património cabo-verdiano, leva, obrigatoriamente, a sua preservação, porque representa a nossa memória colectiva. Existem contudo, variedades de peças com capital importância e, muitas vezes, estão a degradar-se pelo facto de que muitas pessoas que convivem com elas não têm informações adequadas para o usufruto das mesmas. Naturalmente, é necessário que haja a sensibilização das populações, com o objectivo de declarar esses bens às autoridades competentes, no sentido de garantir uma melhor atenção e, consequentemente, a sua continuidade para as novas gerações.

A Lei nº102/III/90 de 29 de Dezembro *define que o Património Cultural Cabo-verdiano é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, por seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a preservação da identidade e a valorização da cultura cabo-verdiana através do tempo. (Art.2º)*

Germano Lima defende a necessidade da existência de um programa deliberado e sistemático da educação no e pelo património cultural, que “chamaria a atenção de alunos e professores, no sentido da identificação e valorização conscientes para os primeiros elementos do património cultural local”⁹⁷.

Isto é indispensável, uma vez que um bem cultural só é válido quando é reconhecido como tal, assim sendo a escola é um dos meios mais indicado para a transmissão da nossa cultura. A ideia acima citada serve como um incentivo para o estudo do Património. Convém referir que ele se preocupou apenas com o património cultural, deixando de lado o natural que é o fundamento do cultural. Contudo, isso não tira mérito do seu grande contributo, sobretudo quando refere é necessário “defender, conservar e transmitir esse legado histórico e cultural, porque o presente em que vivemos foi construído no dorso do passado”⁹⁸.

⁹⁷ LIMA, A. Germano, “Da educação em Cabo Verde à educação cabo-verdiana: Que pedagogia”, entrevista, in *Voz Di Povo*, 27 de Fevereiro de 1989, p.3.

⁹⁸ *Ibidem*.

Se isso acontecer estamos cientes de que, no futuro, todos terão formação e informações relativamente ao nosso Património que durante muito tempo, foi esquecido devido à conjuntura desfavorável a um melhor interesse para a valorização do mesmo.

Salienta-se, contudo que, actualmente, com a abertura dos países ao mundo, a nossa cultura está sujeita a conviver no mesmo espaço com outras diferentes e, muitas vezes, os jovens não estão preparados para enfrentar essa realidade, pelo facto de estarem mais susceptíveis às influências, sobretudo os que estão em contacto com os meios de comunicação.

Obviamente, esses meios são sem dúvida influentes, mas quando o programa for bem definido, desempenha influências positivas, ou seja, sabendo que ela influencia os telespectadores, convém apostar fortemente num programa televisivo voltado para a educação cultural.

Um desenvolvimento económico só poderá ser estável quando se basear “num dado contexto cultural e social, isto é, a partir das raízes tradicionais do povo, do seu saber, do seu quotidiano, tudo isso virado para uma constante valorização cultural”⁹⁹.

As instituições cabo-verdianas têm estado marcadas, particularmente, nos últimos tempos, por influências da globalização e dinâmicas de várias ordens, cuja amplitude varia em função da sua natureza e do contexto real em que se inserem. Tudo isso repercute na vida social, alterando o conteúdo da vida quotidiana nos aspectos mais pessoais da experiência individual e impondo ritmos diferenciados de reorganização do tempo e do espaço, especialmente nos espaços urbanos. Neste caso, quanto mais profundo conhecermos a nossa realidade, as nossas tradições, a história do nosso povo, tanto melhor poderemos agir para transformar essa realidade no sentido do sucesso.

5.2.2. Segunda República

O Decreto-Lei nº3/92 de 6 de Julho, em matéria do Turismo Cultural, declara que: os Estados membros e a Comunidade estabelecem uma legislação em matéria da protecção do património Cultural, regulamentam o tráfico dos bens culturais

⁹⁹ GERVEK, Uta, “ O Estado quer conhecer seu património”, in *Voz Di Povo*, 25 de Fevereiro de 1984, p.7.

originais de um Estado membro ao outro e de um Estado membro para o outro não membro. (Art. 14º)

O Turismo faz com que a cultura do país passe a ser mais conhecida no exterior. É importante levar em conta que o contacto cultural poderá fazer desaparecer alguns preconceitos a nível cultural, caso eles existam e, por outro lado, poderá fazer com que haja intercâmbio com as culturas dos outros países.

Um outro aspecto positivo do turismo é fazer renascer as obras de arte tradicional e artesanato que, por vezes, se encontram em estado de abandono e, consequentemente, gera a criação de emprego.

Entretanto, não se deve esquecer que, em virtude da comercialização, a cultura tende a baixar de qualidade, devido à manipulação dos costumes e tradições para satisfazer a procura turística. Isso já é um aspecto negativo provocado pelo turismo. Neste caso, apreendidos e relacionados, o património e a tradição cultural deverão ser constantemente inventariados, catalogados, tipificados e, sobretudo, preservados, divulgados e ensinados, se se quiser, por um lado, manter vivo o referencial do passado e a memória colectiva do povo seu detentor e, por outro, disponibilizá-los à usufruição e ao desenvolvimento da sociedade.

No **Despacho do Ministério da Cultura e Comunicação de 26 de Julho de 1993**, o *Governo decidiu erigir um monumento nacional em homenagem a Amílcar Cabral*.

Inicialmente, a ideia era erguer o monumento a Cabral no ilhéu Santa Maria, que permitirá “a observação do memorial por qualquer visitante que chegue à cidade da Praia, tanto de barco como de avião e, inclusive, desde as diversas zonas onde está situada a capital”¹⁰⁰.

O Ministério responsável pela obra pretendia construir uma ponte de pedras em forma de arco, partindo do velho cais de pesca. Se isso tivesse acontecido, seria muito importante, porque essa ligação representava a convergência de diversas culturas que pelos caminhos do mar, se aportaram às ilhas, através de um percurso sinuoso e, convenientemente, se amoldaram, dando lugar a uma única cultura nacional. Tendo a consciência que a nova cultura formada, posteriormente, revelou-se diferente das outras apareceu aquele que deixou tudo para lutar em prol da afirmação da nossa cultura. Neste caso, fazendo essa ligação, teria uma lógica incontestável e

¹⁰⁰ FORTES, Teresa, “Técnicos iniciam trabalhos para monumento a Cabral”, in *A Semana*, 23 de Maio de 1994, p. 13.

fundamentada. Infelizmente, isso não se efectivou por razões que não nos foi possível identificar. Contudo, o mais importante é a efectivação do monumento que acabou por ser erguido na zona do Taiti, que também tem um contexto histórico e é mais económico, em termos de acesso.

Amílcar Cabral, para além de ser dirigente do Movimento de Libertação Nacional era também, “um pensador político. Pode-se mesmo afirmar que se deve a Amílcar Cabral a melhor produção de pensamento político em língua portuguesa na década de 60 e inícios de 70”¹⁰¹.

Ele preocupou-se com os diversos aspectos da vida social dos povos dominados, pois, a libertação política, económica e cultural estão intimamente ligadas, uma vez que a dependência económica muitas vezes faz com que um povo fique subjugado, o que pode interferir de uma forma nefasta nas suas manifestações culturais.

Realmente o memorial valoriza esse local e, consequentemente, desperta novos interesses em conhecer mais aspectos sobre o pensador em questão, principalmente na camada jovem, tendo em conta que existem informações limitadas sobre aquele que muito contribuiu para a nossa independência.

O Decreto-Lei nº71/94 de 12 de Dezembro *declara que as sociedades de desenvolvimento regional participam, ainda, na medida dos meios técnicos e humanos disponíveis, com os órgãos competentes do Estado e das Autarquias locais na prossecução dos objectivos de interesse regional, designadamente através da contribuição para a realização do desenvolvimento económico regional, em termos de preservação do equilíbrio ecológico e do património cultural artístico da região, e da promoção de acções no âmbito do ordenamento do território a par da melhoria da qualidade de vida das populações e a criação de emprego.* (Art.6º a)

Efectivamente, isto é um aspecto de extrema importância, porquanto as autoridades municipais estão em contacto com as populações locais que lidam directamente com as questões relacionadas com a cultura que, muitas vezes, exercem influências nocivas sobre a nossa cultura.

Porém, para minimizar os pontos menos importantes sobre a cultura, é indispensável que haja boa política e, “passará necessariamente, pela integração da

¹⁰¹ FERREIRA, José Medeiros, “Aspectos do pensamento político de Amílcar Cabral”, entrevista concedida, em Outubro de 1971, à *Revista Polémica*, in *Continuar Cabral: Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983*, (s l), Grafedito/Prelo--Estampa, 1984, p.172.

população e qualquer política que tente excluí-la acabará sempre por cair no fracasso”¹⁰².

No entanto, é preciso lembrar que para se preservar, é necessário conhecer primeiro. Daí, a necessidade do envolvimento de todos na criação e divulgação daquilo que faz parte integrante da nossa identidade. O desenvolvimento cultural é um processo e passa por fases cujo aspecto comum é uma sede, uma exigência de empenho e dinamismo, particularmente daqueles que são inegavelmente os continuadores da divulgação da nossa cultura.

Neste caso, entra a função que cada um desempenha na sociedade, sobretudo a do professor/educador que, a ele cabe “ um papel de relevo, não só pela sua posição e cultura geral, mas também pelas suas funções de formador de homens”¹⁰³.

Essa formação recai, sobretudo, na juventude que tem uma voz forte nesta tarefa. Talvez seja uma advertência para passos de maior fôlego que estão reservados, como seja, uma abordagem aos nossos valores culturais tradicionais, às nossas raízes para que a estagnação não nos vença, mas que exista de facto uma vinculação dinâmica do nosso passado para o nosso presente cultural, na base de uma valorização e desenvolvimento de que todos seremos sujeitos e beneficiados.

“Tal como o homem sem “memória” se degrada, também a sociedade que despreza a sua herança cultural não evolui harmonicamente”¹⁰⁴.

Fazendo uma breve análise desse extracto, pode-se verificar que o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade passa, necessariamente, pelo reconhecimento daquilo que antes existia, para depois saber se gerir, de modo inteligente, tudo o que o homem acrescenta à natureza.

A Resolução nº8/96 de 30 de Abril aprova o Programa do Governo da V Legislatura, refere que em matéria da língua nacional: O Governo pretende, com base nos estudos científicos que vem sendo desenvolvidos e orientados por técnicos competentes na matéria, fixar metas e determinar etapas para a oficialização do crioulo ao lado do português.

¹⁰² SPENCER, José Bruno, “ Efeitos da cultura sobre o turismo”, in *Horizonte*, 11 de Fevereiro de 2002, p. V-A.

¹⁰³ LIMA, A. Germano, “ Linhas gerais de um programa de educação no e pelo património cultural”, in *Voz Di Povo*, 27 de Fevereiro de 1989, p. 3.

¹⁰⁴ LOPES FILHO, João, *Contribuição para o estudo da Cultura Cabo-verdiana*, Lisboa, Ulmeiro, 1983, p.5.

Tratando-se de um assunto que exige uma responsabilidade acrescida, é necessário que haja o envolvimento de todos os que têm o conhecimento na matéria, de modo a evitar os eventuais constrangimentos, tendo em conta que existem muitas variantes. Entretanto, primeiro pode-se oficializar e, posteriormente, analisar o impacto e as principais lacunas que, eventualmente, poderão aparecer. Caso contrário, isso nunca deixará de fazer parte do discurso político.

Na verdade, é necessário criar as tais condições visto que, a oficializar a língua cabo-verdiana significa torná-la “capaz de executar a sua função na aprendizagem, na função pública, nos certificados legais, nas sessões parlamentares, nas comunicações feitas ao país pelos órgãos soberanos”¹⁰⁵.

Com efeito, oficializada a língua cabo-verdiana, é muito mais rápido promover a investigação, no sentido de encorajar produções e publicações de obras escritas na língua materna dos cabo-verdianos, de modo que possa ser ensinada em todas as escolas do país.

A mesma Resolução manda publicar o programa do II Governo Constitucional da II República, que em matéria do património histórico da Cidade Velha, berço da nossa nacionalidade, constituirá uma preocupação permanente deste Governo.

Afirma que os estudos com vista à inserção da Cidade Velha na lista do Património Mundial serão intensificados; serão adoptadas medidas tendente a evitar a degradação dos monumentos da Cidade Velha, bem como do património histórico de interesse nacional; serão desenvolvidos estudos com vista à classificação de todo o património histórico nacional.

A esse respeito é necessário elaborar um projecto que envolve a população local, “pelo facto das pessoas contactadas se terem mostrado dialogantes e, de alguma forma, conhecedoras da importância que esse local tem para a história do país”¹⁰⁶. Esta atitude foi de extrema importância, visto que um sítio só permanecerá com a importância, se as populações tiverem o reconhecimento desse valor. Neste sentido, o contributo que a Cidade Velha deu para a humanidade precisa ser reconhecido e consciencializado, primeiramente, pela população local como forma de garantir a continuidade daquilo que resta do passado e envolvê-la na recuperação do mesmo.

¹⁰⁵ VEIGA, Manuel, *A construção do bilinguismo*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004, p. 107.

¹⁰⁶ LOPES, José Vicente, “Cidade Velha património da humanidade: Será agora ou nunca”, in *A Semana*, 28 de Agosto de 1998, p.4.

O Decreto nº 11/97 de 21 de Abril *Aprova o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa na área do Património Arquitectónico e recuperação do Património Histórico.* (Art.1º)

As duas Partes comprometem-se a estabelecer formas conjuntas de actuação, com vista à reabilitação, em geral, do património de Cabo Verde e, em particular, da Cidade Velha na ilha de Santiago, designadamente no que respeita à consolidação e *restauro das ruínas, às escavações arqueológicas da Torre da Misericórdia e à recuperação da réplica da Torre de Belém no Mindelo.* (Art.2º)

A maior parte de investigadores e técnicos estrangeiros são de opinião de que Cabo Verde tem uma grande riqueza cultural, sobretudo a nível da memória colectiva, da história atlântica e do povo destas ilhas, e que faz parte da memória colectiva da Humanidade, corporizada na Cidade Velha. Por isso, devemos fazer ainda mais para lhe dar o seu real valor para a fixação de um esforço de lembrança histórica da Humanidade. Neste sentido Charles Akibodé defende que “ (...) há que pensar e valorizar tudo o que entra na formação da nação cabo-verdiana, da ideia de uma identidade cabo-verdiana, para além daquilo que é material, do que está construído”¹⁰⁷.

No entanto, o processo da sua candidatura a Património da Humanidade começou nos anos de 1992/93 que, segundo o nosso entrevistado, houve várias tentativas “forçadas, porque na altura a Cidade Velha não preenchia os requisitos necessários que serviam como argumento junto da entidade responsável para o tal reconhecimento”¹⁰⁸.

A concorrência é feroz, porque foram tantas as outras cidades que almejavam igual distinção, passando, com isso, a beneficiar-se de uma série de regalias por parte da UNESCO.

O mesmo entrevistado afirma que a partir desta data, “o Ministério da Cultura, através do Instituto Nacional de Cultura (INAC), tem feito alguns trabalhos, nomeadamente o da recuperação e restauro de todo o sítio histórico”¹⁰⁹.

João Lopes Filho propôs um plano de acção, que “deve ter presente a organização do tecido social e todas as relações de vizinhança e solidariedade criadas ao longo dos tempos e que não podem ser destruídas de ânimo leve”¹¹⁰.

¹⁰⁷ ARENA, Joaquim, “Património cultural vai à discussão na Cidade Velha: A alma entre as ruínas”, in *A Semana*, 12 de Julho de 2002, p. 11.

¹⁰⁸ Entrevista do Técnico do IIPC Martinho Brito, em 16 de Fevereiro de 2005.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ LOPES FILHO, João, “Musealização da Ribeira Grande em Cabo Verde”, in. *Revista Islenha* Nº4, Jan. – Jun., 1989, p.39.

Realmente, uma das condições exigidas pela UNESCO é que as populações devem usufruir dos benefícios da localidade. Neste caso, deve haver o envolvimento de todos, de modo a estimular o seu interesse, através de campanhas de sensibilização como forma de os levar a participar na defesa e valorização dos bens culturais herdados dos nossos antepassados.

Com todas as recomendações acatadas e os esforços feitos, o Instituto da Investigação e Património Culturais apresentou uma nova candidatura e, em Junho de 2009, foi reconhecida como Património da Humanidade.

O Decreto-Lei nº97/97 de 31 de Dezembro *cria junto do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura, o Gabinete de Salvaguarda do Património, abreviadamente designado G.E.P, que tem por função apoiar o Secretário de Estado da Cultura na coordenação, fiscalização e execução da política do Governo respeitante à salvaguarda do património cultural mobiliário e imobiliário, incumbindo-lhe designadamente:*

Apoiar e fomentar a criação e funcionamento de organismos destinados à defesa e valorização do património cultural ; promover estudos e elaborar projectos, fazer o acompanhamento técnico e fiscalizar as obras em edifícios isolados ou conjuntos que tenham valor universal ou interesse universal, planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação e classificação do património cultural e organizar acções, tendo em vista a sua salvaguarda e conservação; promover e apoiar iniciativas respeitantes ao património cultural, nomeadamente missões, visitas, viagens de estudo, exposições e conferências sobre o património cultural; patrocinar e apoiar o funcionamento de organismos destinados à defesa e valorização do património arqueológico; criar e gerir museus ou espaços museológicos; propor legislações em matéria do património cultural. (Art.1º,1e 2)

No que diz respeito ao Gabinete acima supracitado, é de referir que teve acção como a elaboração de um projecto de restauro da antiga Capitania dos Portos do Mindelo, mais conhecida por Torre de Belém. Este só foi implementado 5 anos depois, ou seja, em 2002 que, segundo Kim-Zé Brito, “esta reviravolta cultural na vida da Torre começou a ganhar forma no passado mês de Março, com o início das obras de recuperação da Réplica”¹¹¹.

¹¹¹ BRITO, Kim Zé, “ Museu do Mar avança”, in *A Semana*, 24 de Maio de 2002, p. 17.

No que se refere a esse processo, demorou a sua implementação, mas o importante é fazer com que o projecto não fique apenas no papel, mas sim colocá-lo na prática. Convém referir que o restauro foi consumado graças às reivindicações das populações, juntamente com os esforços das entidades responsáveis, como é o caso do Gabinete de Salvaguarda do Património.

O Decreto nº 67/98, de 31 de Dezembro aprova o ALUPEC. (Art.1º)

Segundo Manuel Veiga, “pelo seu significado cultural e pela sua importância social, o alfabeto deve poder contar se não com uma aprovação unânime, pelo menos com um acolhimento”¹¹².

Este assunto gera polémica entre as pessoas, tendo em conta que prevê o uso de duas variantes – a de Sotavento e Barlavento, com o predomínio do crioulo de Santiago e São Vicente, respectivamente, para a escrita do crioulo cabo-verdiano, deixando de lado as outras.

Para muitos, o ALUPEC “devia basear na raiz cultural da língua crioula como seguimento e não na invenção desconectada da matriz linguística que herdamos das maiores obras publicadas em crioulo”¹¹³.

O mesmo afirma que o problema fundamental do ALUPEC é de não ter demonstrado as inconveniências da escrita do crioulo concebido por cientistas do a,b,c. Sem uma causa bem fundamentada não passa de disparate intelectual, onde a invenção acaba-se por perder o seu verdadeiro significado.

Além deste, muitos entendem que não houve a divulgação suficiente deste alfabeto, o que implica o desconhecimento do mesmo por parte de alguns utentes.

Ficou estabelecido um período experimental de 5 anos, findo o qual e ouvidas a Comissão Consultiva para a Língua Cabo-Verdiana e demais entidades ligadas à problemática da escrita da mesma, procederia o Governo a uma avaliação final do impacto do seu uso e adoptaria as medidas que se mostrassem convenientes.

A Lei nº108/V/99 de 30 de Novembro estabelece o regime de incentivos fiscais e apoio do Estado no âmbito do Mecenato ambiental e cultural. Aos contribuintes, pessoas singulares ou colectivas, que financiarem, total ou parcialmente, actividades ou projectos culturais, serão distribuídos reduções fiscais. (Art.1)

¹¹² VEIGA, Manuel, “Implementação do ALUPEC”, in *Revista Cultura*, Ministério da Cultura, Ano 2, Nº 2/ Julho de 1998, p.97.

¹¹³ ANDRADE, Napoleão Vieira, “Nação, Regionalismo e Identidade Cultural” disponível em [http:// www.liberal.sapo.cv/](http://www.liberal.sapo.cv/)-, acedido em 02/04/2010.

Relativamente a esse aspecto, é de referir que não houve nenhuma acção por parte das entidades responsáveis, o que vem reforçando desconfiança nos governantes que muitas vezes criam legislações e não disponibilizam verbas para a execução das mesmas.

A preservação, promoção do património artístico, cultural e histórico, designadamente a construção, organização, manutenção, ampliação de equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como as suas colecções e acervos, o restauro de obras de artes e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural e a protecção do folclore, do artesanato e das tradições populares, merecem uma atenção especial, sobretudo às pessoas que estão interessadas em assumir o compromisso de lidar com esses bens. Para que tudo isso decorra de uma forma normal, são necessário os incentivos que “ são considerados custos ou perdas do exercício as liberdades atribuídas às entidades e pessoas colectivas e privadas que incentivam a formação artística e cultural”¹¹⁴.

O Decreto-Lei nº53/99 de 23 de Agosto aprova o orgânico do Ministério da Cultura (MC), com os seguintes objectivos:

Promover a investigação, a identificação de valores culturais do povo cabo-verdiano; preservar, defender e valorizar o património histórico e cultural. (Art.1º)

É necessário reconhecer que o Património constitui bem de interesse comum, que representa a identidade e que exterioriza o valor de uma cultura. Daí, é indispensável o controlo do uso dos monumentos históricos e apoio às manifestações culturais. Assim sendo, como forma de viabilizar esta situação, é urgente que todos tenham o conhecimento do que é nosso e tentar geri-lo de uma forma racional.

Todavia, somente as leis não chegam, já que estas não são apreendidas por todos. Daí, advém o papel importante da escola, comunidade e das associações, na divulgação, não só dos regimes legais, mas também da necessidade de preservação do Património, para o seu melhor reconhecimento.

O Decreto nº7/2002 de 20 de Dezembro aprova o Protocolo de Cooperação nos domínios da Educação e da Cultura entre a República de Cabo Verde e a República de Angola. (Art. 2º)

No domínio do Património e Promoção Cultural acordaram: - concertar esforços para a musealização do Ex-Campo de Concentração do Tarrafal;

¹¹⁴ LIMA, Carlos, “ Mecenato Viabiliza a Produção Cultural”, in *Horizonte*, 8 de Agosto de 2003, p. 12.

-Trocar informações e experiências no âmbito de recuperação de zonas, sítios e monumentos históricos;

-Promover parcerias entre instituições arquivísticas dos dois países e ampliar fontes de financiamento de programas/projectos que dizem respeito à conservação, promoção e defesa do património histórico-arquivístico.

A ideia da construção do Campo de Concentração do Tarrafal veio quando o governo publicou, em 29 de Junho de 1934, o Decreto-Lei N.º 24 112, que estipulava a instalação de uma colónia penal para presos políticos e sociais no Ultramar, inicialmente pensada no sul de Angola, e depois em Cabo Verde. Esse mesmo diploma atribuiu ainda à PVDE competências prisionais, ao criar uma estrutura com competências para “prover ao sustento, manutenção, guarda e transporte dos presos por delitos políticos ou sociais, quer se encontrassem em prisão preventiva, quer tivessem sido condenados”¹¹⁵.

Conforme o art. 200º do Decreto-Lei número 26:643, a planta desta instalação deveria ter a capacidade para 500 presos, sendo constituída por diversos compartimentos. A sua protecção era feita com Talude rectangular em jeito de fortaleza colonial, que limitava a vista dos presos. Há guaritas por todos os cantos, que serviam para fazer vigilância.

Este Campo de Concentração funcionou em três períodos. No primeiro vai de 1936 a 1954, como lugar de exílio e extermínio para presos políticos portugueses e outros europeus. No segundo, entre 1961 e 1974, para militantes e combatentes dos movimentos africanos anti-coloniais. “No período da descolonização de Cabo Verde, para prisioneiros considerados cúmplices do aparelho repressivo colonial, inimigos da independência e do PAIGC”¹¹⁶.

Sendo um lugar onde se encontra uma parte da história de muitos cabo-verdianos, angolanos e os portugueses, não deve ser esquecido. Daí, cabe às partes envolvidas no processo de musealização assumirem as suas responsabilidades de modo que o trabalho se decorra de uma forma normal, sem interrupções, uma vez que, se o mesmo for reabilitado e gerido da melhor maneira, contribuirá para um desenvolvimento auto-sustentável.

¹¹⁵ PIMENTEL, Irene, “Alguns dados sobre o Campo de Concentração do Tarrafal”, disponível em <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/05/18/-3/>-, acedido em 19/01/2010.

¹¹⁶ MELO, António; PEDRO, Edmundo, “Homenagem aos sobreviventes,” disponível em <http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?noticia=2916795&canal=155&total=77&indice=30>, acedido em 20/01/2010.

Tendo em conta o papel desempenhado pelo Campo em apreço, já é considerado museu de resistência e há uma grande preocupação em apresentar o mesmo como património da humanidade, na UNESCO.

Isso é uma iniciativa louvável, visto que permite preservar a nossa Identidade Nacional. “Os Museus são locais dinâmicos, conservadores do passado, mas também impulsionadores do futuro, locais de estudo – Memórias”¹¹⁷. Daí acreditamos que o futuro Museu desempenhará as funções acima referidas, na medida em que, se por um lado representa o sofrimento daqueles que contestaram o regime vigente na época, por outro representa a vitória daqueles que acabaram com a opressão através da resistência. Tudo isso é um orgulho que deve ser transmitido às gerações futuras. Neste sentido, seria importante utilizar esse Campo como um pólo dinamizador de cultura cabo-verdiana.

O Decreto-Lei nº2/2003 de 24 de Fevereiro aprova o diploma orgânico do Ministério da Cultura e Desportos (M.E.D) com as seguintes atribuições:

Promover a investigação, a identificação e a inventariação dos valores culturais do Povo Cabo-Verdiano; preservar, defender e valorizar o património histórico e cultural; estimular e proteger a criação cultural ; promover a divulgação da cultura cabo-verdiana no estrangeiro, particularmente no seio das comunidades cabo-verdianas, em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades. (Art.2º)

Relativamente a esse Decreto, o então Ministro defende que “ a cultura precisa ter pés para andar, não pode ficar sempre de mão estendida, tem que tornar auto-sustentável e sustentar a economia de Cabo Verde”¹¹⁸. O mesmo realça que Cabo Verde já vive isso a nível da música. Imagine se nós investirmos num artesanato de qualidade, este poderá ter escoamento junto dos turistas e da nossa diáspora que tem sede da cultura da terra natal, e no teatro, que poderá influir nas telenovelas, cinema e um forte sector de audiovisual que produz capital para o desenvolvimento nacional.

Para fazer tudo isso é necessário ter uma garantia, porque é um investimento de risco. Caso não houver grande procura externa, os produtores ficam prejudicados,

¹¹⁷ QUEIRÓS, Luísa, “ Luísa Queirós responde ao ministro da Cultura”, in *A Semana*, 5 de Janeiro de 2001, p. 23.

¹¹⁸ CARDOSO, Pedro, “A cultura precisa ter pés para andar,” in *A Semana*, 1 de Agosto de 2003, p. 3.

tendo em conta o mercado exíguo que temos, incapaz de consumir todo o produto interno.

A Resolução nº 48/2005 de 14 de Novembro aprova a estratégia de afirmação e valorização da língua cabo-verdiana. (Art. 1º)

Uma das condições necessárias para essa valorização passa, necessariamente, pela sua oficialização que traz alguma polémica entre as duas forças políticas cabo-verdianas mais representativas.

No que concerne a este respeito, a própria Constituição da República dá a entender que há a possibilidade da oficialização do crioulo, tendo em conta que, no seu art. 9.º faz referência às “*Línguas oficiais*”, afirmando que “ todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o dever de usá-las”¹¹⁹.

Face a este reconhecimento está claro a necessidade da atribuição de um novo estatuto, mas isso só acontece com o entendimento entre decisores e a sociedade em geral, tendo em conta que desde 1996 o Governo afirmou, no seu Programa, a criação de condições e esforços para a sua oficialização, que até esta, não se efectivou.

Camilo Medina posiciona-se a favor da oficialização da língua cabo-verdiana, “desde que ela esteja bem estruturada, bem discutida e desde que se consigam os consensos necessários, pelo menos no seio de literatos, políticos, professores, (...)”¹²⁰.

No entanto, muitos entendem que a oficialização é necessária, contudo, há um imperativo fundamental que tem a ver com o entendimento entre os principais actores nesta matéria, principalmente a classe política onde há princípios e ideologias diferentes.

Porém, actualmente, alguns creditam “que o Crioulo merece ser objecto de estudo e de investigação em órgãos institucionais competentes”¹²¹.

Apesar do desentendimento entre os principais responsáveis, para que o tão desejado acontecimento se concretize, é importante frisar que não vamos perder com a oficialização da língua materna cabo-verdiana, tendo em conta que vai ganhar um novo estatuto e permite que as gerações vindouras possam utilizá-la sem nenhum complexo, tanto na escrita como na oralidade.

¹¹⁹ *Constituição da República*, Op. Cit.p.12.

¹²⁰ Entrevista de Camilo Medina, em 19 de Janeiro de 2010.

¹²¹ LIMA, Adriano Miranda, *Oficialização do Crioulo uma pausa para reflexão*, disponível em <http://www.ask.com-> , acedido em 27/02/2010.

Para que isso aconteça, é necessário que haja um consenso entre os decisores políticos e a sociedade em geral, visto que é uma tomada de decisão que deve agradar a todos.

A Lei nº 72/IV/2005, de 4 de Julho institui o dia 18 de Outubro, data do nascimento de Eugénio de Paula Tavares, como “Dia Nacional da Cultura”.

O objectivo é de chamar a atenção da sociedade cabo-verdiana para a importância e valorização da cultura, incentivando a criação de condições necessárias com vista à promoção da mesma como factor de desenvolvimento de Cabo Verde. (Art. 1º)

Salienta-se que este dia foi “celebrado com a condecoração de personalidades que se destacaram no campo da cultura, em seu sentido mais lato, no ano que lhe antecede”¹²².

Esta atitude é fundamental, porque desperta maior interesse nas populações, pelo facto de se lembrarem daqueles que já desapareceram, mas também incentiva aqueles que ainda dão os seus contributos para que a nossa cultura se afirma em relação às outras.

Para comemorar melhor o dia supracitado, criou-se vários prémios para a valorização da língua cabo-verdiana, “precisamente para incentivar aqueles que escrevem e aqueles que estudam a língua cabo-verdiana”¹²³.

Entretanto, tendo em conta que ao mesmo tempo que houve a preocupação de ir ao encontro do pulsar da cultura tradicional, em recônditas oficinas de fazedores da cultura, houve também “a atribuição da bolsa de criação cultural; ao mesmo tempo que houve o festival de ‘batuku’ e de ‘konbérsu sabi’, houve também os prémios Pantera Descoberta de Talentos Jovem”¹²⁴.

Neste sentido, esta efeméride demonstra uma preocupação do casamento entre a teoria e a prática. Tal atitude é louvável e desperta a atenção para o aparecimento de novos defensores da cultura cabo-verdiana, que é rica em vários aspectos.

¹²² WIKINOTÍCIAS, “ Governo de Cabo Verde Decreta 18 de Outubro o Dia Nacional da Cultura Cabo-verdiana,” disponível em <http://pt.wikinews.org/wiki/> -, acedido em 13/03/2010.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ VEIGA, Manuel, *Seminário sobre o Inventário do Património Cultural*, Mindelo 29 e 30 de Outubro de 2009, disponível em <http://www.cultura.gov.cv/> -, acedido em 17/03/2010.

6. Património Cabo-verdiano (Concretização dos Programas e Planos Nacionais de Desenvolvimento)

6.1. Património Natural

A reconstrução contínua e actualizada do passado é formada através de contribuições dada pelas diversas gerações ao longo do tempo. Sendo assim, a sua salvaguarda, converte-se também, em uma das maneiras de reedificação ou actualização e do equilíbrio ambiental, que são a condição essencial para a preservação da memória colectiva e continuidade ecológica.

Como qualquer outro país, Cabo Verde, desde a sua independência nacional, sempre esteve preocupado com a extinção acelerada dos territórios e das espécies, uma vez que não está excluído que os desequilíbrios assim provocados possam pôr em causa a sobrevivência dos seres vivos do seu meio, por um lado, por outro, deu uma atenção especial às acções ligadas à preservação dos aspectos culturais como forma de conservar a memória do povo cabo-verdiano.

Efectivamente, há que optar por uma Política de Ambiente nacional indissociável do modelo de desenvolvimento, em especial, no que se refere aos equilíbrios regionais. Esta deve respeitar “as diferenças, de modo a ser aplicável a todo o território

nacional, à generalidade das actividades, organizações e empresas, contribuindo para o exercício pleno da cidadania ambiental”¹²⁵.

Nesta nova conjuntura que vivemos, há um esforço a nível mundial, com vista a proteger o ambiente, apesar de alguns estados considerados mais poderosos e mais poluidores não respeitem, tendo em conta que isso põe em causa a maioria das economias que garantem o bem-estar destes e causam perigos para os que são mais pobres e menos poluidores do meio.

A conservação da Natureza pressupõe o conhecimento profundo de um conjunto de normas que a regem. Neste sentido “o responsável é em primeiro lugar, o governo do país em que se encontram os edifícios, as cidades históricas, os monumentos naturais etc.”¹²⁶.

É claro que não significa que a responsabilidade é exclusivamente do governo, mas sim de todos os indivíduos, como forma de garantir às futuras gerações um património natural capaz de lhes fornecer recursos dos quais beneficiamos. Contudo, a verdade é que, infelizmente, por razões de ordens várias, umas por desconhecimento total das normas por uma maioria, outras por ambições pessoais e ainda por necessidades inadiáveis de sobrevivência, o que leva a natureza a sujeitar-se aqueles a desmandos, a violações, a agressões, consubstanciados numa exploração irracional, pouco sagaz, conduzindo a perdas na maior parte dos casos irreparáveis. Estas perdas têm conduzido à crise do meio ambiente através da erosão do solo e do homem.

A acção humana sobre a fauna e a flora constitui uma ameaça preocupante, na medida em que muitas são utilizadas no tratamento de várias doenças. Dai, a apanha de um modo inadequado dessas espécies. Neste caso, há que tomar medidas para que o agressor se responsabilize pelos actos nefastos praticados.

Para minimizar alguns problemas relacionados com a escassez de algumas espécies consideradas vitais, criou-se o Jardim Botânico L. Grandvaux Barbosa em 1986. Esse espaço nasceu da necessidade de se preservar as espécies vegetais

¹²⁵ P. J. *Políticas do Ambiente*, disponível em <http://www.apambiente.pt/Instrumentos->, acedido 26/01/ 2010.

¹²⁶ UNESCO, *O que é: A protecção do património mundial, cultural e natural*, Lisboa, Comissão Nacional da UNESCO, 1972, p.7.

endémicas em risco, com maior vulnerabilidade de desaparecimento e serve de laboratório de investigação.

Efectivamente, nada melhor que a criação de Jardins Botânicos e Parques Naturais que, poderão servir como verdadeiros museus ao ar livre e que contribuirão, seguramente, para a conservação e divulgação das espécies da flora e da fauna, através de visitas guiadas e publicações de livros, desdobráveis e sites na Internet, como forma de despertar interesses nas gerações vindoura.

Por conseguinte, existe uma grande preocupação, com o desaparecimento descontrolado de muitas espécies, a nível mundial. Neste contexto, “ Cabo Verde, em 1995, foi o primeiro país africano e o segundo no mundo que assinou e ratificou a Convenção de Luta contra a Desertificação”¹²⁷.

Para se preservar melhor o ecossistema do País, foram criados os Parques Naturais de Chã das Caldeiras, na ilha do Fogo, da Serra de Malagueta, na ilha de Santiago e do Monte Gordo, na ilha de São Nicolau, todos com os seus instrumentos de gestão, na sequência do decreto-lei n.º 3/2003 de 24 de Fevereiro, que criou a Rede Nacional de Áreas Protegidas e estabeleceu o respectivo regime jurídico.

Paralelamente a estes, prevê-se criar mais cinco parques naturais, “no âmbito do decreto-lei 3/2003 que estabelece o regime jurídico sobre as áreas protegidas em Cabo Verde e que seleccionou 47 áreas com interesse de conservação”¹²⁸.

Caso não houver a sensibilidade e responsabilidade na exploração dos recursos naturais, a “destruição nos primeiros 57 anos eleva por um terço ou mais de todas as espécies do nosso planeta que levou muitos milhões de anos a evoluir”¹²⁹. Naturalmente, compete à nossa geração procurar uma forma viável de se relacionar com a natureza como forma de evitar essa perda irreparável de modo que todos possam usufruir de uma ecologia equilibrada.

Evidentemente, além da criação dos organismos (Secretariado Executivo para o Ambiente e Direcção Geral do Ambiente), dos instrumentos (Plano Nacional para o Ambiente I e II) e da introdução do princípio do desenvolvimento sustentável nos

¹²⁷ ROCHA, Charles Yvon, *Auto - Avaliação das Capacidades Nacionais da Gestão Global do Ambiente: Perfil Temático na Área da Desertificação/ Degradação das Terras*, (Relatório), Praia, 2006, p. 2.

¹²⁸ Entrevista do Director Geral do Ambiente, in *A Semana*, 10 de Março de 2010.

¹²⁹ CRUZ, Osvaldo; MILLER Lynn (INIDA), “ Dia Mundial do Meio Ambiente”, in *Voz Di Povo*, 30 de Maio, de 1989, p. 11.

instrumentos da soberania nacional, Cabo Verde assinou e ratificou vários protocolos e convenções internacionais, referente à defesa do ambiente.

Por conseguinte, toda a política ambiental em Cabo Verde é assumida actualmente, pelo Governo, através do Ministério responsável para o Ambiente, que por sua vez criou os sucessivos organismos acima mencionados para a elaboração e execução dos planos e políticas ambientais nacionais e o controlo de todas as instituições (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Gestão e Recursos Hídricos e Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestal), ONG's (Associação para Defesa do Ambiente e Desenvolvimento, Associação Amiga da Natureza) que lidam com os assuntos relacionados com a defesa do meio ambiente.

Um outro aspecto que merece atenção é o “Plano Ambiente Intersectorial Educação, Formação, Informação e Sensibilização (PAIS Educação), um dos 9 Planos Ambientais Intersectoriais que integram o Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II)”¹³⁰.

Nada melhor que a planificação das acções, uma vez que “procura explicitar as preocupações do sector da Educação/Formação com a temática ambiental e identificar as estratégias e intervenções ambientais sectoriais para o período 2004/2014”¹³¹.

Importa referir que todas as informações referentes ao Ambiente se encontram no SIA (Sistema de Informação Ambiental), que está a fazer um trabalho de sensibilização junto das Escolas do País, no sentido de divulgar toda a informação respeitante aos nossos recursos terrestre e marinho, em especial os mais vulneráveis.

6.2. Património Cultural

A dinâmica da sociedade é um facto real, acrescido às intensas relações entre países, levando à coexistência cultural que, por sua vez, podem trazer consequências negativas para a cultura, principalmente a dos países mais pobres.

¹³⁰ Ministério da Educação e Desporto, *Política Ambiental*, disponível em <http://www.minedu.gov.cv->, acedido em 15/03/2010.

¹³¹ *Ibidem*.

Assim sendo, grande parte da nossa cultura está a desaparecer, devido, a “acelerada dinâmica do progresso, principalmente, influenciado por padrões estranhos introduzidos durante o período colonial e, actualmente, pelos mass – media”¹³².

Não restam dúvidas, isso é uma realidade incontestável, de modo que levou os Governos de Cabo Verde a tomarem algumas medidas relativamente ao património cultural cabo-verdiano.

Existem, em Cabo Verde, muitos artefactos que não são conhecidos, por muitos, devido a sua não divulgação, muitas vezes por falta de informações obtidas a seu respeito ao longo da pesquisa pelo antropólogo. “Daí que a identificação e o registo dos “objectos culturais” no momento da sua recolha seja muito importante”¹³³.

Entretanto, muitas vezes, esses conjuntos podem pertencer a privados. Neste caso é importante incentivar a população com vista à participação na preservação e defesa desses bens. Há que se consciencializar que aquilo que recebemos do passado deve ser valorizado e transmitido às gerações vindouras que têm o dever de o transmitir aos seus sucessores.

Naturalmente, é importante referir que estes bens estão ganhando terreno cada vez mais devido aos esforços feitos por parte dos sucessivos governos e dos privados.

Como exemplo dos trabalhos feitos na recuperação dos nossos bens culturais prende-se com a criação de várias instituições responsáveis para a recolha e tratamento dos mesmos. De entre elas destacamos o Arquivo Histórico Nacional, Instituto Nacional de Cultura, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro e os Museus responsáveis para a salvaguarda e divulgação do Património Cultural Cabo-verdiano.

Relativamente à criação do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, isso veio na sequência das necessidades de conservar os documentos relacionados com a administração, antes e depois da independência nacional.

“Com efeito, foi criado pelo decreto nº 123/88 de 31 de Dezembro de 1988, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial”¹³⁴.

Está claro que a pedra fundamental para a política de desenvolvimento, numa perspectiva global, e da cultura em particular, reside na preservação do que constitui a

¹³² LOPES FILHO, João, *Olhares Partilhados*, Praia, Instituto Superior da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, pp. 13 -14.

¹³³ LOPES FILHO, João, *Contribuição para o estudo da Cultura Cabo-verdiana*, Lisboa, Ulmeiro, 1983, p. 138.

¹³⁴ ALMEIDA, José Maria, *Arquivo Histórico Nacional*, República de Cabo Verde, Centro de Estudos de História do Atlântico, disponível em <http://www.madeira-ed.pt/>, acedido em 09/04/2010.

identidade de um determinado grupo, enquanto povo. Daí, nada melhor que a criação de instituições vocacionadas para a preservação e manutenção de tudo aquilo que está relacionado com o percurso histórico de qualquer sociedade.

Salienta-se que a instituição em apreço possui uma rica colecção de documentação tratados, que são postas à disposição para pesquisas e outros acervos que ainda não receberam qualquer tratamento. De certo é que existem documentos de todas as ilhas de Cabo Verde, Portugal e das suas ex-colónias.

No que concerne à criação e instalação do Instituto Nacional de Cultura efectivou-se em 1990. Foi responsável na intervenção de muitas acções relacionadas com a defesa do património cultural, em especial, na recolha dos espólios entre 1993/94 que, culminou com o surgimento do primeiro Museu Etnográfico do País, em 1997, na Cidade da Praia.

Este Instituto (INAC) foi responsável pela intervenção em algumas áreas consideradas importantes, embora alvo de muitas críticas por parte das pessoas que se dedicam à cultura. Isso não significa que foi apenas criticado, pois promoveu algumas intervenções na Cidade Velha, nomeadamente a da recuperação e restauro de todo o sítio histórico, começando pela reabilitação e restauro da Sé Catedral através da Cooperação Portuguesa.

De acordo com Martinho Brito, a tentativa de candidatura com a Cooperação acima referido falhou, já a partir de 1999 houve a introdução da Cooperação Espanhola subdividida por três fases que culminou com o reconhecimento da cidade acima referida a Património da Humanidade da UNESCO em 2009.

Esta instituição foi responsável ainda para a escavação arqueológica de Salamansa e na recolha de algumas peças de valor cultural. Contudo, devido aos problemas internos, foi extinto.

Convém referir que, com a extinção do Instituto supracitado, surgiu um Gabinete responsável pela cultura - Gabinete de Salvaguarda do Património (GSP), que foi responsável pela recuperação da Réplica da Torre de Belém em, São Vicente.

No que tange à recuperação, por vezes apareceram choques entre a Instituto responsável e o privado, visto que, muitas vezes, não há o envolvimento dos proprietários de alguns bens considerados património, na tomada das decisões relativas à classificação dos imóveis. Neste sentido, é necessário definir claramente os critérios para a classificação, de modo que os proprietários possam ser compensados.

Relativamente a esta matéria, Pedro Miguel Cardoso é de opinião que “a revisão da legislação do património parece ser uma necessidade que reúne o consenso dos vários agentes culturais do país”¹³⁵. Nesta lógica, é importante tomar medidas que incentivem os proprietários na recuperação dos bens culturais, caso o património pertencer a um privado, porque muitos são adulterados por falta de medidas definidas e concretas, porque, se a lei, por um lado obriga os proprietários dos imóveis a preservá-los mediante determinadas condições, por outro não define um sistema claro de medidas compensatórias.

No que toca à recuperação do Seminário de São Nicolau, sabe-se que existe carência de empresas vocacionadas para fazer esse tipo de trabalho e, muitas vezes os responsáveis esquecem-se que é importante o envolvimento de todos no processo de restauro, defesa e preservação do património construído. Na maioria dos casos, relegam isso para os governantes que nem sempre conseguem agradar às expectativas dos que têm a sensibilidade para os bens com valor patrimonial.

Para ilustrar isso, citamos uma entrevista do padre Samuel Gomes, pároco, da Ribeira Brava, São Nicolau, afirmando que “houve materiais originais e antigos que foram retirados, como as madeiras, que eram muito boas, telhas e pedras antigas que faziam parte do piso do seminário”¹³⁶.

Isso confirma que não estavam preparados para fazer tal intervenção, uma vez que deveriam, em primeiro lugar, fazer um diagnóstico do estado de conservação do edifício e, só depois, procurar a melhor metodologia de intervenção.

A Carta de Veneza recomenda que a conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental.

Sendo assim, a recuperação de qualquer imóvel com valor patrimonial deve estar em conformidade com o Art.13º da Carta supracitada que defende que “os acrescentos não podem ser tolerados a não ser que respeitem todas as partes interessantes do

¹³⁵ CARDOSO, Pedro Miguel, “Ruínas da nossa memória”, in *A Semana*, 13 de Maio de 2005, p. 3.

¹³⁶ FORTES, Teresa Sofia, “Património adulterado, entrevista do Padre Samuel Gomes”, in *A Semana*, 3 de Dezembro de 2004, p.3.

edifício, o seu quadro tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas relações com o meio envolvente”¹³⁷.

Não obstante, o trabalho feito no edifício em epígrafe, revela um desconhecimento total da Lei relacionada com o Património ou então, pela simples ignorância, visto que a história de qualquer cidade passa, necessariamente, pela preservação e conservação do seu património.

Segundo João Brigola “A intervenção no património deverá fundar-se nas tarefas essenciais de documentação, inventariação, investigação e conservação, base para a proposta de redes de significação, materializáveis em inventários, rotas, circuitos, etc.”¹³⁸.

Realmente, se isso acontecer estamos cientes de que no futuro todos terão formação e informações relativamente ao Património Cultural, que durante muito tempo foi esquecido devido a uma conjuntura que não favorecia um melhor interesse para a valorização do mesmo.

O mesmo acresce que “o património arquitectural não poderá sobreviver se não for conservado pelo público e principalmente pelas novas gerações”¹³⁹.

Se isso acontecer, estamos cientes de que, no futuro, todos terão formação e informações relativamente ao património cultural que, durante muito tempo, foi relegado para o segundo plano, devido à conjuntura da época que não despertava interesse para a sua valorização.

Recordando o seu contributo na afirmação da cultura cabo-verdiana, é inaceitável a adulteração da sua construção. O problema é que, segundo Carlos de Carvalho, então presidente do Instituto de Investigação e do Património Culturais (IIPC), “todo o processo foi mal encaminhado, uma vez que devia-se procurar a autoridade competente, o IIPC, que é a entidade que se ocupa do património em Cabo Verde”¹⁴⁰.

Convém referir que o trabalho de restauro passa, necessariamente, por um conhecimento profundo, uma vez que os materiais devem ser recuperados no máximo, para que a obra possa conservar os seus aspectos antigos que lhe confere o valor próprio.

¹³⁷ *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios*, Veneza, ICOMOS, 1966, p.15.

¹³⁸ BRIGOLA, João Carlos (Relator), *II encontro da Rota do Fresco*, Alvito, 30 e 31 de Outubro, 2006, (s p).

¹³⁹ GUIMARÃES, Egídio (tradutor), *Declaração de Amsterdam*, Braga, Minia, 2ª série, 1983, p. 181.

¹⁴⁰ FORTES, Teresa Sofia, Op. Cit, p. 3.

Quando se trata de qualquer intervenção no património deve-se levar em consideração que qualquer acto de “conservação curativa ou de restauro deverá ser realizado por técnicos capacitados para tal, sempre que possível com o apoio de outras valências na análise, discussão e decisões a tomar”¹⁴¹.

O descontentamento dessa intervenção se fez sentir tanto por parte da paróquia como também pela Câmara Municipal. Só que desta vez tem a ver com a utilização do espaço apenas para o serviço paroquial, deixando de lado o problema central que é o restauro, preocupando-se com a questão financeira, afirmando que gastar mais de 20 mil contos nessas obras, para o edifício servir apenas como residência dos padres, não é justo para a população de São Nicolau.

Não obstante, salienta-se que actualmente torna-se um pouco polémico definir o real objectivo desse espaço, desde que sirva para várias actividades, respeitando o valor desse Património.

Relativamente à Biblioteca Nacional, como instituição autónoma, foi criada através da Resolução nº 70/99, aprovada em Conselho de Ministros a 7 de Outubro. Ela “tem como missão principal pôr ao serviço da vida intelectual e científica do país toda a memória cultural, técnica e científica”¹⁴².

Esta Biblioteca dá um contributo ímpar a nível nacional, porque, “para além da sua missão tradicional, desempenha também, o papel de biblioteca pública. É nessa condição, que foi programada a abertura de uma Sala de leitura infantil”¹⁴³.

Ela é, também, responsável na coordenação, em termos programáticos, do projecto de criação/reabilitação das Bibliotecas Municipais.

No que toca à recuperação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, teve o seu início em 2005, graças ao papel desempenhado pela Liga dos Amigos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, da Vila da Ribeira Brava – ilha de São Nicolau, que em 2004 iniciou uma recolha “de fundos no País e junto das comunidades cabo-verdianas no estrangeiro e de instituições e organizações diversas, para garantir o restauro e conservação da referida igreja.”¹⁴⁴.

¹⁴¹ DELGADO, Dulce, “Conservar com sensibilidade”, In, *Revista Museal*, nº2, Museu Municipal de Faro, 2007, p.8.

¹⁴² MONTEIRO, Abel, *Instituto da Biblioteca Nacional*, disponível em <http://www.bn.cv/>-, acedido em 09/04/2010.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ *Liberal Online*, “Campanha de fundos para o restauro da Igreja Matriz da Ribeira Brava”, disponível em <http://liberal.sapo.cv/>-, acedido em 28/04/ 2010.

Esta atitude deve ser assumida por todos os cabo-verdianos porque isso, contribui bastante para que muitos bens fossem salvos a favor da colectividade. O reconhecimento dessa necessidade é tanto que teve apoio por parte da Câmara Municipal local e do Governo central.

Existe contudo, uma atracção pelo património cultural, “ enquanto representação simbólica da cultura, sendo esta uma das motivações mais fortes para a prática do turismo cultural, um turismo que destaca a cultura sobre a natureza”¹⁴⁵.

A recuperação dessa Igreja, para além de proporcionar um novo ambiente, perpetua o percurso histórico dessa ilha, em particular e, Cabo Verde, em geral, contribuindo para a requalificação desse espaço que, provavelmente, constitui uma atracção para o turismo cultural que deve estar ao serviço da conservação e valorização do património cultural.

Relativamente à criação do Museu é uma boa atitude porque aí se consegue recuperar muitos bens com valor excepcional, que constituem a memória colectiva do povo cabo-verdiano, uma vez que esta instituição está “aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e principalmente expõe os testemunhos materiais do Homem e seu meio ambiente, para fins de estudo, educação e prazer”¹⁴⁶.

Entretanto, em relação ao Museu Nacional, até esta data não se conseguiu a sua instalação, devido ao espaço adequado para tal. Contudo, em 2004 “tentou criar o seu embrião no centro de Restauro e Museologia e, no futuro, deverá ocupar parte das instalações do actual quartel Jaime Mota”¹⁴⁷.

Os museus nacionais representam simbolicamente a propriedade da nação e esta passa a ser objecto e sujeito do museu. Deste ponto de vista, veicula um discurso ideológico das identidades de um grupo social concreto e atinge o objectivo de consciencializar ao povo da sua identidade e da sua cultura.

De acordo com o presidente do (IIPC), Carlos Carvalho, o espólio desse museu vai ser constituído com os achados subaquáticos, com outras valências representativas da história e cultura cabo-verdianas.

¹⁴⁵ URRY, J., *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*, London, Sage, 1990, (s p).

¹⁴⁶ Conceito de Museu segundo ICOM, 1947.

¹⁴⁷ JORGE, António, “País vai ter um museu nacional além de museus locais nas nove ilhas”, disponível em <http://www.noticiaslusofonas.com->, acedido em 22/02/2010.

Fazem parte deste, os canhões, aparelhos de marear, jóias, moedas, utensílios de uso doméstico e pessoal recolhidos desses barcos naufragados que, ao longo dos séculos, sulcaram os mares de Cabo Verde, entre a Europa e América.

No entanto, durante a década de noventa, o Instituto Nacional da Cultura, começou com as primeiras operações de recolha de peças etnográficas, para a criação do futuro Museu Nacional, que até então é uma incógnita.

Ciente do papel desempenhado pelos museus na manutenção e divulgação do património, a tarefa “ do Instituto da Investigação e Património Culturais, consiste no redimensionamento de todas estas estruturas conferindo-lhes a verdadeira dimensão de museus, e criar outros em todas as ilhas”¹⁴⁸.

Importa frisar que não basta apenas a criação de museus, mas também fazer a sua divulgação, de modo que possa haver um acasalamento com o turismo, pelo menos para se autosustentar, de modo que possa incentivar “ a preservação, no local, dos testemunhos que o traduzem, procurando interpretá-los de modo que possam ser compreendidos pelo público visitante”¹⁴⁹, visto que entra em contacto directo com os acervos ou espécimes, o que lhe possibilita a ter um conhecimento mais sólido, por um lado, por outro, vive momentos ímpares, tendo em conta que não é coisa que se faz todos os dias.

Segundo Martinho Brito, “em Cabo Verde os museus e o turismo estão de costas voltados. Afirma, Cabo Verde tem, neste momento, cinco museus que, quando não estão de portas fechadas, andam às moscas”¹⁵⁰.

Face a esta situação, pode-se ver que falta algo para que esses espaços cumpram todas as suas tarefas. É inquestionável, hoje, a importância que os museus têm, tanto na promoção do turismo, como no desenvolvimento de áreas rurais e urbanas. Resta, aí, o papel de especialistas em turismo cultural saber aproveitar os diferentes tipos de museus com fins turísticos, recreativos e educativos.

Um aspecto de extrema importância a registar prende-se com os esforços feitos para oficialização do Crioulo, embora haja opiniões divergentes das forças políticas e da sociedade civil. Um outro aspecto relaciona-se com o resgate da Tabanca e a sua candidatura a Património Imaterial da Humanidade, que fracassou, tendo em conta que

¹⁴⁸ NOSI, *Ministério da Cultura reabre Museu Etnográfico da Praia*, disponível em <http://www.governo.cv/->, acedido em 13 de Março de 2010.

¹⁴⁹ CARVALHO, Margarida Chorão de, GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego*, Coimbra, Ministério da Cultura, 2003, P.20.

¹⁵⁰ FORTES, Teresa Sofia, “Museus e Turismo estão de costas voltados”, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/->, acedido em 13/03/ 2010.

ainda não preenche todas as condições exigidas pela entidade reconhecedora, uma vez que é necessário que esta seja reconhecida pelo próprio estado, como património nacional, o que não aconteceu nesta situação, visto que ainda não tem este estatuto.

Tudo isso mostra que há grande preocupação por parte dos Governos em matéria do Património. Entretanto, o não reconhecimento pela UNESCO, não tira mérito aos esforços feitos para a valorização daquilo que constitui uma das manifestações mais antiga de Cabo verde. Falta criar uma equipa técnica multidisciplinar capaz de fazer um trabalho completo, de modo a criar todas as condições exigidas para que se possa apresentar a sua candidatura, quando tiver preenchido todos os requisitos.

7. Ministérios de Tutela da Cultura, Institutos e Direcção- Gerais da Cultura

Para melhor compreender as estruturas que implementaram as medidas tomadas em Cabo Verde durante o período em estudo, apresentamos um quadro - resumo das instituições criadas para a defesa do Património Cultural.

Saliente-se, também, que a nível do Património Natural foram criados estabelecimentos responsáveis para a sua defesa. Porém, optamos por apresentar um quadro relativamente ao Património Cultural, tendo em conta que a maior parte das instituições foram criadas para responder as questões relacionadas com a salvaguarda do Património Cultural.

Importa referir que nas Legislaturas estudadas, os Governos tiveram uma preocupação em criar órgãos responsáveis para as questões relacionadas com a defesa da cultura, embora em muitos casos, não os respeitam sobretudo, na tomada de algumas decisões que violam, em certos casos, as Leis relacionadas com a defesa do Património e ignoram estas instituições.

Quadro-resumo

Ministério	Titular	Permanên- cia	Direcção geral	Titular	Permanên- cia
Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos	Carlos Reis	1975/1977 - 1981	Direcção geral da Cultura	Dulce Almada	1978-1981
Ministério da Educação e Cultura	Carlos Reis José Eduardo Figueiredo Araújo André Corsino Tolentino	1981- 1984 1984- 1986		Manuel Monteiro da Veiga	1982- 1985
Ministério da Informação, Cultura e Desportos	David Hopffer Almada	1986-1991	Direcção Geral do Património Cultural Direcção Geral da Animação Cultural Direcção Geral dos Assuntos Cultuais	Manuel Veiga Eutrópio Lima da Cruz	1987-1989 1987-1990 1990- 1992
Ministério da Informação, Cultura e	David Hopffer Almada	1989-1991	Instituto Nacional da Cultura	Manuel Monteiro da Veiga	1990-1991

Desportos			(INAC)		
Ministério da Cultura e da Comunicação	Leão Lopes Ondina Maria F. R. Ferreira	1991-1993 1993-1994	Instituto Nacional da Cultura (INAC)	Mário Alberto Almeida da Fonseca	1992-1997
Ministério da Educação, Ciência e Cultura	José Luis Livramento António Jorge Delgado	1997-1998 1998-2001	Instituto de Promoção Cultural Instituto Nacional da Investigação Cultural (INIC)	António Manuel Querido S. Monteiro Carlos Alberto de Carvalho	1998 1998-2000
Ministério da Educação, Cultura e Desportos	Victor Manuel Barbosa Borges	2001-2002	Instituto de Investigação e Promoção do Património Cultural (IIPC)	Carlos Alberto de Carvalho	2000-2010
Ministério da Cultura e Desportos	Jorge Homero	2002-2004	Instituto de	Carlos	

Ministério da Cultura	Tolentino Araújo Manuel Monteiro da Veiga	2004-2010	Investigação e Património Culturais (IIPC)	Alberto de Carvalho	
-----------------------	--	-----------	--	---------------------	--

Análise do Quadro – resumo

Actualmente, a defesa da Cultura é um imperativo de capital importância, de modo que todos os países defensores das suas raízes direccionam as suas políticas culturais, ligadas aos discursos e alguns textos culturais produzidos e postos em circulação nas sociedades para a sua familiarização.

A nossa Cultura é, também, “a vicissitude dos meios físico e social. A trajectória deste meio encontra-se inscrita de forma indelével na matriz cultural que se serve das mais diversas linguagens para a confirmar.”¹⁵¹

Efectivamente, urge a tomada de medidas necessárias, na tentativa de resgatar a memória colectiva do povo cabo-verdiano, por um lado, por outro, para conquistar novos espaços, em vista a garantir um desenvolvimento económico sustentável e consequentemente a melhoria de condições de vida das populações.

Actualmente, está claro que o mercado funciona como um meio decisivo “na existência de quaisquer bens culturais e que, as dimensões mercantis das actividades artísticas têm que ser pensadas em articulação com as dimensões criativas”¹⁵².

¹⁵¹ *Programa do I Governo Constitucional da II República*, Praia, República de Cabo Verde, (s d), p. 57.

Analisando o quadro acima constata-se que a nível ministerial, a Cultura esteve sempre associada às várias outras áreas que também são sensíveis, e que merecem, de igual modo, tratamentos específicos e adequados.

No entanto, paralelamente aos Ministérios, foram criados Institutos, Direcção - Gerais e Secretarias que respondem pontualmente, para a defesa da Cultura.

De realçar que foram tomadas muitas medidas pertinentes relacionadas com a defesa do Património Cultural, embora por questões de várias ordens levaram a tomada de outras, consideradas intolerantes como é o caso do Centro Nacional de Artesanato em Mindelo que foi extinto em 1977, por então Ministro de Cultura, devido às questões pessoais acumuladas ao longo de algum tempo, uma vez que os seus fundadores e principais promotores o abandonaram “em finais de 1989 por divergências com o então director administrativo, António Jorge Delgado, que mais tarde, enquanto ministro, decretaria a sua extinção.”¹⁵³

Efectivamente, juntamente com o Centro supracitado, foram extintos todos os Institutos ligados à promoção cultural. Pode-se afirmar que 1997 foi o ano da extinção das Instituições responsáveis para a defesa da Cultura, nomeadamente O Instituto Cabo-verdiano do Cinema, criado em 1977, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, criado em 1988 e o Instituto Nacional da Cultura, criado em 1990.

A Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural afirma que a cultura “está no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia baseada no saber”¹⁵⁴.

Uma medida importante que deve ser tomada é inteirar a sociedade em geral na preservação do seu Património Cultural, na concessão de apoios aos produtores culturais e também, incutir nos responsáveis autárquicos um espírito da criação de secretarias de Cultura nos seus concelhos. Efectivamente, os municípios que têm “Secretaria de Cultura tendem a crescer visto que a comunidade artística passa a ter um instrumento importante na produção cultural e um meio a quem se dirigir”¹⁵⁵.

¹⁵² MELO, Alexandre, *Política Cultural: Acção ou Omissão*, disponível em <http://www.Oac.pt/pdfs/OBS2Pol->, acedido em 15/02/2011.

¹⁵³ Governo de Cabo Verde, “Ex-Centro Nacional de Artesanato vai recuperar antiga dignidade”, disponível em <http://www.noticiaslusofonas.com->, acedido em 25/12/2008.

¹⁵⁴ Afirmção feita nas conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (Mondiacult, México, 1982).

¹⁵⁵ ROMERO, Flávio, Em defesa da cultura, disponível em <http://www.petitiononline.com/mov27mar/petition.html>, acedido em 23/01/2011.

Nas grandes Opções do Plano, o Governo defende que “a homogeneidade e plasticidade da cultura nacional tornam o cabo-verdiano num indivíduo aberto ao mundo, com capacidades de adaptação receptivo à absorção de tecnologias”¹⁵⁶.

Isso confirma o reconhecimento que os nossos dirigentes têm em relação à Cultura no desenvolvimento harmonioso do povo cabo-verdiano.

Um aspecto que se deve levar em conta é que, durante o período em estudo, passaram vários ministros, presidentes e directores-gerais, com sensibilidades políticas diferentes e muitas vezes com tempo limitado e, isso afecta fortemente, na tomada de decisões, visto que um projecto iniciado por um ministro pode não ser continuado pelo seu sucessor, uma vez que este responde por outras áreas que também, exigem esforços acrescidos.

Porém, num país em que os principais meios de difusão cultural são mediáticos e a oferta de produtos culturais está fortemente subordinada a centros de produção e difusão hegemónicos à escala mundial, por um lado, por outro, com fraco apoio dos mecenas “as políticas culturais, enquanto programas de patilha de iniciativa e responsabilidade entre Estado e sociedade civil, deveriam potenciar ao máximo aquele sector social da cultura”¹⁵⁷.

Não obstante, houve várias intervenções louváveis, tanto a nível dos Ministérios, como dos Institutos e Direcção-Geral, nos assuntos pontuais que lhes dizem respeito, embora, com algumas interrupções, por causa da limitação da permanência no cargo e acumulação de outras pastas.

Um aspecto de capital importância é a integração das populações nas tomadas das decisões relacionadas com a promoção cultural. Entretanto, nos chamados Estados democráticos, existe quase que uma total responsabilidade destes em relação ao financiamento e o controle das actividades ligadas à cultura.

O Estado procurou sempre encontrar uma base de apoio sólida, aparentemente irrecusável, na economia, ora na ideia de que há no mercado cultural falhas que é necessário “corrigir, ora na de que as artes e a cultura configuram bens especiais com

¹⁵⁶ *As Grandes Opções do Plano 2001-2005*, Praia, Chefia do Governo, 2002, P.6.

¹⁵⁷ COSTA, António Firmino da, “*Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas*”, disponível em <http://www.oac.pt/pdfs/OBS->, acedido em 15/01/2011.

benefícios sociais superiores aos benefícios privados, e que por isso merecem ser tutelados ou apoiados pelo sector público”¹⁵⁸.

Naturalmente, a Cultura e o poder político são duas dimensões que devem estar sempre em sintonia, visto que o mundo vive sob pressões a vários níveis.

Neste contexto, é necessário que o Governo dispense uma especial atenção à Cultura, tendo em conta que ela desempenha uma grande importância para o desenvolvimento global do País. Assim sendo, contribui para a consolidação da “Nação cabo-verdiana nos mais diversos quadrantes, promovendo uma política cultural na perspectiva, a um tempo, de reforço da identidade nacional e da abertura à modernidade”¹⁵⁹.

Saliente-se que em muitos casos, o nosso Ministério da Cultura vem sempre associado à Educação e Desportos, o que não é mau, tendo em conta que a cultura, juntamente com a educação, representam a identidade cultural de um povo e garante o desenvolvimento sustentável de qualquer país que a elege como um dos motores do desenvolvimento. É importante saber que a educação oferece os instrumentos mínimos ao desenvolvimento da consciência de cidadania que, por sua vez, chama a atenção que a preservação da memória é proporcional à sobrevivência cultural de uma civilização.

A transversalidade do campo cultural “exige das políticas culturais uma articulação capaz de romper as fronteiras da dimensão sociológica da cultura”¹⁶⁰.

Actualmente, a Cultura é um dos eixos fortes dos discursos dos Governos de Cabo Verde, daí, a necessidade de uma atenção especial para essa área.

A tendência de muitos Estados é apostar no turismo cultural, “fortemente apegado à cultura popular que é conservadora e inovadora ao mesmo tempo no sentido em que está ligada à tradição mas incorpora novos elementos culturais”¹⁶¹. Muitas vezes a agregação de componentes modernos pela cultura popular, a transformação de

¹⁵⁸ HENRIQUES, Eduardo Brito, *Novos Desafios e Orientações das Políticas Culturais: Tendências nas Democracias Desenvolvidas e Especificidades do Caso Português*, disponível em http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2002-73/73_03.pdf, acedido em 15/01/2011.

¹⁵⁹ *Programa do Governo para a VI Legislatura (2001-2005): Moção de Confiança*, Praia, 2001.

¹⁶⁰ RUBIM, Albino, *Políticas Culturais entre o possível e o impossível*, (Comunicação apresentada no II encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura), Salvador: FACOM/UFBA, 2006, (s p).

¹⁶¹ LICÍNIO, José, *Cultura Popular*, disponível em <http://www.amped.org.br/reunioes/32/arquivos/trabalhos/Gt21-5264-Int.pdf>, acedido em 15/01/2011.

algumas festas tradicionais em espectáculos para turistas (como o carnaval) ou a venda do artesanato popular “são, na verdade, modos de preservar a cultura popular a qualquer custo e de seus produtores terem um alcance maior do que o pequeno grupo de que fazem parte”¹⁶².

Para isso, é indispensável a criação de um Ministério de Cultura com autonomia financeira, capaz de responder cabalmente, com acções concretas, para que a nossa Cultura possa contribuir no desenvolvimento de Cabo verde, de modo a garantir melhores condições de vida das populações, por um lado, por outro, os dirigentes culturais devem ser escolhidos de acordo com critérios de capacidade e compromisso na defesa da Cultura.

8. Breve análise comparativa com a Legislação estrangeira – O modelo português

8.1. Património Cultural

Considerando que a Legislação portuguesa sobre a defesa do Património é mais antiga que a cabo-verdiana e, sendo Cabo Verde sua colónia durante vários séculos, optamos por recorrer a algumas Leis e Decretos, a partir dos anos 70, com destaques para apresentação de alguns artigos semelhantes aos nossos e perceber se existem possíveis influências.

A criação do Secretariado da Administração Pública em Maio de 1973, pelo Decreto-Lei nº 265/73, veio a ser o órgão central competente “de estudar, propor, coordenar e acompanhar a execução das medidas tendentes a promover sistematicamente o aperfeiçoamento e modernização da Administração Pública”¹⁶³, reformou o pensamento administrativo de então.

Ao longo dos anos 70, o aparelho do Estado passou a dar uma atenção especial à área do património cultural.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ ANIBAL, Anselmo, “ O administrativismo no Portugal dos anos 60”, in *Vértice* 26, Maio, 1990, p. 13.

Em 1975, criou-se a Secretaria de Estado da Cultura e esta passou depois “sucessivamente, pelos Ministérios da Comunicação Social, Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da educação e Cultura, Ministério da Cultura e Ciência e novamente Presidência do Conselho de Ministros, a partir de 1980”¹⁶⁴.

Não obstante, quase a mesma coisa aconteceu em Cabo Verde que, em 1974, criou-se o Ministério da Educação e Cultura e em 1975, Decretou a criação de uma Comissão de Investigação e Divulgação Cultural, com algumas Delegações e, em 1986, passou para o Ministério da Informação Cultura e Desporto.

Atendendo que a nossa intenção é tratar das leis sobre a defesa do Património a partir de 1975, e são várias, destacamos algumas que consideramos importantes para a realização deste trabalho, como sejam: o Decreto-Lei 116-B/76 de 9 de Fevereiro, sobre as Obras a efectuar pelos proprietários e usufrutuários dos imóveis classificados; Decreto-Lei n.º 13/85 de 6 de Julho, Lei de Bases do Património Cultural Português; Decreto Regulamentar n.º 81/87 de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente; Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro, que estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas; Decreto-Lei n.º 42/96 de 7 de Maio, que cria a Lei Orgânica do Ministério da Cultura; Decreto-Lei n. 60/97 de 20 de Março, que aprova a orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, do Ministério da Cultura; Decreto-Lei n. 89/97 de 19 de Abril, que aprova a orgânica da Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura; Decreto-Lei n. 90/97 de 19 de Abril de 1997, que aprova a orgânica do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, do Ministério da Cultura; Decreto-Lei n. 117/97, de 14 de Maio, que aprova a orgânica do Instituto Português de Arqueologia; Decreto-Lei n. 120/9, de 16 de Maio, que aprova a orgânica do Instituto Português do Património Arquitectónico, do Ministério da Cultura; Decreto-Lei n. 161/97, de 26 de Junho, que aprova a orgânica do Instituto Português de Museus (IPM), do Ministério da Cultura; Decreto-Lei 164/97 de 27 de Junho, que estabelece normas relativas ao património cultural subaquático; Lei n.º 121/99, de 20 de Agosto, que Transfere para o Governo, através de organismos a quem cabe a protecção do património cultural, autorizar o uso de detectores de metais, assim como a fiscalização da sua utilização; Proposta de Lei 39/VIII de 25 de Maio, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural; Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de

¹⁶⁴ RAPOSO, Luís, “A estrutura administrativa do Estado e o Património cultural: Perspectiva histórica da Monarquia aos anos 80”, in *Vértice* 54, Maio – Junho, 1993, p.39.

protecção e valorização do património cultural; Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, que aprova a Lei -Quadro dos Museus Portugueses.

Salienta-se que não pretendemos abarcar a totalidade dessas leis, pelo que optamos por recorrer a alguns artigos do **Decreto-Lei nº 13/85 de 6 de Julho, de 1985** - Lei de Bases do Património Cultural Português, do **Decreto Regulamentar nº 81/87 de 7 de Abril de 1987** – Lei de Bases do Ambiente, da **Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro de 2001** - Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural e da **Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto de 2004** - Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses respectivamente, para depois fazer uma breve comparação com os das nossas Leis, referentes aos mesmos assuntos.

Com efeito, importa evidenciar-se que a Lei nº 13/85 de 6 de Julho não se vigora, actualmente, em Portugal, todavia, a nossa escolha justifica-se pelo facto da sua influência directa, na nossa Lei da preservação do Património Cultural, de 29 de Dezembro de 1990.

Em 1980, no âmbito da reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura, criou-se o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), que foi alvo de algumas críticas, embora se tenha constituído “um passo muito positivo na direcção da maior operacionalidade dos serviços da cultura na área do Património Cultural”¹⁶⁵.

Porém, surgiram muitos departamentos dentro do IPPC, nomeadamente: Arqueologia; Artes Plásticas; Bibliotecas; Arquivos e Serviços de Documentação; Defesa, Conservação e Restauro do Património Cultural; Museus; Palácios e Fundações; Museologia; Património Arquitectónico.

Com todos esses ramos acarretados por um único Instituto, não é de esperar que se vai conseguir dar todas as respostas que fazem parte de uma área específica que exige alguma sensibilidade.

“Entretanto, o ano de 1985 é marcado também por um outro facto da maior importância: a aprovação pela Assembleia da República da lei quadro para esta área, a Lei do Património Cultural Português”¹⁶⁶.

Passamos a apresentar alguns Artigos desta Lei que tiveram influência directa na Lei de Bases do Património Cultural Cabo-verdiano.

Artigo 1.º Princípios fundamentais

¹⁶⁵ Idem, Luís Raposo, p.40.

¹⁶⁶ Ibidem.

O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.

Se repararmos bem, na definição dada pela Lei nº102/III/90 de 29 de Dezembro de 1990, no seu Artigo 2º, constatamos que a única diferença existente é a identidade da cultura cabo-verdiana. Do resto é a mesma coisa.

Realça-se que o mesmo acontece com os outros Artigos procedentes, não obstante, vamos debruçar um pouco sobre os monumentos, conjuntos e sítios (Art. 8º); o **Subtítulo II** – *Dos bens imateriais* (Art. 43º) e o **Título IV** – *Garantias e Sanções* (Art. 51º). (Ver anexo 1 e 4)

Importa salientar que todas as definições estão em conformidades com as dadas anteriormente nos conceitos mencionados na Legislação cabo-verdiana, embora com acréscimos, em alguns casos, uma vez que se trata de contextos diferentes e com uma certa margem do tempo da sua elaboração e publicação. Todavia, mesmo assim pode-se constatar que a Lei de Bases do Património Português teve uma grande influência na nossa Lei de Bases do Património.

Subtítulo II – Dos bens imateriais

Com o objectivo de protecção do património imaterial, deverá o Estado:

a) Promover o respeito dos valores gerais da cultura e a defesa de identidade e memória colectiva portuguesa, protegendo, em particular. Os valores da integridade, verdade e autoria das obras do engenho humano de todas as criações culturais, sejam quais forem as formas e meios por que se manifestem e corporizem;

d) Apoiar a revitalização e a conservação das tradições culturais populares em vias de desaparecimento;

Relativamente a este ponto, todos coincidem com o que é defendido na Lei do património cabo-verdiano, (ver os anexos 1 e 4). Salienta-se que “em âmbito nacional, a protecção do património cultural está intimamente ligada ao enfoque da política cultural de cada país, que sempre recorre a sua história”¹⁶⁷.

Título IV – Garantias e Sanções

Os atentados contra o património cultural e as infracções ao disposto neste diploma serão sancionados de acordo com a lei geral, com o que for especialmente

¹⁶⁷ MICELI, Sérgio; GOUVEIA, M. A. M., *Política cultural comparada*, Rio de Janeiro, Funarte, 1985, p. 45.

disposto na lei penal, com as penalidades ou demais consequências previstas nos artigos anteriores do presente diploma e ainda o disposto nos artigos seguintes. (Art. 51º)

Convém referir que, neste Artigo, a única diferença existente entre as Legislações dos dois países é a quantia da multa que, é de 30 000\$ e em Cabo Verde é de 50 000\$00, do resto é tudo igual.

A salvaguarda do património é encarado, cada vez mais, como uma maneira de protecção total “do ambiente que não se preocupa só com a protecção do espaço vital natural mas também com a do espaço vital colectivo, desenhado pelo homem no decurso da sua existência”¹⁶⁸.

De facto, há uma necessidade de actualizar sempre os critérios de classificação dos monumentos integrados, seguindo sempre as orientações saídas das Organizações Internacionais, de modo a prever alguns constrangimentos que, eventualmente, possam aparecer.

Na verdade, os “verdadeiros problemas consistem na integração desses monumentos no seu espaço histórico peculiar, à escala topológica, entendidos como testemunhos materiais do passado”¹⁶⁹.

Segundo Luís Raposo, todos os últimos 20 anos têm passado na prossecução, um tanto suicida da ideia de que a melhor forma de defender o património cultural é aumentar as competências administrativas dos organismos que, na área da cultura, o procuram proteger, quando, na realidade, aquilo que importa é ter a coragem de repartir responsabilidades dentro e fora de máquina do Estado.

Efectivamente, é necessário que haja um controlo daquilo que faz parte da memória colectiva de um povo e que tem interesse público, como forma de garantir o respeito pela sua dignidade. Isso só vai ser possível se, realmente, houver um investimento na formação e responsabilização dos jovens para a valorização do seu património de modo a “proporcionar ao público o conhecimento das relíquias do passado, a propósito dos quais se procura interessar a natural curiosidade cultural das pessoas”¹⁷⁰.

¹⁶⁸ JORGE, Virgolino Ferreira, *Património e Identidade Nacional*, Évora, Universidade de Évora, 2000, p.5.

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ SARAIVA, José de Sá Nogueira, “Regime Jurídico do Património Monumental da Nação”, Ministério da Educação Nacional, in *Boletim Oficial*, Outubro/Dezembro, 1972, p.75.

Apesar de muitas novidades trazidas pela Lei de Bases do Património cultural português, ainda continua “ sem produzir os efeitos desejados, enquanto dia após dia se toma conhecimento da destruição de parcelas do nosso património, por vezes em circunstâncias que as medidas previstas na Lei poderiam obviar”¹⁷¹.

Se em Portugal, que faz parte da União Europeia, com um controlo muito mais rigoroso, isso acontece, em Cabo Verde é, ainda maior, visto que grande parte da sociedade não se consciencializou que a salvaguarda do património garante a valorização da população, e deixa os interesses pessoais sobreporem os colectivos que, muitas vezes, vão ter repercussão negativa que compromete as condições de vida das gerações vindouras.

Saliente-se que a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, nunca tenha sido regulamentada, daí “ pouco contribuiu para a preservação e salvaguarda do património edificado, facto agravado com a ausência de um inventário sistemático do património”¹⁷².

Efectivamente, com essas insuficiências produziu-se a Lei nº 107/2001, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Assim sendo, a defesa do património deve ser entendida como uma política sectorial da cultura, dotada de instrumentos jurídicos capazes de garantir a protecção necessária.

“É uma lei exigente, pois obriga o Governo a apresentar à Assembleia da República, de três em três anos, um relatório circunstanciado sobre o estado do património cultural em Portugal”¹⁷³.

Naturalmente esta veio a colmatar algumas lacunas existentes na anterior Lei do Património.

De facto trouxe uma nova abordagem. “Pois, a nova lei do património cultural português alicerça-se num conceito alargado, abrangente e multidimensional que envolve diferentes manifestações de património cultural”¹⁷⁴. A mesma menciona que “a defesa da qualidade ambiental e paisagística é consagrada mediante a definição de

¹⁷¹ Luís Raposo, op. cit, p. 42.

¹⁷² IPAR, disponível em <http://www.ipar.pt/apresentação/>-, acedido em 10/07/ 2010.

¹⁷³ VAZ, Máxima, *Protecção e valorização do Património*, disponível em <http://odivelas.com/2010/01/16/proteccao-e-valorizacao-do-patrimonio/>-, acedido em 20/05/ 2010.

¹⁷⁴ CARVALHO, Paulo, Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território: Cadernos de Geografia nºs 22 e 23, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, p.121.

outras formas para assegurar que o património cultural se torne um elemento potenciador – e também da coerência das categorias que o integram”¹⁷⁵.

Tendo em conta que a Lei de 1985 foi alvo de muitas críticas, já aquela que a prosseguiu relativamente à mesma matéria vai basear nos comentários feitos para possíveis melhorias.

8.2. Património Natural

Na actual conjuntura, está claro que o desenvolvimento tecnológico, apesar dos benefícios que trouxeram para a humanidade, provocaram algumas consequências nefastas para a humanidade, ameaçando os seres mais indefesos, com uma tendência para o esgotamento de importantes recursos naturais, como é o caso da degradação da biodiversidade terrestre e marinha. Pois, isso acontece por causa de vários factores em especial da maneira como o Homem relaciona com o seu meio ambiente.

A situação preocupante desta degradação impõe uma atitude mais responsável do Homem para com o ambiente, de forma a restabelecer-se a necessária harmonia entre este e a natureza que reflecte, em última instância, “o conceito da sustentabilidade que irá permitir uma utilização responsável e duradoura dos recursos naturais e garantir, em consequência, às gerações vindouras um futuro diferente e promissor.”¹⁷⁶

A conservação da natureza passa necessariamente pela criação medidas legais seguida de um controle rigoroso de modo a responsabilizar os prevaricadores. Portanto esta é uma tarefa de todos, uma vez que a nossa qualidade de vida depende, grandemente, do nível de conservação dos ecossistemas.

Neste sentido, apresentamos alguns artigos da **Lei nº11/87 de 7 de Abril de 1987 – Lei de Bases do Ambiente Português** relacionados com a defesa do Património Natural

Princípio geral (Art. 2º)

1- *Todos os cidadãos têm direito a um ambiente humano e ecologicamente*

¹⁷⁵ *Ibidem.*

¹⁷⁶ LOUREIRO, Nuno de Santos, *Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade*, disponível em <http://members.seaturtle.org/nloureir/>, acedido em 12 de Novembro de 2010.

equilibrado, e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer colectiva. (Ver os anexos 2 e 5).

Relativamente às bases da política do ambiente, a nossa Legislação fez quase que uma transcrição, tanto na enumeração dos Artigos, bem como em todo o conteúdo da Lei portuguesa, em questão.

Quanto a este assunto, importa frisar que a Lei portuguesa do Ambiente foi alvo de alguns comentários, visto que “o tempo se foi encarregando de tornar a Lei nº11 de 87, algo «datada»: nela não se faz referência a termos/conceitos como biodiversidade e sustentabilidade, hoje tão presentes”¹⁷⁷.

Igualmente, o mesmo acontece com a Lei de Bases da política do ambiente cabo-verdiano. Todavia, esta apresenta os componentes ambientais naturais e a sua defesa; os componentes ambientais humanos; a gestão da paisagem; os instrumentos da política do Ambiente; Estudos de impacto ambiental e o Equilíbrio entre componentes ambientais, e não se fez qualquer referência, também, daquilo que foi deixado de fora na legislação portuguesa, e só se veio a tratar desse assunto de extrema importância, a partir dos anos 2002, no Decreto-Regulamentar nº7/2002, referente às medidas de conservação e protecção das espécies. Isso confirma mais uma vez a grande influência da legislação portuguesa na nossa.

Indo mais longe constata-se, na Lei portuguesa, que “independentemente da necessidade da sua revisão, é a falta de concretização dos seus princípios e normas, 22 anos depois, que impressiona”¹⁷⁸.

Navegando à vista, ao sabor de correntes contrárias, com altos e baixos mas demonstrando sempre tendência a ficar secundarizada por outros interesses e propósitos, a política de ambiente em Portugal, se inegavelmente avançou, está ainda hoje numa fase que se diria latente, muito presente no discurso político mas pouco no terreno quotidiano e não se vê a necessária integração horizontal de políticas. O Ambiente não deve ser um sector da administração confrontado com outros; deveria ser o cerne de medidas harmoniosas entre si para uma sociedade mais equilibrada e

¹⁷⁷ GUIMARÃES, Bernardino, *Lei de Bases do Ambiente – 22 Anos Depois*, disponível em <http://peregrino-bg.blogspot.com/2009/06/lei-de-bases-do-ambiente-22-anos-depois.html>-, acedido em 10/06 / 2010.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

sustentável, com mais qualidade de vida, a pensar no presente e no futuro.

O homem precisa de renovar sempre a sua estratégia de se relacionar com o meio ambiente, visto que apesar das presumíveis ideias, “muitos documentos normativos nacionais e internacionais são lançados sem qualquer efeito prático”¹⁷⁹.

Com base nos estudos feitos sobre as Leis de Bases do Património Cultural Português e do Ambiente pode-se constatar que estas tiveram influências directas nas respectivas Leis de Bases cabo-verdianas.

Entretanto, não basta elaboração de Leis. É necessário concebê-las de modo que possam ser colocadas na prática, independentemente das influências recebidas.

As diferentes indicações e princípios de actuação revelam o crescimento e a vontade universal em proteger os bens susceptíveis de desaparecimento, destacando-se todas as dimensões do património, revelando-se uma “maior ambição no que concerne à escala de intervenção, enfatizando o contexto territorial e dialéctico dos bens a proteger e a valorizar, isto é, o quadro natural e construído”¹⁸⁰.

Para tal é necessário que haja o envolvimento directo das populações na preservação do património e isso implica a educação das mesmas, ou seja, fazer-lhes perceber que é preciso conhecer os bens com valor patrimonial, para depois valorizar.

Entretanto, é necessário levar em conta a indicação e reconhecimento dos monumentos, as suas possibilidades de defesa e da continuidade do nosso ambiente.

A conservação do património apresenta-se como uma parte complementar da protecção ambiental, responsabilizando todos os indivíduos no seu relacionamento lógico e conceptual com a biosfera, como forma de desenvolver neles, a consciência ecológica. Neste caso, “o amor pela Natureza, como o amor pelos monumentos seria a atitude suprema de uma paixão cultural pela defesa da qualidade da nossa paisagem histórica”¹⁸¹.

¹⁷⁹ ANTUNES, Pedro Baila, *Evolução do Direito e da Política do Ambiente Internacional, comunitário e nacional*, disponível em http://www.ipv.pt/millennium/ect7_pba.htm-, acedido em 12/06/2010.

¹⁸⁰ TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho, *Património Cultural e Estratégias de Desenvolvimento em Portugal: Balanço e Novas Perspectivas*, Universidade de Coimbra, disponível em <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/289.htm>-, acedido em 12/07/2010.

¹⁸¹ JORGE, Virgolino Ferreira, op. cit. p. 15.

Seguramente, uma das medidas mais eficazes prende-se com a criação, implementação e controle dos Instrumentos de Políticas Ambientais que constituem a expressão prática estratégica e coerente da referida política, que a permitem viabilizar e executar. São de natureza diversa, incluindo legislação, planos, critérios e normas, regulamentos, incentivos, taxas e sanções e ainda informação trabalhada de forma criteriosa. É através dos instrumentos de política de ambiente que é possível definir orientações ou estabelecer actuações coordenadas, e consequentes dos agentes económicos e sociais envolvidos nas diversas áreas de intervenção.

Saliente-se que isto não resta dúvida, uma vez que é preciso ter todas as ferramentas necessárias e devem ser colocadas à disposição de todos, de modo que possam usufruir das mesmas.

A conservação do património e da identidade nacional, resulta de um processo cultural e ideológico generalizado das populações. Actualmente, falamos de protecção e de conserva do património não como uma mera ambição intelectual da moda, mas sim, como “irrefutável espírito de identidade pátria que urge disseminar, com convicção actuante, pelos cenários quotidianos da política cultural, como agentes potenciais de moralidade pública”¹⁸².

Entretanto é preciso saber que o conhecimento profundo das características sociais, ambientais, culturais e comunitárias, de uma dada região, em conjunto com o apoio da população, devem contribuir para a utilização e descoberta de novas soluções que garantam o equilíbrio e a melhoria de qualidade de vida.

8.3. Museus

Presentemente, os museus funcionam como um catalisador fundamental na divulgação da história, tendo em conta que aí se retrata a convivência das pessoas de um determinado país ou então de sítios e/ou lugares com valores paisagísticos de interesse relevante.

Sendo museu “ um estabelecimento permanente, “aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do

¹⁸² *Ibidem.*

seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição”¹⁸³, desempenha, actualmente um papel de destaque na preservação e divulgação do património cultural e natural.

Com efeito, vamos debruçar sobre o Artigo 3º da Lei Quadro dos Museus Portugueses que, no ponto 1 define Museu como *uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:*

a) *Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos;*

b) *Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.*

2 - *Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.*

Dadas as funções desempenhadas pelos museus, é importante destacar os contributos que estes dão na salvaguarda e difusão do Património, devido a facilidade da interacção entre o público e os acervos aí existentes.

“A educação em museus tem particularidades interessantes e elementos como espaço, tempo e objectos são factores que irão constituir o diferencial da educação nesses locais”¹⁸⁴.

Entretanto, para que se alcance os objectivos desejados nesse espaço, há que adoptar boas estratégias de ensino e explorar conteúdos de acordo com os interesses dos alunos, pois aí acontece maior contacto entre os alunos e os objectos de estudo. Neste caso, o Museu pode ser “considerado como uma excelente ferramenta

¹⁸³ Estatutos do ICOM, adoptados na 16ª Assembleia Geral do ICOM (Haia, Holanda, 5 de Setembro de 1989) e alterados pela 18ª Assembleia Geral do ICOM (Stavanger, Noruega, 7 de Julho de 1995) e pela 20ª Assembleia Geral do ICOM (Barcelona, Espanha, 6 de Julho de 2001), disponível em - http://www.museus.gov.br/oqueemuseu_definicao.htm -, acedido em 30/11/ 2010.

¹⁸⁴ CAZELLI, S., Marandino, M., ‘Educação e comunicação em Museus de Ciências’. In: *Educação e Museu: A Construção Social do Carácter Educativo dos Museus de Ciências*. Rio de Janeiro, (s. ed), 1999, (s p).

pedagógica. Pode servir como um recurso para a interacção dos conhecimentos prévios, presentes na mente dos alunos”¹⁸⁵.

Porém, no que diz respeito aos museus portugueses, passamos a citar alguns pontos que consideramos, de extrema importância, para a direcção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, referindo que, *“houve um recuo, tanto em matéria de reflexão e adopção de medidas estratégicas, como em matéria de governação corrente, destacando que:*

- *Não se concretizaram alguns dos principais mecanismos de política museológica estabelecidos na Lei Quadro dos Museus Portugueses, entre os quais o da criação de um Conselho de Museus, que foi ilegitimamente morto à nascença, sem que tivesse havido interesse em efectivar o organismo que se lhe deveria suceder - a Secção de Museus e Conservação do Conselho Nacional de Cultura;*

- *Como consequência do ponto anterior, não se implantou o sistema de credenciação de museus, previsto na Lei Quadro, com os resultantes prejuízos de falta de incentivo geral à procura de novos padrões de qualidade e de falta de critério ou de transparência na acção dos diferentes sectores do Estado, especialmente daqueles que não possuindo competências e capacidades para avaliar projectos museológicos, dispõem não obstante de verbas avultadas para os promover;*

- *Identicamente, não se cuidou de reforçar a Rede Portuguesa de Museus que, pelo contrário, tem vindo a conhecer dificuldades operacionais crescentes e acentuada diminuição de investimento nos seus programas de qualificação dos museus, os quais foram em certos casos pura e simplesmente suspensos ou anulados;*

- *Vivem-se, pois, tempos muito difíceis no mundo dos museus, como se viu confirmado pela última reconfiguração do Estado central, na qual os museus nacionais deixaram de integrar as chamadas “funções de soberania” e passaram a estar disponíveis para que qualquer futuro Governo entenda privatizar a sua gestão ou até os seus acervos, ou seja, a memória da Nação*¹⁸⁶.

¹⁸⁵ VIEIRA, Valéria; BIANCONI M. Lúcia, *A importância do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro para o ensino não formal em ciências*, Rio de Janeiro, Instituto de Bioquímica Médica, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), (s d), (s p).

¹⁸⁶ O ICOM e o futuro dos museus portugueses, disponível em <http://www.alagamares.net/>, acedido em 30/11/ 2010.

Encontram-se, nos museus, informações variadas, ricas e descritivas para sustentar muitas actividades que abarcam “a salvaguarda, exposições, educação, programas públicos e pesquisas”¹⁸⁷.

Estes museus são instituições guardiãs do património histórico do campo: instrumentos, equipamentos, colecções de espécimes naturais e artefactos, livros, manuscritos, objectos pessoais de cientistas. Têm por missão preservar restaurar, conservar, inventariar e expor essas materializações da memória histórica da actividade científica.

Os museus têm uma diversificação e particularização disciplinar na articulação com o ensino, nas suas diversas direcções e patamares, “na salvaguarda do património e o fomento das actividades económicas deverão ser tidos como preocupações fulcrais na condução das políticas”¹⁸⁸.

Porém, é importante frisar que, actualmente, existe uma vontade enorme em apostar no turismo cultural e, nada melhor que os museus locais, integrados numa política de implementação e desenvolvimento do turismo cultural. Contudo, estes devem revelar um espaço adequado e funcional, articulado com “o território onde estão inseridos e os seus programas museológicos devem contemplar objectivos específicos de utilização e articulado com o património envolvente”¹⁸⁹.

Estes locais, quando bem explorados, convertem-se num espaço de encontro entre os jovens e idosos, os residentes e os emigrantes que regressam nas férias, enfim permite uma convivência entre a comunidade local e os não residentes.

¹⁸⁷ BERTOLETTI-DE-MARCHI, Ana Carolina; SILVA, Flávia Biondo da, “O Desenvolvimento de Objectos de Aprendizagem no Museu Zoológico Augusto Ruschi”, in *Vértice* N° 2, Novembro, 2004.

¹⁸⁸ GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Contribuição para o estudo da Museologia portuguesa oitocentista”, in *Revista Lusófona de Arte, História e Património*, Cadernos, 2011, p.5.

¹⁸⁹ TEIXEIRA, Manuela da Paiva, “A preservação do Património como motor de desenvolvimento sustentável,” disponível em <http://alcoutimpatrimonio.blogs.sapo.pt/806.html>, acedido em 20/12/2010.

9. Considerações finais

O presente trabalho constitui uma tentativa de abordagem do problema que, de uma forma geral, se levantam à volta da preservação e defesa do Património em Cabo Verde, tanto por parte do Governo como da sociedade em geral.

A questão do Património constitui, hoje, uma preocupação a nível mundial, visto que todos os países, com o apoio das Organizações Internacionais, querem proteger as suas raízes como forma de estar “mais perto” daquilo que aconteceu antes e saber como conservar o que recebeu como herança.

Na verdade, nenhum observador atento pode menosprezar a importância da salvaguarda do Património para a valorização de tudo quanto recebemos e que temos a obrigação de passar às gerações vindouras. À semelhança dos outros países do mundo, também em Cabo Verde esta tarefa constitui uma preocupação dos Governos e um desafio para todos.

Neste contexto, antes da Independência Nacional, deram os tímidos passos nesta matéria com a publicação da Lei sobre o Ambiente, relacionada com a pesca da Lagosta (Diploma Legislativo nº26 – 72, de 26 de Junho de 1972) e também a criação de uma Instituição responsável para as questões relacionadas com o Património

Cultural. Convém referir que este último mereceu mais atenção, com a implantação do Governo de Transição e todo o período da Primeira República.

A prioridade em preservar o Património Cultural justificou-se talvez, pelo facto de Cabo Verde ter vivido durante muitos séculos sob a dominação colonial portuguesa e, neste caso, resgatar o Património é, sem dúvida dar os primeiros passos na defesa daquilo que identifica o nosso povo, demonstrando a sua especificidade em relação aos outros.

Convém referir que, após a Independência Nacional, durante a Primeira República, continuou-se com a mesma política, criando incentivos como forma de garantir a criação e divulgação do património cultural cabo-verdiano, relegando a legislação sobre o património natural para o último ano do regime do Partido único (1990).

É de salientar que a partir dessa altura, houve uma atenção especial para a defesa do Património Natural e, também, surgiu o interesse para a preservação da Biodiversidade, na medida em que Cabo Verde não possui grande quantidade, apesar de existirem algumas espécies que são endémicas e que possam ser consideradas de interesse para a humanidade. Num país com fracos recursos naturais é indispensável apostar fortemente na conservação dos poucos que existem, para garantir a sua continuidade.

Como referido, em relação ao Património supracitado, houve pouca legislação antes da Independência Nacional, mas é de referir que o mesmo não aconteceu pós-independência, embora com alguma demora porque praticamente se deu mais atenção ao Património Natural a partir de 1990, com a Declaração das Reservas Naturais. Tratando-se de um passo significativo, embora muitas vezes não existisse uma política bem definida sobre essa matéria, porque depois de criada caía no esquecimento dos impulsionadores para a concretização da mesma.

No que se refere à Segunda República, houve uma ligeira atenção em relação à natureza, sobretudo com a Criação de Bases da Política do Ambiente. Porém, apesar da Legislação, carece a sua aplicabilidade, porque houve algumas reivindicações, sobretudo no que tange à apanha de areia e corte de árvores.

Deu-se alguma atenção aos crimes contra o ambiente, mas é necessário que haja a consciencialização por parte da sociedade, como também, dos governos central e local, visto que, muitas vezes, contribuem para a degradação do ambiente sobretudo,

quando realizam grandes construções. Na verdade, pode-se verificar, no processo da construção das estradas, o derrubo de muitas árvores, em vista a ocupar esse espaço de uma outra forma.

Seja como for, é importante nunca ignorar que, no processo de ocupação, utilização e transformação de espaços, deve-se ter em conta, não apenas o aspecto físico, mas, também, a sua componente viva, da qual a cobertura vegetal é parte essencial. Aliás, sem prejuízo pelos critérios meramente técnicos e pelas opiniões contraditórias, a própria Lei de Bases do Ordenamento do Território Nacional e do Planeamento Urbanístico, sobretudo no que diz respeito às directrizes de ordenamento urbano, defende a continuidade dos cobertos vegetais e os maciços arbóreos existentes.

Tanto mais que a preservação da natureza para além de ser necessária e imprescindível à sobrevivência das gerações humanas, “é, acima de tudo, uma forma de demonstrar o profundo aspecto que o homem deve ter por tudo aquilo que não criou, que existia antes dele e que, porventura, continuará a existir depois dele”¹⁹⁰.

Evidentemente, as construções são indispensáveis, uma vez que constituem um desafio para os homens, mas, primeiramente, há que fazer um estudo do impacto ecológico como forma de garantir o equilíbrio ambiental.

No que diz respeito ao desenvolvimento das Bases da Política do Ambiente, foram feitas coisas importantes contudo, merece mais, visto que há um forte envolvimento das entidades estrangeiras, sobretudo no Projecto de Áreas Protegidas. Também, houve uma grande preocupação do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objectivo da implementação do Projecto “feito em duas fases (2003 a 2006 e 2007 a 2009).

Evidentemente, isso é importante para nós, mas também, para a humanidade, na medida em que a conservação da Biodiversidade é um facto preocupante para todo mundo. Isso legitima o reconhecimento dos esforços feitos pelos Governos de Cabo Verde, a nível internacional, como um país que preocupa com a sua biodiversidade, sobretudo com a criação dos Parques Naturais que já é visível.

Nota-se, também, que do interesse na preservação do património natural levou à criação de corpo de guardas para fazer respeitar as leis do ambiente. Mesmo assim vários crimes são praticados, tanto pelas próprias entidades responsáveis, como pela

¹⁹⁰ RODRIGUES, José Avelino, “Breve Reflexão sobre a problemática ambiental cabo-verdiana”, in *Horizonte*, 18 de Maio de 2005, p. 13.

sociedade em geral, o que constitui a preocupação da maioria. Supomos que, se não for tomadas medidas sérias, sobretudo na apanha de areia e jorra, pode-se pôr em perigo o nosso meio ambiente.

Outro aspecto de maior importância foi a criação de Parques Naturais e o Lançamento de Projecto de Áreas Protegidas que, confirma alguma preocupação com a defesa do nosso Património Natural e a aplicabilidade de algumas medidas tomadas.

No tocante ao Património Cultural, houve alguma atenção antes da Independência Nacional, o que veio a incentivar o Governo de Transição a despertar um interesse para a valorização da nossa cultura, apesar de limitações. Essas legislações estavam mais direccionadas à investigação e divulgação da cultura cabo-verdiana.

Com a Independência houve uma atenção especial, começando por legislar, não como forma de preservar, mas sim de incentivar a defesa do Património. É de referir que isso é importante, na medida em que, para preservar, é necessário conhecer. Daí a importância desses incentivos em promoverem a criação e divulgação daquilo que faz parte integrante da nossa cultura. O desenvolvimento cultural é um processo e passa por fases, cujo aspecto comum é uma exigência de empenho e dinamismo, particularmente daqueles que são inegavelmente, os continuadores da divulgação da nossa cultura.

Note-se que é indispensável a função que cada um desempenha na sociedade, sobretudo a do professor/educador a quem cabe “ um papel de relevo, não só pela sua posição e cultura geral, mas também pelas suas funções de formador de homens”¹⁹¹ .

Essa formação recai sobretudo na juventude que tem uma voz forte nesta tarefa. Talvez seja uma advertência para passos de maior fôlego que lhes estão reservados, como seja, uma abordagem aos nossos valores culturais tradicionais, às nossas raízes, para que a estagnação não nos vença, mas que exista de facto uma vinculação dinâmica do nosso passado para o nosso presente cultural, na base de uma valorização e desenvolvimento de que todos seremos sujeitos e beneficiados. Convém salientar que, para que isso aconteça e tenha sucesso, é necessário apostar numa política voltada para a cultura, de modo a desenvolver nos jovens o espírito de conservar, pois isso contribui para que se tenha um desenvolvimento cultural auto-sustentável.

¹⁹¹ LIMA, A. Germano, “ Linhas gerais de um programa de educação no e pelo património cultural”, in *Voz Di Povo*, 27 de Fevereiro de 1989, p. 3.

“Tal como o homem sem “memória” se degrada, também a sociedade que despreza a sua herança cultural não evolui harmonicamente”¹⁹².

Fazendo uma breve análise desse extracto, pode-se verificar que o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade passa, necessariamente, pelo reconhecimento daquilo que encontramos, para depois saber gerir, de modo inteligente, tudo o que o homem acrescenta à natureza, em seu proveito.

Considerando que a música, a dança, o teatro e o artesanato são considerados elementos integrantes da cultura de um povo, há que também valorizá-los. Quanto a isso, pouca coisa foi feita, todavia, houve alguns Decretos e Leis respeitantes a estes bens, mas não teve continuidade das legislações referentes a eles, durante o período em estudo. Contudo, é necessário desenvolver um sistema cultural que permita recuperar e preservar o património cultural do país, de modo a fomentar, incentivar e apoiar a livre criatividade cultural dos indivíduos e dos grupos, nas mais variadas formas de expressão.

Relativamente ao processo de candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade, houve um esforço, sobretudo com o apoio das Cooperações Portuguesa e Espanhola, com vista à sua recuperação de modo que o seu valor histórico possa ser reconhecido pela UNESCO e lhe conceda um estatuto que merece, pelo facto de ser um centro que desempenhou um papel importante para a Humanidade, durante séculos.

A primeira candidatura falhou por motivo dela ainda não tinha preenchido todos os requisitos exigidos pela entidade responsável para a sua inscrição na lista. Neste sentido, é de frisar a importância dos esforços feitos na recuperação daquele sítio histórico, bem como os cuidados nas intervenções feitas com vista a melhorar as condições de vida da população local.

Realça-se que o novo dossier foi elaborado com uma equipa científica multidisciplinar capaz de convencer a entidade responsável, que só veio a conceder o estatuto merecido em Junho de 2009.

O Património é um bem colectivo que merece uma especial atenção, tanto por parte dos governantes, como da comunidade. O Governo faz as Leis, mas para que tudo funcione com eficiência e eficácia, torna-se indispensável a criação de órgãos fiscalizadores capazes de pôr em prática às medidas tomadas, por um lado, por outro é

¹⁹²LOPES FILHO, João, *Contribuição para o estudo da Cultura Cabo-verdiana*, Lisboa, Ulmeiro, 1983, p.5.

necessário ter a definição das directrizes e tarefas entendidas como prioritárias para a defesa do Património, para além de campanhas destinadas a sensibilizar a população.

Interessante de notar é que, embora exista mais legislação sobre o Património Cultural, na prática se tem dado mais atenção ao Património Natural, principalmente na Comunicação Social. Em qualquer das formas, há que se louvar os esforços feitos com vista à preservação e valorização do Património Cabo-verdiano.

Saliente-se que em Cabo Verde há uma fraca participação das populações na salvaguarda do Património, tendo em conta que existe uma grande percentagem de pessoas desinformadas que lidam directa ou indirectamente com esses bens.

Regista-se que entre as legislações criadas se notam grandes intervalos e muitas vezes, não deram continuidade às anteriores. Isso confirma o facto de que muitas dessas medidas não passaram do papel. Um outro aspecto positivo prende-se com o facto de algumas legislações criadas por um determinado Governo foram retomadas e desenvolvidas pelo seu sucessor.

Relativamente à Legislação estrangeira das duas Leis de Bases Portuguesas do Património Cultural e do Ambiente, respectivamente, constatamos que estas influenciaram as Leis de Bases Cabo-verdianas, em quase todos os aspectos.

Referência Bibliográfica

Livros

AAVV, *Constituição da República de Cabo Verde*, 2ª Edição, Praia, Assembleia Nacional, 1993.

ALARCÃO, Jorge, *Introdução ao estudo da história e património locais*, Coimbra, Faculdade Letras, 1982.

BABELON, J.P; CHASTEL, A., *La notion de patrimoine*, Paris, Liana Levi Ed., 1994.

BRIGOLA, João Carlos (Relator), *II encontro da Rota do Fresco*, Alvito, 30 e 31 de Outubro, 2006.

CARREIRA, António, *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 3ª Edição, Praia, IPC, 2000.

CARVALHO, Margarida Chorão de; GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego*, Coimbra, Município de Penacova, Julho 2003.

CASTELEIRO, João Malaca (coordenador), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, Editorial Verbo, 2001, (dois Volumes, G – Z).

CAZELLI, S; MARANDINO, M., *Educação e comunicação em Museus de Ciências: A Construção Social do Carácter Educativo dos Museus de Ciências*, Rio de Janeiro, (s ed), 1999.

CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, São Paulo, Unesp Ed., 2001.

COLOÇO, Jorge; VICENTE, George (Coordenação), *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, Editorial Verbo, Edição Séc.XXI, Lisboa/São Paulo, 2002.

FONSECA, M., *O património em processo: trajectória da política federal de preservação no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ IPHAN, 1997.

GONÇALVES, J. R. S., *A retórica da perda: os discursos do património cultural no Brasil*, Rio de Janeiro, UFRJ Ed., 1996.

JORGE, Virgolino Ferreira, *Património e Identidade Nacional*, Évora, Universidade de Évora, 2000.

KINKER, Sónia, *Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques nacionais*, São Paulo, Papirus Editora, 2002.

LOPES FILHO, João, *Cabo Verde Subsídios para um levantamento cultural*, Lisboa, Plátano Editora, 1981.

LOPES FILHO, João, *Contribuição para o Estudo da Cultura Cabo -Verdiana*, 1ª Edição Lisboa, Ulmeiro, Outubro, 1983.

LOPES FILHO, João, *Defesa do Património Sócio-Cultural de Cabo Verde*, Lisboa, Ulmeiro, 1985.

LOPES FILHO, João, *Olhares Partilhados*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.

LOPES FILHO, João, *Introdução à Cultura Cabo- Verdiana*, Praia, Instituto Superior de Educação, 2003.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

MANIQUE, António Pedro; PROENÇA, Maria Cândida, *Didáctica da História Local*, Lisboa, Texto Editora, 1994.

MICELI, Sérgio; GOUVEIA, M. A. M., *Política cultural comparada*, Rio de Janeiro, Funarte, 1985.

MORENO, José António, *A criação das Áreas Protegidas em Cabo Verde e as Políticas Ambientais: O caso de Serra da Malagueta*. Dissertação do Mestrado,

Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009.

ROCHA, Mário de Melo, *A Avaliação do Impacto Ambiental como Princípio do Direito do Ambiente nos Quadros Internacional e Europeu*, (s l), (s ed), 2002.

SARMENTO, Júlio -*Introdução ao estudo do património*, Funchal, Associação Nacional de Municípios Portugueses, 1992.

SILVA, António Leão Correia, e, *Combates pela História*, Praia, Spleen, 2004.

TAVARES, José Manuel Soares, *O Campo de Concentração do Tarrafal (1936-1954): A Origem e o Quotidiano*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.

UNESCO -*O que é protecção do património mundial, cultural e nacional*, Lisboa, Comissão Nacional da UNESCO, 1992.

URRY, J., *The Tourist Gaze: Leisure and Travel*, in: Contemporary Societies, London, Sage, 1990.

VIEIRA, Valéria; BIANCONI, M., *A importância do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro para o ensino não-formal em ciências*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), (s. d).

VILLAC, Maria Isabel - *Por que o património histórico, arquitectónico e urbano conquistou actualmente um público mundial?* Londrina, Faculdade de Arquitectura da Universidade Federal de Londrina, (s. d).

Jornais

A. SLVA, Jaime, “Ajudar a Preservar o Futuro das Tartarugas Marinhas, Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas”, in *Arteletra*, 18 de Maio de 2005.

ALMEIDA, Rosana, “Exploração irracional da captura de tartarugas obrigou a medidas legislativas de protecção”, entrevista do Daniel Spencer, in *Voz Di Povo*, 16 de Setembro de 1987.

ANDRADE, André Melo, “Acerca do Crioulo Cabo-verdiano”, in *A Semana*, 9 de Setembro de 2005.

ARENA, Joaquim, “Património cultural vai à discussão na Cidade Velha: A alma entre as ruínas”, in *A Semana*, 12 de Julho de 2002.

SLVA, A. Jaime, “Plano de Acção Nacional para o Ambiente II: Dia Mundial da Biodiversidade”, in *A Semana*, 27 de Maio de 2005.

CRUZ, Maria, “Plano de Acção Nacional para o Ambiente II”, in *A Semana*, 15 de Julho de 2005.

BRITO, Kim Zé, “Museu do Mar avança”, in *A Semana*, 24 de Maio de 2002.

CARDOSO, Pedro, “ A cultura precisa ter pés para andar”, in *A Semana*, 1 de Agosto de 2003.

CARDOSO, Pedro Miguel, “Ruínas da nossa memória”, in *A Semana*, 13 de Maio de 2005.

CRUZ, Osvaldo; MILLER Lynn (INIA), “Dia Mundial do Meio Ambiente”, in *Voz Di Povo*, 30 de Maio de 1989.

D’OLIVEIRA, Emanuel C., “Afiml também temos Elefantes, Rinocerontes”, in *A Semana*, sexta-feira, 24 de Fevereiro de 2006.

FORTES, Teresa, “Técnicos iniciam trabalhos para monumento a Cabral”, in *A Semana*, 23 de Maio de 1994.

FORTES, Teresa Sofia, “Património adulterado”, entrevista do Padre Samuel Gomes, in *A Semana*, 3 de Dezembro, 2004.

GERVEK, Uta, “O Estado quer conhecer seu património”, in *Voz Di Povo*, 25 de Fevereiro de 1984.

GOMES, Isildo, “Importância das reservas naturais insulares na manutenção da biodiversidade do ecossistema”, in *A Semana*, 1 de Novembro de 1991.

HAZEVOET, Keis, “Preservação das Aves em Cabo Verde”, in *Voz Di povo*, 25 de Junho de 1989.

LIMA, A. Germano, “Linhas gerais de um programa de educação no e pelo património cultural”, in *Voz Di Povo*, 27 de Fevereiro de 1989.

LIMA, A. Germano, “Da educação em Cabo Verde à educação cabo-verdiana: Que pedagogia”, in *Voz Di Povo*, 27 de Fevereiro de 1989.

LIMA, Carlos, “Mecenato Viabiliza a Produção Cultural”, in *Horizonte*, 8 de Agosto, de 2003.

LOPES, José Vicente, “Cidade Velha património da humanidade: Será agora ou nunca”, in *A Semana*, 28 de Agosto de 1998.

LUSA. Com, “Início da Implementação do Projecto de Áreas Protegidas”, in *Horizonte*, 10 de Março de 2005.

MEDINA, António Delgado, “Relação entre pobreza e Meio Ambiente”, in *Expressodasilhas*, 24 de Agosto de 2005.

M., J, “Estudo defende criação de reservas para reprodução da lagosta. Excesso de captura diminui quantidade da Lagosta”, in *Horizonte*, 20 de Setembro de 2002.

MIRANDA, Jorge Patrício; BARROS, Teresa Lopes de, “Secretário Executivo para o Ambiente adverte: Não há desenvolvimento sem protecção ambiental”, entrevista do Secretário Executivo pelo Ambiente, in *A Semana*, 28 de Agosto de 1995.

MONTEIRO, César, “ Cultura de risco”, in *A Semana*, 11 de Junho de 2004.

MOSSO, Paula, “INAC, ambiente nada intelectual”, in *A Semana*, 7 de Novembro de 1997.

P. M, “Biodiversidade: uma questão de sobrevivência”, in *A Semana*, 21 de Agosto de 1998.

PINA, Alírio Dias de, “Parque Natural do Fogo Inaugurado: Uma aposta para proteger o ambiente e atrair turistas”, in *A Semana*, 24 de Outubro de 2003.

QUEIRÓS, Luísa, “ Luísa Queirós responde ao ministro da Cultura”, in *A Semana*, 5 de Janeiro de 2001.

RODRIGUES, Moacyr, “Em Defesa do Património Construído”, in *A Semana*, 27 de Agosto de 2004.

RODRIGUES, José Avelino, “Breve Reflexão sobre a problemática ambiental cabo-verdiana”, in *Horizonte*, 18 de Maio de 2005.

SANTANA, Doralis Castilho, “Fim-de-semana cultural na Cidade Velha”, in *A Semana*, 4 de Setembro de 1992.

SPENCER, José Bruno, “Efeitos da cultura sobre o turismo”, in *Horizonte*, 11 de Fevereiro de 2002.

Revistas

ALARCÃO, Catarina; ALMEIDA, Anabela, “A Preservação da Pedra no Património Móvel e Imóvel: Um mesmo material - uma abordagem”, in *Revista Museal N° 3*, Museu Municipal de Faro, 2007.

ANIBAL, Anselmo, “ O administrativismo no Portugal dos anos 60”, in *Revista Vértice*, 26 de Maio de 1990.

BERTOLETTI-DE-MARCHI, Ana Carolina; SILVA, Flávia Biondo da, “O Desenvolvimento de Objectos de Aprendizagem no Museu Zoobotânico Augusto Ruschi”, in *Revista Vértice* Nº 2, Novembro de 2004.

CANAVARRO, Pedro - “ Achegas documentais para o estudo e defesa do património” in *Mania Braga*, 1978.

CARVALHO, Jorge, “Preservação do património: Da Universalidade do conceito à problemática urbanística - arquitectónica”, in *Revista Vértice*, nº54 Maio/ Junho, 1993.

DELGADO, Dulce, “Conservar com sensibilidade”, in *Revista Museal*, nº2, Museu Municipal de Faro, Junho, 2007.

DUARTE, Dulce Almada, “A Diglossia ao Bilinguismo”, in *Revista Cultura*, Praia, Setembro, 2001.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Contribuição para o estudo da museologia portuguesa oitocentista. Humanística”, in *Revista Lusófona de Arte, História e Património*, Cadernos, 2011.

LOPES FILHO, João, “Por Uma Política Cultural”, in *Ponto e Vírgula*, Edições, Cabo Verde, 1983-1987.

LOPES FILHO, João, “Musealização da Ribeira Grande em Cabo Verde”, in *Revista Islenha*, Nº4, Jan. – Jun., 1989.

RAPOSO, Luís, “A estrutura administrativa do Estado e o Património cultural: Perspectiva histórica da Monarquia aos anos 80”, in *Revista Vértice* 54, Maio – Junho, 1993.

VERA-CRUZ, José Henrique, “ Jornadas ecológicas no Fogo, Jardim Botânico no Paul”, in *Ekhos do Paúl*, nº7/10, Agosto 1994/Junho 1996.

Programas dos Partidos Políticos e dos sucessivos Governos

AAVV, *Programa Político*, Movimento para a Democracia, Praia, edição do MPD, 1990.

AAVV, *Programa do I Governo Constitucional da II República*, Praia, Chefia do Governo, (s. d).

AAVV, *Programa do II Governo Constitucional da II República*, Paria, Chefia do Governo, 1996.

AAVV, *Programa do Governo para a VI Legislatura (2001-2005): Moção de Confiança n.º I/VI/2001/*, Praia, Chefia do Governo, 2001.

PEREIRA, Aristides, *Reforçar o Partido e a democracia, consolidar a independência: Relatório do Conselho Nacional ao 2º Congresso do PAICV*, Praia, Edição do DIP do PAICV, 1983.

Planos Nacionais de Desenvolvimento

AAVV, *II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1986-1990*, Praia, Ministério do Plano e da Cooperação, Direcção-Geral de Planeamento, vol. II, 1986.

AAVV, *III Plano de Desenvolvimento, 1991-1995*, Praia, Ministério das Pescas Agricultura e Animação Rural, I vol, 1992.

AAVV, *III Plano Nacional de Desenvolvimento 1992-1995: Relatório Geral*, I vol, Praia, Ministério das Pescas Agricultura e Animação Rural, (s. d).

AAVV, *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005*, I vol, Praia, Direcção-Geral do Planeamento, (s. d).

AAVV, *As Grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica*, Praia, Conselho de Ministros, 2001.

AAVV, *As Grandes Opções do Plano, 2001-2005*, Praia, Chefia do Governo, 2002.

Cartas Internacionais

AAVV, *Carta de Atenas*, adaptado no 1º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, Atenas, 1931.

AAVV, *Carta de Veneza, IIº Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos*, Veneza, 1964.

AAVV, *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios*, Veneza, ICOMOS, 1966.

AAVV, *Carta Internacional sobre Turismo Cultural*, Paris, ICOMOS, 1976.

Legislação

Cabo Verde

Decreto-Lei nº 45/75 de 24 de Maio -“Cria a Comissão de Investigação e Divulgação Cultural”, in *Boletim Oficial* nº 21, de 24 de Maio de 1975, I Série.

Portaria nº45/75 de 7 de Junho -“Atribui Comissão de Investigação e Divulgação Cultural e cria as suas Delegações”, in *Boletim Oficial* nº 23, de 7 de Junho de 1975, I Série.

Portaria nº45/86 de 29 de Novembro -“Cria o Ministério da Informação Cultura e Desportos”, in *Boletim Oficial* nº 48, de 29 de Novembro de 1986, I Série.

Lei nº 68/III/89 de 30 de Dezembro -“Adesão de Cabo Verde à Carta Cultural de África”, in *Boletim Oficial* nº 53, de 30 de Dezembro.

Decreto nº31/90 de 5 de Maio -“Aprova o Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para a Recuperação de Cidade Velha de Cabo Verde”, in *Boletim Oficial* nº 18, de 5 de Maio de 1990, I Série.

Lei Nº79/III/90 de 29 de Junho -“O governo considera pertencentes ao domínio público do Estado e declara reservas naturais a ilha de Santa Luzia e todos os ilhéus que integram o arquipélago de Cabo Verde, designadamente os ilhéus Branco, Raso, de Santa Maria, Seco ou Rombo, de Cima, e ilhéu Grande, de Curral Velho e Baluarte”, in *Boletim Oficial* nº 25, de 29 de Junho de 1990, I Série.

Decreto-Lei nº 99-A/90, de 27 de Outubro, -“Cria no âmbito do Ministério da Informação, Cultura e Desportos o Instituto Nacional da Cultura e publica os respectivos Estatutos”, in *Suplemento ao Boletim Oficial da República de Cabo Verde* nº 43, de 27 de Outubro de 1990, I Série.

Decreto-Lei nº 99-A/90 de 27 de Outubro -“Cria o Instituto Nacional do Cultura (INAC)”, in *Boletim Oficial* nº 43, de 27 de Outubro de 1990, I Série.

Decreto-Lei nº 101-C/90 de 23 de Novembro -“Cria no âmbito do Ministério da Informação, Cultura e Desportos, a Direcção Geral dos Assuntos Culturais”, in *Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde* nº 46, de 23 de Novembro de 1990, I Série.

Lei nº102/III/90 de 29 de Dezembro - “ Define a preservação, defesa e valorização do património cultural cabo-verdiano”, in *Suplemento ao Boletim Oficial da República de Cabo Verde* nº 52, de 29 de Dezembro de 1990, I Série.

Lei nº 86/IV/93 de 26 de Julho - “Cria as Bases da Política do Ambiente”, in *Boletim Oficial* nº 27, de 26 de Julho de 1993, I Série.

Decreto-Lei nº 5/95 de 6 de Fevereiro -“Decreta Competências e Funcionamento do Secretariado Executivo para o Ambiente”, in *Boletim Oficial* nº 3, de 6 de Fevereiro de 1995, I Série.

Decreto-Lei nº137/IV/95 de 3 de Julho - “ Decreta crimes contra o ambiente e as respectivas penas”, in *Boletim Oficial* nº 23, de 3 de Julho de 1995, I Série.

Despacho do Ministério da Cultura e Comunicação de 26 de Julho de 1993 - “O Governo decidiu erigir um monumento nacional em homenagem a Amílcar Cabral”, in *Boletim Oficial* nº13, de 26 de Julho de 1993, I Série.

Resolução nº8/96 de 30 de Abril - “Publica o programa do II Governo Constitucional da II República que em matéria do património histórico a Cidade Velha, berço da nossa nacionalidade, constituirá uma preocupação permanente deste Governo”, in *Boletim Oficial* nº 12, de 30 de Abril de 1996, I Série.

Decreto nº 11/97 de 21 de Abril -“Aprova o Adicional Acordo Cultural entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa na área do Património Arquitectónico e Recuperação do Património Histórico”, in *Boletim Oficial* nº 11, de 21 de Abril de 1997, I Série.

Decreto-Lei nº97/97 de 31 de Dezembro - “Cria, junto do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura, o Gabinete de Salvaguarda do Património, abreviadamente designado GSP”, in *Boletim Oficial* nº 50, de 31 de Dezembro de 1997, I Série.

Decreto-Lei nº 53/99 de 23 de Agosto – “Orgânica do Ministério da Cultura (MC)”, in *Boletim Oficial* nº 30, de 23 de Agosto de 1999, I Série.

Lei nº108/V/99 de 30 de Novembro - “Regime de incentivos fiscais e apoio do Estado no âmbito do Mecenato cultural”, in *Boletim Oficial* nº 29, de 16 de Agosto de 1999, I Série.

Resolução nº3/2000 de 20 de Dezembro – “Convenção sobre a Diversidade Biológica através da Resolução nº73/I/94, de 20 de Outubro e rectificado em 29 de Março de 1995”, in *Boletim Oficial* nº 49, de 20 de Dezembro de 2000, I Série.

Decreto Regulamentar nº7/2002 de 30 de Dezembro -“Medidas de conservação e protecção das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção, enquanto componentes da biodiversidade e parte integrante do património natural de Cabo Verde”, in *Boletim Oficial* nº 37, de 30 de Dezembro de 2002, I Série.

Decreto-Lei nº3/2003 de 24 de Fevereiro - “Desenvolve as Bases da Política do Ambiente, aprovadas pela Lei nº86/97 de 26 de Julho e do Decreto-Legislativo nº14/97 de 1 de Junho”, in *Boletim Oficial* nº 5, de 24 de Fevereiro de 2003, I Série.

Decreto-Lei nº2/2003 de 24 de Fevereiro -“ Diploma orgânico do Ministério da Cultura e Desportos (M.E.D) com as suas atribuições”, in *Boletim Oficial* nº 5, de 24 de Fevereiro de 2003, I Série.

Decreto Regulamentar nº 2/2000 de 17 de Maio –“ Aprova os Estatutos do I. I. P. C”, in *Boletim Oficial* nº 14, de 17 de Maio de 2000, I Série.

Lei nº 45/IV/2004 de 12 de Julho - “Regime jurídico do mecenato, no sector ambiental”, in *Boletim Oficial* nº 30, de 12 de Julho de 2004, I Série.

Decreto nº1/2005 de 21 de Março – “Adesão de Cabo Verde à Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens ameaçadas de extinção”, in *Boletim Oficial* nº 12, de 21 de Março de 2005, I Série.

Lei nº 72/IV/2005 de 4 de Julho - “Assembleia Nacional institui o Dia Nacional da Cultura”, in *Boletim Oficial* nº 27, de 4 de Julho de 2005, I Série.

Decreto nº9/2005 de 26 de Setembro -“Adesão de Cabo Verde ao protocolo de Cartagena sobre a Segurança Biológica à Convenção sobre a Diversidade Biológica”, in *Boletim Oficial* nº 39, de 26 de Setembro de 2005, I Série.

Decreto-Lei nº 81/2005 de 5 de Dezembro – “Cria o Sistema de Informação Ambiental (SIA) e o seu regime jurídico”, in *Boletim Oficial* nº 49, de 5 de Dezembro de 2005, I Série.

Resolução nº 48/2005 de 14 de Novembro – “Estratégia e valorização da língua cabo-verdiana”, in *Boletim Oficial* nº 46, de 14 de Novembro de 2005, I Série.

Portugal

Decreto-Lei nº 116-B/76 de 9 de Fevereiro – “Obras a efectuar pelos proprietários e usufrutuários dos imóveis classificados”, in *Diário da República*, nº33, de 9 de Fevereiro de 1976, I Série.

Decreto nº 50/77 de 12 de Abril – “Aprova o Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, assinado em 12 de Janeiro de 1977”, in *Diário da República* nº 83, I Série.

Decreto-Lei nº 13/85 de 6 de Julho – “Lei de Bases do Património Cultural Português”, in *Diário da República*, nº153, de 6 de Julho, de 1985, I Série.

Lei nº11/87 de 7 de Abril – “Lei de Bases do Ambiente”, in *Diário da República*, nº81, de 7 de Abril de 1987, I Série.

Decreto-Lei nº 19/93, 23 de Janeiro -“ Estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas”, in *Diário da República* nº19, de 23 de Janeiro de 1993, I Série – A.

Decreto-Lei nº 42/96, de 7 de Maio –“ Cria a Lei Orgânica do Ministério da Cultura”, in *Diário da República* nº106, de 7 de Maio de 1996, I Série.

Decreto-Lei nº 60/97, de 20 de Março -“Aprova a orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, do Ministério da Cultura”, in *Diário da República* nº67, de 20 de Março de 1997, I Série - A.

Decreto-Lei nº 90/97, de 19 de Abril -“ Aprova a orgânica do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, do Ministério da Cultura”, in *Diário da República* nº92, de 19 de Abril de 1997, I Série.

Decreto-Lei nº 117/97, de 14 de Maio -“ Aprova a orgânica do Instituto Português de Arqueologia”, in *Diário da República* nº111, de 14 de Maio de 1997, I Série - A.

Decreto-Lei nº120/97, 16 de Maio -“Aprova a orgânica do Instituto Português do Património Arquitectónico, do Ministério da Cultura”, in *Diário da República* nº113, de 16 de Maio de 1997, I Série – A.

Decreto-Lei nº161/97, de 26 de Junho -“ Aprova a orgânica do Instituto Português de Museus /IPM), do Ministério da Cultura”, in *Diário da República* nº145, de 26 de Junho de 1997, I Série – A.

Decreto-Lei nº 164/97, 27 de Junho de 1997 -“Estabelece normas relativas ao Património Cultural Sabaquático”, in *Diário da República* nº146, de 27 de Junho de 1997, I Série.

Proposta de Lei à AR -“ Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural”, in *Diário da República* nº39/VII, de 25 de Maio de 2000, I Série.

Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro -“ Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”, in *Diário da República* nº209, de 8 de Setembro de 2001, I Série – A.

Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto – “Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses”, in *Diário da República* nº47, de 19 de Agosto de 2004, I Série.

Web grafia

ANDRADE, Napoleão Vieira, *Nação, Regionalismo e Identidade Nacional*, disponível em <http://liberal.sapo.cv/>, acedido em 02/04/2010.

ANTUNES, Pedro Baila, *Evolução do Direito e da Política do Ambiente Internacional, Comunitário e Nacional*, disponível em http://www.ipv.pt/millennium/ect7_pba.htm, acedido em 12/06/ 2010.

Arquivo Histórico Nacional, *República de Cabo Verde, Centro de Estudos de História do Atlântico*, disponível em <http://www.madeira-ed.pt/->, acedido em 09/04/2010.

ADAD, *Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento*, disponível em <http://www.fao.org>, acedido em 21/03/2010.

BRANDÃO, Virgílio Rodrigues, *A Inconstitucionalidade da Institucionalização do ALUPEC*, disponível em <http://terra-longue.blogspot.com>, acedido em 21/03/2010.

BRILHA, José; GOMES, Alberto da Mota; PEREIRA, José Manuel, *Proposta para a promoção do património geológico e da geoconservação na Conservação da Natureza de Cabo Verde*, disponível em <http://www.yearofplanetearth.org>, acedido, em 27/01/2010.

CARVALHO, A.M. Galopim de ; LOPES, César Lino, *Excerto do artigo “Geocências na Universidade de Lisboa: Investigação Ciência e Museologia”*, disponível em <http://www.mnhn.ul.pt/historia.htm>, acedido em 20/03/2010.

CRUZ, Oswaldo, *Desafios nas pesquisas em animais silvestres*, disponível em <http://www.ioc.fiocruz.br>, acedido em 22/01/ 2010.

ÉVORA, Silvino Lopes, *Oficialização do crioulo e o seu impacto na sociedade Cabo-verdiana*, disponível em <http://www.africanos.eu/>, acedido em 19/04/2009.

FORTES, Teresa Sofia, '*Museus e Turismo estão de costas voltadas*,' disponível em <http://www.asemana.publ.cv/>, acedido em 13/03/2010.

GARCIA, Manuel, *Em defesa do direito do Ambiente*, disponível em <http://notasdodono.blogspot.com/2009/03/em-defesa-do-direito-ao-ambiente.html>, acedido em 16/03/2010.

GUIMARÃES, Bernardino, *Lei de Bases do Ambiente – 22 Anos Depois*, disponível em <http://peregrino-bg.blogspot.com/2009/06/lei-de-bases-do-ambiente-22-anos-depois.html>, acedido em 10/07/2010.

LOUREIRO, Nuno de Santos, *Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade*, disponível em <http://members.seaturtle.org/nlourei/>, acedido em 12/11/2010.

MELO, António; PEDRO, Edmundo, *Homenagem aos sobreviventes*, disponível em <http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?noticia=2916795&canal=155&total=77&indice=30>, acedido em 20/01/ 2010.

MONTEIRO, Abel, *Instituto da Biblioteca Nacional*, disponível em <http://www.bn.cv/>, acedido em 09 /04/2010.

NOSI, *Governo de Cabo Verde engajado na preservação do meio ambiente*, disponível em <http://www.paicv.cv/>, acedido em 29/03/2010.

OLIVEIRA, Denise, *Tenho orgulho de Cabo Verde e do seu povo*, disponível em <http://www.acaboverdeana.org.pt/modules>, acedido em 28/04/ 2010.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, *Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural*, UNESCO, 1972, disponível em http://whc.unesco.org/documents/publi_basictexts_pt.pdf>, acedido em 02/05/ 2009.

PANA II, *Política ambiental*, disponível em <http://www.porton.gov.cv>, cedido, em 25/03/2010.

PANAPRESS, *Dois novos parques naturais em Cabo Verde*, disponível em <http://www.panapress.com/>, acedido em 15/03/2010.

PIMENTEL, Irene, *Alguns dados sobre o Campo de Concentração do Tarrafal*, disponível em <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/05/18/-3/>, acedido em 19/01/2010.

SIA, *Informar para proteger: Descubra o Sistema de Informação Ambiental*, disponível em <http://www.governo.cv/>, acedido em 21/04/2010.

SPÍNOLA, Dany, *Sobre o Crioulo, a sua oficialização e ensino*, disponível em <http://dspinola.caboindex.com/manifesto/06.php>-, acedido em 12/04/2010.

TAVARES, António, *Património Cultural: só direitos ou também obrigações?*, disponível em <http://www.Laranjasnoespeto.blogspot.com>, acedido em 26/06/2010.

TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho, *Património Cultural e Estratégias de Desenvolvimento em Portugal: Balanço e Novas Perspectivas*, Universidade de Coimbra, disponível em <http://.ub.es/geocrit/-xcol/289.htm>, acedido em 12/07/2010.

VAZ, Máxima, *Protecção e valorização do Património*, disponível em <http://odivelas.com/2010/01/16/proteccao-e-valorizacao-do-patrimonio/>, acedido em 20/05/2010.

WIKINOTÍCIAS, *Governo de Cabo Verde decreta 18 de Outubro o Dia Nacional da Cultura Cabo-verdiana*”, disponível em <http://pt.wikinews.org/wiki/>, acedido em 13/03/2010.

Anexos

Anexo 1

Lei nº 1º/III/90 de 29 de Dezembro

Por mandato do Povo a Assembleia Nacional Popular, decreta nos termos da alínea b) do artigo 58ª da Constituição o seguinte:

TÍTULO I

Princípios fundamentais

Artigo 1º

(Objecto)

A presente lei tem por objecto a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano.

Artigo 2º

(Âmbito)

O património cultural cabo-verdiano é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a preservação da identidade e a valorização da cultura cabo-verdiana através de tempo.

Artigo 3º

(Definições)

Para os efeitos de aplicação da presente lei entende-se por:

Património cultural – o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo cabo-verdiano ao longo da história, com relevância para a formação e o desenvolvimento da identidade cultural cabo-verdiana.

Património documental – os documentos manuscritos valiosos, os livros raros, as publicações especiais, as espécie arquivísticas, bibliográficas, museológicas, cinematográficas de interesse particular nos domínios da ciência, da história e da arte.

Bens materiais – os elementos móveis e imóveis que pelo seu valor histórico, bibliográfico, artístico, arqueológico e científico fazem parte do património cultural caboverdiano.

Bens imateriais – os que constituem elementos essenciais da memória colectiva do povo, tais como a história e a literatura oral, as tradições populares, os ritos e folclore, a língua nacional e a oficial, e ainda as obras do engenho humano e todas as formas de criação artística e cultural independentemente do suporte ou veículo por que se manifestam.

Bens móveis – os que fazem parte do património cultural e são susceptíveis de mobilidade no espaço, tais como: espécimes e conjuntos naturais; elementos arqueológicos; manuscritos, antigos; edições raras; ilustrações, mapas, gravuras; objectos históricos e documentos relativos a serviços, instituições e organismos económicos, sociais, e culturais; objectos etnográficos como: utensílios, ferramentas, instrumentos, máquinas, armas, vestuário e adornos típicos de carácter laico ou religioso; mobiliário e outros objectos de valor antropológico e artístico; obras de artes plásticas, objectos de arte popular, decorativa, aplicada ou de artesanato; filmes e gravações sonoras.

Bens imóveis – os que fazem parte do património cultural e não são susceptíveis de mobilidade, tais como: construções, monumentos, conjuntos, locais, sítios e elementos naturais.

Bens imóveis por destinação – as instalações e elementos decorativos que fazem parte integrante dos imóveis em que se encontram.

Monumentos históricos – obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras, bem como as obras de cultura ou de pintura monumental.

Sítios históricos – obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou etnológico.

Conjuntos arquitectónicos – agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico e social.

Objecto de arte – Bens móveis ou imóveis que resultam do espírito criativo do homem e como tal reconhecidos fazendo parte de uma lista aprovada.

Campo de visibilidade – o perímetro estabelecido para preservar a visibilidade de um imóvel ou de um conjunto histórico.

Classificação – o tombamento de um elemento do património cultural tendo em conta o seu valor histórico, científico, artístico ou etnológico.

Desclassificação – a perda da qualidade exigida para a classificação de um bem e consequente separação do instrumento que lhe confere o estatuto jurídico de classificação.

Artigo 4º

(Obrigações do Estado e das autarquias locais)

Constituem obrigações do Estado preservar, defender e valorizar o património cultural do povo cabo-verdiano, incumbindo-lhe criar e promover as condições necessárias para o efeito.

Constituem também obrigações das autarquias locais preservar, defender e valorizar o património cultural do povo cabo-verdiano sito na respectiva área de jurisdição e nos termos da competente legislação.

Artigo 5º

(Direito e dever cívico)

É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural cabo-verdiano.

Artigo 6º

(Acções no domínio do património cultural)

As acções de sensibilização, o levantamento, a protecção, a revitalização, a valorização e a divulgação do património cultural incumbem ao Estado, às autarquias locais, às outras pessoas colectivas de direito público.

Artigo 7º

(Participação das populações)

As populações são associadas às medidas de protecção, conservação, dignificação e defesa do património cultural bem como à sua fruição.

TÍTULO II

Formas e regimes de protecção

CAPÍTULO I

Bens materiais

SECÇÃO I

Disposição comum

Artigo 8º

(Da classificação)

A protecção legal dos bens assenta na sua classificação.

Os bens materiais podem ser classificados como móveis e imóveis.

SECÇÃO II

Bens imóveis

Artigo 9º

(Enumeração)

Os bens imóveis podem ser classificados como monumentos históricos, monumentos naturais e sítios.

Artigo 10º

(Monumentos históricos)

São classificados como monumentos históricos:

Os imóveis cuja conservação apresenta do ponto de vista histórico, arquitectónico ou artístico, um interesse público;

Os monumentos e terrenos onde existam zonas ou vestígios pré-históricos e históricos;

Os imóveis por destinação.

São susceptíveis de serem protegidos com medidas cautelares expressamente mencionadas nos diplomas de classificação:

Os imóveis cuja preservação seja necessária para isolar um imóvel classificado ou proposto para classificação:

Os imóveis situados no campo de visibilidade de um imóvel classificado ou proposto para classificação.

Para os efeitos de aplicação da presente lei, é considerado como estando situado no campo de visibilidade de um imóvel classificado ou proposto para classificação qualquer imóvel visível do primeiro com este e situado num perímetro a definir por decreto.

Artigo 11º

(Proposta de classificação)

A proposta de classificação de um imóvel tem os mesmos efeitos que a decisão de classificação.

Os efeitos de proposta de classificação cessam de se produzir no prazo de doze meses a contar da notificação da mesma se não tiver sido decidida a classificação do imóvel.

Consideram-se propostos para classificação os bens imóveis em relação aos quais houver decisão a determinar a abertura do respectivo processo de instrução.

Artigo 12º

(Forma de classificação do imóvel do Estado)

O imóvel propriedade do Estado é classificado por decreto do Governo.

Artigo 13º

(Forma de classificação do imóvel de pessoas colectivas de direito público)

O imóvel propriedade de autarquia local ou de outra pessoa colectiva de direito público é classificado por portaria do membro do Governo responsável pela cultura, se houver acordo do proprietário.

Não havendo acordo, a classificação é feita por decreto do Governo

Artigo 14º

(Forma de classificação de imóvel de outras pessoas)

O imóvel propriedade de pessoas não referidas nos artigos 12º e 13º é classificado, se houver acordo do proprietário, por portaria do Membro do Governo responsável pela cultura e na qual se estabelecem os direitos e as obrigações do proprietário.

Na falta de acordo ou ausência do proprietário, a classificação é feita por decreto do Governo, no qual se estabelecem as condições de classificação e as obrigações do proprietário.

Artigo 15º

(Indemnização)

A classificação pode dar lugar a indemnização se das condições estabelecidas resultar modificação do estado ou da utilização dos lugares, que determinem ou originem um prejuízo directo e material ao proprietário.

Artigo 16º

(Obrigações do proprietário e do detentor de imóvel classificado)

A decisão de classificação implica para o proprietário ou detentor de imóvel classificado a obrigação de guarda e conservação do mesmo e de abstenção de promover qualquer obra ou trabalho no imóvel ou em parte do mesmo sem autorização do membro do Governo responsável pela cultura.

O proprietário ou detentor do imóvel classificado é obrigado a executar as obras consideradas necessárias à sua salvaguarda.

Artigo 17º

(Obrigações de execução de trabalhos em imóveis classificados)

Quando a conservação de um imóvel classificado estiver comprometida pela não execução dos trabalhos pode ser obrigado a proceder aos trabalhos e obras indicando-lhe o prazo dentro do qual deve realizá-los.

A decisão é comunicada ao proprietário que pode recorrer contenciosamente.

O recurso da decisão referida no nº 2 tem efeitos suspensivos

Se o proprietário não se conformar com a decisão nem com sentença, o Estado pode executar os trabalhos e as obras ou expropriar o imóvel.

Em caso de execução dos trabalhos e das obras pelo Estado, o proprietário restituirá na totalidade o custo dos trabalhos e das obras.

Os direitos do Estado são garantidos por uma hipoteca legal inscrita por iniciativa do mesmo que será cancelada se o proprietário ceder ou abandonar o imóvel ao Estado.

Quando o proprietário ou detentor de imóvel classificado comprovar não possuir meios para o pagamento integral dos trabalhos e obras executadas pelo Estado ou os mesmos constituírem ónus desproporcionado para as suas possibilidades, será o custeio suportado total ou parcialmente, pelo Estado, consoante o que for aprovado em cada caso.

Artigo 18º

(Ocupação temporária)

Para assegurar a execução de trabalhos e obras urgentes de consolidação nos imóveis classificados, os trabalhos de reparação ou manutenção necessários à conservação dos mesmos, o Estado pode, na falta de acordo com o proprietário, determinar a ocupação temporária desses imóveis ou dos imóveis vizinhos.

A ocupação, referida no número antecedente, não pode exceder a duração de seis meses.

A decisão é notificada ao proprietário.

Artigo 19º

(Autorização para realização de trabalhos e obras)

O imóvel classificado não pode ser demolido ou deslocado, nem ser, no todo ou em parte, objecto de qualquer trabalho ou obras de restauro, reparação, consolidação ou modificação, sem autorização do serviço competente do património cultural.

A autorização referida no nº antecedente estabelecerá as condições a que ficam sujeitos os trabalhos e as obras de restauro, consolidação e modificação do imóvel classificado.

Os trabalhos e as obras autorizados são executados sob a fiscalização e o controlo do serviço competente de património cultural, podendo ser ordenado o seu embargo caso não sejam respeitadas as condições estabelecidas na autorização.

Artigo 20º

(Autorização para as obras em imóveis situados no campo de visibilidade)

Os imóveis situados no campo de visibilidade de um edifício classificado ou proposto para classificação não pode ser objecto, por parte dos seus proprietários ou detentores, de nenhuma construção nova, demolição, transformação ou modificação que afectem o seu aspecto sem autorização prévia do serviço competente do património cultural.

Artigo 21º

(Comunicação de intenção de realizar trabalhos ou obras em imóveis classificados ou propostos para a classificação)

A intenção de realizar trabalhos e obras em imóvel classificado ou proposto para classificação é comunicada, pelo seu proprietário ou detentor, com a antecedência de quatro

meses em relação ao início dos trabalhos ou obras ao serviço competente do património cultural, devendo-se indicar na comunicação os trabalhos e obras que se pretende efectuar.

Artigo 22º

(Trabalhos de conservação e reparação)

Os trabalhos de conservação, reparação e consolidação dos imóveis classificados como monumentos históricos podem beneficiar de subsídios do Estado, incentivos fiscais e facilidade de crédito, segundo modalidade a definir por lei.

Artigo 23º

(Execução de trabalhos pelo Estado)

Os trabalhos e obras que forem julgados indispensáveis à conservação de imóvel classificado, que não seja propriedade pública, podem ser executados pelo Estado no caso de não poderem ser suportados pelo proprietário ou detentor.

Artigo 24º

(Expropriação)

1. Quando, por responsabilidade do respectivo proprietário, demonstrada por omissão ou acção grave do mesmo haja risco de degradação de imóvel classificado podem o Estado e as autarquias locais promover a expropriação do mesmo.

2. O Estado e as autarquias podem ainda expropriar os imóveis classificados ou propostos para a classificação quando os mesmos apresentem um relevante valor histórico.

3. Podem também ser expropriados os imóveis cuja aquisição seja necessária para valorizar ou isolar um imóvel classificado ou proposto para classificação, quando aqueles se encontrarem no campo de visibilidade desse imóvel.

Artigo 25º

(Efeitos de intervenção de expropriação)

1. A notificação da intenção de expropriação de um imóvel não classificado produz os mesmos efeitos que a classificação.

2. Os efeitos cessam de se produzir se a declaração de utilidade pública não for feita no prazo de doze meses, a contar da notificação.

3. Se a utilidade pública for declarada, o imóvel é classificado por portaria do membro do Governo responsável pela cultura.

4. Não sendo publicada a portaria de classificação, o imóvel continua provisoriamente sujeito aos efeitos de classificação, os quais cessam automaticamente de se produzir no prazo de três meses, a contar do termo do prazo de declaração de utilidade pública, quando não for decidida a expropriação.

Artigo 26º

(Autorização para a expropriação)

Nenhum imóvel classificado ou proposto para classificação pode ser objecto de expropriação por utilidade pública sem parecer prévio do serviço competente do património cultural.

Artigo 27º

(Direito de sequela)

1. Os direitos de classificação seguem o imóvel.
2. Aquele que alienar um imóvel classificado deve dar conhecimento prévio ao adquirente da existência da classificação.
3. A intenção de alienação de um imóvel classificado deve ser comunicado, pelo alienante, ao serviço competente do património cultural com a antecedência de 3 meses.

Artigo 28º

(Direito de preferência)

1. O Estado, as autarquias locais e os proprietários de bens classificados gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda de bens classificados ou propostos para classificação bem como dos imóveis situados em zonas de protecção devendo o mesmo ser exercido no prazo de seis meses a contar da comunicação da intenção de venda.
2. O proprietário deve comunicar às entidades referidas no nº 1 anterior a sua intenção de alienar o imóvel, indicando os elementos essenciais de alienação, nomeadamente o preço, sob pena de nulidade do acto de alienação.

Artigo 29º

(Alienação de imóveis de propriedade público)

O imóvel classificado, propriedade do Estado, das Autarquias Locais ou de outras pessoas colectivas de direito público só pode ser alienado após autorização do membro do Governo responsável pela área da cultura, sob pena de nulidade do acto de alienação.

Artigo 30º

(Acção de declaração de nulidade do acto de alienação)

O Ministério Público pode, no prazo de cinco anos a contar do conhecimento do acto de alienação, intentar acção de declaração de nulidade da alienação realizada sem a comunicação referida no nº 2 do artigo 28º e a autorização prevista no artigo 29º.

Artigo 31º

(Restrições)

1. Nenhuma construção nova pode ser acrescentada a um imóvel classificado sem autorização do membro do Governo responsável pela cultura.
2. Os imóveis classificados não podem ser adquiridos por usucapião.
3. As servidões legais que possam causar degradação dos imóveis classificados não são aplicáveis aos mesmos.

4. Nenhuma servidão voluntária pode ser estabelecida sobre um imóvel classificado sem autorização do membro do Governo responsável pela área da cultura.

5. Os arrendamentos dos imóveis classificados ou propostos para classificação serão sujeitos a regime especial, de modo a evitar a sua degradação e contribuir para a sua preservação.

Artigo 32º

(Desclassificação)

1. A desclassificação parcial ou total de um imóvel classificado é feita da mesma forma que a sua classificação, quando o mesmo deixar de preencher os requisitos que conduziram à sua classificação.

2. Ao processo de desclassificação aplicar-se-á com as devidas adaptações, o disposto para o processo de classificação.

SECÇÃO III

Bens móveis e imóveis por destinação

Artigo 33º

(Classificação dos bens)

1. Os móveis e os imóveis por destinação cuja conservação apresentar do ponto de vista histórico, científica, técnico ou artístico um interesse público, podem ser classificados como património cultural.

2. Os efeitos da classificação subsistem em relação aos imóveis por destinação que se tornarem móveis por desafecção.

Artigo 34º

(Forma de classificação de bens)

1. A classificação dos bens móveis propriedade do Estado é feita por portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura.

2. A classificação dos bens móveis propriedade das autarquias locais ou de outras pessoas colectivas de direito público é feita nos termos do artigo 13º.

3. A classificação de bens pertencentes a outras pessoas não referidas nos números anteriores é feita nos termos do artigo 14º.

4. O proprietário dos bens a que se refere o número anterior poderá ser indemnizado pelo eventual prejuízo causado pela classificação.

Artigo 35º

(Forma de classificação de bens de outras pessoas)

1. A classificação de bens pertencentes a outras pessoas não referidas no artigo anterior é feita por portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura, se houver acordo do proprietário.

2. Na falta de acordo do proprietário, a classificação é feita por decreto do Governo.

3. O proprietário do bem poderá ser indemnizado pelo eventual prejuízo causado pela classificação.

Artigo 36º

(Usucapião)

Os bens móveis classificados não podem ser adquiridos por usucapião.

Artigo 37º

1. Os bens móveis classificados pertencentes ao Estado e às outras pessoas colectivas de direito público são inalienáveis.

2. O membro do Governo responsável pela cultura pode autorizar a permuta ou a transferência de bens classificados ou propostos para classificação entre instituições públicas.

3. Em condições excepcionais e na base de acordos bilaterais, o Governo pode autorizar a permuta, definitiva ou temporária, de bens móveis classificados pertencentes ao Estado por outros existentes noutros países e que se revistam de excepcional interesse para a Cultura Cabo-verdiana.

Artigo 38º

(Exportação)

1. A exportação de bens móveis classificados é rigorosamente proibida, salvo se tratar de exportação temporária destinada a exposição ou outros fins culturais e autorizada pelo membro do Governo responsável pela cultura.

2. A exportação ilegal dos bens classificados implicará a sua apreensão e reversão para o Estado, independentemente de responsabilidade civil e criminal de quem a promover ou efectuar.

Artigo 39º

(Restauro e modificação)

Os bens classificados não podem ser modificados ou restaurados sem autorização e a fiscalização dos serviços do património cultural.

Artigo 40º

(Inventário)

1. Os serviços competentes do património cultural elaborarão o inventário geral dos bens móveis classificados e pelo menos, de cinco em cinco anos procederão à sua confirmação.

2. Os proprietários detentores dos bens classificados devem apresentá-los aos funcionários dos serviços do património cultural sempre que assim for solicitado.

Artigo 41º

(Depositários)

Os proprietários detentores dos bens classificados são considerados fiéis depositários desses bens, nos termos da legislação civil.

Artigo 42º

(Obrigação de guarda e conservação)

1. O Estado, as autarquias locais e outras pessoas colectivas de direito público são obrigados a assegurar a guarda e a conservação dos bens móveis classificados de que sejam proprietários ou detentores, e tomar as medidas necessárias para o efeito.

2. As pessoas referidas no nº1 antecedente podem estabelecer um direito de visita destinado a suportar as despesas para a execução destas medidas, cujo montante será sujeito à aprovação prévia do serviço competente do património cultural.

Artigo 43º

(Procedimentos cautelares)

1. Sempre que os bens classificados ou propostos para classificação corram perigo de manifesto extravio, perda ou deterioração, deverá o departamento governamental encarregado da cultura, determinar as providências cautelares e as medidas técnicas de conservação indispensáveis adequadas a cada caso.

2. Em caso de não aplicação ou de insuficiência dessas providências e medidas será ordenada a transferência dos bens referidos no nº1 antecedente, a título de depósito, para instituições públicas adequadas.

3. A decisão estabelecerá as obrigações a que ficam sujeitos os proprietários e detentores, os actos que devem praticar e fixará os prazos e as condições de execução das medidas e das providências.

Artigo 44º

(Desclassificação)

A desclassificação de um móvel classificado é feita nos termos previstos no artigo 32º da presente lei.

SECÇÃO IV

Protecção de património natural

Artigo 45º

(Património natural)

A fauna e a flora ameaçadas de desaparecimento ou que constituam espécies raras, as formações geológicas particulares, os sítios naturais cuja conservação apresente - do ponto de vista paisagístico, ambiental, histórico, científico, pitoresco ou lendário - um interesse lendário - um interesse geral, são considerados e classificados como património natural.

Artigo 46º

(Forma de classificação)

1. O património natural, integrado no domínio público ou privado, é classificado por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela cultura e pelo meio ambiente se houver acordo da pessoa pública ou privada proprietária.

2. Na falta de acordo, a classificação é feita por decreto do Governo.

Artigo 47º

(Indemnização pela classificação)

A classificação pode dar direito a indemnização em benefício do proprietário privado se implicar uma modificação do estado dos lugares, determinado um prejuízo directo, material e certo.

Artigo 48º

(Autorização para a modificação)

A contar da data em que o proprietário de património natural for notificado da intenção de se proceder à classificação, nenhuma modificação voluntária pode ser introduzida no estado ou no aspecto dos sítios, salvo autorização dos membros do Governo responsáveis pela Cultura e pelo meio ambiente.

SECÇÃO V

Conjuntos arquitectónicos

Artigo 49º

(Delimitação das zonas protegidas)

1. As zonas que apresentem um carácter histórico, artístico ou natural que justifique a conservação, o restauro e a valorização total ou parcial de um conjunto de imóveis, são classificados e delimitados por decreto do Governo como zonas protegidas.

2. Nas zonas protegidas é estabelecido um plano de salvaguarda e de valorização que contém a indicação dos imóveis cuja demolição, modificação ou alteração é proibida ou imposta às autoridades administrativas ou aos particulares.

3. A aprovação e a revisão do plano de salvaguarda e de valorização é feita por decreto do Governo.

Artigo 50º

(Trabalhos e obras em zonas protegidas)

1. A contar da decisão administrativa delimitando uma zona protegida, qualquer trabalho ou obra que tenha por objecto modificar o estado dos imóveis, está sujeito à autorização nas condições e forma previstas para a licença de construção.

2. A autorização só pode ser concedida se os trabalhos ou obras se conformarem e estiverem em consonância com o plano de salvaguarda e de valorização.

3. No período, compreendido entre a delimitação da zona protegida e a publicação do decreto aprovando o plano de salvaguarda e de valorização, os trabalhos podem ser objecto de uma autorização especial a conceder pelos Membros do Governo responsáveis pela cultura e pelo urbanismo.

Artigo 51º

(Licenciamento de trabalhos e obras em zonas protegidas)

1. Os pedidos de autorização para a realização de trabalhos ou obras, tendo por objecto a modificação do estado dos imóveis situados em zonas protegidas abrangidas pelo plano de salvaguarda e valorização, são dirigidos aos órgãos municipais competentes do local do imóvel que os comunicará obrigatoriamente aos serviços do património cultural.

2. A autorização só é concedida mediante parecer favorável dos serviços competentes do património cultural.

SECÇÃO VI

(Património e pesquisas arqueológicas)

Artigo 52º

(Propriedade dos achados subaquáticos e despejos históricos)

Todos os achados e despejos históricos recolhidos dentro da área de jurisdição de Cabo Verde são propriedades do Estado.

Artigo 53º

(Realização de pesquisas arqueológicas)

A realização de pesquisas ou sondagens que tenham por finalidade a descoberta de monumentos ou objectos podendo interessar a história ou a arte arqueológica, está sujeita a autorização do Conselho de Ministros sob proposta do membro do Governo responsável pela cultura.

Artigo 54º

(Condições da realização de pesquisa)

1. As pesquisas são realizadas por aquele que pediu e obteve a autoridade e sob a sua directa responsabilidade.

2. As pesquisas são executadas de acordo com as condições estabelecidas na autorização e sob a fiscalização dos serviços do património cultural.

3. No caso das pesquisas subaquáticas e fiscalização dos serviços do património cultural far-se-á com a colaboração de outros serviços do Estado com jurisdição na área.

4. Os achados de carácter imobiliário e mobiliário são imediatamente conservados e declarados ao serviço do património cultural, podendo-se desde logo adoptar-se medidas definitivas de conservação.

Artigo 55º

(Cancelamento de autorização)

1. A autorização para a realização das pesquisas pode ser cancelada por:

a) Não observância das condições impostas para a execução das pesquisas ou para a conservação dos achados;

b) Os serviços do património cultural entenderem, que pela importância dos achados, deve ser o Estado, a prosseguir a execução das pesquisas ou a aquisição dos terrenos.

2. As pesquisas são suspensas a partir da data da modificação do cancelamento da autorização.

3. O cancelamento da autorização no caso da alínea a) do nº1 não dá direito a qualquer indemnização.

Artigo 56º

(Reivindicação dos achados arqueológicos)

O Estado pode, no interesse das colecções públicas, reivindicar objectos encontrados durante as pesquisas mediante justa compensação.

Artigo 57º

(Pesquisa arqueológica em terrenos privados)

1. O Estado pode proceder à execução das pesquisas ou sondagens que podem interessar à história, à arte ou arqueologia, em terrenos particulares.

2. Na ausência de acordo com o proprietário, a execução das pesquisas ou sondagens é declarada de utilidade pública por decreto do Governo, durante o período de ocupação temporária dos terrenos.

Artigo 58º

(Direito de propriedade dos achados)

A propriedade dos achados conseguidos no decorrer das pesquisas é partilhada entre o Estado e o proprietário segundo as regras do direito civil.

Artigo 59º

(Expropriação de imóveis)

1. O Estado pode expropriar' os imóveis cuja aquisição seja necessária para se ter acesso ao sítio onde se realiza a pesquisa ou para isolar ou libertar os monumentos ou vestígios descobertos e arranjar as vias de acesso.

2. A partir da data da notificação da decisão de se efectuar a expropriação, o imóvel fica sujeito às condições impostas para as zonas envolventes dos imóveis classificados.

Artigo 60º

(Achados fortuitos)

1. Aquele que tiver encontrado ou encontrar no terreno público ou privado, incluindo *em* meio submerso, quaisquer objectos podendo interessar à história, à arte, à arqueologia ou à numismática, fica obrigado a dar, de imediato, conhecimento do facto ao representante legal do governo, ou autoridade local ou aos serviços do património cultural.

2. O proprietário do imóvel é responsável pela conservação provisória dos monumentos ou quaisquer outros vestígios de carácter imobiliário encontrados no terreno, sendo considerado como fiel depositário.

3. O membro do Governo responsável pela Cultura pode adoptar as medidas definitivas em relação aos objectos mencionados no nº 2 deste artigo.

SECÇÃO VII

(Objectos de arte)

Artigo 61º

(Regulamentação)

Para os efeitos de aplicação desta lei só são considerados como objectos de arte os objectos constantes de uma lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela cultura.

Artigo 62º

(Direito de preferência do Estado)

1. O Estado goza do direito de preferência em relação a toda a venda pública ou privada que se efectuar de objectos de arte.

2. O direito de preferência é exercido pelo membro do Governo responsável pela Cultura, no prazo de 15 dias, a contar da data do anúncio da venda ou da sua realização quando não for anunciada.

As decisões de classificação serão devidamente fundamentadas segundo critérios de natureza cultural.

Artigo 63º

(Exportação de objectos de arte)

1. A exportação de objectos de arte e das provenientes de pesquisas arqueológicas está sujeita à autorização do serviço competente do Património Cultural.

2. O Estado pode adquirir o objecto que esteja para ser exportado, pelo preço fixado pelo exportador, desde que o declare e deposite o valor do preço no prazo de 30 dias, a contar do conhecimento de intenção de exportação.

3. O disposto nos números anteriores não se aplica aos objectos que foram importados temporariamente e declarados à entrada do país pelo importador.

SECÇÃO VIII

Processo de classificação e registo

Artigo 64º

(Processo de classificação)

1. O processo de classificação pode ser iniciado pelo Estado, pelas autarquias locais ou por qualquer pessoa singular ou colectiva.

2. O pedido de classificação deve ser fundamentado, contendo a identificação específica do bem e a sua situação jurídica.

3. Os processos serão devidamente instruídos pelos serviços do património cultural.

Artigo 65º

(Fundamentos da decisão de classificação)

Artigo 66º

(Notificação)

As classificações de bens serão precedidas de notificação e audiência prévia do proprietário e, no caso de imóveis, da autarquia local da situação do imóvel.

Artigo 67º

(Comunicação ao Registo Predial)

1. O registo é efectuado nos serviços competentes do património cultural.

2. A decisão de classificação de imóveis é comunicada aos serviços do Registo Predial, para efeitos do respectivo averbamento.

Artigo 68º

(Inventário e registo)

1. Os bens culturais classificados serão inventariados, registados e inscritos em catálogo próprio.

2. Os bens classificados serão assinalados por processo adequado, com indicação do tipo de classificação, data, entidade classificadora e demais elementos considerados relevantes.

3. Os bens móveis classificados serão objecto de certificado de registo.

Artigo 69º

(Desclassificação remissão)

Ao processo de desclassificação aplicam-se as disposições desta secção com as devidas adaptações.

CAPÍTULO II

Bens imateriais

Artigo 70º

(Medidas de protecção)

1. Com o objectivo de protecção do património cultural imaterial, deverá o Estado:

a) Promover o respeito dos valores gerais da cultura e a defesa da identidade e memória colectiva cabo-verdiana, protegendo, em particular, os valores da integridade, verdade e autoria de todas as criações culturais, sejam quais forem as formas e meios por que se manifestem ou corporizem;

b) Prosseguir a protecção e o fomento da língua cabo-verdiana;

c) Assegurar a defesa dos valores culturais etnológicos e etnográficos;

d) Apoiar a revitalização e a conservação das tradições culturais em vias de desaparecimento;

e) Promover a recolha, a conservação, a divulgação e a fruição do património cultural imaterial;

f) Promover a defesa e conservação do património documental, através da criação, organização e dinamização dos arquivos, bibliotecas e museus.

2. As manifestações de tradição cultural cabo-verdiana que não se encontrem materializadas serão objecto de registo gráfico e/ou audiovisual para efeitos da sua preservação e divulgação.

CAPÍTULO III

Medidas de fomento

Artigo 71º

(Comparticipação financeira)

O Estado, as autarquias locais e outras pessoas colectivas de direito público deverão consignar nos seus orçamentos uma percentagem de fundo!" proporcional à importância dos bens que integram o património cultural sob a sua responsabilidade e de acordo com os planos de actividade previamente estabelecidos, com o objectivo de ocorrer à protecção, conservação, estudos, valorização e revitalização desses bens.

Artigo 72º

(Encargos com obras)

1. O Estado e as autarquias locais deverão participar financeiramente, quando for caso disso, nos trabalhos realizados nos bens que integram o património cultural quer eles sejam de propriedade pública ou privada.

2. As despesas respeitantes à salvaguarda de bens culturais postos em perigo pela execução de obras do sector público, serão suportadas pelas entidades promotoras do respectivo projecto, as quais deverão consignar, para o efeito, nos respectivos orçamentos, a previsão desses encargos.

3. Tratando-se de obras de iniciativa privada, os encargos poderão ser suportados, em comparticipação, pelas entidades promotoras do projecto e pelas entidades directamente interessadas na salvaguarda desse património.

Artigo 74º

(Benefícios financeiros)

1. O Governo promoverá, quando for caso disso, o apoio financeiro ou a criação de mecanismos de recurso a formas especiais de crédito para obras e para aquisição em condições favoráveis nos termos dos artigos anteriores a proprietários privados, com a condição de estes procederem a trabalhos de protecção, conservação, valorização e revitalização dos seus bens imobiliários, de acordo com as normas estabelecidas sobre a matéria e orientação dos serviços competentes.

2. Os benefícios financeiros referidos no número anterior poderão ser subordinados a especiais condições e garantias de utilização pública, a que ficarão sujeitos os bens em causa, em termos a fixar, caso a caso, pelos membros do Governo responsáveis pela Cultura e pelas Finanças.

Artigo 75º

(Acções de formação e associativismo)

1. O Governo promoverá acções educativas e apoiará a criação de associações cívicas capazes de fomentar o interesse e o respeito público pelo património cultural, como testemunho de uma memória colectiva definidora da identidade nacional.

2. Serão tomadas medidas adequadas à promoção e ao realce do valor cultural] e educativo do património cultural, como motivação fundamental da sua protecção, conservação, revalorização e fruição, sem deixar de ter em conta o valor sócio-económico desse mesmo património, na sua qualidade de recurso activo para o desenvolvimento do País.

Artigo 76º

(Intercâmbio cultural)

1. O Estado Cabo-verdiano colaborará com outros Estados, com organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais, no domínio da protecção conservação, valorização, estudo e divulgação do património cultural de Cabo Verde.

2. A cooperação referida no número anterior concretizar-se-á, designadamente, através do intercâmbio de informações, publicações, meios humanos e técnicos, bem como da celebração de acordos culturais.

TÍTULO IV

Publicidade

Artigo 77º

(Fixação de anúncios)

1. A afixação de anúncios ou de publicidade é proibida:

a) Nos imóveis classificados como património cultural e no seu perímetro de protecção;

b) No património natural classificado;

c) Nos parques nacionais e nas reservas naturais.

2. A autoridade administrativa pode proibir a afixação de anúncios e a publicidade nos imóveis que apresentem um carácter artístico ou pitoresco.

Artigo 78º

(Zonas de publicidade)

1. Podem ser criadas zonas de publicidade autorizadas na proximidade de estabelecimentos comerciais e industriais, Centros de Artesanato ou grupos de habitações.

2. A afixação de anúncios e de publicidade está sujeita às prescrições estabelecidas nos actos que instituem as zonas.

TÍTULO V

Artigo 80º

(Julgamento de infracções)

As infracções ou falta de cumprimento das disposições da presente lei no que respeita a bens culturais classificados ou propostos para classificação, são considerados como prejuízos causados voluntariamente ao Estado.

Artigo 81º

(Outras penalidades)

1. Além das penalidades previstas no artigo anterior, a infracção das obrigações de carácter administrativo, nomeadamente nos casos em que é necessária a obtenção de autorização dos membros do Governo responsáveis pela Cultura, pelo Meio-Ambiente, pelo Urbanismo e dos serviços competentes do património cultural, implicará o pagamento de uma multa a determinar entre o mínimo de 50 000\$ e o valor correspondente ao dobro do bem em

causa, consoante o prejuízo que da infracção tenha resultado para o património cultural caboverdiano.

2. Quando tenham sido executadas obras ou demolições em imóveis classificados ou propostos para classificação, sem prévia autorização das entidades competentes, o promotor, o mestre-de-obras e o técnico, são solidariamente responsáveis com o respectivo proprietário pelo pagamento das multas devidas.

Artigo 82º

(Apreensão no caso de não declaração dos achados)

O não cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 54º importará a apreensão dos bens imóveis, caso o achado não tenha sido declarado.

Artigo 83º

(Responsabilidade dos funcionários e agentes públicos)

Os funcionários ou agentes públicos do Estado e das autarquias locais serão responsabilizados civil, administrativa e criminalmente pelos prejuízos comprovadamente verificados em bens classificados, decorrentes de acto ou omissão que lhes sejam directamente imputáveis.

Artigo 84º

(Acção popular)

Qualquer cidadão, no gozo dos seus direitos civis, tem, nos casos e nos termos definidos na lei, o direito de acção popular de defesa do património cultural.

TÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 85º

(Organismo consultivo)

Para efeitos de parecer sobre a matéria do património cultural, tratada, existirá junto do membro do Governo responsável pela Cultura um organismo de natureza interdisciplinar cuja composição e atribuição são definidos por decreto.

Artigo 86º

(Revogação)

Fica revogada toda a legislação contrária à presente lei.

Aprovada em 30 de Novembro de 1990.

O Presidente da Assembleia Nacional Popular,
Abílio Augusto Monteiro Duarte.

Promulgada em 26 de Dezembro de 1990

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Anexo 2

Lei n.º 86/IV/93 De 26 de Junho

Por mandato do povo. A Assembleia Nacional, nos termos da alínea b) do artigo 196º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios e objectivos

Artigo 1º

(Objecto)

A presente lei define as bases da política do ambiente em cumprimento do disposto no artigo 70º da Constituição da República.

Artigo 2º

(Princípio geral)

Todos os cidadãos têm direito a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado e aos Municípios, por meio de organismos próprios, e por apelo e apoio a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, individual e colectiva.

A política do ambiente tem por fim otimizar e garantir a continuidade da utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado

Artigo 3º

(Princípios específicos)

O princípio geral constante do artigo anterior implica a observância dos seguintes princípios específicos:

Da prevenção: as actuações com efeitos imediatos ou a prazo no ambiente deve ser consideradas de forma antecipativa reduzindo ou eliminando as causas, prioritariamente, à correcção dos efeitos dessas acções ou actividades susceptíveis de alterarem a qualidade do ambiente;

Da promoção de formação e sensibilização.

Do equilíbrio: devem criar-se meios adequados para assegurar a integração das políticas de desenvolvimento económico e social e de conservação da Natureza, tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmónico e sustentável;

Da participação: os diferentes grupos sociais devem intervir na formulação e execução a política do ambiente e ordenamento do Território, através dos órgãos competentes da administração central, regional e local e de outras pessoas colectivas de direito público ou de pessoas e entidades privadas;

Da unidade de gestão e acção: deve existir um órgão nacional responsável pela política do Ambiente e do Território, que normalize e informe a actividade dos agentes públicos ou privados interventores, como forma de garantir a integração da problemática do ambiente, do ordenamento do Território e do planeamento económico quer a nível global quer a nível sectorial, e intervenham com vista a atingir esses objectivos na falta e ou substituição das entidades já existentes;

Da cooperação internacional: determina a procura de soluções concertadas com outros países ou organizações regionais, sub regionais e internacionais para os problemas de ambiente e de gestão dos recursos naturais.

Da procura do nível mais adequado de acção: implica que a execução das medidas e política do ambiente tenham em consideração o nível mais adequado de acção, seja ele de âmbito internacional, regional, sub-regional, local ou sectorial;

Da recuperação: devem ser tomadas medidas urgentes para limitar os processos degradativos nas áreas onde actualmente ocorrem e promover a recuperação das mesmas, tendo em conta os equilíbrios a estabelecer com as áreas limítrofes;

Da responsabilização: aponta para a assumpção, pelos agentes, das consequências para terceiros da sua acção directa ou indirecta, sobre os recursos naturais, sendo o poluidor obrigado a corrigir ou a recuperar o ambiente, suportando os encargos daí resultantes, não lhe sendo permitido continuar a acção poluente.

Artigo 4º

(objectivos e medidas)

A existência de um ambiente propício à saúde e bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como a melhoria da qualidade de vida, pressupõe a adopção de medidas que visem designadamente:

O desenvolvimento económico e social auto-sustentado e a expansão correcta das áreas urbanas, através do ordenamento do território;

O equilíbrio biológico e a estabilidade geológica e física do meio com a criação de novas paisagens e a transformação ou manutenção das existentes;

Garantir o mínimo impacto ambiental, através de uma correcta instalação em termos territoriais das actividades produtivas;

A manutenção dos ecossistemas que suportam a vida, a utilização racional dos recursos biológicos e a preservação do património genético e da sua diversidade;

A conservação da natureza, o equilíbrio biológico e a estabilidade dos diferentes *habitats*, nomeadamente através da compartimentação e diversificação das paisagens, da constituição de parques e reservas naturais e outras áreas protegidas, corredores ecológicos e espaços verdes urbanos e suburbanos de modo a estabelecer um “continuum naturale”;

A promoção de acções de investigação quanto aos factores naturais e ao estudo do impacto das acções humanas sobre o ambiente, visando impedir no futuro ou minimizar e corrigir no presente as disfunções existentes e orientar as acções e empreender segundo normas e valores que garantam a efectiva criação de um novo quadro de vida, compatível com a perenidade dos sistemas naturais;

A adequada delimitação dos níveis de qualidade dos componentes ambientais;

A definição de uma política energética baseada no aproveitamento racional e sustentado de todos os recursos naturais renováveis, na diversificação e descentralização das fontes de produção e na racionalização do consumo;

A participação das populações na formulação e execução da política do ambiente e qualidade da vida, bem como o estabelecimento de fluxos contínuos de informação entre os órgãos da administração por ela responsáveis e os cidadãos a quem se dirige;

O reforço das acções e medidas de defesa do consumidor;

O reforço das acções e medidas de defesa e recuperação do património cultural, quer natural, quer construído;

A inclusão da componente ambiental e dos valores herdados na educação básica e na formação profissional, bem assim como o incentivo à sua divulgação através dos meios de comunicação social, devendo o Governo produzir meios didácticos de apoio aos docentes (livros, brochuras, etc.);

A prossecução de uma política e estratégia nacional de conservação;

A plenitude da vida humana e a permanência da vida selvagem, assim como dos *habitats* indispensáveis ao seu suporte;

A recuperação das áreas degradadas do território nacional.

Artigo 5º

(Conceitos e definições)

A qualidade de vida é resultado da interacção de múltiplos factores no funcionamento das sociedades humanas e traduz-se na situação de bem-estar físico, mental e social e na satisfação

e afirmação culturais, bem como as relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, dependendo da influência de factores inter-relacionados, que compreendem, designadamente:

A capacidade de carga do território e dos recursos;

A alimentação, a habitação, a saúde, a educação, os transportes e a ocupação dos tempos livres;

Um sistema social que assegure a posteridade de toda a população e os consequentes benefícios da Segurança Social;

A integração da expansão urbano- industrial na paisagem, funcionado como valorização da mesma, e não como agente de degradação.

Para efeitos do disposto no presente diploma, considera-se que as expressões “ambiente”, “ordenamento do território”, “paisagem”, “continuum naturale”, “qualidade do ambiente e conservação da Natureza” deverão ser entendidas nas condições a seguir indicadas:

Ambiente é o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem;

Ordenamento do território é o processo integrado da organização do espaço biofísico, tendo como objectivo o uso e a transformação do território, de acordo com as suas capacidades e vocações, e a permanência dos valores de equilíbrio biológico e de estabilidade geológica, numa perspectiva de aumento da sua capacidade de suporte de vida;

Paisagem é a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da Natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima e natural quando a acção humana é determinante, sem deixar de esse verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica;

Continuum natural é o sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território;

Qualidade do ambiente é a adequabilidade de todos os seus componentes às necessidades do homem;

Conservação da Natureza é a gestão da utilização humana da Natureza, de modo a viabilizar de forma perene a máxima rentabilidade compatível com a manutenção da capacidade de regeneração de todos os recursos vivos.

CAPÍTULO II

Componentes Ambientais Naturais

Artigo 6º

(Componentes Ambientais Naturais)

Nos termos da presente lei, são componentes do ambiente:

O ar; A luz; A água; O solo e o subsolo; A flora; A fauna.

Artigo 7º

(Defesa da qualidade dos componentes ambientais naturais)

Em ordem a assegurar a defesa da qualidade apropriada dos componentes ambientais naturais referidos no número anterior, poderá o Estado, através do Ministério da tutela do respectivo sector de actividade, proibir ou condicionar o exercício de actividades e desenvolver acções necessárias à prossecução dos mesmos fins, nomeadamente a adopção de medidas de contenção e fiscalização que levem em conta, para além do mais, os custos económicos, sociais e culturais da degradação do ambiente em termos de obrigatoriedade de análise prévia de custos-benefícios.

Artigo 8º

(Ar)

O lançamento para a atmosfera de quaisquer substâncias, seja qual for o seu estado físico, susceptíveis de afectarem de forma nociva a qualidade do ar e o equilíbrio ecológico ou que impliquem riscos directo ou indirecto, dano ou incómodo grave para as pessoas, bens, flora e fauna, será objecto de regulamentação espacial.

Todas as instalações, máquinas e meios de transportes cuja actividade possa afectar a qualidade da atmosfera devem ser dotadas de dispositivos ou processos adequados para reter, reduzir ou neutralizar as substâncias poluidoras.

É proibido pôr em funcionamento novos empreendimentos ou desenvolver aqueles já existentes e que, pela sua actividade, possam constituir fontes de poluição do ar sem serem dotados de instalações e dispositivos em estado de funcionamento adequado para reter e ou neutralizar substâncias poluentes ou sem se terem tomado medidas para respeitar as condições de protecção da qualidade do ar por organismos responsáveis.

Artigo 9º

(Luz e níveis de luminosidade)

Todos têm direito a um nível de luminosidade conveniente à sua saúde, bem-estar e conforto na habitação, no local de trabalho e os espaços livres públicos de recreio, lazer e circulação.

O nível de luminosidade para qualquer lugar deve ser o mais consentâneo com vista ao equilíbrio dos ecossistemas transformados de que depende a qualidade de vida das populações.

Os anúncios luminosos, fixos ou intermitentes, não devem perturbar o sossego, a saúde e o bem-estar dos cidadãos.

Nos termos dos números anteriores, ficam condicionados:

O Volume dos edifícios a construir que prejudique, a qualidade de vida dos cidadãos e vegetação pelo ensombramento dos espaços livres públicos e privados;

O regulamento e as normas específicas respeitantes à construção de fogos para a habitação, escritórios, fábricas e outros lugares de trabalho, escolas e restantes equipamento social;

O volume das construções a erigir na periferia dos espaços verdes existentes ou a construir;

Os anúncios luminosos só são permitidos nas áreas urbanas e são condicionadas as suas cor, forma, localização e intermitência por normas a fixar especificamente.

Nos termos do presente artigo, é proibida a eliminação da cobertura vegetal, incluindo a utilização na compartimentação dos terrenos.

Artigo 10º

(Água)

As categorias de águas abrangidas pelo presente diploma são as seguintes:

Águas interiores de superfície;

Águas interiores subterrâneas;

Mar interior;

Águas arquipelágicas;

Mar territorial;

Zona económica exclusiva.

Estende-se igualmente o presente diploma aos leitos e margens de lagoas, às zonas de infiltrações, a toda a orla costeira e aos fundos marinhos interiores, plataforma continental e da zona económica exclusiva.

De entre as medidas específicas do presente diploma, a regulamentar através de legislação apropriada, serão tidas em conta as que se relacionam com:

A utilização racional da água, com qualidade referida para cada fim, evitando-se os gastos desnecessários e aumentando-se o grau de reutilização;

O desenvolvimento coordenado de acções necessários para conservação, incremento e optimização do aproveitamento das águas de superfície e subterrâneas, tendo por base projectos de conjunto;

O estabelecimento de uma faixa de protecção ao longo da orla costeira;

O desenvolvimento e a aplicação das técnicas de prevenção e combate à poluição hídrica, de origem industrial, agrícola e doméstica ou proveniente de derrames de transportes de transportes e outros veículos motorizados, bem como dos respectivos meios de coordenação das acções.

As fábricas e estabelecimentos que evacuem águas degradadas directamente para o sistema de esgotos são obrigados a assegurar a sua depuração, de forma evitar a degradação das canalizações e a perturbação e funcionamento da estação final de depuração.

É interdito das em exploração novos empreendimentos ou desenvolver aqueles que já existam e que, pela sua actividade, possam constituir fontes de poluição das águas, sem que uns ou outros estejam dotados de instalações de depuração em estado de funcionamento adequado ou sem outros trabalhos ou medidas que permitam respeitar as condições legais e de protecção da qualidade da água.

Os organismos estatais que, de acordo com a lei, autorizam o funcionamento de empresas construídas sobre as águas e suas zonas de protecção só autorizarão a entrada em exploração e funcionamento destas empresas desde que se constate o respeito pelas normas legais concernentes à protecção das águas.

Os organismos responsáveis devem impor às fábricas e estabelecimentos que utilizam águas, a sua descarga a jusante da captação depois de convenientemente tratada.

Artigo 11º

(Medidas especiais)

1. Todas as utilizações da água carecem de autorização prévia da entidade competente, devendo essa autorização ser acompanhada da definição dos respectivos condicionamentos.

2. O lançamento nas águas de efluentes poluidores, resíduos sólidos, quaisquer produtos ou espécies que alterem as suas características ou as tornem impróprias para as suas diversas utilizações será objecto de regulamentação especial.

Artigo 12º

(Unidade básica de gestão)

A bacia hidrográfica é a unidade de gestão dos recursos hídricos, a qual deverá ter em conta as suas implicações sócio-económicas e culturais.

Artigo 13º

(Solo)

A defesa e valorização do solo com recurso natural determina a adopção de medidas conducentes à sua racional utilização, a evitar a sua degradação e promover a melhoria da sua fertilidade e regeneração, incluindo o estabelecimento de uma política de gestão de recursos

naturais que salvguarde a estabilidade ecológica e os ecossistemas de produção, protecção ou de uso múltiplo e regule o ciclo da água.

Será condicionada a utilização de solos com vocação agrícola para fins não agrícolas, bem como plantações, obras de actividades agrícolas, que provoquem a degradação do solo, o desprendimento de terras, encharcamento, inundações, salinização e outros efeitos perniciosos.

Aos proprietários de terrenos ou seus utilizadores podem ser impostas medidas de defesa e valorização dos mesmos, nos termos do nº 1 deste artigo, nomeadamente a obrigatoriedade de execução de trabalhos fundiários ou outros, visando a sua melhoria, em conformidade com as disposições em vigor.

O uso de pesticidas, biocidas, herbicidas, adubos, correctivos ou quaisquer outras substâncias químicas similares, bem como a sua produção e comercialização, será objecto de regulamentação especial.

A utilização e a ocupação do solo para fins urbanos e industriais ou a implantação de equipamentos e infra-estruturas serão condicionadas pela sua natureza, topografia e fertilidade.

Artigo 14º

(Subsolo)

A exploração dos recursos do subsolo deverá ter em conta:

Os interesses de conservação da Natureza e dos recursos naturais;

A necessidade de obedecer a um plano global de desenvolvimento e, portanto, a uma articulação a nível nacional;

Os interesses e questões que local e mais directamente interessem às regiões e autarquias onde se insiram.

Sem prejuízo do estabelecido no nº 1 do presente artigo, a exploração do subsolo deverá ser orientada por forma a respeitar os seguintes princípios:

Garantia das condições que permitam a regeneração dos factores naturais renováveis e uma adequada relação entre o volume das reservas abertas e o das preparadas para serem exploradas;

Valorização máxima de todas as matérias-primas extraídas;

Exploração das nascentes de águas minerais e termais e determinação dos seus perímetros de protecção;

Adopção de medidas preventivas de degradação do ambiente resultante dos trabalhos de extracção de matérias-primas que possam pôr em perigo a estabilidade dos sistemas naturais e sociais;

Recuperação obrigatória da paisagem quando da exploração do subsolo resulta alteração quer da topografia preexistente, quer de sistemas naturais notáveis ou importantes, com vista à integração harmoniosa da área sujeita à exploração na paisagem envolvente.

Artigo 15º

(Flora)

Serão adoptadas medidas que visem a salvaguarda e valorização das formações vegetais espontâneas, do património florestal e dos espaços verdes.

São proibidos os processos que impeçam o desenvolvimento normal ou a recuperação da flora e da vegetação espontânea que apresentem interesses científicos, económicos ou paisagísticos, designadamente da flora silvestre, que é essencial para a manutenção da fertilidade do espaço rural e do equilíbrio biológico das paisagens e à diversidade dos recursos genéticos.

Para as áreas degradadas ou afectadas por uma exploração desordenada será concebida uma política de gestão que garanta uma racional recuperação dos recursos naturais.

O património silvícola do país será objecto de medidas de ordenamento visando a sua defesa e valorização, tendo em conta a necessidade de corrigir e normalizar as operações de cultura e de exploração das matas, garantir uma eficaz protecção contra os fogos, promover o ordenamento do território e valorizar, incrementar e diversificar as actividades de produção de bens e prestação de serviços.

As espécies vegetais ameaçadas de extinção ou exemplares botânicos isolados ou em grupo que pelo seu potencial genético, porte, idade, raridade ou outra razão o exijam, serão objecto de protecção a regulamentar em legislação especial.

O controlo de colheita, o abate, a utilização e a comercialização de certas espécies vegetais e seus derivados, bem como a importação ou introdução de exemplares exóticos, serão objectos de legislação adequada.

Artigo 16º

(Fauna)

Toda a fauna será protegida através de legislação especial que promova e salguarde a conservação e a exploração das espécies sobre as quais recaiam interesses científico, económico ou social garantindo o seu potencial genético e os habitats indispensáveis à sua sobrevivência.

A fauna migratória será protegida através de legislação especial que promova e salguarde a conservação das espécies, através do levantamento, da classificação e da protecção, em particular, dos montados e das zonas húmidas, ribeirinhas e costeiras.

A protecção da fauna autóctone de uma forma mais ampla e a necessidade de proteger a saúde pública implicam a adopção de medidas de controlo efectivo, severamente restritivas, quando não mesmo de proibição, a desenvolver pelos organismos competentes e autoridades sanitárias, nomeadamente no âmbito de:

Manutenção ou activação dos processos biológicos de auto-regeneração;

Recuperação dos habitats degradados essenciais para a fauna e a criação de habitats de substituição se necessário;

Comercialização da fauna aquática ou terrestre;

Introdução de qualquer espécie animal selvagem, aquática ou terrestre no país, com relevo para as áreas naturais;

Destruição de animais tidos por prejudiciais, sem qualquer excepção, através do recurso a métodos não autorizados e sempre sob controlo das autoridades competentes;

Regulamento e controle da importação de espécies exóticas;

Regulamentação e controle da utilização de substâncias que prejudiquem a fauna selvagem;

Organização de lista ou listas de espécies animais e das biocenoses em que se integram, quando raras ou ameaçadas de extinção.

4. Os recursos animais, cinegéticos e piscícolas das águas interiores e da orla costeira marinha serão objecto de legislação especial que regule a sua valorização, fomento e usufruição, sendo prestada especial atenção ao material genético que venha a ser utilizado no desenvolvimento da silvicultura e da agricultura.

CAPÍTULO III

Componentes Ambientais Humanos

Artigo 17º

(Componentes ambientais humanos)

Os componentes ambientais humanos definem, no seu conjunto, o quadro específico de vida, onde se insere e de que depende a actividade do homem, que, de acordo com o presente diploma, é objecto de medidas disciplinadoras com vista à obtenção de uma melhoria da qualidade de vida.

O ordenamento do território e a gestão urbanística terão em conta o disposto na presente lei, o sistema e orgânica do planeamento económico e social e ainda as atribuições e competências da administração central, regional e local.

Nos termos da presente lei, são componentes ambientais humanos:

A paisagem;

O património natural e construído;
A poluição.

Artigo 18º

(Paisagem)

Em ordem a atingir os objectivos consignados na presente lei, no que se refere à defesa da paisagem como unidade estética e visual, serão condicionados pela administração central, regional e local, em termos a regulamentar, a implantação de construções, infra-estruturas várias, novos aglomerados urbanos ou outras construções que, pela sua dimensão, volume, silhueta, cor ou localização provoque um impacto violento na paisagem preexistente, bem como a exploração de minas e pedreiras, evacuação e acumulação de resíduos e materiais usados e o corte maciço do arvoredor.

A ocupação marginal das infra-estruturas viárias, fluviais, portuárias e aeroportuárias, qualquer que seja o seu tipo, hierarquia ou localização, será objecto de regulamentação especial.

Artigo 19º

(Gestão da Paisagem)

São instrumentos da política de gestão das paisagens:

A protecção e valorização das paisagens que, caracterizadas pelas actividades seculares do homem, pela sua diversidade, concentração e harmonia e pelo sistema sócio-cultural que criaram, se revelem importantes para a manutenção da pluralidade paisagística e cultural;

A determinação de critérios múltiplos e dinâmicos que permitam definir prioridades de intervenção, quer no que respeita às áreas menos afectadas pela presença humana quer àquelas em que a acção do homem é mais determinante;

Uma estratégia de desenvolvimento que empenhe as populações na defesa desses valores, nomeadamente e sempre que necessário, por intermédio de incentivos financeiros ou fiscais e de apoio técnico e social;

O inventário e a avaliação dos tipos característicos de paisagem rural e urbana, comportando elementos abióticos e culturais;

A identificação e cartografia dos valores visuais e estéticos das paisagens naturais e artificiais.

Artigo 20º

(Património natural e construído)

O património natural e construído do país, bem como o histórico e cultural serão objecto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização através, entre outros, de uma adequada gestão dos recursos existentes e planificação das acções a empreender numa perspectiva de animação e utilização criativa.

Legislação especial definirá as políticas de recuperação de centros históricos de áreas urbanas e rurais, de paisagens primitivas e naturais notáveis e de edifícios e conjuntos monumentais e de inventariação e classificação do património histórico, cultural, natural e construído, em cooperação com as autarquias e com as associações locais de defesa do património e de defesa do ambiente, e estabelecerá a orgânica e modo funcionamento dos organismos, existentes ou a criar, responsáveis pela sua execução.

Artigo 21º

(Poluição)

São factores de poluição do ambiente e degradação do território todas as acções e actividades que afectem negativamente a saúde, o bem-estar e as diferentes formas de vida, o equilíbrio e a perenidade dos ecossistemas naturais e transformados, assim como a estabilidade física e biológica do território.

São causa da poluição do ambiente todas as substâncias e radiações lançadas no ar, na água, no solo e no subsolo que alterem, temporária ou irreversivelmente, a sua qualidade ou interfiram na sua normal conservação ou evolução.

Artigo 22º

(Ruído)

A luta contra o ruído visa a salvaguarda da saúde e o bem-estar das populações e faz-se através, designadamente:

Da normalização dos métodos de medida do ruído;

Do estabelecimento de níveis sonoros máximos, tendo em conta os avanços científicos e tecnológicos nesta matéria;

Da redução do nível sonoro na origem, através da fixação de normas de emissão aplicáveis às diferentes fontes;

Dos incentivos à utilização de equipamentos cuja produção de ruídos esteja contida dentro dos níveis máximos admitidos para cada caso;

Da obrigação de os fabricantes das máquinas e electrodomésticos apresentarem informações, detalhadas e homologadas, sobre o nível sonoro dos mesmos nas instruções de uso e facilitarem a execução das inspecções oficiais;

Da introdução nas autoridades de construção de edifícios, utilização de equipamento ou exercícios de actividades, da obrigatoriedade de adoptar medidas preventivas para eliminação da propagação do ruído exterior e interior, bem como das trepidações;

Da sensibilização da opinião pública para os problemas do ruído;

Da localização adequada no território das actividades causadoras de ruído.

Os veículos motorizados, incluindo as embarcações e as aeronaves, estão sujeitos a homologação e controle no que se refere às características do ruído que produzem.

Os avisadores sonoros estão sujeitos a homologação e controle no que se refere às características dos sinais acústicos que produzem.

Os equipamentos electromecânicos deverão ter especificadas as características do ruído que produzem.

Artigo 23º

(Compostos químicos)

O combate à poluição do uso de compostos químicos no âmbito da defesa do ambiente processa-se, designadamente, através:

Da aplicação de tecnologias limpas;

Da avaliação sistemática dos efeitos potenciais dos compostos químicos sobre o homem e o ambiente;

Do controle do fabrico, comercialização, utilização e eliminação dos compostos químicos;

Da aplicação de técnicas preventivas orientadas para a reciclagem e reutilização de matérias-primas e produtos;

Da aplicação de instrumentos fiscais e financeiros que incentivem a reciclagem e utilização de resíduos;

Da homologação de laboratórios de ensaio destinados ao estudo do impacto ambiental de compostos químicos;

Da elucidação da opinião pública;

O Governo legislará, no prazo de um ano após a entrada em vigor da presente lei, sobre:

Normas para a biodegradabilidade dos detergentes;

Normas para a homologação, condicionamento e etiquetagem dos pesticidas, solventes, tintas, vernizes e outros tóxicos;

Normas sobre a utilização dos cloro-flúor-carbonetos e de outros componentes utilizados nos aerossóis que provoquem impacto grave no ambiente e na saúde humana;

Normas sobre a criação de um sistema de informação sobre as novas substâncias químicas, obrigando os industriais a actualizar e avaliar os riscos potenciais dos seus produtos antes da comercialização;

Estabelecimento das normas máximas de poluição pelos metais pesados nomeadamente amianto, chumbo, mercúrio e cádmio;

Fomento do apoio à normalização da reciclagem da energia, dos metais, do vidro, do plástico, do pano e do papel;

Fomento a aproveitamento dos desperdícios agro-pecuários e outros;

Fomento e apoio às energias alternativas.

Artigo 24º

(Resíduos e efluentes)

Os resíduos sólidos poderão ser reutilizados como fontes de matérias-primas e energia, procurando-se eliminar os tóxicos pela adopção das seguintes medidas:

Da aplicação de “tecnologias limpas”;

Da aplicação de técnicas preventivas orientadas para a reciclagem e reutilização de produtos como matérias-primas;

Da aplicação de instrumentos fiscais e financeiros que incentivem a reciclagem e utilização de resíduos e efluentes.

A emissão, transporte e destino final de resíduos e efluentes ficam condicionadas a autorização prévia.

A responsabilidade do destino dos diversos tipos de resíduos e efluentes é de quem os produz.

Os resíduos e efluentes devem ser recolhidos, armazenados, transportados, eliminados ou reutilizados de tal forma que não constituam perigo imediato ou potencial para a saúde humana nem causem prejuízo para o ambiente.

A descarga de resíduos e efluentes só pode ser efectuada em locais determinados para o efeito pelas entidades competentes e nas condições previstas na autorização concedida.

As autarquias locais, isoladamente ou em conjunto, poderão proceder à constituição de planos reguladores de descargas de resíduos e efluentes e sua recuperação paisagística.

Artigo 25º

(Substâncias radioactivas)

O controle da poluição originada por substâncias radioactivas tem por finalidade eliminar a sua influência na saúde e bem-estar das populações e no ambiente e faz-se, designadamente, através:

Da avaliação dos efeitos das substâncias radioactivas nos ecossistemas receptores;

Da fixação de normas de emissão para os efluentes físicos e químicos radioactivos resultantes de actividades que impliquem a extracção, o transporte, a transformação, a utilização e o armazenamento do material radioactivo;

Do planeamento das medidas preventivas necessárias para a actuação imediata em caso de poluição radioactiva;

Da avaliação e controle dos efeitos da poluição transfronteiriças e actuação técnica e diplomática internacional que permita a sua prevenção;

Da fixação de normas para o trânsito, transferência e deposição de materiais radioactivos no território nacional e nas águas marítimas territoriais e na zona económica exclusiva.

Artigo 26º

(Proibição de poluir)

Em território nacional ou área sob jurisdição cabo-verdiana, é proibido lançar, depositar ou, por qualquer outra forma, introduzir nas águas, no solo, no subsolo ou na atmosfera efluentes, resíduos radioactivos e outros produtos que contenham substâncias ou microorganismos que possam alterar as características ou tornar impróprios para as suas aplicações aqueles componentes ambientais e contribuam para a degradação do ambiente.

O transporte, a manipulação, o depósito, bem como a reciclagem e deposição de quaisquer produtos susceptíveis de produzirem os tipos de poluição referidos no nº 1, serão regulamentados por legislação especial.

Diplomas regulamentares apropriados definirão os limites de tolerância admissível da presença de elementos poluentes na atmosfera, água, solo e seres vivos, assim como as proibições ou condicionamentos necessários à defesa e melhoria da qualidade do ambiente.

CAPÍTULO IV

Instrumentos da política do ambiente

Artigo 27º

(Instrumentos)

São instrumentos da política do ambiente e do ordenamento do território:

A estratégia nacional de conservação da natureza, integrada na estratégia regional e mundial;

O Plano Nacional de Acção para o Meio Ambiente;

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND);

O ordenamento integrado do território a nível regional e municipal, incluindo a criação de áreas, sítios ou paisagens protegidas sujeitos a estatutos especiais de conservação;

A reserva agrícola nacional e a reserva ecológica nacional;

Os planos regionais de ordenamento do território, os planos directores municipais e outros instrumentos de intervenção urbanística;

O estabelecimento de critérios, objectivos e normas de qualidade para os efluentes e resíduos e para os meios receptores;

A avaliação prévia do impacto provocado por obras, pela construção de infra-estruturas, introdução de novas actividades tecnológicas e de produtos susceptíveis de afectarem o ambiente e a paisagem;

O licenciamento prévio de todas as actividades potencial ou efectivamente poluidoras ou capazes de afectarem a paisagem;

A redução ou suspensão de laboração de todas as actividades ou transferência de estabelecimentos que de qualquer modo sejam factores de poluição;

Os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou transferência de tecnologias que proporcionem a melhoria da qualidade do ambiente;

A regulamentação selectiva e quantificada do uso e dos restantes recursos naturais;

O inventário dos recursos e de outras informações sobre o ambiente a nível nacional e regional;

O sistema nacional de vigilância e controle da qualidade do ambiente;

O sistema nacional de prevenção de incêndios florestais;

A normalização e homologação de métodos e aparelhos de medida;

As sanções pelo incumprimento do disposto na legislação sobre o ambiente e ordenamento do território;

A cartografia do ambiente e do território;

A fixação de taxas a aplicar pela utilização de recursos naturais e componentes ambientais, bem como pela rejeição de efluentes.

Lei especial definirá as áreas e zonas de grande poluição onde se fará controle e se tomarão medidas permanentes que normalizem a qualidade do ambiente.

Artigo 28º

(Conservação da natureza)

Para enquadramento e utilização das políticas globais do ambiente com as sectoriais será elaborada, pelo Governo, a estratégia nacional de conservação da natureza, que será submetida a aprovação da Assembleia Nacional.

Artigo 29º

(Áreas protegidas, lugares, sítios conjuntos e objectos classificados)

Será implementada e regulamentada uma rede nacional contínua de áreas protegidas, abrangendo áreas terrestres, águas interiores e marítimas e outras ocorrências naturais distintas que devam ser submetidas a medidas de classificação, preservação e conservação, em virtude dos seus valores estéticos, raridade, importância científica, cultural e social ou da sua contribuição para o equilíbrio biológico e estabilidade ecológica das paisagens.

As áreas protegidas poderão ter âmbito nacional, regional ou local, consoante os interesses que procurem salvaguardar.

A iniciativa da classificação e conservação de áreas protegidas, de lugares, sítios conjuntos e objectos classificados será da competência da administração central, regional ou local ou ainda particular.

A regulamentação da gestão de áreas protegidas, lugares, sítios conjuntos e objectos classificados consoante o seu âmbito compete à administração central, regional ou local.

Na gestão das áreas protegidas ter-se-á sempre em vista a protecção e estudos dos ecossistemas naturais e ainda a preservação de valores de ordem científica, cultural, social e paisagística.

A definição das diversas categorias das diversas categorias de áreas protegidas para o efeito da protecção referida nos números anteriores será feita através de legislação própria.

Artigo 30º

(Estudos de impacto ambiental)

Os planos, projectos, trabalhos e acções que possam afectar o ambiente, o território e a qualidade de vida dos cidadãos, quer sejam da responsabilidade e iniciativa de um organismo da administração central, regional ou local quer de instituições públicas ou privadas, devem respeitar as preocupações e normas desta lei e terão de ser acompanhados de um estudo de impacto ambiental.

Serão regulamentadas por lei as condições em que será efectuado o estudo de impacto ambiental, o seu conteúdo, bem como as entidades responsáveis pela análise das suas conclusões e pela autorização e licenciamento de obras ou trabalhos previstos.

A aprovação do estudo de impacto ambiental é condição essencial para o licenciamento final das obras e trabalhos pelos serviços competentes, nos termos da lei.

Artigo 31º

(Conteúdo do estudo de impacto ambiental)

O conteúdo do estudo de impacto ambiental compreenderá, no mínimo:

Uma análise do estado do local e do ambiente;
O estudo das modificações que o projecto provocará;
As medidas previstas para suprimir e reduzir as normas aprovadas e, se possível, compensar as eventuais incidências sobre a qualidade do ambiente.

Artigo 32º

(Equilíbrio entre componentes ambientais)

Nas intervenções sobre componentes ambientais, naturais ou humanos, haverá que ter sempre em conta as consequências que qualquer dessas intervenções, efectivadas ao nível de cada um dos componentes, possa ter sobre as restantes ou sobre as respectivas interacções.

CAPÍTULO V

Licenciamento e situações de emergência

Artigo 33º

(Licenciamento)

A construção, ampliação, instalação e funcionamento de estabelecimentos e o exercício de actividades efectivamente poluidoras dependerão do prévio licenciamento pelo serviço competente do Estado responsável pelo ambiente e ordenamento do território, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

O pedido de licenciamento para empreendimentos, a determinar em diploma específico, é regulado nos termos do artigo 30º.

A autorização para funcionamento exige o licenciamento prévio e a vistoria das obras e instalações realizadas em cumprimento do projecto aprovado e demais legislação em vigor.

Para garantir a aplicação do artigo 14º, nº 2, alínea e), será obrigatório o depósito de uma caução, no valor do custo de recuperação, no acto do licenciamento.

Os licenciamentos abrangidos pelo disposto no nº 1, a sua renovação e a respectiva concessão serão publicados num periódico nacional, regional ou local.

As autarquias interessadas darão parecer para o licenciamento relativo a complexos petroquímicos, cloroquímicos e outros definidos por lei.

Artigo 34º

(Declaração de zonas críticas e situações de emergência)

Pelo serviço competente do Estado responsável pelo ambiente e ordenamento do território poderá ser determinada a redução ou suspensão temporária ou definitiva das actividades geradoras de poluição para manter as emissões gasosas e radioactivas, os efluentes e os resíduos sólidos dentro dos limites estipulados, nos termos em que for estabelecido pela legislação complementar da presente lei.

O Governo poderá celebrar contratos-programa com vista a reduzir gradualmente a carga poluente das actividades poluidoras.

Os contratos-programa só serão celebrados desde que da continuação da laboração nessas actividades não decorram riscos significativos para o homem ou o ambiente.

Artigo 36º

(Transferência de estabelecimentos)

Os estabelecimentos que alterem as condições normais de salubridade e higiene do ambiente definidas por lei podem ser obrigados a transferir-se para local mais apropriado, salvaguardados os direitos previamente adquiridos.

CAPÍTULO VI

Organismos responsáveis

Artigo 37º

(Competência do Governo e da administração regional e local)

Compete ao Governo, de acordo com a presente lei, a condução de uma política global nos domínios do ambiente, da qualidade de vida e do ordenamento do território, bem como a coordenação das políticas de ordenamento regional do território e desenvolvimento económico e progresso social e ainda a adopção das medidas adequadas à aplicação dos instrumentos previstos na presente lei.

O Governo e administração regional e local articularão entre si a implementação das medidas necessárias à prossecução dos fins previstos na presente lei, no âmbito das respectivas competências.

Artigo 39º

(Organismos de promoção de qualidade do ambiente)

O Governo criará um organismo destinado à promoção da qualidade do ambiente.

Artigo 40º

(Associações)

As associações regularmente constituídas que tenham por objecto principal a defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida, são pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, sujeitas ao respectivo regime.

As associações mencionadas no número anterior gozam dos direitos referidos no artigo 40º nº 4, possuindo ainda legitimidade para propor acções em representação dos seus associados ou para se constituírem assistentes por infracção às normas contidas na presente lei e demais legislação complementar.

As associações anteriormente referidas têm direito de antena na rádio e na televisão e direito de espaço na imprensa, nos termos que vieram a ser fixados.

Pelo organismo previsto no artigo 39º podem ser atribuídos subsídios às associações referidas no nº 1, nomeadamente para acções que visem a formação e informação.

As associações previstas no nº 1 gozam do benefício de assistência judiciária, na modalidade de isenção de custas devidas pela sua intervenção nos processos referidos no nº 2.

As associações de defesa do ambiente, dotadas de personalidade jurídica e regularmente constituídas nos termos da lei, beneficiam das seguintes isenções fiscais:

Imposto de selo;

Impostos alfandegários para equipamentos e materiais indispensáveis ao integral desempenho das suas funções;

Impostos sobre equipamentos e materiais indispensáveis ao integral desempenho das suas funções;

Demais benefícios fiscais legalmente atribuídos às pessoas colectivas de utilidade pública.

No âmbito da sua área de intervenção, as associações de protecção do meio ambiente gozam do direito de consulta e informação junto dos órgãos da administração central e local, designadamente em relação a:

Planos nacionais de ordenamento do território;

Planos municipais de desenvolvimento;

Planos urbanísticos;

Planos e projectos de ordenamento ou fomento florestal e agrícola;

Estudos de impacto ambiental;

Criação e gestão de áreas protegidas;

Estudos e projectos de recuperação paisagística de áreas degradadas, recuperação de centros históricos e reabilitação e renovação urbanas.

CAPÍTULO VII

(Direitos e deveres dos cidadãos)

Artigo 41º

(Direitos e deveres dos cidadãos)

É dever dos cidadãos, em geral, e dos sectores público, privado e cooperativo, em particular, colaborar na criação de um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e na melhoria progressiva e acelerada da qualidade de vida.

As iniciativas populares no domínio da melhoria do ambiente e da qualidade de vida, quer surjam espontaneamente, quer correspondam a um apelo da administração central, regional ou local, devem ser dispensada protecção adequada, através dos meios necessários à prossecução dos objectivos do regime previsto na presente lei.

O Estado e as demais pessoas colectivas de direito público, em especial as autarquias, fomentarão a participação das entidades privadas em iniciativas de interesse para a prossecução dos fins previstos na presente lei, nomeadamente as associações nacionais ou locais de defesa do ambiente, do património natural e construído e de defesa do consumidor.

Os cidadãos directamente ameaçados ou lesados no seu direito a um ambiente de vida humana e ecologicamente equilibrado podem pedir, nos termos gerais de direito, a cessação das causas de violação e a respectiva indemnização.

Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é reconhecido às autarquias e aos cidadãos que sejam afectados pelo exercício de actividades susceptíveis de prejudicarem a utilização dos recursos do ambiente o direito às compensações por parte das entidades responsáveis pelos prejuízos causados.

Artigo 42º

(Responsabilidade objectiva)

Existe obrigação de indemnizar, independentemente de culpa, sempre que o agente tenha causado danos significativos no ambiente, em virtude de uma acção especialmente perigosa, muito embora com respeito do normativo aplicável.

O quantitativo de indemnização a fixar por danos causados no ambiente será estabelecido em legislação complementar.

Artigo 43º

(Procedimentos cautelares)

Aqueles que se julguem ofendidos nos seus direitos a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado poderão requerer que seja mandada suspender imediatamente a actividade causadora do dano, seguindo-se, para tal efeito, o processo de procedimentos cautelares.

Artigo 44º

(Seguro de responsabilidade civil)

Aqueles que exerçam actividades que envolvam alto grau de risco para o ambiente e como tal venham a ser classificados serão obrigados a segurar a sua responsabilidade civil.

Artigo 45º

(Direito a uma justiça acessível e pronta)

É assegurado aos cidadãos o direito à isenção de preparos nos processos em que pretendam obter reparação de perdas e danos emergentes de factos ilícitos que violem regras constantes da presente lei e dos diplomas que a regulamentem, desde que o valor da causa não exceda o da alçada do tribunal da comarca.

É proibida a apensação de processos contra o mesmo arguido relativos a infracções contra o disposto na presente lei, salvo se requerida pelo Ministério Público.

CAPÍTULO VIII

Penalizações

Artigo 46º

(Tribunal competente)

O conhecimento das acções a que se referem os artigos 42º e 43º da presente lei é da competência dos tribunais comuns.

Nos termos dos artigos 70º da Constituição e 41º da presente lei, os lesados têm legitimidade para demandar os infractores nos tribunais comuns para obtenção das correspondentes indemnizações.

Sem prejuízos da legitimidade dos lesados para propor as acções, compete ao Ministério Público a defesa dos valores protegidos por esta lei, através, nomeadamente, dos mecanismos previstos na presente lei.

Artigo 47º

(Crimes contra o ambiente)

Serão considerados crimes as infracções que a legislação complementar vier a qualificar como tal de acordo com o disposto na presente lei.

Artigo 48º

(Contra-ordenação)

As restantes infracções à presente lei serão consideradas contra-ordenação puníveis com multa, em termos a definir por legislação complementar.

Se a mesma conduta constituir, simultaneamente, crime e contra-ordenação, será o infractor sempre punido a título de crime, sem prejuízo das sanções acessórias previstas para a contra-ordenação.

Em função da gravidade da contra-ordenação e da culpa do agente, poderão ainda ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

Interdição do exercício de uma profissão ou actividade;

Privação do direito a subsídio outorgado por entidades ou serviços públicos;

Cessação de licença ou autorizações relacionadas com o exercício da respectiva actividade;

Apreensão e perda a favor do Estado dos objectos utilizados ou produzidos aquando da infracção;

Perda de benefícios fiscais, de benefícios de crédito e de linhas de financiamento de estabelecimentos de crédito de que haja usufruído.

A negligência e a tentativa são puníveis.

O Governo regulamentará, através de decreto-lei, o regime e processo de contra-ordenação.

Artigo 49º

(Obrigatoriedade de remoção das causas da infracção e da reconstituição da situação anterior)

Os infractores são obrigados a remover as causas da infracção e a repor a situação anterior à mesma ou equivalente, salvo o disposto no nº 3.

Se os infractores não cumprirem as obrigações acima referidas no prazo que lhes for indicado, as entidades competentes mandarão proceder às demolições, obras e trabalhos necessários à reposição da situação anterior à infracção a expensas dos infractores.

Em caso de não ser possível a reposição da situação anterior à infracção, os infractores ficam obrigados ao pagamento de uma indemnização especial a definir por legislação e à realização das obras necessárias à minimização das consequências provocadas.

CAPÍTULO IX

Disposições finais

Artigo 50º

(Relatório e livro branco sobre o ambiente)

O Governo fica obrigado a apresentar anualmente à Assembleia Nacional um relatório sobre o estado do ambiente e ordenamento do território em Cabo Verde, referente ao ano anterior.

O Governo fica obrigado a apresentar à Assembleia Nacional, de três em três anos, um livro branco sobre o estado do ambiente em Cabo Verde.

Artigo 51º

(Convenções e acordos internacionais)

A regulamentação, as normas e, de um modo geral, toda a matéria incluída na legislação especial que regulamentará a aplicação da presente lei terão em conta as convenções e acordos internacionais aceites e ratificados em Cabo Verde e que tenham a ver com a matéria em causa, assim como as normas e critérios aprovados multi ou bilateralmente entre Cabo Verde e outros países.

Artigo 52º

(Entrada em vigor)

Na parte que não necessita de regulamentação, esta lei entra imediatamente em vigor.

As disposições a que estão sujeitas a regulamentação entrarão em vigor com os respectivos diplomas regulamentares.

Aprovada em 31 de Maio de 1993.

O Presidente da Assembleia Nacional, – *Amílcar Fernandes Spencer Lopes*.

Promulgada em 24 de Junho de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, – ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO

Assinada em 25 de Junho de 1993.

O Presidente da Assembleia Nacional, – *Amílcar Fernandes Spencer Lopes*.

Anexo 3

REDE NACIONAL INICIAL DE ÁREAS PROTEGIDAS

Ilha	Espaço natural	Categoria
Santo Antão	Moroços	Parque natural
	Cova/ribeira Paúl/Torre	Parque natural
	Cruzinha	Reserva natural
	Tope de Coroa	Paisagem protegida
São Vicente	Monte Verde	Parque natural
Santa Luzia	Santa Luzia	Reserva natural
Ilhéus Branco e Raso	Ilhéus Branco e Raso	Reserva integral
São Nicolau	Monte Gordo	Parque natural
	Monte do Alto das Cabaças	Reserva natural
Sal	Salinas de Pedra Lume/Cagaral	Paisagem protegida
	Monte Grande	Paisagem protegida
	Rabo de Junco	Reserva natural
	Baia da Murdeira	Reserva natural (marinha)
	Costa da Fragata	Reserva natural
	Serra Negra	Reserva natural
	Buracona-Ragona	Paisagem protegida
	Salinas de Santa Maria	Paisagem protegida
	Morrinho de Filho	Monumento natural
	Ponta do Sino	Reserva natural
	Morrinho do Açúcar	Monumento natural
Maio	Terras Salgadas	Reserva natural
	Casas Velhas	Reserva natural
	Barreiro e Figueira	Parque natural
	Lagoa Cimidor	Reserva natural
	Praia do Morro	Reserva natural

	Salinas do Porto Inglês	Paisagem protegida
	Monte Penoso e Monte Branco	Paisagem protegida
	Monte Santo António	Paisagem protegida
Boa Vista	Boa Esperança	Reserva natural
	Ilhéu de Baluarte	Reserva natural integral
	Ilhéu dos Pássaros	Reserva natural integral
	Ilhéu de Curral Velho	Reserva natural integral
	Ponta do Sol	Reserva natural
	Tartaruga	Reserva natural
	Parque Natural do Norte	Parque natural
	Monte Caçador e Pico Forçado	Paisagem protegida
	Morro de Areia	Reserva natural
	Curral Velho	Paisagem protegida
	Monte Santo António	Monumento natural
	Ilhéu de Sal Rei	Monumento natural
	Monte estância	Monumento natural
	Rocha estância	Monumento natural
Santiago	Serra da Malagueta	Parque natural
	Serra do pico de António	Parque natural
Fogo	Bordeira/Chã das Caldeiras e Pico Novo	Parque natural
Ilhéus de Rombo	Ilhéus de Rombo	Reserva natural

Anexo 4

Decreto-Lei nº 13/85 de 6 de Julho de 1985

Lei de Bases do Património Cultural Português

Princípios fundamentais

Artigo 1.º

O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.

Artigo 2.º

É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural.

Constitui obrigação do Estado e demais entidades públicas promover a salvaguarda e valorização do património cultural do povo português.

Artigo 3.º

O levantamento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural incumbem especialmente ao Estado, às regiões autónomas, às autarquias locais, aos proprietários possuidores ou detentores de quaisquer suas parcelas e, em geral, às instituições culturais, religiosas, militares ou de outro tipo, às associações para o efeito constituídas e ainda aos cidadãos.

O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais procurarão promover a sensibilização e participação dos cidadãos na salvaguarda do património cultural e assegurar as condições de fruição desse património.

Os proprietários, possuidores ou detentores de património cultural deverão ser chamados a colaborar com o Estado, regiões autónomas e autarquias locais no registo e inventário do referido património.

As populações deverão ser associadas às medidas de protecção e de conservação e solicitadas a colaborar na dignificação, defesa e fruição do património cultural.

Artigo 4.º

Compete ao Governo, através do Ministério da Cultura, promover a protecção legal do património cultural.

O Estado promoverá, pelo Ministério da Cultura, designadamente através dos seus serviços regionais, em conjunto com outros departamentos do Estado, as medidas necessárias e indispensáveis a uma acção permanente e concertada de levantamento, estudo, protecção, conservação e valorização dos bens culturais.

Para os fins do disposto no n.º 1 do presente artigo, o Governo terá como instrumentos o levantamento, o registo e a classificação dos bens culturais.

Independentemente do tipo de propriedade, os bens culturais serão submetidos a regras especiais, que estabelecerão, designadamente, a sua função social, alienação e forma de intervenção.

Artigo 5.º

O Instituto Português do Património Cultural, adiante designado por «IPPC», é um instituto público dotado de personalidade jurídica e goza de autonomia administrativa e financeira.

A sua natureza bem como as suas atribuições e competências são as estabelecidas na respectiva lei orgânica.

Artigo 6.º

As associações de defesa do património, adiante designadas por «ADP», são as associações constituídas especificamente para promover a defesa e o conhecimento do património cultural.

As ADP têm direito a pronunciar-se junto do IPPC, dos órgãos da administração autárquica, bem como das entidades cuja acção se situe na defesa do património cultural, sobre tudo quanto a este respeite.

As ADP terão assento no conselho consultivo do IPPC, sendo o seu representante designado segundo os próprios critérios das associações e só por elas poderá ser removido ou substituído.

TÍTULO II

Das formas e regime de protecção do património cultural

SubTítulo I

Dos bens materiais

CAPÍTULO I

Disposições comuns

SECÇÃO I

Da classificação e seu processo

Artigo 7.º

A protecção legal dos bens materiais que integram o património cultural assenta na classificação dos imóveis e dos móveis.

Os bens imóveis podem ser classificados como monumento, conjunto e sítio, eventualmente agrupáveis em categorias, nos termos que forem regulamentados, e os móveis, unitária ou conjuntamente, como de valor cultural, podendo ainda todos os bens ser classificados como de valor local, valor regional, valor nacional ou valor internacional.

O enquadramento orgânico, natural ou construído, dos bens culturais imóveis que afecte a percepção e leitura de elementos e conjuntos ou que com eles esteja directamente relacionado, por razões de integração espacial ou motivos sociais, económicos ou culturais, deve ser sempre definido de acordo com a importância arqueológica, histórica, etnológica, artística, arquitectónica, urbanística ou paisagística do lugar, por constituir parte indispensável na defesa desses mesmos bens.

Artigo 8.º

Por monumentos, conjuntos e sítios entende-se, respectivamente:

a). Monumentos: obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras, bem como as obras de escultura ou de pintura monumental;

b). Conjuntos: agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social;

c). Sítios: obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficiente mente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.

Por bens culturais móveis entende-se:

a). Os bens de significado cultural que representem a expressão ou o testemunho da criação humana ou da evolução da natureza ou da técnica, neles incluindo os que se encontram no interior de imóveis ou que deles tenham sido retirados ou recuperados, bem como os que estão soterrados ou submersos ou forem encontrados em lugares de interesse arqueológico, histórico, etnológico ou noutros locais;

b). As obras, de pintura, escultura e desenho, os têxteis, as espécies organológicas, os utensílios ou os objectos de valor artístico, científico ou técnico;

c). Os manuscritos valiosos, os livros raros, particularmente os incunábulos, documentos e publicações de interesse especial nos domínios científico, artístico ou técnico, incluindo as espécies fotográficas, cinematográficas, registos sonoros e outros;

d). Todos os bens, do passado ou do presente, de natureza religiosa ou profana que forem considerados de valor nos domínios científico, artístico ou técnico.

Artigo 9.º

O processo de classificação pode ser desencadeado pelo Estado, pelas regiões autónomas, pelas autarquias locais ou por qualquer pessoa singular ou colectiva.

Cabe, em especial, às autarquias locais o dever de promover a classificação de bens culturais nas respectivas áreas.

Os processos de classificação deverão ser fundamentados e devidamente instruídos, em princípio, pelos seus promotores, cabendo ao Estado prestar o apoio técnico requerido.

Artigo 10.º

As classificações incidirão sobre bens que, pelo seu relevante valor cultural, devem merecer especial protecção.

As decisões de classificação serão devidamente fundamentadas segundo critérios de natureza cultural, nomeadamente de carácter artístico e histórico.

Os critérios genéricos para a selecção de imóveis a classificar serão estabelecidos pelo IPPC, no âmbito da competência fixada pelo Ministro da Cultura.

Artigo 11.º

As classificações de bens serão precedidas de notificação e audiência prévia do proprietário e, no caso dos imóveis, cumulativamente da câmara municipal respectiva, imediatamente após a determinação pelo IPPC da abertura do respectivo processo de instrução.

Artigo 12.º

Os bens culturais, salvo o disposto no artigo 26.º são classificados por decreto do Ministro da Cultura, ouvidos, obrigatoriamente, os órgãos consultivos competentes, após processo próprio organizado pelos serviços competentes do IPPC.

Artigo 13.º

A um eventual processo de desclassificação aplicar-se-á, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 9.º, 10.º, 11.º e 12.º da presente lei.

Artigo 14.º

Os imóveis classificados ou em vias de classificação pelo Ministério da Cultura não poderão ser demolidos, no todo ou em parte, nem ser objecto de obras de restauro, sem prévio parecer do IPPC.

Os estudos e projectos para os trabalhos de conservação, consolidação, modificação, reintegração e restauro em bens classificados ou em vias de classificação devem ser elaborados e subscritos por um técnico de qualificação legalmente reconhecida ou sob a sua responsabilidade directa.

Quando julgar ser esse o único modo de garantir os objectivos que lhe compete defender, o Ministério da Cultura poderá determinar que os trabalhos a efectuar referidos no número anterior sejam acompanhados por técnicos especializados por ele designados ou aceites.

Artigo 15.º

Os proprietários ou detentores de bens classificados ou em vias de classificação devem, tendo em vista a finalidade de limitar os riscos da degradação física do património arquitectural:

a). Ter em consideração os problemas específicos da conservação do património nas políticas de luta contra a poluição praticadas a nível nacional ou internacional;

b). Apoiar a investigação científica no intuito de identificar e analisar os efeitos prejudiciais da poluição e definir os meios de reduzir ou eliminar as respectivas causas.

Os proprietários ou detentores de móveis ou imóveis classificados ou em vias de classificação responsáveis pela sua conservação executarão todas as obras que o Ministério da Cultura, ouvidos os órgãos consultivos competentes, considerar necessárias para assegurar a sua salvaguarda.

No caso de essas obras não terem sido iniciadas ou concluídas dentro do prazo fixado, poderá o Ministério da Cultura determinar que as mesmas sejam executadas pelo Estado, correndo o seu custeio por conta do proprietário ou detentor.

Quando o referido proprietário ou detentor comprovar não possuir meios para o pagamento integral daquelas obras ou as mesmas constituírem ónus desproporcionado para as suas possibilidades, será o custeio suportado, total ou parcialmente, pelo Estado, consoante o que for apurado em cada caso.

Artigo 16.º

Quando, por responsabilidade do respectivo proprietário, demonstrada por omissão ou acção grave do mesmo, se corra o risco de degradação dos bens culturais móveis ou imóveis classificados ou em vias de classificação, o Ministro da Cultura pode, ouvindo o respectivo proprietário e os órgãos consultivos competentes, promover a expropriação dos bens referidos.

As autarquias podem, em condições idênticas, promover a expropriação dos bens móveis ou imóveis classificados, desde que o IPPC dê parecer favorável.

Nos termos dos números anteriores, podem ser igualmente expropriados bens imóveis situados nas zonas de protecção dos bens classificados, desde que prejudiquem a boa conservação desses bens e ofendam ou desvirtuem as suas características ou enquadramento.

Artigo 17.º

A alienação de bens classificados deverá ser comunicada previamente ao Ministro da Cultura, considerando-se, no caso dos bens imóveis, tal notificação como requisito essencial para a inscrição de transmissão no registo predial.

O Estado, as autarquias e os proprietários de parte de bens classificados gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda de bens classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis situados em zonas de protecção.

Sendo a alienação feita em hasta pública, o Estado, através do Ministério da Cultura, e as autarquias poderão usar do direito de preferência, contanto que o efectivem dentro do prazo de 5 dias a contar da data da adjudicação.

A transmissão por herança ou legado de bens classificados deverá ser comunicada ao Ministério da Cultura para efeitos de registo.

Artigo 18.º

Consideram-se em vias de classificação os bens em relação aos quais houver despacho do IPPC a determinar a abertura do respectivo processo de instrução.

Na fase de instrução do processo de classificação, os bens imóveis a ela sujeitos e os localizados na respectiva zona de protecção não poderão ser demolidos, alienados ou expropriados ou restaurados ou transformados sem autorização expressa da entidade competente para o efeito.

Os bens móveis não poderão, durante a pendência do seu processo de classificação, ser alienados, alterados, restaurados ou exportados sem autorização do Ministro da Cultura, ouvidos, obrigatoriamente, os órgãos consultivos competentes.

Artigo 19.º

Todos os bens culturais deverão fazer parte de um registo de inventário sistemático e exaustivo a elaborar pelo IPPC.

Os bens classificados serão inscritos em catálogo próprio.

A classificação ou eventual desclassificação dos bens imóveis será objecto de averbamento no registo predial.

Os bens móveis classificados, quer unitária, quer conjuntamente, serão objecto de um certificado de registo e acompanhados de uma cópia deste emitida pelo Ministério da Cultura.

Artigo 20.º

Todos os bens culturais classificados serão assinalados por processo adequado, com indicação do tipo de classificação, data, entidade classificadora e demais elementos considerados relevantes.

CAPÍTULO II

Do regime específico dos bens imóveis

Artigo 21.º

A delimitação da área dos conjuntos e sítios será fixada pelo Ministério da Cultura, no caso de bens de valor nacional ou internacional, através dos serviços competentes, ouvidas as autarquias, com a colaboração, quando necessária, de outros serviços do Estado, excepto se já existirem planos directores aprovados dos quais constem delimitações entretanto operadas.

Para os bens de valor local é competente a assembleia municipal respectiva, que poderá recorrer à colaboração de outras entidades, sempre que julgada útil.

Cabe aos órgãos de governo próprio das regiões autónomas a delimitação relativa a conjuntos e sítios que se insiram no âmbito das suas competências, para o que disporão da colaboração, se for caso disso, de outros serviços estaduais.

À classificação como conjunto e sítio aplicam-se as normas dos números precedentes no que concerne às competências do Ministério da Cultura, das autarquias e das regiões autónomas.

No prazo de 180 dias, contados a partir da comunicação de determinação da classificação, prorrogável por iguais períodos, elaborar-se-ão planos de salvaguarda de responsabilidade central, regional ou local, consoante os casos e as regras de competência.

A prorrogação prevista no número anterior cabe ao Ministro da Cultura, sob proposta da entidade encarregue da elaboração do plano, e só poderá não ser atendida por razão de lei.

Na falta de proposta camarária, o IPPC poderá elaborar oficiosamente o plano especial de protecção a que se referem os números anteriores.

Todos os planos de ordenamento territorial, nomeadamente os de urbanização, deverão considerar e tratar de maneira especial o património cultural existente na sua área, quer se trate de imóveis classificados quer de imóveis em vias de classificação, propondo medidas de valorização em todos os casos.

Artigo 22.º

Os imóveis classificados pelo Ministério da Cultura dispõem sempre de uma zona especial de protecção.

Deverá ser fixada uma zona especial de protecção, em prazos a estabelecer pelo Ministério da Cultura, sob proposta do IPPC, com audição das autarquias, nela podendo incluir-se uma zona non aedificandi em todos os casos, salvo naqueles cujo enquadramento fique perfeitamente salvaguardado com a zona de protecção tipo.

Enquanto não for fixada uma zona especial de protecção, os imóveis classificados beneficiarão de uma zona de protecção de 50 m, cotados a partir dos limites exteriores do imóvel.

Artigo 23.º

As zonas de protecção dos imóveis classificados nos termos do artigo anterior são servidões administrativas, nas quais não podem ser autorizada, pelas câmaras municipais ou por outras entidades alienações ou quaisquer obras de demolição, instalação, construção, reconstrução, criação ou transformação de zonas verdes, bem como qualquer movimento de terras ou dragagens, nem alteração ou diferente utilização contrária à traça originária, sem prévia autorização do Ministro da Cultura.

Todos os pedidos de licença de obras em bens classificados ou na área da respectiva zona de protecção devem ser elaborados e subscritos por técnicos especializados de qualificação reconhecida ou sob a sua directa responsabilidade.

Aos proprietários de imóveis abrangidos pelas zonas non aedificandi é assegurado o direito de requerer ao Estado a sua expropriação, nos termos das leis e regulamentos em vigor sobre a expropriação por utilidade pública.

Artigo 24.º

Nenhum monumento classificado ou em vias de classificação poderá ser deslocado, em parte ou na totalidade, do lugar que lhe compete, excepto no caso de a salvaguarda material do mesmo o exigir imperativamente, devendo então a autoridade competente fornecer todas as garantias necessárias quanto à desmontagem à remoção do monumento em lugar apropriado.

Artigo 25.º

Os bens culturais classificados pertencentes ao Estado só poderão ser alienados através de decretos especialmente elaborados para o efeito e assinados conjuntamente pelos Ministros de Estado, das Finanças e do Plano e da Cultura, ouvidos previamente os serviços competentes.

Artigo 26.º

As regiões autónomas e as assembleias municipais, por proposta da câmara, podem classificar ou desclassificar como de valor cultural, depois de ouvido o respectivo proprietário e em conclusão do processo adequado, os bens culturais imóveis que, não merecendo classificação de âmbito nacional, tenham, contudo, assinalável valor regional ou municipal.

A classificação de imóveis de valor local terá de ser fundamentada segundo critérios que estabeleçam de forma inequívoca a relevância cultural do imóvel em causa e de ser precedida de parecer dos serviços regionais do Ministério da Cultura.

As câmaras municipais são obrigadas a enviar ao Ministério da Cultura, para efeitos de registo e coordenação, cópia dos processos de classificação e desclassificação dos bens de interesse local e a dar conhecimento das decisões sobre eles tomadas.

Para efeitos de eventual recurso das decisões das câmaras municipais relativas às classificações ou desclassificações, bem como às intervenções nos bens de interesse local, podem os interessados solicitar o parecer dos serviços competentes do Ministério da Cultura sobre quaisquer aspectos genéricos ou pontuais da classificação ou intervenção em causa

CAPÍTULO III

Do regime específico dos bens móveis

Artigo 27.º

Sempre que os bens móveis classificados ou em vias de o serem corram perigo de manifesto extravio, perda ou deterioração, deverá o Ministério da Cultura determinar as providências cautelares ou as medidas técnicas de conservação indispensáveis adequadas a cada caso.

Se as medidas conservatórias importarem para o respectivo proprietário a obrigação de praticar determinados actos, deverão ser fixados os prazos e as condições da sua execução, nomeadamente a prestação do apoio financeiro por parte do Estado.

Sempre que quaisquer providências cautelares forem julgadas insuficientes ou as medidas conservatórias não forem acatadas ou executadas no prazo e condições impostos, poderá o Ministro da Cultura ordenar que os referidos móveis sejam transferidos, a título de depósito, para a guarda de bibliotecas, arquivos ou museus.

Artigo 28.º

Os bens culturais móveis classificados são insusceptíveis de aquisição por usucapião.

Artigo 29.º

As colecções de bens culturais são organizadas segundo critérios de homogeneidade, devendo manter-se, sempre que possível, a sua integridade.

Sempre que se prove o risco de dispersão das referidas colecções, o Ministério da Cultura tomará as medidas necessárias e adequadas à sua salvaguarda, devendo ouvir, para o efeito, os serviços competentes do IPPC.

Artigo 30.º

O Ministro da Cultura poderá autorizar, ouvidos os serviços competentes, a permuta ou transferência de bens culturais móveis classificados ou em vias de classificação entre museus, bibliotecas, arquivos ou outros serviços públicos.

O Governo poderá autorizar, ouvidos os serviços competentes, em condições excepcionais e em função de acordos bilaterais, a permuta, definitiva ou temporária, de bens culturais móveis pertencentes ao Estado por outros existentes noutros países e que se revistam de excepcional interesse para o património cultural português.

No caso de permuta definitiva com outros países de bens móveis classificados ou em vias de classificação, a autorização deverá revestir a forma de decreto.

Artigo 31.º

O Governo deverá promover a regulamentação da compra, venda e comércio de antiguidades e outros bens culturais móveis e fiscalizar o seu cumprimento.

São nulas e de nenhum efeito as transacções realizadas em território português sobre bens culturais móveis provenientes de países estrangeiros quando efectuadas com infracção das disposições da respectiva legislação interna reguladora da sua alienação ou exportação.

O disposto no número anterior será aplicável, relativamente a outros países, em termos de reciprocidade.

Artigo 32.º

Estarão isentas de encargos fiscais as importações de bens culturais que se destinem a museus, bibliotecas e arquivos do Estado e a outras pessoas colectivas de utilidade pública.

Os bens a que se refere o número anterior deverão ser reconhecidos pelo Ministério da Cultura como de comprovado interesse para o enriquecimento do património cultural.

Poderão igualmente beneficiar do disposto no n.º 1 os bens importados por particulares e que os serviços do Ministério da Cultura comprovem revestir-se de inegável interesse para o património cultural português e devam, por consequência, ser classificados.

Artigo 33.º

Poderão ser exportados, sem dependência de autorização e em regime de simples tomada de sinais, os bens culturais móveis importados temporariamente, desde que a sua permanência no País não exceda o prazo de 3 meses para além do período de tempo em que esses bens tenham estado a ser utilizados com fins culturais de interesse público.

O Ministério da Cultura poderá autorizar a exportação temporária, com isenção de encargos fiscais, de bens culturais destinados a exposições ou outros fins culturais, ouvidos os órgãos consultivos competentes, que proporão as convenientes medidas cautelares.

Artigo 34.º

Sem prejuízo do disposto nos artigos 30.º e 33.º, a exportação definitiva de bens móveis classificados ou em vias de classificação é rigorosamente interdita.

Os proprietários ou detentores de bens móveis classificados ou em vias de classificação são considerados depositários dos mesmos bens, nos termos da legislação civil.

Quando algum bem cultural móvel classificado ou em vias de classificação for indevidamente exportado, o respectivo proprietário ou detentor ficará sujeito às disposições do Código Penal.

Artigo 35.º

Os proprietários ou detentores das espécies a que alude o n.º 2 do artigo 5.º deste diploma, estejam ou não classificadas, não poderão fazê-las sair do País, seja a que título for, sem prévia autorização do Ministro da Cultura, ouvidos os serviços competentes do IPPC, que fixará as eventuais condições de autorização.

Estão isentas da autorização referida no n.º 1 deste artigo as espécies que à data da exportação representem fabrico ainda corrente, sendo elas próprias de fabrico actual.

Em caso de venda para exportação de quaisquer dos bens referidos no número anterior, poderá o Estado, através do Ministro da Cultura, usar do direito de preferência.

A exportação ilegal dos bens culturais implicará, sem embargo da aplicação das demais penalidades previstas na lei em relação aos infractores, a apreensão dos bens em causa e a sua incorporação nas colecções do Estado ou a devolução aos países de origem, quando for caso disso.

CAPÍTULO IV

Do regime específico do património arqueológico

Artigo 36.º

Os bens arqueológicos, imóveis ou móveis, são património nacional.

Artigo 37.º

Para os efeitos do presente diploma, entendem-se por trabalhos arqueológicos todas as investigações que tenham por finalidade a descoberta de bens de carácter arqueológico, no caso de estas investigações implicarem uma escavação do solo ou uma exploração sistemática da sua superfície, bem como no caso de se realizarem no leito ou no subsolo de águas interiores ou territoriais.

São abrangidos pelas disposições do presente diploma os testemunhos arqueológicos descobertos nas áreas submersas ou arrojados pelas águas.

Artigo 38.º

A realização de trabalhos arqueológicos em monumentos, conjuntos e sítios classificados ou em vias de classificação nas respectivas zonas de protecção e ainda em imóveis não classificados mas de interesse arqueológico carece de autorização prévia do Ministro da Cultura, ouvidos, obrigatoriamente, os órgãos consultivos competentes.

O Ministério da Cultura poderá mandar inspeccionar os trabalhos arqueológicos e ordenar a sua suspensão quando os mesmos não obedeçam a critérios científicos ou não estejam a ser cumpridas as condições eventualmente fixadas.

Artigo 39.º

Quem tiver encontrado ou encontrar em terreno público ou particular, incluindo em meio submerso, quaisquer testemunhos arqueológicos fica obrigado a dar imediato conhecimento à

autoridade local, que, por sua vez, informará de imediato o Ministério da Cultura, a fim de serem tomadas as providências convenientes.

A autoridade local assegurará a salvaguarda desses testemunhos, nomeadamente recorrendo a entidades científicas de reconhecida idoneidade que efectuem estudos na região, sem prejuízo da imediata comunicação ao Ministério da Cultura.

Artigo 40.º

Em qualquer lugar onde se presuma a existência de monumentos, conjuntos ou sítios arqueológicos poderá ser estabelecida, com carácter preventivo e temporário, pelo Ministério da Cultura uma reserva arqueológica de protecção, por forma a garantir-se a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse.

Dada a riqueza arqueológica do subsolo de muitas áreas urbanas, o Ministério da Cultura promoverá a publicação de legislação cautelar específica que contemple as diversas situações.

Qualquer particular que se prove ter sido directamente prejudicado por efeito do disposto no n.º 1 poderá requerer indemnização à entidade responsável pelo estabelecimento da reserva arqueológica.

Artigo 41.º

O Ministério da Cultura deverá determinar que a realização de trabalhos em qualquer zona onde se presuma a existência de monumentos ou sítios arqueológicos seja acompanhada por técnicos especializados.

No caso de grandes empreendimentos públicos ou privados que envolvam significativa transformação da topografia ou paisagem, bem como do leito ou subsolo de águas interiores ou territoriais, deverão obrigatoriamente prever-se os meios orçamentais necessários para a realização dos trabalhos de prospecção e eventuais salvamentos que, na sequência de projectos específicos aprovados pelos serviços competentes do Ministério da Cultura, se julguem necessários.

Artigo 42.º

O Ministério da Cultura organizará anualmente um plano de trabalhos arqueológicos, com preferência dos sítios, monumentos e estações de maior importância que corram perigo de destruição ou de cujo estudo se espere recolher mais elementos úteis à ciência arqueológica.

Na elaboração desse plano deverá ser fundamentalmente observado o seguinte:

Definição clara e precisa das obrigações do responsável científico pelos trabalhos;

Conservação dos sítios, monumentos, estações e espólio recuperado;

Publicação dos resultados;

Limites da propriedade científica;

Afectação dos espólios recuperados.

A concessão de autorizações a um mesmo responsável para continuação ou início de trabalhos arqueológicos deverá assentar nos seguintes critérios:

- a). Anterior cumprimento das obrigações fixadas;
- b). Número e importância dos sítios, monumentos e estações em que o responsável já esteja autorizado a realizar trabalhos;
- c). Equilíbrio necessário entre a execução de novos trabalhos de campo e a publicação de resultados anteriores.

SubTítulo II

Dos bens imateriais

Artigo 43.º

Com o objectivo de protecção do património imaterial, deverá o Estado:

- a). Promover o respeito dos valores gerais da cultura e a defesa de identidade e memória colectiva portuguesa, protegendo, em particular. Os valores da integridade, verdade e autoria das obras do engenho humano de todas as criações culturais, sejam quais forem as formas e meios por que se manifestem e corporizem;
- b). Prosseguir a protecção dos valores linguísticos nacionais, preservando a unidade, a autonomia e o rigor ortográfico da língua portuguesa;
- c). Assegurar a defesa dos valores culturais, etnológicos e etnográficos da língua portuguesa;
- d). Apoiar a revitalização e a conservação das tradições culturais populares em vias de desaparecimento;
- e). Promover a recolha, conservação e fruição popular do património fotográfico, filmico, fonográfico, bem como de outros domínios do património imaterial.

As manifestações da tradição cultural portuguesa que não se encontrem materializadas serão objecto de registo gráfico e áudio-visual para efeitos de preservação e divulgação:

- a). Para a sua conservação existirão arquivos regionais ou nacionais;
- b). Enquanto não forem criados novos arquivos, o Estado deverá encontrar soluções de aproveitamento local das estruturas adequadas.

TÍTULO III

Do fomento da conservação e valorização do património cultural

Artigo 44.º

A protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural deverão ser consideradas obrigatórias no ordenamento do território e na planificação a nível nacional, regional e local.

O Governo promoverá acções concertadas entre os serviços públicos, especialmente através dos serviços regionais, e privados com vista à implementação e aplicação de uma política activa de levantamento, estudo, conservação e integração do património cultural na vida colectiva.

Medidas de carácter preventivo e correctivo deverão ser completadas com outras que visem dar a cada um dos bens culturais uma função que os insira adequadamente na vida social, económica, científica e cultural compatível com o seu carácter específico.

As acções de levantamento, estudo, protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural deverão adequar-se ao progresso científico e técnico comprovado nas disciplinas implicadas.

O Governo promoverá acções de formação de técnicos, investigadores, artífices e outro pessoal especializado, procurando, sempre que possível, compatibilizar o progresso científico e técnico com as tecnologias tradicionais que fazem parte da herança cultural portuguesa.

Artigo 45.º

Os órgãos da administração central, regional e local deverão consignar nos seus orçamentos uma percentagem de fundos proporcional à importância dos bens que integram o património cultural sob a sua responsabilidade e de acordo com os planos de actividade previamente estabelecidos, com o objectivo de ocorrer à protecção, conservação, estudo, valorização e revitalização desses bens, e participar financeiramente, quando for caso disso, nos trabalhos realizados nos mesmos pelos seus proprietários, quer sejam públicos ou privados.

As despesas respeitantes à salvaguarda de bens culturais postos em perigo pela execução de obras do sector público, incluindo trabalhos arqueológicos preliminares, serão suportadas pelas entidades promotoras do respectivo projecto, as quais deverão, para o efeito, considerar nos orçamentos a previsão desses encargos.

Tratando-se de obras de iniciativa privada, os encargos poderão ser suportados, em comparticipação, pelas entidades promotoras do projecto e pelas entidades directamente interessadas na salvaguarda desse património.

Artigo 46.º

O Governo promoverá o estabelecimento de regimes fiscais apropriados à mais adequada salvaguarda e ao estímulo à defesa do património cultural nacional que se encontra na posse de particulares.

O regime fiscal especial dos bens classificados do património cultural compreenderá desde logo:

a). A isenção do imposto da sisa e da contribuição predial, exceptuando-se apenas os imóveis arrendados, pela parte correspondente a esse arrendamento;

b). Dedução, para efeitos do imposto complementar, até 20 % do rendimento global, das despesas de conservação, recuperação, restauro e valorização dos bens classificados e dos juros das dívidas contraídas para aquisição ou conservação de bens imóveis classificados;

c) Redução a um terço do valor matricial dos imóveis classificados para fins de liquidação do imposto sobre as sucessões e doações e isenção do imposto sucessório em relação às transmissões causa de bens classificados, desde que os bens revertam para o Estado ou para a autarquia local à data da morte do primeiro herdeiro ou legatário;

O abatimento à matéria colectável em imposto complementar do proprietário ou detentor do imóvel, considerando-se também para esse fim e como despesa os juros e as amortizações de empréstimos concedidos para os efeitos do n.º 1 do artigo 47.º

São considerados custos, para efeitos de contribuição industrial, ou abatidos à matéria colectável do imposto complementar, secções A e B, os gastos efectuados por empresas ou entidades privadas em qualquer dos sectores a seguir designados quando os respectivos bens estejam classificados pelo Estado e os seus titulares se submetam aos respectivos condicionalismos sobre formação, defesa e acesso:

a). Formação de museus e colecções de bens classificados pelo Estado;

b). Obras de pesquisa, formação, restauração, conservação, defesa ou acesso de bens imóveis classificados pelo Estado ou museus, bem como doações ou donativos para o efeito;

Juros e amortizações de empréstimos contratados para a realização de despesas a seu cargo para a conservação, manutenção, defesa e acesso de bens imóveis classificados pelo Estado.

O Estado poderá aceitar, nos termos e dentro dos limites a fixar pela lei, a doação em pagamento de bens classificados para pagamento de dívidas de imposto sucessório ou outros impostos.

A violação dos condicionalismos estabelecidos pelo Ministério da Cultura, nos termos dos números anteriores, em vista de mais adequada defesa do património, implicará a sujeição dos impostos correspondentes no triplo das respectivas taxas ou volume de matéria tributária beneficiada.

Artigo 47.º

O Governo promoverá o apoio financeiro ou a possibilidade de recurso a formas especiais de crédito para obras e para aquisições, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 1.º e 2 do artigo 17.º, em condições favoráveis, a proprietários privados, com a condição de estes procederem a trabalhos de protecção, conservação, valorização e revitalização dos seus bens imobiliários, de acordo com as normas estabelecidas sobre a matéria e orientação dos serviços competentes.

Os benefícios financeiros referidos no número anterior poderão ser subordinados a especiais condições e garantias de utilização pública, a que ficarão sujeitos os bens em causa, em termos a fixar, caso a caso, pelo Ministério da Cultura.

Artigo 48.º

Os arrendamentos dos imóveis classificados serão sujeitos a regime especial, de modo a evitar a sua degradação e contribuir para a sua preservação.

Artigo 49.º

O Governo empreenderá e apoiará acções educativas capazes de fomentar o interesse e respeito público pelo património cultural, como testemunho de uma memória colectiva definidora da identidade nacional.

Serão tomadas medidas adequadas à promoção e realce do valor cultural e educativo do património cultural, como motivação fundamental da sua protecção, conservação, revalorização e fruição, sem deixar de ter em conta o valor sócio-económico desse mesmo património, na sua qualidade de recurso activo numa dinâmica de desenvolvimento do País.

O Governo facilitará e estimulará a criação de organizações voluntárias destinadas a apoiar as autoridades nacionais e locais no exercício pleno dos seus poderes e objectivos de salvaguarda e vitalização em matéria de protecção do património cultural, sob formas a regulamentar posteriormente.

Serão asseguradas as modalidades de informação e de exposição destinadas a explicar e divulgar as acções projectadas, em curso ou realizadas no campo do estudo e da salvaguarda do património cultural, designadamente a promoção da publicação de inventários do património cultural.

Artigo 50.º

O Estado Português colaborará com outros Estados, com organizações internacionais e de outros países, intergovernamentais e não governamentais, no domínio da protecção, conservação, valorização, estudo e divulgação do património cultural.

A cooperação referida no número anterior concretizar-se-á, designadamente, através do intercâmbio de informações, publicações, meios humanos e técnicos, bem como através da assinatura de acordos culturais.

TÍTULO IV

Das garantias e sanções

Artigo 51.º

Os atentados contra o património cultural e as infracções ao disposto neste diploma serão sancionados de acordo com a lei geral, com o que for especialmente disposto na lei penal, com as penalidades ou demais consequências previstas nos artigos anteriores do presente diploma e ainda o disposto nos artigos seguintes.

Artigo 52.º

As infracções ou falta de cumprimento das disposições deste diploma no que respeita a bens culturais classificados ou em vias de classificação serão julgadas pelos tribunais comuns e consideradas como prejuízos causados voluntariamente ao Estado, sendo o furto, o roubo e o dano de bens culturais especialmente qualificados nos termos do Código Penal.

Artigo 53.º

Além de outras penalidades porventura previstas, a infracção das obrigações de carácter administrativo, nomeadamente nos casos em que é necessária a obtenção de autorização do Ministério da Cultura, implicará a aplicação de uma multa, a determinar entre o mínimo de 30 000\$ e o valor correspondente ao dobro do bem em causa, consoante o prejuízo que da infracção tenha resultado para o património cultural português.

Quando tiverem sido executadas obras ou demolições em imóveis classificados ou em vias de classificação sem prévia autorização do Ministério da Cultura, o promotor, o mestre-de-obras e o técnico director das mesmas serão solidariamente responsáveis com o respectivo proprietário pelas multas devidas.

Artigo 54.º

Sempre que o proprietário de um bem cultural se oponha à sua classificação, poderá determinar-se a expropriação desse bem, indemnizando o proprietário nos termos da lei geral.

Artigo 55.º

São anuláveis, a solicitação do Ministro da Cultura, durante o prazo de um ano, as alienações de bens classificados ou em vias de classificação feitas sem a comunicação a que se refere o n.º 1 do artigo 17.º

Artigo 56.º

O não cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 39.º importará na apreensão dos bens móveis cujo achado não tenha sido declarado.

A realização de trabalhos arqueológicos não autorizados pelo Ministério da Cultura será imediatamente suspensa, sendo confiscado o espólio eventualmente recolhido, e, no caso de os responsáveis terem sido autorizados a realizar escavações noutros locais, as respectivas licenças serão anuladas.

Artigo 57.º

Sempre que as câmaras municipais, devidamente alertadas, não procedam ao embargo administrativo de obras realizadas contra o disposto no presente diploma, o Ministro da Cultura pode, nomeadamente através dos serviços regionais, promover o seu embargo judicial.

Artigo 58.º

Os funcionários ou agentes públicos do Estado, das regiões autónomas e das autarquias serão responsabilizados civil, administrativa e criminalmente pelos prejuízos

comprovadamente verificados em bens classificados decorrentes de acto ou omissão que lhes seja directamente imputável.

Artigo 59.º

Qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis, bem como qualquer ADP legalmente constituída, tem, nos casos e nos termos definidos na lei, o direito de acção popular de defesa do património cultural.

TÍTULO V

Disposições finais

Artigo 60.º

Mantêm-se em vigor todos os efeitos decorrentes de anteriores classificações de bens culturais imóveis, independentemente da revisão das classificações a que o Ministério da Cultura procederá nos termos do presente diploma.

Artigo 61.º

O Governo promoverá a publicação, no prazo de 180 dias, dos decretos-leis de desenvolvimento indispensáveis.

Os preceitos que respeitem às condições específicas das regiões autónomas serão elaborados pelas assembleias regionais respectivas.

Artigo 62.º

Fica revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma.

Aprovada em 21 de Março de 1985.

O Presidente da Assembleia da República, Fernando Monteiro do Amaral.

Promulgada em 3 de Junho de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendada em 11 de Junho do 1985.

O Primeiro-Ministro, Mário Soares.

Anexo 5

Lei n.º 11/87.

DR 81/87 SÉRIE I de 1987-04-07

Lei de Bases do Ambiente

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), 168.º, n.º 1, alínea g), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios e objectivos

Artigo 1.º

Âmbito

A presente lei define as bases da política de ambiente, em cumprimento do disposto nos artigos 9.º e 66.º da Constituição da República.

Artigo 2.º

Princípio geral

1 - Todos os cidadãos têm direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer colectiva.

2 - A política de ambiente tem por fim optimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado.

Artigo 3.º

Princípios específicos

O princípio geral constante do artigo anterior implica a observância dos seguintes princípios específicos:

a) Da prevenção: as actuações com efeitos imediatos ou a prazo no ambiente devem ser consideradas de forma antecipativa, reduzindo ou eliminando as causas, prioritariamente à correcção dos efeitos dessas acções ou actividades susceptíveis de alterarem a qualidade do ambiente, sendo o poluidor obrigado a corrigir ou recuperar o ambiente, suportando os encargos daí resultantes, não lhe sendo permitido continuar a acção poluente;

b) Do equilíbrio: devem criar-se os meios adequados para assegurar a integração das políticas de crescimento económico e social e de conservação da Natureza, tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmónico e sustentável;

c) Da participação: os diferentes grupos sociais devem intervir na formulação e execução da política de ambiente e ordenamento do território, através dos órgãos competentes de administração central, regional e local e de outras pessoas colectivas de direito público ou de pessoas e entidades privadas;

d) Da unidade de gestão e acção: deve existir um órgão nacional responsável pela política de ambiente e ordenamento do território, que normalize e informe a actividade dos agentes públicos ou privados interventores, como forma de garantir a integração da problemática do ambiente, do ordenamento do território e do planeamento económico, quer ao nível global, quer sectorial, e intervenha com vista a atingir esses objectivos na falta ou substituição de entidades já existentes;

e) Da cooperação internacional: determina a procura de soluções concertadas com outros países ou organizações internacionais para os problemas de ambiente e de gestão dos recursos naturais;

f) Da procura do nível mais adequado de acção: implica que a execução das medidas de política de ambiente tenha em consideração nível mais adequado de acção, seja ele de âmbito internacional, nacional, regional, local ou sectorial;

g) De recuperação: devem ser tomadas medidas urgentes para limitar os processos degradativos nas áreas onde actualmente ocorrem e promover a recuperação dessas áreas, tendo em conta os equilíbrios a estabelecer com as áreas limítrofes;

h) Da responsabilização: aponta para a assunção pelos agentes das consequências, para terceiros, da sua acção, directa ou indirecta, sobre os recursos naturais.

Artigo 4.º

Objectivos e medidas

A existência de um ambiente propício à saúde e bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como à melhoria qualidade de vida, pressupõe a adopção de medidas que visem, designadamente:

- a) O desenvolvimento económico e social auto-sustentado e a expansão correcta das áreas urbanas, através do ordenamento do território;
- b) O equilíbrio biológico e a estabilidade geológica com a criação de novas paisagens e a transformação ou a manutenção das existentes;
- c) Garantir o mínimo impacte ambiental, através de uma correcta instalação em termos territoriais das actividades produtivas;
- d) A manutenção dos ecossistemas que suportam a vida, a utilização racional dos recursos vivos e a preservação do património genético e da sua diversidade;
- e) A conservação da Natureza, o equilíbrio biológico e a estabilidade dos diferentes habitats, nomeadamente através da compartimentação e diversificação das paisagens, da constituição de parques e reservas naturais e outras áreas protegidas, corredores ecológicos e espaços verdes urbanos e suburbanos, de modo a estabelecer um continuum naturale;
- f) A promoção de acções de investigação quanto aos factores naturais e ao estudo do impacte das acções humanas sobre o ambiente, visando impedir no futuro ou minimizar e corrigir no presente as disfunções existentes e orientar as acções a empreender segundo normas e valores que garantam a efectiva criação de um novo quadro de vida, compatível com a perenidade dos sistemas naturais;
- g) A adequada delimitação dos níveis de qualidade dos componentes ambientais;
- h) A definição de uma política energética baseada no aproveitamento racional e sustentado de todos os recursos naturais renováveis, na diversificação e descentralização das fontes de produção e na racionalização do consumo;
- i) A promoção da participação das populações na formulação e execução da política de ambiente e qualidade de vida, bem como o estabelecimento de fluxos contínuos de informação entre os órgãos da Administração por ela responsáveis e os cidadãos a quem se dirige;
- j) O reforço das acções e medidas de defesa do consumidor;
- k) O reforço das acções e medidas de defesa e recuperação do património cultural, quer natural, quer construído;
- l) A inclusão da componente ambiental e dos valores herdados na educação básica e na formação profissional, bem assim como o incentivo à sua divulgação através dos meios de comunicação social, devendo o Governo produzir meios didácticos de apoio aos docentes (livros, brochuras, etc.);
- m) A prossecução de uma estratégia nacional de conservação;
- n) A plenitude da vida humana e a permanência da vida selvagem, assim como dos habitats indispensáveis ao seu suporte;
- o) A recuperação das áreas degradadas do território nacional. Artigo 5.º

Conceitos e definições

1 - A qualidade de vida é resultado da interacção de múltiplos factores no funcionamento das sociedades humanas e traduz-se na situação de bem estar físico, mental e social e na satisfação e afirmação culturais, bem como em relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, dependendo da influência de factores inter relacionados, que compreendem, designadamente:

- a) A capacidade de carga do território e dos recursos;
- b) A alimentação, a habitação, a saúde, a educação, os transportes e a ocupação dos tempos livres;
- c) Um sistema social que assegure a posteridade de toda a população e os consequentes benefícios da Segurança Social;
- d) A integração da expansão urbano-industrial na paisagem, funcionando como valorização da mesma, e não como agente de degradação.

2 - Para efeitos do disposto no presente diploma, considera-se que as expressões «ambiente», «ordenamento do território», «paisagem», «continuum naturale», «qualidade do ambiente» e «conservação da Natureza» deverão ser entendidas nas condições a seguir indicadas:

- a) Ambiente é o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem;
- b) Ordenamento do território é o processo integrado da organização do espaço biofísico, tendo como objectivo o uso e a transformação do território, de acordo com as suas capacidades e vocações, e a permanência dos valores de equilíbrio biológico e de estabilidade geológica, numa perspectiva de aumento da sua capacidade de suporte de vida;
- c) Paisagem é a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da Natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima e natural quando a acção humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica;
- d) Continuum naturale é o sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território;
- e) Qualidade do ambiente é a adequabilidade de todos os seus componentes às necessidades do homem;
- f) Conservação da Natureza é a gestão da utilização humana da Natureza, de modo a viabilizar de forma perene a máxima rentabilidade compatível com a manutenção da capacidade de regeneração de todos os recursos vivos.

CAPÍTULO II

Componentes ambientais naturais

Artigo 6.º

Componentes ambientais naturais

Nos termos da presente lei, são componentes do ambiente:

- a) O ar;
- b) A luz;
- c) A água;
- d) O solo vivo e o subsolo;

Artigo 7.º

Defesa da qualidade dos componentes ambientais naturais

Em ordem a assegurar a defesa da qualidade apropriada dos componentes ambientais naturais referidos no número anterior, poderá o Estado, através do ministério da tutela competente proibir ou condicionar o exercício de actividades e desenvolver acções necessárias à prossecução dos mesmos fins, nomeadamente a adopção de medidas de contenção e fiscalização que levem em conta, para além do mais, os custos económicos, sociais e culturais da degradação do ambiente em termos de obrigatoriedade de análise prévia de custos- benefícios.

Artigo 8.º

Ar

1 - O lançamento para a atmosfera de quaisquer substâncias, seja qual for o seu estado físico, susceptíveis de afectarem de forma nociva a qualidade do ar e o equilíbrio ecológico ou que impliquem risco, dano ou incómodo grave para as pessoas e bens será objecto de regulamentação especial.

2 - Todas as instalações, máquinas e meios de transporte cuja actividade possa afectar a qualidade da atmosfera devem ser dotados de dispositivos ou processos adequados para reter ou neutralizar as substâncias poluidoras.

3 - É proibido pôr em funcionamento novos empreendimentos ou desenvolver aqueles já existentes e que, pela sua actividade, possam constituir fontes de poluição do ar sem serem dotados de instalações e dispositivos em estado de funcionamento adequado para reter e neutralizar as substâncias poluentes ou sem se terem tomado medidas para respeitar as condições de protecção da qualidade do ar estabelecidas por organismos responsáveis.

Artigo 9.º

Luz e níveis de luminosidade

1 – Todos têm o direito a um nível de luminosidade conveniente à sua saúde, bem-estar e conforto na habitação, no local de trabalho e nos espaços livres públicos de recreio, lazer e circulação.

2 - O nível de luminosidade para qualquer lugar deve ser o mais consentâneo com vista ao equilíbrio dos ecossistemas transformados de que depende a qualidade de vida das populações.

3 - Os anúncios luminosos, fixos ou intermitentes, não devem perturbar o sossego, a saúde e o bem-estar dos cidadãos.

4 - Nos termos do número anterior, ficam condicionados:

a) O volume dos edifícios a construir que prejudiquem a qualidade de vida dos cidadãos e a vegetação, pelo ensombramento, dos espaços livres públicos e privados;

b) O regulamento e as normas específicas respeitantes à construção de fogos para habitação, escritórios, fábricas e outros lugares de trabalho, escolas e restante equipamento social;

c) O volume das construções a erigir na periferia dos espaços verdes existentes ou a construir;

d) Os anúncios luminosos só são permitidos nas áreas urbanas e são condicionadas as suas cores, forma, localização e intermitência por normas a fixar especificamente.

5 - Nos termos dos n.os 1, 2 e 3, é proibida:

a) A eliminação dos montados de sobre e azinho e outras árvores dispersas nas folhas de cultura, com excepção dos solos das classes A e B, nas paisagens de características mediterrânicas e continentais;

b) A eliminação da vegetação nas margens dos cursos de água;

c) A eliminação da compartimentação, sebes vivas, uveiras e muros, para além da dimensão da folha de cultura considerada mínima regionalmente.

Artigo 10.º

Água

1 - As categorias de águas abrangidas pelo presente diploma são as seguintes:

Águas interiores de superfície;

Águas interiores subterrâneas;

Águas marítimas interiores;

d) Águas marítimas territoriais;

e) Águas marítimas da zona económica exclusiva.

2 - Estende-se igualmente o presente diploma aos leitos e margens dos cursos de água de superfície, aos fundos e margens de lagoas, às zonas de infiltrações, a toda a orla costeira e aos fundos marinhos interiores, plataforma continental e da zona económica exclusiva.

3 - De entre as medidas específicas do presente diploma, a regulamentar através de legislação apropriada, serão tidas em conta as que se relacionam com:

a) A utilização racional da água, com a qualidade referida para cada fim, evitando-se todos os gastos desnecessários e aumentando-se o grau de reutilização;

b) O desenvolvimento coordenado das acções necessárias para conservação, incremento e optimização do aproveitamento das águas de superfície e subterrâneas, tendo por base projectos de conjunto;

c) O estabelecimento de uma faixa de protecção ao longo da orla costeira;

d) O desenvolvimento e aplicação das técnicas de prevenção e combate à poluição hídrica, de origem industrial, agrícola e doméstica ou proveniente de derrames de transportes e outros veículos motorizados, bem como dos respectivos meios de coordenação das acções;

e) As fábricas e estabelecimentos que evacuem águas degradadas directamente para o sistema de esgotos são obrigados a assegurar a sua depuração, de forma a evitar a degradação das canalizações e a perturbação e funcionamento da estação final de depuração.

4- É interdito dar em exploração novos empreendimentos ou desenvolver aqueles que já existem e que, pela sua actividade, possam constituir fontes de poluição das águas, sem que uns ou outros estejam dotados de instalações de depuração em estado de funcionamento adequado ou sem outros trabalhos ou medidas que permitam respeitar as condições legais e de protecção da qualidade da água.

5 - Os organismos estatais que, de acordo com a lei, autorizam o funcionamento de empresas construídas sobre as águas e suas zonas de protecção só autorizarão a entrada em exploração e funcionamento destas empresas desde que se constate o respeito pelas normas legais concernentes à protecção das águas.

6 - Os organismos responsáveis devem impor às fábricas e estabelecimentos que utilizam águas a sua descarga a jusante da captação depois de convenientemente tratadas.

Artigo 11.º

Medidas especiais

1 - Todas as utilizações da água carecem de autorização prévia de entidade competente, devendo essa autorização ser acompanhada da definição dos respectivos condicionamentos.

2 - O lançamento nas águas de efluentes poluidores, resíduos sólidos, quaisquer produtos ou espécies que alterem as suas características ou as tornem impróprias para as suas diversas utilizações será objecto de regulamentação especial.

Artigo 12.º

Unidade básica de gestão

A bacia hidrográfica é a unidade de gestão dos recursos hídricos, a qual deverá ter em conta as suas implicações sócio-económicas, culturais e internacionais.

Artigo 13.º

Solo

1 - A defesa e valorização do solo como recurso natural determina a adopção de medidas conducentes à sua racional utilização, a evitar a sua degradação e a promover a melhoria da sua fertilidade e regeneração, incluindo o estabelecimento de uma política de gestão de recursos naturais que salvaguarde a estabilidade ecológica e os ecossistemas de produção, protecção ou de uso múltiplo e regule o ciclo da água.

2 - Será condicionada a utilização de solos agrícolas de elevada fertilidade para fins não agrícolas, bem como plantações, obras e operações agrícolas que provoquem erosão, degradação do solo, o desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade e outros efeitos perniciosos.

3 - Aos proprietários de terrenos ou seus utilizadores podem ser impostas medidas de defesa e valorização dos mesmos, nos termos do n.º 1 deste artigo, nomeadamente a obrigatoriedade de execução de trabalhos técnicos, agrícolas ou silvícolas, em conformidade com as disposições em vigor.

4 - O uso de biocidas, pesticidas, herbicidas, adubos, correctivos ou quaisquer outras substâncias similares, bem como a sua produção e comercialização, serão objecto de regulamentação especial.

5- A utilização e a ocupação do solo para fins urbanos e industriais ou implantação de equipamentos e infra-estruturas serão condicionadas pela sua natureza, topografia e fertilidade.

Artigo 14.º

Subsolo

1 - A exploração dos recursos do subsolo deverá ter em conta:

- a) Os interesses de conservação da Natureza e dos recursos naturais;
- b) A necessidade de obedecer a um plano global de desenvolvimento e, portanto, a uma articulação a nível nacional;
- c) Os interesses e questões que local e mais directamente interessem às regiões e autarquias onde se insiram.

2 - Sem prejuízo do estabelecido no n.º 1 do presente artigo, a exploração do subsolo deverá ser orientada por forma a respeitar os seguintes princípios:

- a) Garantia das condições que permitam a regeneração dos factores naturais renováveis e uma adequada relação entre o volume das reservas abertas e o das preparadas para serem exploradas;
- b) Valorização máxima de todas as matérias-primas extraídas;
- c) Exploração racional das nascentes de águas minerais e termais e determinação dos seus perímetros de protecção;
- d) Adopção de medidas preventivas da degradação do ambiente resultante dos trabalhos de extracção de matéria-prima que possam pôr em perigo a estabilidade dos sistemas naturais e sociais;
- e) Recuperação obrigatória da paisagem quando da exploração do subsolo resulta alteração quer da topografia preexistente, quer de sistemas naturais notáveis ou importantes, com vista à integração harmoniosa da área sujeita à exploração na paisagem envolvente.

Artigo 15.º

Flora

1 - Serão adaptadas medidas que visem a salvaguarda e valorização das formações vegetais espontâneas ou subespontâneas, do património florestal e dos espaços verdes e periurbanos.

2 - São proibidos os processos que impeçam o desenvolvimento normal ou a recuperação da flora e da vegetação espontânea que apresentem interesses científicos, económicos ou paisagísticos, designadamente da flora silvestre, que é essencial para a manutenção da fertilidade do espaço rural e do equilíbrio biológico das paisagens e à diversidade dos recursos genéticos.

3 - Para as áreas degradadas ou nas atingidas por incêndios florestais ou afectadas por uma exploração desordenada será concebida e executada uma política de gestão que garanta uma racional recuperação dos recursos, através de beneficiação agrícola e florestal de uso múltiplo, fomento e posição dos recursos cinegéticos.

4- O património silvícola do País será objecto de medidas de ordenamento visando a sua defesa e valorização, tendo em conta a necessidade de corrigir e normalizar as operações de cultura e de exploração das matas, garantir uma eficaz protecção contra os fogos, promover o ordenamento do território e valorizar, incrementar e diversificar as actividades de produção de bens e prestação de serviços.

5 - As espécies vegetais ameaçadas de extinção ou os exemplares botânicos isolados ou em grupo que, pelo seu potencial genético, porte, idade, raridade ou outra razão, o exijam serão objecto de protecção, a regulamentar em legislação especial.

6 - O controle de colheita, o abate, a utilização e a comercialização de certas espécies vegetais e seus derivados, bem como a importação ou introdução de exemplares exóticos, serão objecto de legislação adequada.

Artigo 16.º

Fauna

1 - Toda a fauna será protegida através de legislação especial que promova e salvaguarde a conservação e a exploração das espécies sobre as quais recaiam interesses científico, económico ou social garantindo o seu potencial genético e os habitats indispensáveis à sua sobrevivência.

2 - A fauna migratória será protegida através de legislação especial que promova e salvaguarde a conservação das espécies, através do levantamento, da classificação e da protecção, em particular dos montados e das zonas húmidas, ribeirinhas e costeiras.

3 - A protecção da fauna autóctene de uma forma mais ampla e a necessidade de proteger a saúde pública implicam a adopção de medidas de controle efectivo, severamente restritivas, quando não mesmo de proibição, a desenvolver pelos organismos competentes e autoridades sanitárias, nomeadamente no âmbito de:

- a) Manutenção ou activação dos processos biológicos de auto-regeneração;
- b) Recuperação dos habitats degradados essenciais para a fauna e criação de habitats de substituição, se necessário;
- c) Comercialização da fauna silvestre, aquática ou terrestre;
- d) Introdução de qualquer espécie animal selvagem, aquática ou terrestre, no País, com relevo para as áreas naturais;
- e) Destruição de animais tidos por prejudiciais, sem qualquer excepção, através do recurso a métodos não autorizados e sempre sob controle das autoridades competentes;
- f) Regulamentação e controle da importação de espécies exóticas;
- g) Regulamentação e controle da utilização de substâncias que prejudiquem a fauna selvagem;
- h) Organização de lista ou listas de espécies animais e das biocenoses em que se integram, quando raras ou ameaçadas de extinção.

4 - Os recursos animais, cinegéticos e piscícolas das águas interiores e da orla costeira marinha serão objecto de legislação especial que regule a sua valorização, fomento e usufruição, sendo prestada especial atenção ao material genético que venha a ser utilizado no desenvolvimento da silvicultura e da aquicultura.

CAPÍTULO III

Componentes ambientais humanos

Artigo 17.º

Componentes ambientais humanos

1 - Os componentes ambientais humanos definem, no seu conjunto, o quadro específico de vida, onde se insere e de que depende a actividade do homem, que, de acordo com o presente diploma, é objecto de medidas disciplinadoras com vista à obtenção de uma melhoria de qualidade de vida.

2 - O ordenamento do território e a gestão urbanística terão em conta o disposto na presente lei, o sistema e orgânica do planeamento económico e social e ainda as atribuições e competências da administração central, regional e local.

3 - Nos termos da presente lei, são componentes ambientais humanos:

- a) A paisagem;
- b) O património natural e construído;
- c) A poluição.

Artigo 18.º

Paisagem

1 - Em ordem a atingir os objectivos consignados na presente lei, no que se refere à defesa da paisagem como unidade estética e visual, serão condicionados pela administração central, regional e local, em termos a regulamentar, a implantação de construções, infra-estruturas viárias, novos aglomerados urbanos ou outras construções que, pela sua dimensão, volume, silhueta, cor ou localização, provoquem um impacte violento na paisagem preexistente, bem como a exploração de minas e pedreiras, evacuação e acumulação de resíduos e materiais usados e o corte maciço do arvoredos.

2 - A ocupação marginal das infra-estruturas viárias, fluviais, portuárias e aeroportuárias, qualquer que seja o seu tipo, hierarquia ou localização, será objecto de regulamentação especial.

Artigo 19.º

Gestão da paisagem

São instrumentos da política de gestão das paisagens:

- a) A protecção e valorização das paisagens que, caracterizadas pelas actividades seculares do homem, pela sua diversidade, concentração e harmonia e pelo sistema sócio-cultural que criaram, se revelam importantes para a manutenção da pluralidade paisagística e cultural;
- b) A determinação de critérios múltiplos e dinâmicos que permitam definir prioridades de intervenção, quer no que respeita às áreas menos afectadas pela presença humana, quer àquelas em que a acção do homem é mais determinante;
- c) Uma estratégia de desenvolvimento que empenhe as populações na defesa desses valores, nomeadamente, e sempre que necessário, por intermédio de incentivos financeiros ou fiscais e de apoio técnico e social;

d) O inventário e a avaliação dos tipos característicos de paisagem rural e urbana, comportando elementos abióticos e culturais;

e) A identificação e cartografia dos valores visuais e estéticos das paisagens naturais e artificiais.

Artigo 20.º

Património natural e construído

1 - O património natural e construído do País, bem como o histórico e cultural, serão objecto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes e planificação das acções a empreender numa perspectiva de animação e utilização criativa.

2 - Legislação especial definirá as políticas de recuperação de centros históricos de áreas urbanas e rurais, de paisagens primitivas e naturais notáveis e de edifícios e conjuntos monumentais e de inventariação e classificação do património histórico, cultural, natural e construído, em cooperação com as autarquias e com as associações locais de defesa do património e associações locais de defesa do ambiente, e estabelecerá a orgânica e modo de funcionamento dos organismos, existentes ou a criar, responsáveis pela sua execução.

Artigo 21.º

Poluição

1 - São factores de poluição do ambiente e degradação do território todas as acções e actividades que afectam negativamente a saúde, o bem-estar e as diferentes formas de vida, o equilíbrio e a perenidade dos ecossistemas naturais e transformados, assim como a estabilidade física e biológica do território.

2 - São causas de poluição do ambiente, todas as substâncias e radiações lançadas no ar, na água, no solo e no subsolo que alterem, temporária ou irreversivelmente, a sua qualidade ou interfiram na sua normal conservação ou evolução.

Artigo 22.º

Ruído

1 - A luta contra o ruído visa a salvaguarda da saúde e bem-estar das populações e faz-se através, designadamente:

a) Da normalização dos métodos de medida do ruído;

b) Do estabelecimento de níveis sonoros máximos, tendo em conta os avanços científicos e tecnológicos nesta matéria;

c) Da redução do nível sonoro na origem, através da fixação de normas de emissão aplicáveis às diferentes fontes;

d) Dos incentivos à utilização de equipamentos cuja produção de ruídos esteja contida dentro dos níveis máximos admitidos para cada caso;

e) Da obrigação de os fabricantes de máquinas e electro-domésticos apresentarem informações detalhadas, homologadas, sobre o nível sonoro dos mesmos nas instruções de uso e facilitarem a execução das inspecções oficiais;

f) Da introdução nas autorizações de construção de edifícios, utilização de equipamento ou exercício de actividades da obrigatoriedade de adoptar medidas preventivas para eliminação da propagação do ruído exterior e interior, bem como das trepidações;

g) Da sensibilização da opinião pública para os problemas do ruído;

h) Da localização adequada no território das actividades causadoras de ruído.

2 - Os veículos motorizados, incluindo as embarcações, as aeronaves e os transportes ferroviários, estão sujeitos a homologação e controle no que se refere às características do ruído que produzem.

3 - Os avisadores sonoros estão sujeitos a homologação e controle no que se refere às características dos sinais acústicos que produzem.

4 - Os equipamentos electro-mecânicos deverão ter especificadas as características do ruído que produzem.

Artigo 23.º

Compostos químicos

1 - O combate à poluição derivada do uso de compostos químicos, no âmbito da defesa do ambiente, processa-se, designadamente, através:

a) Da aplicação de tecnologias limpas;

b) Da avaliação sistemática dos efeitos potenciais dos compostos químicos sobre o homem e o ambiente;

c) Do controle do fabrico, comercialização, utilização e eliminação dos compostos químicos;

d) Da aplicação de técnicas preventivas orientadoras para a reciclagem e reutilização de matérias-primas e produtos;

e) Da aplicação de instrumentos fiscais e financeiros que incentivem a reciclagem e utilização de resíduos;

f) Da homologação de laboratórios de ensaio destinados ao estudo do impacte ambiental de compostos químicos;

g) Da elucidação da opinião pública.

2 - O Governo legislará, no prazo de um ano após a entrada em vigor da presente lei, sobre:

- a) Normas para a biodegradabilidade dos detergentes;
- b) Normas para homologação, condicionamento e etiquetagem dos pesticidas, solventes, tintas, vernizes e outros tóxicos;
- c) Normas sobre a utilização dos cloro-flúor-carbonetos e de outros componentes utilizados nos aerossóis que provoquem impacto grave no ambiente e na saúde humana;
- d) Normas sobre criação de um sistema de informação sobre as novas substâncias químicas, obrigando os industriais a actualizar e avaliar os riscos potenciais dos seus produtos antes da comercialização;
- e) Estabelecimento de normas máximas de poluição pelo amianto, chumbo, mercúrio e cádmio;
- f) Fomento do apoio à normalização da reciclagem da energia, dos metais, do vidro, do plástico, do pano e do papel;
- g) Fomento e aproveitamento dos desperdícios agro-pecuários para o aproveitamento de energia;
- h) Fomento e apoio às energias alternativas.

Artigo 24.º

Resíduos e efluentes

1 - Os resíduos sólidos poderão ser reutilizados como fontes de matérias-primas e energia, procurando-se eliminar os tóxicos pela adopção das seguintes medidas:

- a) Da aplicação de «tecnologias limpas»;
- b) Da aplicação de técnicas preventivas orientadas para a reciclagem e reutilização de produtos como matérias-primas;
- c) Da aplicação de instrumentos fiscais e financeiros que incentivem a reciclagem e utilização de resíduos e efluentes.

2 - A emissão, transporte e destino final de resíduos e efluentes ficam condicionados a autorização prévia.

3 - A responsabilidade do destino dos diversos tipos de resíduos e efluentes é de quem os produz.

4 - Os resíduos e efluentes devem ser recolhidos, armazenados, transportados, eliminados ou reutilizados de tal forma que não constituam perigo imediato ou potencial para a saúde humana nem causem prejuízo para o ambiente.

5 - A descarga de resíduos e efluentes só pode ser efectuada em locais determinados para o efeito pelas entidades competentes e nas condições previstas na autorização concedida.

6 - As autarquias locais, isoladamente ou em conjunto, poderão proceder à constituição de planos reguladores de descargas de resíduos e efluentes e sua recuperação paisagística.

Artigo 25.º

Substâncias radioactivas

O controle da poluição originada por substâncias radioactivas tem por finalidade eliminar a sua influência na saúde e bem-estar das populações e no ambiente e faz-se, designadamente, através:

- a) Da avaliação dos efeitos das substâncias radioactivas nos ecossistemas receptores;
- b) Da fixação de normas de emissão para os efluentes físicos e químicos radioactivos resultantes de actividades que impliquem a extracção, o transporte, a transformação, a utilização e o armazenamento de material radioactivo;
- c) Do planeamento das medidas preventivas necessárias para a actuação imediata em caso de poluição radioactiva;
- d) Da avaliação e controle dos efeitos da poluição transfronteiras e actuação técnica e diplomática internacional que permita a sua prevenção;
- e) Da fixação de normas para o trânsito, transferência e deposição de materiais radioactivos no território nacional e nas águas marítimas territoriais e na zona económica exclusiva.

Artigo 26.º

Proibição de poluir

1 - Em território nacional ou área sob jurisdição portuguesa é proibido lançar, depositar ou, por qualquer outra forma, introduzir nas águas, no solo, no subsolo ou na atmosfera efluentes, resíduos radioactivos e outros e produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar as características ou tornar impróprios para as suas aplicações aqueles componentes ambientais e contribuam para a degradação do ambiente.

2 - O transporte, a manipulação, o depósito, bem como a reciclagem e deposição de quaisquer produtos susceptíveis de produzirem os tipos de poluição referidos no n.º 1, serão regulamentados por legislação especial.

3 - Diplomas regulamentares apropriados definirão os limites de tolerância admissível da presença de elementos poluentes na atmosfera, água, solo e seres vivos, bem assim como as proibições ou condicionamentos necessários à defesa e melhoria da qualidade do ambiente.

CAPÍTULO IV

Instrumentos da política de ambiente

Artigo 27.º

Instrumentos

1 - São instrumentos da política de ambiente e do ordenamento do território:

- a) A estratégia nacional de conservação da Natureza, integrada na estratégia europeia e mundial;
- b) O plano nacional;
- c) O ordenamento integrado do território a nível regional e municipal, incluindo a classificação e criação de áreas, sítios ou paisagens protegidas sujeitos a estatutos especiais de conservação;
- d) A reserva agrícola nacional e a reserva ecológica nacional;
- e) Os planos regionais de ordenamento do território, os planos directores municipais e outros instrumentos de intervenção urbanística;
- f) O estabelecimento de critérios, objectivos e normas de qualidade para os efluentes e resíduos e para os meios receptores;
- g) A avaliação prévia do impacte provocado por obras, pela construção de infra-estruturas, introdução de novas actividades tecnológicas e de produtos susceptíveis de afectarem o ambiente e a paisagem;
- h) O licenciamento prévio de todas as actividades potencial ou efectivamente poluidoras ou capazes de afectarem a paisagem;
- i) A redução ou suspensão de laboração de todas as actividades ou transferência de estabelecimentos que de qualquer modo sejam factores de poluição;
- j) Os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou transferência de tecnologias que proporcionem a melhoria da qualidade do ambiente;
- k) A regulamentação selectiva e quantificada do uso do solo e dos restantes recursos naturais;
- l) O inventário dos recursos e de outras informações sobre o ambiente a nível nacional e regional;
- m) O sistema nacional de vigilância e controle da qualidade do ambiente;
- n) O sistema nacional de prevenção de incêndios florestais;
- o) A normalização e homologação de métodos e aparelhos de medida;
- p) As sanções pelo incumprimento do disposto na legislação sobre o ambiente e ordenamento do território;
- q) A cartografia do ambiente e do território;
- r) A fixação de taxas a aplicar pela utilização de recursos naturais e componentes ambientais, bem como pela rejeição de efluentes.

2 - Lei especial definirá as áreas e zonas de grande poluição onde se fará controle e se tomarão medidas permanentes que normalizem a qualidade do ambiente.

Artigo 28.º

Conservação da Natureza

1 - Para enquadramento e utilização das políticas globais do ambiente com as sectoriais será elaborada pelo Governo, no prazo de um ano, a estratégia nacional de conservação da Natureza, que será submetida a aprovação da Assembleia da República.

2 - A estratégia nacional de conservação da Natureza deverá informar os objectivos do Plano, em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 91.º da Constituição da República.

Artigo 29.º

Áreas protegidas, lugares, sítios, conjuntos e objectos classificados

1 - Será implementada e regulamentada uma rede nacional contínua de áreas protegidas, abrangendo áreas terrestres, águas interiores e marítimas e outras ocorrências naturais distintas que devam ser submetidas a medidas de classificação, preservação e conservação, em virtude dos seus valores estéticos, raridade, importância científica, cultural e social ou da sua contribuição para o equilíbrio biológico e estabilidade ecológica das paisagens.

2 - As áreas protegidas poderão ter âmbito nacional, regional ou local, consoante os interesses que procuram salvaguardar.

3 - A iniciativa da classificação e conservação de áreas protegidas, de lugares, sítios, conjunto e objectos classificados será da competência da administração central, regional ou local ou ainda particular.

4 - A regulamentação da gestão de áreas protegidas, lugares, sítios, conjuntos e objectos classificados consoante o seu âmbito compete à administração central, regional ou local.

5 - Na gestão das áreas protegidas ter-se-á sempre em vista a protecção e estudo dos ecossistemas naturais e ainda a preservação de valores de ordem científica, cultural, social e paisagística.

6 - A definição das diversas categorias de áreas protegidas para o efeito da protecção referida nos números anteriores será feita através de legislação própria.

Artigo 30.º

Estudos de impacte ambiental

1 - Os planos, projectos, trabalhos e acções que possam afectar o ambiente, o território e a qualidade de vida dos cidadãos, quer sejam da responsabilidade e iniciativa de um organismo da administração central, regional ou local, quer de instituições públicas ou privadas, devem respeitar as preocupações e normas desta lei e terão de ser acompanhados de um estudo de impacte ambiental.

2 - Serão regulamentadas por lei as condições em que será efectuado o estudo de impacte ambiental, o seu conteúdo, bem como as entidades responsáveis pela análise das suas conclusões e pela autorização e licenciamento de obra ou trabalhos previstos.

3 - A aprovação do estudo de impacte ambiental é condição essencial para o licenciamento final das obras e trabalhos pelos serviços competentes, nos termos da lei.

Artigo 31.º

Conteúdo do estudo de impacte ambiental

O conteúdo do estudo de impacte ambiental compreenderá, no mínimo:

- a) Uma análise do estado do local e do ambiente;
- b) O estudo das modificações que o projecto provocará;
- c) As medidas previstas para suprimir e reduzir as normas aprovadas e, se possível, compensar as eventuais incidências sobre a qualidade do ambiente.

Artigo 32.º

Equilíbrio entre componentes ambientais

Nas intervenções sobre componentes ambientais, naturais ou humanos, haverá que ter sempre em conta as consequências que qualquer dessas intervenções, efectivadas ao nível de cada um dos componentes, possa ter sobre as restantes ou sobre as respectivas interacções.

CAPÍTULO V

Licenciamento e situações de emergência

Artigo 33.º

Licenciamento

1 - A construção, ampliação, instalação e funcionamento de estabelecimentos e o exercício de actividades efectivamente poluidoras dependerão do prévio licenciamento pelo serviço competente do Estado responsável pelo ambiente e ordenamento do território, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

2 - O pedido de licenciamento para empreendimentos a determinar em diploma específico é regulado nos termos do artigo 30.º

3 - A autorização para funcionamento exige o licenciamento prévio e a vistoria das obras e instalações realizadas em cumprimento do projecto aprovado e demais legislação em vigor.

4 - Para garantir a aplicação do artigo 14.º, n.º 2, alínea e), será obrigatório o depósito de uma caução, no valor do custo de recuperação, no acto do licenciamento.

5 - Os licenciamentos abrangidos pelo disposto no n.º 1, a sua renovação e a respectiva concessão serão publicados num periódico regional ou local.

6 - As autarquias interessadas darão parecer para o licenciamento relativo a complexos petroquímicos, cloroquímicos e outros definidos por lei.

Artigo 34.º

Declaração de zonas críticas e situações de emergência

1 - O Governo declarará como zonas críticas todas aquelas em que os parâmetros que permitem avaliar a qualidade do ambiente atinjam, ou se preveja virem a atingir, valores que possam pôr em causa a saúde humana ou o ambiente, ficando sujeitas a medidas especiais e acções a estabelecer pelo departamento encarregado da protecção civil em conjugação com as demais autoridades da administração central e local.

2 - Quando os índices de poluição, em determinada área, ultrapassarem os valores admitidos pela legislação que vier regulamentar a presente lei ou, por qualquer forma, puserem em perigo a qualidade do ambiente, poderá ser declarada a situação de emergência.

3 - Será feito o planeamento das medidas imediatas necessárias para ocorrer a casos de acidente sempre que estes provoquem aumentos bruscos e significativos dos índices de poluição permitidos ou que, pela sua natureza, façam prever a possibilidade desta ocorrência.

Artigo 35.º

Redução e suspensão de laboração

1 - Pelo serviço competente do Estado responsável pelo ambiente e ordenamento do território poderá ser determinada a redução ou suspensão temporária ou definitiva das actividades geradoras de poluição para manter as emissões gasosas e radioactivas, os efluentes e os resíduos sólidos dentro dos limites estipulados, nos termos em que for estabelecido pela legislação complementar da presente lei.

2 - O Governo poderá celebrar contratos-programa com vista a reduzir gradualmente a carga poluente das actividades poluidoras.

3 - Os contratos-programa só serão celebrados desde que da continuação da laboração nessas actividades não decorram riscos significativos para o homem ou o ambiente. Artigo 36.º

Transferência de estabelecimentos

Os estabelecimentos que alterem as condições normais de salubridade e higiene do ambiente definidas por lei podem ser obrigados a transferir-se para local mais apropriado, salvaguardados os direitos previamente adquiridos.

CAPÍTULO VI

Organismos responsáveis

Artigo 37.º

Competência do Governo e da administração regional e local

1 - Compete ao Governo, de acordo com a presente lei, a condução de uma política global nos domínios do ambiente, da qualidade de vida e do ordenamento do território, bem como a coordenação das políticas de ordenamento regional do território e desenvolvimento económico e progresso social e ainda a adopção das medidas adequadas à aplicação dos instrumentos previstos na presente lei.

2 - O Governo e a administração regional e local articularão entre si a implementação das medidas necessárias à prossecução dos fins previstos na presente lei, no âmbito das respectivas competências.

Artigo 38.º

Organismos responsáveis pela aplicação da presente lei

1 - O serviço competente do Estado responsável pela coordenação da aplicação da presente lei terá por missão promover, coordenar, apoiar e participar na execução da política nacional do ambiente e qualidade de vida constante deste diploma e a concretizar pelo Governo, em estreita colaboração com os diferentes serviços da administração central, regional e local, que devem também acatamento aos princípios e normas aqui estabelecidos.

2 - A nível de cada região administrativa existirão organismos regionais, dependentes da administração regional, responsáveis pela coordenação e aplicação da presente lei, em termos análogos aos do organismo central referido nos números anteriores e em colaboração com este, sem impedimento de organismos similares existirem a nível municipal.

Artigo 39.º

Instituto Nacional do Ambiente

1 - É criado o Instituto Nacional do Ambiente, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira.

2 - O Instituto Nacional do Ambiente é um organismo não executivo destinado à promoção de acções no domínio da qualidade do ambiente, com especial ênfase na formação e informação dos cidadãos e apoio às associações de defesa do ambiente, integrando a representação da opinião pública nos seus órgãos de decisão.

3 - São atribuições do Instituto Nacional do Ambiente:

a) Estudar e propor ao Governo a definição de políticas e a execução de acções de defesa do ambiente e do património natural e construído;

- b) Estudar e promover formas de apoio técnico e financeiro às associações de defesa do ambiente;
- c) Estudar e promover projectos especiais, de educação ambiental, de defesa do ambiente e do património natural e construído, em colaboração com as autarquias, serviços da Administração Pública, instituições públicas, privadas e cooperativas, escolas e universidades, incluindo acções de formação e informação;
- d) Estabelecer contactos regulares com organismos similares estrangeiros e promover acções comuns, nomeadamente de formação e informação;
- e) Impulsionar, em geral, a aplicação e o aprofundamento das medidas previstas na presente lei;
- f) Quaisquer outras que lhe venham a ser cometidas por lei.

4 - A gestão do Instituto Nacional do Ambiente é assegurada por um presidente e por um vice-presidente, com funções delegadas pelo conselho directivo.

5 - O Instituto Nacional do Ambiente dispõe de um conselho directivo, a quem compete fixar os princípios a que deve subordinar-se a elaboração do seu plano de actividades e orçamento, bem como acompanhar a sua gestão e funcionamento.

6 - O plano de actividades do Instituto Nacional do Ambiente incluirá, obrigatoriamente, os critérios de atribuição dos apoios financeiros previstos nesta lei e demais legislação complementar.

7 - O conselho directivo do Instituto Nacional do Ambiente é composto por:

- a) O presidente do Instituto Nacional do Ambiente, que presidirá;
- b) Três cidadãos de reconhecido mérito, designados pela Assembleia da República;
- c) Dois representantes das associações de defesa do ambiente com representatividade genérica;
- d) Dois representantes do movimento sindical;
- e) Dois representantes das confederações patronais;
- f) Dois representantes da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
- g) Dois representantes das universidades portuguesas que ministrem cursos no domínio do ambiente, ordenamento do território e património natural e construído.

8 - O Instituto Nacional do Ambiente deverá ter delegações regionais.

9 - O Governo, no prazo de 180 dias, estruturará a organização, funcionamento e competência, sob a forma de decreto-lei, do Instituto Nacional do Ambiente, na parte não prevista na presente lei, aprovará os respectivos quadros de pessoal e inscreverá no Orçamento do Estado as dotações necessárias ao seu funcionamento.

CAPÍTULO VII

Direitos e deveres dos cidadãos

Artigo 40.º

Direitos e deveres dos cidadãos

1 - É dever dos cidadãos, em geral, e dos sectores público, privado e cooperativo, em particular, colaborar na criação de um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e na melhoria progressiva e acelerada da qualidade de vida.

2 - Às iniciativas populares no domínio da melhoria do ambiente e da qualidade de vida, quer surjam espontaneamente, quer correspondam a um apelo da administração central, regional ou local, deve ser dispensada protecção adequada, através dos meios necessários à prossecução dos objectivos do regime previsto na presente lei.

3 - O Estado e as demais pessoas colectivas de direito público, em especial as autarquias, fomentarão a participação das entidades privadas em iniciativas de interesse para a prossecução dos fins previstos na presente lei, nomeadamente as associações nacionais ou locais de defesa do ambiente, do património natural e construído e de defesa do consumidor.

4 - Os cidadãos directamente ameaçados ou lesados no seu direito a um ambiente de vida humana sadio e ecologicamente equilibrado podem pedir, nos termos gerais de direito, a cessação das causas de violação e a respectiva indemnização.

5 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é reconhecido às autarquias e aos cidadãos que sejam afectados pelo exercício de actividades susceptíveis de prejudicarem a utilização dos recursos do ambiente o direito às compensações por parte das entidades responsáveis pelos prejuízos causados.

Artigo 41.º

Responsabilidade objectiva

1 - Existe obrigação de indemnizar, independentemente de culpa, sempre que o agente tenha causado danos significativos no ambiente, em virtude de uma acção especialmente perigosa, muito embora com respeito do normativo aplicável.

2 - O quantitativo de indemnização a fixar por danos causados no ambiente será estabelecido em legislação complementar.

Artigo 44.º

Direito a uma justiça acessível e pronta

1- É assegurado aos cidadãos o direito à isenção de preparos nos processos em que pretendam obter reparação de perdas e danos emergentes de factos ilícitos que violem regras constantes da presente lei e dos diplomas que a regulamentem, desde que o valor da causa não exceda o da alçada do tribunal da comarca.

2 - É proibida a apensação de processos contra o mesmo arguido relativos a infracções contra o disposto na presente lei, salvo se requerida pelo Ministério Público.

CAPÍTULO VIII

Penalizações

Artigo 45.º

Tribunal competente

1 - O conhecimento das acções a que se referem os artigos 66.º, n.º 3, da Constituição e 41.º e 42.º da presente lei é da competência dos tribunais comuns.

2 - Nos termos dos artigos 66.º, n.º 3, da Constituição e 40.º da presente lei, os lesados têm legitimidade para demandar os infractores nos tribunais comuns para obtenção das correspondentes indemnizações.

3 - Sem prejuízo da legitimidade dos lesados para propor as acções, compete ao Ministério Público a defesa dos valores protegidos por esta lei, através, nomeadamente, dos mecanismos previstos na presente lei.

Artigo 46.º

Crimes contra o ambiente

Além dos crimes previstos e punidos no Código Penal, serão ainda consideradas crimes as infracções, que a legislação complementar vier a qualificar como tal de acordo com o disposto.

Artigo 47.º

Contra-ordenações

1 - As restantes infracções à presente lei serão consideradas contra-ordenações puníveis com coima, em termos a definir por legislação complementar, compatibilizando os vários níveis da Administração em função da gravidade da infracção.

2 - Se a mesma conduta constituir simultaneamente crime e contra-ordenação, será o infractor sempre punido a título de crime, sem prejuízo das sanções acessórias previstas para a contra-ordenação.

3 - Em função da gravidade da contra-ordenação e da culpa do agente, poderão ainda ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

- a) Interdição do exercício de uma profissão ou actividade;
- b) Privação do direito a subsídio outorgado por entidades ou serviços públicos;

c) Cessação de licenças ou autorizações relacionadas com o exercício da respectiva actividade;

d) Apreensão e perda a favor do Estado dos objectos utilizados ou produzidos aquando da infracção;

e) Perda de benefícios fiscais, de benefícios de crédito e de linhas de financiamento de estabelecimentos de crédito de que haja usufruído.

4 - A negligência e a tentativa são puníveis.

Artigo 48.º

Obrigatoriedade de remoção das causas da infracção e da reconstituição da situação anterior

1 - Os infractores são obrigados a remover as causas da infracção e a repor a situação anterior à mesma ou equivalente, salvo o disposto no n.º 3.

2 - Se os infractores não cumprirem as obrigações acima referidas no prazo que lhes for indicado, as entidades competentes mandarão proceder às demolições, obras e trabalhos necessários à reposição da situação anterior à infracção a expensas dos infractores.

3 - Em caso de não ser possível a reposição da situação anterior à infracção, os infractores ficam obrigados ao pagamento de uma indemnização especial a definir por legislação e à realização das obras necessárias à minimização das consequências provocadas.

CAPÍTULO IX

Disposições finais

Artigo 49.º

Relatório e livro branco sobre o ambiente

1 - O Governo fica obrigado a apresentar à Assembleia da República, juntamente com as Grandes Opções do Plano de cada ano, um relatório sobre o estado do ambiente e ordenamento do território em Portugal referente ao ano anterior.

2 - O Governo fica obrigado a apresentar à Assembleia da República, de três em três anos, um livro branco sobre o estado do ambiente em Portugal.

Artigo 50.º

Convenções e acordos internacionais

A regulamentação, as normas e, de um modo geral, toda a matéria incluída na legislação especial que regulamentará a aplicação da presente lei terão em conta as convenções e acordos internacionais aceites e ratificados por Portugal e que tenham a ver com a matéria em causa,

assim como as normas e critérios aprovados multi ou bilateralmente entre Portugal e outros países.

Artigo 51.º

Legislação complementar

Todos os diplomas legais necessários à regulamentação do disposto no presente diploma serão obrigatoriamente publicados no prazo de um ano a partir da data da sua entrada em vigor.

Artigo 52.º

Entrada em vigor

1 - Na parte que não necessita de regulamentação, esta lei entra imediatamente em vigor.

2 - As disposições que estão sujeitas a regulamentação entrarão em vigor com os respectivos diplomas regulamentares.

Aprovada em 9 de Janeiro de 1987.

O Presidente da Assembleia da República, Fernando Monteiro do Amaral.

Promulgada em 21 de Março de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES. Referendada em 25 de Março de 1987.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.